UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

DIEGO ANDREV DE AGUIAR LACERDA

A ATUAÇÃO DOS COMUNISTAS NO MOVIMENTO ESTUDANTIL DE PERNAMBUCO: da Frente do Recife ao AI-5 (1956-1968)

Recife

2017

DIEGO ANDREV DE AGUIAR LACERDA

A ATUAÇÃO DOS COMUNISTAS NO MOVIMENTO ESTUDANTIL DE PERNAMBUCO: da Frente do Recife ao AI-5 (1956-1968)

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do titulo de Mestre em História,

Linha de pesquisa: Relações de poder, sociedade e ambiente.

Orientadora: Profª. Drª. Maria do Socorro de Abreu e Lima.

Recife

2017

Catalogação na fonte
Bibliotecária: Maria Janeide Pereira da Silva, CRB4-1262

L131a Lacerda, Diego Andrev de Aguiar.
A atuação dos comunistas no movimento estudantil de Pernambuco : da Frente do Recife ao AI-5 (1956-1968) / Diego Andrev de Aguiar Lacerda. – 2017.
217 f. : il. ; 30 cm.

Orientadora : Profª. Drª. Maria do Socorro de Abreu e Lima.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2017.
Inclui Referências e apêndices.

1. História. 2. Estudantes – Atividades políticas. 3. Governo militar – Pernambuco. 4. Resistência ao governo. 5. Movimentos estudantis. 6. Ditadura empresarial-militar. I. Abreu e Lima, Maria do Socorro de (Orientadora). II. Título.

981 CDD (22. ed.) UFPE (BCFCH2018-145)

DIEGO ANDREV DE AGUIAR LACERDA

A ATUAÇÃO DOS COMUNISTAS NO MOVIMENTO ESTUDANTIL DE PERNAMBUCO: da Frente do Recife ao AI-5 (1956-1968)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

Aprovada em: 23/08/2017.

BANCA EXAMINADORA

_____

Profª. Drª. Maria do Socorro de Abreu e Lima (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

_____

Profº. Dr. José Bento Rosa da Silva (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

_____

Profª. Drª. Marcília Gama da Silva (Examinador Externo)
Universidade Federal Rural de Pernambuco

A Davinha e Eunice (*in memoriam*), por todo o carinho e amor que tanto me concederam. Por me acolher tantas vezes e contribuir para o que sou. Por alimentar meus sonhos e esperanças constantemente. A saudade não tem tamanho.

Agradecimentos

Um trabalho dessa natureza requer a participação indireta e envolvimento de muitas pessoas para ser elaborado. Agradecer imensamente a meus pais, por tudo quanto me doaram e amaram para que chegasse até aqui. A eles devo eternamente pela dedicação incondicional que me deram todos os anos. A meus avós, por intensa presença em minha vida e meu coração, não apenas com imenso amor, mas com cuidados e exemplos tamanhos que não se apagam de minh'alma. É com muito carinho que sou grato a minha orientadora, prof.ª Maria do Socorro Abreu e Lima pelas oportunidades e ensinamentos, bem como pela paciência.Sem suas contribuições, este trabalho jamais se concluiria. É um grande privilégio ser orientando de alguém que dedica sua vida acadêmica aos trabalhadores e às mulheres. Obrigado!

Quero agradecer a todos os professores que passaram em minha vida na educação básica, pela dedicação em oferecer-me o mínimo e preocupar-se comoum carinho paternal, um abraço terno em todos que fizeram o Colégio Antônio Bernardino. A todos os funcionários, amigos e professores da Faculdade de Formação de Professores da Mata Sul de Pernambuco – FAMASUL, em especial aos mestres Rogério Dantas, Vilmar Carvalho, Marlon Oliveira, Marcondes Calazans, Fred Maestrie Maria Vera Lúcia, por toda atenção e incentivo intermináveis.Também quero registrar minha gratidão aos professores do Departamento de Pós-Graduação em História da UFPE, com quem tive o privilégio de conviver, as professoras Christine Dabat, Suzana Cavani e Bartira Ferraz, bem comoa Sandra e Patrícia por todo carinho e solicitude em todas as nossas demandas, e por seu bom humor nos e-mails, que tanto alegram nossos dias.

Um agradecimento especial tem que ser conferido a todos que fazem o Arquivo Público Jordão Emerenciano, APEJE, pela paciência e presteza em todas as nossas visitas, a Léo, bem como ao professor Diogo Barreto, pelas elucidações a nossa pesquisa. Não posso deixar de agradecer aos nossos entrevistados, por nos conceder o privilégio de ouvi-los e pela simpatia e receptividade demonstradas em nossa visita.

Quero registrar minha gratidão aos colegas de trabalho, Erik, Wagner, Karla e Valmirapor compreenderem minhas angústias e aflições para conciliar minhas atribuições laborais com a minha responsabilidade para com o término desse trabalho. Aos meus colegas de turma, pelas sugestões, interação e cooperação, presentes em várias fases da elaboração do texto. A contribuição de todos foi de muita valia. E, não posso deixar de agradecer aAmália pela cumplicidade e companheirismo que foram tão importantes para que encontrasse forças onde já não existia nada.Obrigado!

O medo dá origem ao mal.
O homem coletivo sente a necessidade de lutar
o orgulho, a arrogância, a glória
enche a imaginação de domínio.
(SCIENCE, Chico, 1994)

Resumo

Os anos 1960 no Brasil constituem momento de luzente análise histórica. Ligado a agitações políticas e sociais das mais diversas é um período bastante versado pela academia. Em Pernambuco, observamos que a partir da segunda metade da década de 1950, até a promulgação do Ato Institucional número 5, em dezembro de 1968, um movimento político teve bastante relevância para compreendermos o processo histórico que envolveu uma fase de grande conscientização e participação política no estado: o movimento estudantil. Esse trabalho objetiva-se a buscar explicar, dimensionar e compreender a atuação dos comunistas no movimento estudantil pernambucano, dos anos da constituição e primeira grande vitória da Frente do Recife, a eleição de Pelópidas Silveira até a edição e promulgação do AI-nº 5, sob a égide do regime empresarial militar iniciado em 1964. As vitórias de políticos progressistas da Frente do Recife, num estado ligado a seculares tradições da monocultura do açúcar, fizeram das campanhas eleitorais da cidade um verdadeiro experimento social que demonstrava a debilidade e esgotamento do sistema político patriarcal e engessado da época. A escola pública recifense congregava um verdadeiro buquê das mais diversas cores, perfumes e matizes, concatenando em suas salas de aula jovens de diferentes bairros, famílias e condições econômicas e sociais. O olhar sobre aqueles estudantes não pode ser feito dissociado da participação dos comunistas, o que nos remete a questionar como era sua formação teórica, sua relevância para a política local e sua atuação num momento chave para compreendermos a suposta vocação vermelha do Recife, considerada como terceiro centro comunista do país, diante de uma classe política conservadora e reativa, temerosa em ver despedaçado seu status quo, num período de acirramento político que elevou exponencialmente as relações sociais, políticas e econômicas em Pernambuco.

PALAVRAS-CHAVE: Movimento estudantil. Comunistas. Frente do Recife. Ditadura empresarial-militar.

Abstract

The 1960s in Brazil constitute a moment of historical analysis. Linked to the political and social agitations of the most diverse is a period well versed by the academy. In Pernambuco, we observed that from the second half of the 1950s, until the promulgation of Institutional Act number 5, in December 1968, a political movement had a lot of relevance to understand the historical process that involved a phase of great political awareness and participation In the state: the student movement. This work aims at explaining, sizing and understanding the actions of the communists in the Pernambuco student movement, the years of the constitution and first great victory of the Recife Front, the election of Pelopidas Silveira until the edition and promulgation of AI-5, Under the aegis of the military business regime initiated in 1964. The victories of progressive politicians of the Recife Front, in a state linked to centuries-old monoculture sugar traditions, made the city's electoral campaigns a veritable social experiment that demonstrated the weakness and exhaustion of the system Patriarchal and embedded politician of the time. The recifense public school congregated a true bouquet of the most diverse colors, perfumes and shades, concatenating in their classrooms young people from different neighborhoods, families and economic and social conditions. The look on these students can not be made dissociated from the participation of the communists, which leads us to question how their theoretical formation was, their relevance to local politics and their performance at a key moment to understand the supposed red vocation of Recife, considered as the third communist center of the country, faced with a conservative and reactive political class, fearful of seeing its status quo shattered, during a period of political upheaval that exponentially increased social, political and economic relations in Pernambuco.

KEYWORDS: Student movement. Communists. Front of Recife. Business-military dictatorship.

Lista de figuras

Figura 1 – Organograma da Academia Pernambucana Estudantil de Letras – APEL.
Figura 2 – Mapa visual do centro do Recife
Figura 3 – “A grande caçada”. Jornal do Commercio, março, 1967
Figura 4 – Capa da Primeira Edição de Luta de Classe, Ano I – nº I periódico do PCBR
Figura 5 – Cabeçalho do panfleto da Operação Esvaziamento (1968)

Lista de tabelas

Tabela 1 – Expansão do sistema de ensino superior (1900-1968)
Tabela 2 – Evolução do número de matrículas em estabelecimentos públicos e privados (1960-1980).

Lista de abreviaturas

ABI	Associação Brasileira de Imprensa
AI	Ato Institucional
ALN	Aliança Libertadora Nacional
AMES	Associação Metropolitana dos Estudantes Secundários
AP	Ação Popular
APEJE	Arquivo Público de Pernambuco Jordão Emerenciano
APEL	Academia Pernambucana Estudantil de Letras
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
CC	Comitê Central do PCB
CCC	Comando de Caça aos Comunistas
CENIMAR	Centro de Informações da Marinha
CER	Colégio Estadual do Recife
CESP	Centro dos Estudantes Secundários de Pernambuco
CIE	Centro de Informações do Exército
CFCH	Centro de Filosofia e Ciências Humanas
CHESF	Companhia Hidrelétrica do São Francisco
CNBB	Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
CPC da UNE	Centro Popular de Cultura
ESG	Escola Superior de Guerra
DA	Diretório Acadêmico
DCE	Diretório Central dos Estudantes
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
DP	Diário de Pernambuco
FEB	Força Expedicionária Brasileira
FPM	Frente de Mobilização Popular
GECEP	Grêmio Estudantil do Colégio Estadual de Pernambuco
GP	Ginásio Pernambucano
HPS	Hospital Pronto Socorro
IBAD	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IPES	Instituto de Pesquisas Econômico-Social
IPM	Inquérito Policial Militar
JC	Jornal do Commercio

JEC	Juventude Estudantil Católica
JUC	Juventude Universitária Católica
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MCP	Movimento de Cultura Popular
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MEC	Ministério da Educação e Cultura
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
PC	Partido Comunista
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCBR	Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PCUS	Partido Comunista da União Soviética
POLOP	Política Operária
POR-T	Partido Operário Revolucionário Trotskista
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSD	Partido Social Democrático
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
RER	Residência Estudantil do Recife
SEC	Serviço de Extensão Cultural (integrante da Universidade Federal do Recife)
SNI	Sistema Nacional de Informações
SSP	Secretaria de Segurança Pública
SUDENE	Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UBES	União Brasileira dos Estudantes Secundários
UCP	Universidade Católica de Pernambuco
UDN	União Democrática Nacional
UEE's	Uniões Estaduais de Estudantes
UEP	União dos Estudantes de Pernambuco
UFP	Universidade Federal de Pernambuco
UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco
UIE	União Internacional dos Estudantes
UNE	União Nacional dos Estudantes
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USAID	United States Agency for International Development

Sumário

1 Introdução 14

2 Da semeadura do movimento estudantil dos anos 1950 ao seu alvorecer sob a égide empresarial-militar 29

2.1 Condições para o surgimento do Comunismo em Pernambuco 29

2.2 Prólogo: a aurora obscura de 1º de abril de 1964. 53

2.3 Nos porões da clandestinidade: tempero nacionalista; linha política do PCB e as eleições de Pernambuco 60

2.4 O raiar dos anos 1960: desigualdades cruéis; Recife: prolífero de encarnados 76

3 O relógio marca a hora das esquerdas: as reformas, os estudantes e o golpe avassalador 82

3.1 Cidade vermelha: Arraes na prefeitura, os estudantes e o MCP 82

3.2 Arraes no Campo das Princesas, os estudantes com as reformas: o Golpe. 94

3.3 As diretivas do PCB de 1958 a 1962 108

3.4 Ilegalidades e inquietações no pós-64: o novo regime e as práxis políticas do movimento estudantil de Pernambuco 114

4 Ponto de ebulição: o aquecimento das forças e suas dinâmicas. Os anos de 1967-1968 154

4.1 O acirramento das forças. Um olhar sobre a radicalização política. 1967: o cerco está montado 155

4.2 O PCBR e suas nuances na política pernambucana 165

4.3 1968: 366 dias. Recrudescimento, criatividade e acirramentos políticos 174

5 Considerações finais 205

Referências 211

ApêndiceA- Lista de prontuários analisados no fundo SSP/DOPS/APEJE 214

ApêndiceB- Breve biografia dos entrevistados 215

1Introdução

Os anos 1960 no Brasil constituem período luzente para análise histórica. Envolvido nas mais distintas controvérsias políticas, os movimentos sociais e de classe tiveram, naqueles anos, papel expressivo nos processos históricos vividos pela sociedade brasileira. As intensas lutas operárias de meados do século XX começavam agora a esquentar as relações do campo brasileiro. O país experimentava uma democracia jovem, fortemente voltada ao projeto populista desenvolvimentista de industrialização e modernização, com uma vigorosa abertura aos interesses e ao capital internacional.

Nesse fervilhar, o maior acesso ao ensino secundário e universitário e o aumento da população alfabetizada e pensante na sociedade pernambucana contribuíram para proporcionar um ambiente propício à participação e a crítica. Além de muito fértil politicamente.

Inserido nessas e outras especificidades sociais, o movimento estudantil emerge em todo o país como um relevante mecanismo de engajamento social, de redes de sociabilidade e mobilização, doutrinação intelectual, e dentre outros, de enfrentamento e luta de classe. Diversas capitais brasileiras apresentaram condições para que os estudantes empreendessem um papel relevante para a compreensão das relações de poder e luta política vivenciada do alvorecer de 1961, perpassando os anos iniciais do regime empresarial-militar, instalado no Brasil após o golpe de 1º de abril de 1964, até a publicação do Ato Institucional nº 5 em dezembro de 1968. Recife, como veremos nas próximas páginas, oferecia às margens sinuosas e lamacentas de seus rios, imensas contradições sociais. Ambiente fecundo para a solidificação de um movimento estudantil vigoroso, criativo, e reluzente.

Os estudantes conseguiram mobilizar-se nacionalmente e vencer a campanha "d'O Petróleo é nosso"ainda nos anos 1950. Como veremos no Primeiro Capítulo, o nacionalismo desse período contagiava no Recife estudantes vivendo seus anos de descobertas. Na cidade já existia em 1958 estudantes secundários mobilizados numa Frente Anticomunista, em direção ao Congresso da União Brasileira dos Estudantes – UBES – no Rio de Janeiro, para tentar defender sua posição diante da outra entidade pernambucana também presente – a UEP –, esta "dominada pelos simpatizantes do credo vermelho"[1]. E dez anos depois, dezenas de dissidentes de uma outra geração do movimento estudantil recifense congregavam-se na

[1]Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário funcional nº 7746. Recife-PE.

fundação do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário[2] e em diversas de suas ações. Com isso iniciamos a problematizar a atuação desses estudantes comunistas no movimento estudantil pernambucano num período em que ele atinge seu ápice de agitação social, no momento anterior e após o golpe empresarial-militar de 1964.

Da redemocratização brasileira pós-regime varguista, em 1946, até o golpe que instalou a ditadura empresarial-militar de 1964, o Recife viveu momentos marcantes em sua história política. Observando algumas fontes da época, além de trabalhos que abordam o período, fica evidenciadanas campanhas eleitorais uma participação popular cada vez maior. Engajamento político de lideranças comunitárias, possibilidade de existência de diversos espaços para a realização de um aquecimento da luta de classes. Teria a escola papel relevantecomo espaço de sociabilidade para essa catarse política?

A escola pública recifense de meados dos anos 1960 era um buquê das mais diferentes formas, cores e matizes, congregando jovens provenientes das mais diversas famílias, envolvidos numa absoluta disparidade social, oriundos de bairros assustadoramente distintos entre si, com problemas e especificidades próprios. Esses jovens amadureceram sua personalidade no calor da Guerra Fria e num Recife pós Estado-Novo, e que, por um dispositivo jurídico, continuou sem poder escolher seu prefeito até o ano de 1955. Aquele ano especial traria como primeiro prefeito do Recife, após a Constituição de 1946, importante liderança da esquerda, o progressista Pelópidas Silveira. Antes disso, nas eleições legislativas, os comunistas e socialistas já obtiveram grande simpatia do eleitorado recifense. Que condições tão especiais reunia o Recife para que sua população tivesse essa suposta tendência por políticos progressistas? De onde então vinha a vocação avançada do Recife?

Constatada a tenacidade do movimento estudantil pernambucano, justifica-se sua pesquisa uma vez que a historiografia possui literatura, de certa forma mais ampla no eixo Rio-São Paulo. Destacam-se os trabalhos de Antônio Mendes Júnior, Maria Paula Araújo, Maria Ribeiro do Valle, João Roberto Martins Filho, dentre outros que analisaremos em nosso trabalho, cada um revelando seu ineditismo e pioneirismo de acordo com as especificidades de cada olhar além do momento em que foi escrito. Este último autor, por exemplo, publicou importante obra intitulada Movimento estudantil e ditadura militar[3], uma das pioneiras sobre o assunto. Nela, resumiu seus argumentos principais e obteve a oportunidade de atualizá-los

[2] Colhido em entrevista com um de seus ativistas, o jornalista Marcelo Mário de Melo. Ver também Jacob Gorender, (1987) e o Capítulo 03 deste trabalho.
[3]MARTINS Filho, João Roberto. Movimento estudantil e ditadura militar: 1964-1968. Campinas: Papirus, 1987.

vinte anos depois. Nesse último trabalho o autor reafirma seu ponto de vista em muitos pontos, em um deles, ele destaca a relevância do Rio de Janeiro, que mesmo sendo então ex-capital brasileira "não perdeu o lugar de centro nervoso do país. (...)[e] Com sua pujança econômica, São Paulo iria constituir o segundo cenário das manifestações estudantis pós-golpe"[4]. No entanto, o autor é infeliz na afirmação de que "fora do eixo Rio-São Paulo, as mobilizações em capitais como Porto Alegre, Belo Horizonte, Salvador, Recife e na própria Brasília não tinham uma dinâmica política própria, raramente criando acontecimentos de repercussão nacional"[5].

Curioso que ele cite justamente capitais – com exceção da jovem Brasília – com vasto histórico em movimentações sociais e lutas de classe,séculos de formação social, urbanização e comércio. Todas elas, quando dos dias imperiais, já nos anos de formação do Estado brasileiro e de nossa identidade nacional eram infensas a qualquer tentativa de diminuição de sua autonomia política como província[6]. Em Recife, as condições econômicas, políticas e sociais apresentavam contradições das mais variadas e relevantes para a compreensão das relações de poder, Estado e sociedade, num movimento curiosíssimo de forças políticas nesse período.

Na tentativa de situar e compreender a ação dos comunistas no movimento estudantil em Pernambuco nos anos que antecedem e sucedem o golpe empresarial-militar, faz-se necessário estabelecermos alguns pressupostos teórico-metodológicos que permearão a nossa análise.

Apreender a visão de mundo do estudante recifense nos idos de 1964, quando da queda de João Goulart, e compreender sua posição, suas ideias, seus anseios, requer a observação do Estado brasileiro, do governo pernambucano, da atuação dos partidos políticos, do contexto familiar e escolar no qual estava inserido, dos agrupamentos de intelectuais, das forças econômicas, sociais e políticas presentes na articulação e implementação do novo regime autocrático e, para isso, faz-se necessáriaa conceituação de algumas premissas.

---

[4] MARTINS FILHO, João Roberto. O movimento estudantil dos anos 1960. In: REIS, Daniel Aarão & FERREIRA, Jorge (orgs.). Revolução e Democracia (1964-...). 2007. p. 190-191

[5] (Ibid.) MARTINS FILHO, João Roberto. O movimento estudantil dos anos 1960. In: Revolução e Democracia (1964-...). 2007. p. 191

[6] A Farroupilha no Rio Grande do Sul, região com tradição militarista e nacionalista. A Revolta do Malês e Sabinada na Bahia. A Confederação do Equador e a Praieira em Pernambuco. Sobre as lutas por autonomia provincial em importantes áreas do país no Brasil Império ver Dolhnikoff, Miriam. O Pacto Imperial – origens do federalismo no Brasil. Ed. Globo. Rio de Janeiro, 2005.

Primeiramente, nosso trabalho é baseado nos conceitos do materialismo histórico, por acordarmos que

> a estrutura social e o Estado decorrem constantemente do processo de vida de determinados indivíduos; mas, desses indivíduos, não como eles poderão parecer na sua própria representação ou na de outros, mas como eles são realmente, ou seja, como agem, como produzem material realmente, como atuam, portanto, em determinados limites, premissas e condições materiais que não dependem da sua vontade[7].

É a ação de determinadosindivíduos, partindo da realidade em que se encontram,que formulam as condições de estrutura social e funcionamento do Estado. Apesar de haver condições que estão alheias à nossa vontade, é o homem ator e autor, e, no palco da vida, o principal componente da história. "Não num qualquer isolamento e fixidez fantásticos, mas no seu processo, perceptível empiricamente, de desenvolvimento real e sob determinadas condições. Assim que esse processo de vida ativo é apresentado, a história deixa de ser uma coleção de fatos mortos" [8].

Posto isso, não analisaremos aqui os intelectuais comunistas que inspiraram a atuação dos estudantes pernambucanos, nem desses próprios estudantes como algo distante às realidades nacional e local, mas como parte do processo histórico, buscando apreender em que situaçãoestavam de "desenvolvimento real" e quais "determinadas condições" existiam à sua volta, para então apresentar uma história vívida.

Antes de apreender o desenvolvimento dos atores, observaremos no primeiro capítulo quais eram as condições determinadas, aquelas em que não cabe escolha, da sociedade pernambucana de fins dos anos 1950 e primeiros anos de 1960. E, analisaremos a partir do aporte gramsciano, quais condições permitiam a atuação dessas pessoas na sociedade civil, para além da recepção passiva dessas condições determinadas. Para melhor compreendermos essas relações de poder em disputa pela hegemonia política na sociedade, Carlos Nelson Coutinho nos esclarece que o conceito de política presente em Gramsci possui"dois sentidos que poderíamos chamar de amplo e de restrito. Em sua acepção ampla, política (...) identifica-se com toda forma de práxis que supera a mera recepção passiva ou a manipulação de dados

[7]MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã. São Paulo. Expressão Popular, 2009.p. 30.
[8]MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã. 2009. p. 32.

imediatos e se orienta conscientemente para a totalidade"[9]. Esse conceito de política em acepção ampla, Gramsci o denomina de catarse:

> Pode-se empregar o termo catarse – diz ele – para indicar a passagem do momento meramente econômico (ou egoístico passional) para o momento ético-político. (...) Isso significa também a passagem do objetivo ao subjetivo e da necessidade à liberdade. A estrutura, de força exterior que esmaga o homem, que o assimila a si, que o torna passivo, transforma-se em meio de liberdade, em instrumento para criar uma nova forma ético-política, em origem de novas iniciativas[10]

Em outras palavras, política no sentido amplo é o momento em que a pessoa, moradora da zona rural, que possui a sua volta tamanha estrutura de repressão às suas vontades individuais, de pobreza e necessidades materiais inicia seu interesse pela política, por intenções econômicas de melhoria de vida – momento egoístico-passional. Esse trabalhador rural encontra na política, além de outras pessoas com as quais se liga ou se identifica emocionalmente, os meios de melhoria de vida coletiva – momento ético-político. Ou ainda, quando desperta sua consciência como classe. Pois para Gramsci, toda forma de práxis política

> implica a potencialidade do momento catártico, isto é, a potencialidade de uma passagem da esfera da manipulação imediata – da recepção passiva do mundo – para a esfera da totalidade (da modificação do real); ou, o que é um outro aspecto do mesmo processo, a passagem da consciência egoístico-passional (particularista) para a consciência universal (para a consciência de nossa participação no gênero humano).[11]

E, como ser ético-político, articula o indivíduo entre subjetividade e objetividade, determinismo e liberdade, da consciência particular para a consciência universal. Já a política em sua acepção restrita é, para Gramsci, aquela que se dá no dia-a-dia, a política parlamentar de escritórios e corredores, de jogos e intrigas, sendo ela, portanto, prática manipuladora.

Podemos aqui iniciar o debate sobre a conceituação e a consolidação do Golpe de 1964. Na historiografia existem divergências acerca tanto da ação golpista, bem como sobre regime instalado posteriormente. Desde a publicação da obra "1964, aconquista do Estado"[12] do uruguaio Renné Armand Dreifuss, a nomenclatura "civil-militar" vem sendo utilizada e

[9]COUTINHO, Carlos Nelson. Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1999.p. 90.
[10]COUTINHO, Carlos Nelson. Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político. 2009. p. 91.
[11]COUTINHO, Carlos Nelson. Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político. 2009. p. 92
[12] DREIFUSS, René Armand. 1964: A conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1980.

difundida pelos círculos acadêmicos para classificar o golpe e o regime autoritário. No entanto, o historiador Demian Bezerra de Melo, em trabalho publicado na Revista Espaço Plural[13] alerta aos perigos em utilizar-se de tal nomenclatura para o regime ditatorial brasileiro. Isso porque podemos cair no reducionismo de admitir que a sociedade brasileira clamou pela intervenção militar e pela derrubada de Goulart.

Esta é uma visão inclusive fartamente propagada pelo próprio regime golpista, a famosa tese de salvação nacional, na qual diante da inevitabilidade de um golpe comunista, o exército como instituição de defesa da pátria age preventivamente, articulando a tomada do poder, e, hoje, é defendida por historiadores como Daniel Aarão Reis[14], chegando este a afirmar que tamanho foi o movimento de massas em apoio ao golpe que entre 1º de abril "até setembro de 1964, marchou-se sem descanso no país. Mesmo descontada a tendência humana de aderir aos vencedores, ou, simplesmente, à Ordem, tratava-se de um impressionante movimento de massas de apoio ao golpe". Seria esse "movimento impressionante de massas", realmente de massas? Seriam eles espontâneos? Sem que nos prendamos a essas perguntas, podemos compreender "se pensarmos o conceito de Sociedade Civil a partir de Gramsci (...) encontraremos os nexos causais a partir dos quais uma parte da sociedade brasileira apoiou a ditadura contra outra parte da sociedade"[15].

Sendo assim, não precisamos responder se essas marchas eram das massas, elas eram um sentimento de parte da sociedade. Um apoio de setores específicos como a CNBB – Confederação Nacional dos Bispos do Brasil – ou a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – Fiesp, setores esses que exerciam influência em certas posições da sociedade e não um apoio generalizadamente da massa. A CNBB, por exemplo, passados dois meses da ação golpista a definia como um movimento que "atendendo à geral e angustiosa expectativa do povo brasileiro, que via a marcha acelerada do comunismo para a conquista do poder, as Forças Armadas acudiram em tempo e evitaram que se consumasse a implantação do regime bolchevique em nossa terra"[16]. Isso quer dizer que parte da liderança católica apoiou o golpe, e que sua influência e seus discursos ajudaram a fazer com que alguns milhares de seus fiéis

[13] Espaço Plural, Ano XIII, N 27.2º Semestre 2012. P. 39-53.
[14] Em artigo publicado na Revista de História da Biblioteca Nacional, intitulado: O sol sem peneira. Disponível em: http://revistadehistoria.com.br/secao/capa/o-sol-sem-peneiraacessado em outubro 2015.
[15]MELO,Damian. Ditadura "civil-militar"?:Controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente. In: Espaço Plural, Ano XIII, N 27.2º Semestre 2012. P. 39-53. Disponível em: http://file.smetal.org.br/Publicacao/DITADURA/controverisas_histograficas_sobre_o_processo_politico_brasileiro_do_pe_64....pdf acessado em: outubro 2016.
[16] LÖWY, Michael. As esquerdas na ditadura militar: o cristianismo da libertação. In: REIS, Daniel Aarão & FERREIRA, Jorge (orgs.). Revolução e Democracia (1964-...). 2007. p. 305.

também acordassem e apoiassem a nova ordem posta. O que não significa que todos os padres, nem todos os arcebispos, nem, muito menos, todos os fiéis presentes às marchas estavam em apoio incondicional ou morrendo de amores ao novo regime, pois, se assim pensarmos, podemos cair na visão reducionista propagada pelo próprio regime de que sua ação foi legitimada pelo clamor social. Uma visão deturpada e golpista. Na realidade, declarações de apoio ao novo regime instituído eram exatamente os carimbos que o legitimariam para a grande massa social.

Demian Bezerra de Melo, no citado trabalho, nos lembra que Dreifuss não apenas revelou a participação de setores da sociedade civil no golpe, mas delineou a origem social desses civis: as elites. O historiador nos traz a fala de Carlos Fico em audiência pública realizada pela Comissão Nacional da Verdade, no Rio de Janeiro, em 13 de agosto de 2012. Na ocasião, segundo Fico, "o golpe de 1964 foi uma operação que contou não só com o apoio de parte da sociedade civil brasileira, mas com uma ação efetiva de elites civis" [grifo nosso]. A alta burguesia nacional, interligada ao capital internacional monopolista teve vultosa interferência na articulação da tomada do poder e, sobretudo, nas ações do regime constituído. O caráter tecnicista adotado pelo governo militar selecionou profissionais que desempenhariam papeis de gerência no funcionalismo público nacional, "os chamados técnicos, nos ministérios e órgãos administrativos tradicionalmente não-militares"[17]

No entanto pela sua origem social a partir das classes mais abastadas, eram, a maior parte desses civis, representantes da elite brasileira, por isso Demian Melo afirma que o golpe pode ser chamado de civil-militar, mas não o regime. O regime que sucedeu o golpe é empresarial-militar. Pois,

> o argumento "civil-militar" da forma como vem sendo apresentado pela historiografia recente como "grande novidade", ao se distanciar do estudo da dinâmica da luta de classes como nervo da política, acaba por reproduzir a pobre visão corporativa dos militares, significando um retrocesso no conhecimento já acumulado pela pesquisa acadêmica sobre o golpe e a ditadura. Pois enquanto Dreifuss apresentou a natureza de classe desses "civis", as novas abordagens em tela perdem-se numa descrição dos elementos "civis" que teriam protagonizado as principais ações sem que sejam estabelecidos seus nexos sócio históricos.[18].

[17] DREIFUSS, René Armand. 1964: A conquista do Estado. 1980. p. 417.
[18]MELO,Damian. Ditadura "civil-militar"?:Controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente. In: Espaço Plural, Ano XIII, N 27.2º Semestre 2012. P. 39-53.

Além de identificar a natureza de classe das elites civis apoiadoras do golpe, no capítulo cinco de sua – já referida – obra, intitulado: Elite orgânica: recrutamento, estrutura decisória e organização para ação, Dreifussexpõe

> o processo pelo qual os intelectuais orgânicos de interesses econômicos multinacionais e associados formaram um complexo político-militar, o IPES/IBAD, cujo objetivo era agir contra o governo nacional-reformista de João Goulart e contra o alinhamento de forças sociais que apoiavam a sua administração. (...) Essa elite orgânica passou a constituir uma força social cônscia de que seus próprios interesses corporativos, no seu presente e futuro desenvolvimento, transcendem os limites corporativos da classe puramente econômica e *pode e devem* também se tornar interesses de outros grupos subordinados. (...) Essa é a fase na qual ideologias previamente desenvolvidas se tornam "partido" [grifo nosso][19].

Os interesses econômicos egoístico-passionais dos empresários golpistas corporificam-se na criação do Instituto de Pesquisa Econômica e Social – IPES – e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática – IBAD – em 1961 e 1959, respectivamente, implicando aí um momento catártico em que a práxis política da classe empresarial adquire consciência universal e busca meios de garantir ou ampliar sua hegemonia para que "seus próprios interesses corporativos (...) possam *e devam* também se tornar interesses de outros grupos subordinados [grifo nosso]". O autor deixa muito claro que essas entidades atingem nesse estágio de sua atuação "a fase na qual ideologias previamente desenvolvidas se tornam partido [grifo nosso]". Aqui, cumpre-se necessário estabelecer a visão gramsciana adotada neste trabalho acerca dos partidos. Gramsci aponta a importância do estudo dos partidos políticos como instituição capaz de tornar seus membros, seus próprios intelectuais orgânicos. Além do potencial poder de agrupá-los. Muito além disso, o partido tem função fundamental

> de elaborar os próprios componentes, elementos de um grupo social nascido e desenvolvido como "econômico", até transformá-los em intelectuais políticos qualificados, dirigentes, organizadores de todas as atividades e funções inerentes ao desenvolvimento orgânico como uma sociedade integral, civil e política. Aliás, pode-se dizer que em seu âmbito, o partido político desempenha sua função muito mais completa organicamente do que, num âmbito mais vasto o Estado desempenha a sua: um intelectual que passa a fazer parte do partido político de um determinado grupo social confunde-se com os intelectuais orgânicos do próprio grupo, liga-se estreitamente ao grupo, o que não ocorre através da vida estatal senão mediocremente ou menos ainda. [grifo nosso].[20]

[19] DREIFUSS, René Armand. 1964: A conquista do Estado. 1980. p. 161.
[20]GRAMSCI, Antonio. Os intelectuais e a organização da cultura. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1995.p. 14.

Essa função do partido como instituição capaz de moldar seu grupo orgânico de intelectuais já nos despertaria interesse de análise da trilha dos comunistas em nosso estado, em contraponto às ações das elites empresariais e militares golpistas no pré-1964. Aliás, ela será posteriormente delineada quando analisarmos a recepção das teses do partido por seus membros aqui no estado, sobretudo entre os estudantes. Porém, nos desperta interesse a segunda característica atribuída aos partidos por Gramsci, como entidade capaz de ligar pessoas que possam pertencer a classes econômicas distintas, no entanto identificar-se como iguais dentro do partido. Estudantes filhos de pais atuantes nas mais distintas profissões, moradores dos mais variados bairros da região metropolitana congregaram-se a outros, em torno daqueles ideais que apreenderam como seus, nas reinvindicações de grêmios e diretórios acadêmicos. Dentro dessa acepção, constituíra-se em Recife a práxis política do Movimento Estudantil em Partido? Podemos assinalar alguns dos ativistas estudantis como intelectuais? Qual seu nível de proximidade com as massas? Teria a escola capacidade de tornar um novo indivíduo intelectual "que passa a fazer parte do partido [confundir-se] com os intelectuais orgânicos do próprio grupo [e ligar-se] estreitamente ao grupo" como um partido?

A função do IPES e do IBAD nessa atuação partidária fica muito evidente em Dreifuss, quando este delineou a importância do "grau de homogeneidade, consciência e organização atingido pelos intelectuais orgânicos dos interesses econômicos multinacionais e associados. Esse momento (...) traduziu-se pela formação de uma elite orgânica centrada na frente de ação do complexo IPES/IBAD"[21]. A consciência, homogeneidade e atuação dessa elite em entidades com potenciais partidários, moveram as peças do tabuleiro à ação golpista em favor da hegemonia de um projeto econômico voltado ao mercado internacional e um projeto social orientado ao uso extremado da força coercitiva, deixando muito claro o seu caráter empresarial-militar. Dessa maneira,após instituído o projeto golpista este atingiria volumoso nível de ação tanto na sociedade política, quanto na sociedade civil. E aqui cumpre ressaltarmos nossa concepção e compreensão de Estado adotada no trabalho.

Na dimensão ampla de Estado em Gramsci, duas esferas essenciais estão em relação permanente no interior das superestruturas: a sociedade política e a sociedade civil, onde

> a sociedade política (que Gramsci também chama de "Estado em sentido estrito" ou de "Estado-coerção"), que é formada pelo conjunto dos mecanismos através dos quais a classe dominante detém o monopólio legal da repressão e da violência e que se identifica com os aparelhos de coerção sob controle das burocracias executiva e policial-militar; e a sociedade civil, formada precisamente pelo conjunto das

[21] DREIFUSS, René Armand. 1964: A conquista do Estado. 1980, p. 174.

> organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias, compreendendo o sistema escolar, as igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais, a organização material da cultura (revistas, jornais, editoras, meios de comunicação de massa), etc.[22]

Essa compreensão nos permite enxergar os meandros do jogo político em toda sua sinuosidade. O Estado, em seu sentido amplo, seus recursos financeiros e de pessoas é composto pela classe diretiva hegemônica, que conquista o poder a partir de uma guerra de posição pela hegemonia política nacional e abriga-se na sociedade civil. Porquanto utiliza-se de todo um conjunto de aparelhos sociais capazes de elaborar, programar e difundir suas ideologias na busca dessa primazia política. A educação, a religião, os sindicatos, e os partidos. Estes são conceitos fundamentais para compreendermos a atuação dos comunistas, doutrinados e agrupados no Partido Comunista do Brasil[23] em Pernambuco, no movimento estudantil, visto que constituem importantes setores de elaboração e difusão de ideologia na práxis política pernambucana dos anos 1960. Além disso, essa práxis é criada e disseminada por umapessoa, ser-social, ser-político, com aspirações, carências e sonhos: o intelectual.

E aqui chegamos em importante temática no estudo do marxismo, que é a das relações do intelectual com as massas. Portantiero nos traz uma relevante reflexão de Gramsci ao criticar a inexistência, na Itália, de uma revolução democrática capaz de superar o divórcio entre as elites e o povo-nação, além de refletir sobre quais seriam as condições de transformações sociais em países de capitalismo atrasado em que esta constituição do Estado Liberal tenha sido produto de uma revolução feita de cima. Justamente por isso essa reflexão do pensador italiano é chave para compreender alguns processos políticos na América Latina. Portantiero afirma que

> a tarefa que Gramsci propõe ao partido comunista é a de constituir este inexistente nexo entre intelectuais e massa, entre uma cultura laica, moderna e científica – que ele não consegue enxergar fora de um horizonte teórico socialista – e uma cultura popular, por definição assistemática, desorganizada e contraditória, na medida em que nela se aglomeram (de maneira "indigesta", assinala num parágrafo) fragmentos

[22]COUTINHO, Carlos Nelson. Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1999.p. 127.

[23] O PCB, fundado em 1922 tinha nome de Partido Comunista do Brasil, com sigla PCB. Acusado pela incessante campanha anti-comunista de que ele representava um movimento comunista internacional sendo apenas uma célula "do Brasil". O Partido então passou a ser chamado de Partido Comunista Brasileiro, e partir de 1962 a cisão com o grupo político Maoísta ocasionou o surgimento do PCdoB que então retomou para si o nome Partido Comunista do Brasil. Neste trabalho, sempre a que for referido o nome "Partido Comunista do Brasil" estamos fazendo referência ao PCB e seu nome original. A qualquer momento em que se tiver intento de relatar algo acerca do PCdoB fundado em 1962, usaremos sua sigla e não seu nome por extenso para evitar equívocos.

> de diferentes concepções de mundo: "o próprio povo", recorda, "não é uma coletividade homogênea de cultura".[24]

Teriam os comunistas pernambucanos alcançado níveis de organização e práxis política capazes de estabelecer o elo entre a cultura socialista – laica, moderna e científica – e a cultura popular – assistemática, desorganizada e contraditória? E para observar até que ponto a atuação dos comunistas favorecia a aproximação entre intelectuais e povo-nação em Pernambuco, analisaremos mais a frente, como estavam as movimentações estudantis inseridas no contexto do Recife dos anos 1960. As relações de força entre a sociedade política e civil estavam em pura ebulição.

Havia diversos meios de difusão ideológica, novas tecnologias de comunicação de massa – como rádio e televisão –, além de dezenas de impressos dos partidos, sindicatos, grêmios e associações estudantis. Um período de extrema inquietação social e governos de forte repressão policial. As duas esferas em movimento constante e frenético. Desde a acomodação de forças de direita e esquerda na campanha e início do governo Cid Sampaio até a acirrada disputa das forças conservadoras instaladas no IBAD versus o projeto progressista proposto por Arraes em 1962. Do aporte gramsciano, observaremos mais adiante a rápida ascensão de Arraes a partir do conceito do nacional-popular.

As eleições no Recife são marcadas por processos envoltos em singularidades e incongruências. A cidade de alguma maneira esteve quase sempre aberta para acolher políticos de viés popular. Já aí adormece uma contradição inquietante, haja vista ser a capital de um estado mergulhado na tradição patriarcal, latifundiária e católica proporcionada pelos séculos da instituição da monocultura do açúcar. O olhar gramsciano nos auxiliará a relacionar as atividades dos aparelhos de organização e difusão das ideologias dos comunistas, presentes nos movimentos sociais em Pernambuco – em especial o estudantil – sua visão de mundo, sua atuação na sociedade civil, com suas práticas militantes em relação constante com a sociedade política e seus aparelhos legais de violência e coerção.

As relações de poder e hegemonia dispostas pelos aparelhos privados de disseminação já citados, nos levam a refletir sobre quem eles atuarão. Logo, qual será nosso aporte para compreensão das classes sociais a quem chegam essas ideologias? Segundo o historiador

[24]PORTANTIERO, Juan Carlos. O nacional-popular: Gramsci em chave latino-americana. In: Gramsci e a América Latina. Org. Carlos Nelson Coutinho & Marco Aurélio Nogueira. São Paulo. Paz e Terra, 1988.p. 48.

Edward P. Thompson no artigo "Algumas observações sobre classe e falsa consciência" (1977)[25], classe "é uma categoria histórica, ou seja, deriva de processos sociais através do tempo. Conhecemos as classes porque, repetidamente, as pessoas se comportaram de modo classista. Este andamento histórico gera regularidade de resposta em situações análogas"[26]. O autor aponta para o cuidado em não incorrer no erro de se buscar teorizar a classe como um fenômeno global pelo qual o historiador se prenda em procurar explicações fundamentalistas baseadas em estágios evolutivos de uma classe em comparação a uma outra semelhante em países diferentes.

Olhando dessa forma, a classe seria um conceito estático, engessado, "a esta altura, ocorre que, com excessiva frequência, a teoria prevalece sobre o fenômeno histórico que se propõe teorizar. É plausível supor que a classe seja levada em consideração não no quadro do processo histórico, mas abstratamente"[27]. Afastando-se dessa análise muito semelhante à práxis positivista, concentraremos atenção ao foco da luta de classe. O palco de nosso estudo oferece as mais diversas nuances de luta de classe que permeiam a vida no Recife, considerada a capital do subdesenvolvimento da América Latina nos anos 1960.[28] Segundo Thompson, ao direcionar nosso foco para a luta de classe, caminhamos para observar a classe a partir de suas relações sociais ou de produção, na qual está inserida. Ela não pode ser vista como algo em separado e estático, mas como parte de um processo específico e vivido,

> a classe se delineia segundo o modo como homens e mulheres vivem suas relações de produção e segundo a experiência de suas situações determinadas, no interior do "conjunto de suas relações sociais", com a cultura e as expectativas a eles transmitidas e com base no modo pelo qual se valeram dessas experiências em nível cultural. De tal sorte que, afinal, nenhum modelo pode dar-nos aquilo que deveria ser a "verdadeira" formação de classe em um certo "estágio" do processo. [grifo do autor][29].

Para compreender a prática política dos estudantes comunistas no Recife dos anos 1960 faz-se necessário estabelecermos um breve olhar sobre o percurso trilhado pelo Partido Comunista do Brasil no estado, estabelecendo como ponto de partida a redemocratização do

[25]In: Thompson, Edward P. As peculiaridades dos ingleses e outros artigos. (Orgs: NEGRO, Antonio Luigi & SILVA, Sérgio. Campinas, SP. Editora Unicampo, 2001.
[26] Thompson, Edward P. As peculiaridades dos ingleses e outros artigos. 2001. p. 269
[27] Thompson, Edward P. As peculiaridades dos ingleses e outros artigos. 2001. p. 270
[28] Termo usado por Robert Page, em sua obra sobre o nordeste brasileiro quando do Golpe Empresarial-Militar de 1964. (PAGE, 1972)
[29] Thompson, Edward P. As peculiaridades dos ingleses e outros artigos. 2001. p. 277

Brasil em 1945. Pois não se pode falar na repressão sofrida pelo PCB[30], nem realizar uma crítica de suas resoluções, sem analisar o momento no qual vivia o Partido, para,assim, compreendermossuas controvérsias e desacordos.

É necessário examinar aquele curto período em que o Partido gozou de legalidade como legenda, pois das cinzas do Estado Novo, reestabeleceria as bases vermelhas na capital.E então chegamos ao momento crucial das eleições dos anos 1955 a 1962. É importante deixar claro o cuidado em não cair no reducionismo de avaliar os resultados quantitativos eleitorais como única e simplória explicação de uma suposta vocação do Recife às ideologias comunistas.

No entanto, observaremos as relações ideológicas, econômicas, políticas e sociais presentes nas campanhas eleitorais por ter constatado em entrevistas com ativistas estudantis da época, a sua importância em agregar pessoas que já haviam se visto no colégio, mas até então não conheciam suas posições políticas, e que, em ocasiões distintas, se viam juntos em uma mesma passeata. Que condições passivamente determinadas estavam postas à sociedade pernambucana e, consequentemente, aos militantes comunistas? Em que níveis estava sua atuação diante delas? Observemos suas construções a partir da legalidade do PCB e sua atuação no seio da sociedade política e civil pernambucana. Esse período de 1945-1947 é marcante por caracterizar a formação da liderança que cooptaria e inspiraria as gerações de estudantes comunistas seguintes. Também por ser época da redemocratização do país, que mesmo agora, findo o Estado Novo, em Pernambuco ainda havia todo um aparato repressivo montado, de força e inteligência policial, além de representantes conservadores assentados na liderança local. Mergulhemos, então, na observação desse contexto de luta de classe.

Imersos nessas condições estão os estudantes recifenses, que como veremos terãodesde os anos 1950 fortes impulsos nacionalistas e, com a constituição da Frente do Recife cada vez mais protagonismo no cenário político local, principalmente, com a ascensão de Pelópidas e Arraes aos governos municipal e estadual. A partir de 1960, veremos como a motivação estudantil está na discussão e apoio ao programa de Reformas de João Goulart em

[30] O PCB, fundado no Brasil em 1922 chamava-se originalmente de Partido Comunista do Brasil. Após sua cassação diversas reformas internas buscaram os mais diversos meios de atuação política possíveis à época. Uma dessas mudanças, foi o de sua nomenclatura para Partido Comunista Brasileiro, devido o fato de muitos de seus críticos afirmarem ser o Partido Comunista ‘do’ Brasil’ apenas uma seção subserviente ao Partido Comunista ‘de’ Moscou. De maneira que agora seria o Partido Comunista agora ‘Brasileiro’. Em 1962, envolta em muitas discussões e controvérsias apontadas por seus próprios membros, a já afamada cisão realizada no clima de tensão política vivida no governo João Goulart deu origem então a um novo Partido Comunista do Brasil, de nova sigla, o PCdoB.

plano nacional e de relevante fervilhar cultural e político na cena pernambucana com o Movimento de Cultura Popular, os vários e diversificados experimentos do Serviço de Extensão Cultural (SEC)da Universidade Federal do Recife, liderados dentre outros, por Paulo Freire e os debates em torno de diferentes modelos de Estado e de "revoluções" brasileiras no que antecede o golpe empresarial-militar de 1964. A partir de 01 de abril, a principal atuação estudantil estará em encontrar espaços para denunciar o golpe, seus abusos e intervenções, as prisões arbitrárias e as discussões em torno dos acordos MEC-Usaid[31]. Por fim observaremos como o esgotamento das relações governo-movimentos sociais se iniciará em Pernambuco, mesmo antes do AI-5, e como a práxis política do movimento estudantil recifense passará por mudanças já a partir de 1967, cada vez mais convicto de que a luta e a participação política era única maneira de conquistar direitos.

Assim, em nosso primeiro capítulo, observaremos a tradição jacobina pernambucana condimentada com o "tempero socialista"[32] desde a Revolução Praieira de 1848. Veremos que as condições históricas, econômicas, políticas e sociais determinadas na sociedade pernambucana foram muito férteis para que as teses vermelhas emergissem no cenário político local. Além de conhecer com base em diversos depoimentos, uma breve retrospectiva dos acontecimentos do dia 1º de abril de 1964. A partir de então, abordaremos diversas nuances da política pernambucana anterior ao golpe empresarial-militar e seus desdobramentos na práxis política do movimento estudantil, até chegarmos aos anos 1960, à cidade vermelha com Arraes na prefeitura e a importância do Movimento de Cultura Popular. Nesse capítulo já são usadas entrevistas feitas com alguns militantes do movimento estudantil à época que serviram de fonte ao longo de todo o trabalho, pois como afirma o teórico Paul Thompson, a história oral deve contribuir para"uma reconstrução mais realista do passado. A realidade é complexa e multifacetada; e um mérito principal da história oral é que, em muito maior amplitude do que a maioria das fontes, permite que se recrie a multiplicidade original de pontos de vista"[33].Todas essas muitas faces que um mesmo processo histórico pode nos proporcionar através das entrevistas, também requer do historiador a habilidade de "fazer da análise uma variante do meu objeto"[34]. Quando a partir das últimas décadas, principalmente

[31]Entre o Ministério da Educação e Cultura e a United StatesAgencyfor InternationalDevelopment (Agência Desenvolvimento Internacional dos Estados Unidos), uma entidade que representava os interesses do capital e do imperialismo estadunidense em diversas regiões do globo, sobretudo nas ações voltadas para ampliação dos dispositivos de controle sobre os países subdesenvolvidos.

[32] O termo é utilizado por Joaquim Nabuco para definir o movimento da Rua da Praia e citado por VamirehChacon e melhor explicitado mais adiante nesse trabalho.

[33] THOMPSOM, Paul. A voz do passado: história oral. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

[34] CERTEAU, Michel. A invenção do cotidiano. p.35.

após publicação da citada obra de Thompson, A Voz do Passado (1973), cada vez mais o estudo da história nas universidades saiu do restrito âmbito das fontes escritas, para permitir-se enveredar pelas fontes orais buscadas em campo, e não apenas já publicadas em jornais ou similares, permitiu-se o aperfeiçoamento das técnicas como as formas de abordagem e de entrevistas, as maneiras de se elaborar perguntas adequadas, os aspectos do esquecimento, ou do silêncio, os debates e estudos em torno da memória, entre outros. Em meio a isso o historiador não deve limitar-se a definir o melhor método de pesquisa, mas utilizar-se do maior número deles para discutir suas fontes de maneira a levar o leitor a uma visão do processo histórico que favoreça a análise dos documentos e a sua interpretação.

O segundo capítulo inicia-se com uma análise da chegada de Arraes ao governo do Estado e as lutas e discussões em torno das reformas de base. Toda efervescência e tensão política e social vivida no estado, nos idos de 1963-64. O sentimento de otimismo à esquerda vivenciado em todo o país. O acirramento das forças em contínuo atrito, até culminar com o golpe reacionário,até finalmente analisarmos as características do movimento estudantil pernambucano a partir de 1º de abril, além da atuação comunista em seu meio, foco principal de nosso trabalho, através da leitura de diversas fontes documentais do período como Relatórios dos órgãos de investigação, Informes, Boletins, atas, matérias de jornais, relação de estudantes fichados na delegacia e listas de prontuários funcionais e individuais do Arquivo DOPS, disponíveis no Arquivo Público de Pernambuco Jordão Emerenciano, APEJE. O capítulo perpassa os anos de 1964, 1965 até meados de 1966, por compreendermos que é a partir daí e principalmente, de 1967, que o acirramento de forças torna-se algo infenso e fora de controle.

O nosso terceiro capítulo dedica-se ao período mais acirrado e quente da Ditadura Empresarial-Militar, a partir de 1967 até a promulgação do AI-5. Em nossas pesquisas, os documentos referentes a 1968 são maioria em quase todos os inquéritos investigados no Arquivo DOPS. Aquele foi realmente um ano incomum em todo o mundo. As forças democráticas e autoritárias chegam a um nível de exaltação sem precedentes na história nacional. Faremos um apanhado das inquietações estudantis e suas nuances, em constante diálogo com a Sociedade Civil e a Sociedade Política. A repressão e a dor das prisões e desaparecimentos, a marca da tortura.

2 Da semeadura do movimento estudantil dos anos 1950 ao seu alvorecer sob a égide Empresarial-Militar

"de Cuba em diante, outros países também iniciaram por distintas vias
e distintos meios a experiência de mudança;
a perpetuação da atual ordem das coisas é a perpetuação do crime"[35]

2.1 Condições para o surgimento do Comunismo em Pernambuco

O estado de Pernambuco possui relevante participação política dentro do contexto nacional. O estado está sempre associado a centro intelectual e político, palco de diversos debates ideológicos importantes para a solidificação de nossa identidade. Sob este solo fértil politicamente, as doutrinas denominadas comunistas encontraram espaço para desenvolvimento no cenário político-ideológico de Pernambuco, principalmente a partir da década de 1920, quando a agitação militar "correspondia a dos operários, com seus sindicatos, falando-se muito nos nomes de Caetano Machado, Joaquim Pimenta e Cristiano Cordeiro, este, um dos nove fundadores do Partido Comunista do Brasil e seu primeiro líder em Pernambuco"[36]

Mas as primeiras referências ao socialismo ou ao comunismo no estado de Pernambuco datam de muito antes das aspirações tenentistas. VamirehChacon, na obra História das Ideias Socialistas no Brasil [37], traz luz a textos reveladores do surgimento de um socialismo romântico incipiente desde os dias da Revolução Praieira em 1848, ano também de publicação do Manifesto Comunista de Karl Marx e Friedrich Engels na Europa. Chacon não só observa indícios de publicações de cunho socialista por lideranças políticas dos mais diversos matizes na sociedade pernambucana, como também analisa e reflete a profundidade dessas publicações tanto ao íntimo do próprio declarante quanto em seu alcance no seio social. O autor vê na Praieira uma posição singular de florescimento socialista em Pernambuco, e, que

> o Socialismo também emergiu, no Brasil, do seio da crise do Liberalismo. Há sinais de insatisfação com o Liberalismo tradicional já em 1817 com o Padre João Ribeiro, e 1824 na pessoa de Frei Caneca, assíduos frequentadores de leituras jacobinas e seus panfletários naquelas revoluções. Do Liberalismo radical ao Socialismo foi um passo. Portanto, é simplista a tese que a Praieira foi apenas "o último dos

[35] GALEANO, Eduardo. As veias abertas da América Latina. Porto Alegre, RS: L&PM, 2011.
[36] CAVALCANTI, Paulo. O caso eu conto como o caso foi: da Coluna Prestes à queda de Arraes: memórias / Paulo Cavalcanti. – 3ª edição – Recife: Guararapes, 1980.p. 42.
[37] CHACON, Vamireh. História das Ideias Socialistas no Brasil. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1981.

> movimentos autonomistas, federalistas do Império". Na expressão de Nabuco, "a política complicava-se com um fermento socialista". Esta característica peculiar da Praieira, entre as lutas regenciais, o que lhe dá posição única enquanto pioneira eclosão do pensamento e ação socialistas no Brasil.[38]

A presença de adeptos do jacobinismo francês em Pernambuco desde as revoltas de 1817 – Revolução Pernambucana – e em 1824 – Confederação do Equador – não só atestam alguma presença socialista no estado, mas apontam a existência de condições sociais, políticas e econômicas que contribuiriam para a propagação dessas ideias. Essa vocação jacobina em Pernambuco incendiou esses movimentos autonomistas e federalistas ocorridos no estado,levando inclusive setores do clero, da aristocracia rural, da magistratura, do funcionalismo público, além dos comerciantes, que viam na autonomia política uma maior possibilidade de inserção sua no governo local.Apoiavam as insurreições por julgarem mais conveniente exercer sua influência política sobre o Recife que junto às decisões tomadas à distância no Rio de Janeiro.

Na Praieira, os textos socialistas suscitaram provocação em diversos meios sociais. A intelectualidade local aflorou reflexões das mais românticas e acaloradas até leituras coerentes da realidade social. A presença portuguesa e inglesa no comércio favoreceria o discurso de defesa nacionalista dos bens materiais e da prática comercial aos brasileiros natos. A pobreza e o desemprego seriam fermentadores das críticas ao latifúndio e à escravidão na Recife dos anos 1850. Notemos nas palavras, por exemplo, de Romualdo Alves de Oliveira o nacionalismo, as ideias igualitárias e até o socialismo utópico francês. Numa única página o autor revela quatro publicações de Romualdo entre 1853 e 1854 onde são possíveis enxergar sua revolta contra a ruína dos partidos políticos e contra a exploração do homem. Vejamos suas palavras publicadas no jornal O Brado da Miséria, de 17 de fevereiro de 1853, quando escreve que

> a agricultura não abre uma saída à população oprimida pela indigência; porquanto, as terras obtidas por seus primeiros donatários em porções gigantescas ainda hoje estão divididas em grandes quantidades, cujos benefícios são usufruídos somente por *um pequeno número*, que o *monopoliza à pobreza* por modo grandemente nocivo à pequena indústria, que aliás tanto concorre para a subsistência do povo e manutenção da classe média. Essa *multidão* que a *aristocracia territorial exclui* assim da cultura do solo poderia ser empregada nela por meio do salário; mas aí é espoliada pela preferência dos braços escravos. – É sempre a guerra eterna do capital

[38] CHACON, Vamireh. História das Ideias Socialistas no Brasil.1981, p. 21.

> contra o trabalho, vitória contra a qual reagem hoje na Europa civilizada todas as diferentes frações do Socialismo [grifo nosso] [39]

Grifamos nesta interessante citação revelada em Chacon, uma pertinente visão de luta de classes. Fica claro que o autor nos idos de 1850 reconhecia no latifúndio um dos catalisadores da pobreza e da indigência. Além disso, ele observara, como muitos outros de sua geração, influenciados pelo socialismo, a espoliação de classe, pois "essa multidão" era deliberadamente excluída pela "aristocracia territorial", um "pequeno número" de pessoas, mas com poder de "monopolizar [as massas] à pobreza". Sem falar em sua análise econômica e social de que esse monopólio aristocrático era "nocivo à pequena indústria" e a uma multidão que "poderia ser empregada [na terra] por meio do salário; mas aí é espoliada pela preferência dos braços escravos".

Aliás, a visão da luta de classes estava presente em outros ativistas políticos pernambucanos contemporâneos à Praieira. Notemos essa visão nas palavras de Antônio Pedro de Figueiredo e, além disso, como elas atestam que o Socialismo radical surge em nossas terras também da crise do Liberalismo, quando critica os ideais da Revolução Francesa, movimento caracterizado pela derrubada do poder dinástico para implementação de um regime liberal, igual e fraterno:

> Estas três palavras ficaram no domínio teórico, sem que pudessem encarnar os fatos: apenas *uma diminuta parte* dos indivíduos que compõem as nações colheu o fruto dos mártires: *a sorte das massas foi piorando de mais e mais*. (...) De efeito, que papel podem representar a Igualdade, a Fraternidade e a Liberdade, nas nossas sociedades modernas? Que é a Igualdade onde *pequeno número* de privilegiados gasta na ociosidade o produto *do trabalho de muitos* milhares de seus irmãos? Que é a Fraternidade num grêmio social que deificou o egoísmo sob todas as formas? (...) Que é que pode significar o vocábulo Liberdade numa sociedade em que *as massas* dependem de *um pequeno número* de homens que, de fato, exercem sobre elas um direito de vida e morte, *por mercê do capital* [grifo nosso] (O Progresso, 20 de abril de 1848)[40].

A título de ilustração, nos prendamos em destacar uma outra figura importante no cenário intelectual dos ideais socialistas em Pernambuco, que sintetizam bem esse momento, o despertar da observação à luta de classes, o padre Miguel do Sacramento Lopes Gama. O padre publica em 1845 uma visão anterior ao Manifesto Comunista Marxista, de que

[39]CHACON, Vamireh. História das Ideias Socialistas no Brasil. 1981. p. 55
[40]CHACON, Vamireh. História das Ideias Socialistas no Brasil. 1981. p. 35

> em todos os países, e em todas as épocas essas classes privilegiadas, ciosas das vantagens que possuíam, desveladas por estendê-las todas as vezes que julgaram oportuno o ensejo, já por egoísmo, já por orgulho e cobiça, sempre procuraram manter-se em um poder discricionário, e por isso *sempre se constituíram em guerra permanente com os povos por elas deserdados e oprimidos*. Todas as páginas da história oferecem-nos exemplo dessa verdade. Tal foi em Roma a luta dos plebeus e dos patrícios; tal na Revolução Francesa a dos comuns nascentes contra o feudalismo; e ainda hoje, pode-se dizer, que é a grande questão de todo o mundo civilizado (Sete de Setembro, 04 de novembro de 1845)[41]

Com tamanha sensibilidade para enxergar a luta de classes, não nos iludamos que, em primeiro lugar, esses intelectuais fossem meros copiadores das teses advindas do repertório ideológico europeu. Nem, ao outro lado, que eles tivessem absoluta razão e cientificidade em utilizar-se dessas teses em suas leituras da realidade nacional e local. O próprio Chacon nos esclarece como o Padre Lopes Gama, por exemplo, apesar da visão de luta de classe e defesa do Socialismo não era um radical,não era adepto de atos insurrecionais, e não confiava em delegar excessivo poder às massas – como muitos de sua geração –, apesar de – contraditoriamente – defender a democracia, ou aquilo que imaginava dela.

No entanto, há que se destacar sua relevância em promover o amadurecimento dessas ideias, para que surgissem nos anos 1850 outros pensadores que refletiriam novas críticas ao modelo político local e que,precedendo em cerca de quarenta anos da proclamação da República no país, já tenhamos críticos do modelo Liberal, ainda jovem, e de suas consequências nas desigualdades *de classe*.

Este tempo proporcionou também, ao passar das décadas, a maturação de infinitas possiblidades a partir, dentre muitos outros, de eventos como a maior abertura comercial, o início de uma incipiente industrialização, o surgimento das correntes filosóficas anarquista e marxista, o estouro do modelo político positivista, o surgimento da ideia de nação e de defesa do progresso, o nacionalismo, a abolição da escravidão e as contradições que envolviam o trabalho livre, a instituição da República, e do voto, que contribuiriam para formar as bases, especificidades e contradições que desembocariam nas agitações dos anos 1920 e 1930 do comunismo em Pernambuco.

A vitória do socialismo na Rússia, em 1917, empreendeu, obviamente, profundas alterações no movimento socialista mundial. O pensador José Aricó buscou compreender a chegada das teses revolucionárias russas num continente tão distinto quanto a América Latina. No Brasil, ativistas sindicais como Cristiano Cordeiro e Astrogildo Pereira, receberam o

[41]CHACON, Vamireh. História das Ideias Socialistas no Brasil. 1981. p. 64

impacto das novas ideias de Lênin sobre a construção do primeiro Estado proletário com entusiasmo,

> num continente desagregado e colonial, uma ideologia que tendia a situar tudo no terreno da política e que inspirava uma experiência social com a grandeza da soviética não podia deixar de se transformar num componente forte de todas as agregações políticas de tipo socialista ou nacionalista-revolucionária e populista, que proliferaram na América Latina do anos 20 e 30. Portanto se possível falar nesses anos de uma crescente difusão do marxismo, é só na condição de esclarecer que o conhecimento das obras de Marx e Engels foi filtrado através da leitura leninista e terceiro-internacionalista.[42]

Aqui, é relevante apontar a influência das decisões da Internacional Comunista nas diretivas dos anos 1930 que deveriam ser adotadas pelo Partido no Brasil. Fica evidenciada a cautela que se deve ter em apontar suas decisões como genuinamente marxistas, uma vez que eram filtrados pela concepção intelectual da Terceira Internacional. Outro ponto importante é o sucesso russo num movimento revolucionário armado, preparado em empreender uma Revolução capaz de modificar as estruturas sociais de uma nação extensa e de bases rurais, semelhante ao Brasil. Com isso deram início à fundação do Partido Comunista do Brasil, nascido no Rio de Janeiro em fins de março de 1922.

Com as agitações tenentistas e operárias nos anos 1920 e a instabilidade e esgotamento político do modelo republicano em voga desde 1889, um movimento armado impõe-se e realiza a tomada do poder em 1930 fazendo assumir a liderança do governo o gaúcho Getúlio Vargas, quebrando a hegemonia do bloco café com leite. Àquela altura,

> muitos dissidentes da elite política estavam ansiosos para usar o golpe em seu próprio benefício. Sua dissenção tinha, em muitos casos, surgido de rivalidades políticas rotineiras nos estados e entre os estados. Líderes de clãs de oposição na política estadual, por exemplo, ficaram felizes por ganhar poder localmente por meio de um golpe militar no Rio de Janeiro. [...] Eles apoiaram a "revolução" não por desejarem mudanças sociais e econômicas básicas, mas como justificativa por terem recorrido à revolta armada contra os "da situação", que tinham ignorado seus interesses nas negociações para escolher um candidato do "governo" em 1929. Esses políticos frustrados, tanto nos estados grandes como nos menores, dariam a indispensável continuidade entre a República Velha e os sucessivos estágios da era Vargas.[43]

Essa coalizão que chega ao poder federal em 1930 por meio de um levante armado não estava interessada em mudanças estruturais no Estado brasileiro, ou ao menos, não em função das classes desfavorecidas ou para redistribuir renda ou diminuir as desigualdades. As

[42] ARICÓ, José. O Marxismo latino-americano nos anos da terceira internacional. In: História do Marxismo. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1987.p. 436-437.
[43] SKIDMORE, Thomas. Brasil: de Getúlio a Castello. 2010, p. 44-45.

estruturas do Estado brasileiro sofreriam sim alterações, mas não nesse sentido, e sim para um viés mais autoritário após 1937. No campo, a hegemonia dos senhores permanecia praticamente intocada, assim como os direitos e as condições de vida de seus subordinados. Naquele momento, Segundo o brasilianista Thomas Skidmore, a fraca industrialização brasileira e

> a cultura patrimonialista do país não tinham produzido nenhum movimento de massa, nem sequer uma liderança política unificada de esquerda. O movimento sindical trabalhista (de dimensões extremamente modestas em 1930) era dividido por lutas entre anarquistas, trotskistas, comunistas e radicais. O Bloco Operário e Camponês não teve nenhum peso significativo nos acontecimentos de 1930. O Partido Comunista rejeitou a revolução chamando-a de "luta entre duas facções da burguesia nacional, luta entre dois bandos do exército.[44]

A coalizão articulada entre as forças constantes no bloco de poder que assume o governo em 1930 realmente não promoveu a participação popular. Os comunistas, anarquistas e demais grupos de esquerda estavam ainda vivendo uma incipiente estruturação em nível nacional, mas ganhavam adeptos. O movimento paulista que exige de Vargas uma nova Constituição, em 1932, também enquadra-se dentro da visão defendida pelo PC, era mais "uma luta de duas facções da burguesia nacional". Buscando maior espaço de atuação, em 1935, nasce um movimento de caráter nacional que procura aglutinar forças das esquerdas, a Aliança Nacional Libertadora fundada em

> 23 de março de 1935, [logo] posta na ilegalidade, passando à conspiração, agora sob a bandeira da insurreição armada. Era, no fundo, o "tenentismo" de cunho pequeno-burguês ressurreto, pregando o estabelecimento de um governo nacional-popular de trabalhadores de todas as categorias. De certo modo, a ANL, enquanto legal, cumprira seu papel e advertir o povo sobre o caráter fascista do integralismo, agrupando legiões de simpatizantes em torno do seu programa. [...] A massa operária e camponesa permanecera alheia aos acontecimentos, somente a classe média urbana deixando-se envolver.[45]

Naquele ano, logo após sua fundação, a ANL é posta na ilegalidade, e seus simpatizantes tornam-se "conspiradores". A partir de então, seus militantes procuram meios de se articular para um projeto que conquiste o poder de outras formas, iniciando um movimento que aqui denominamos Levante Armado de 35[46], ele ocorre como uma tentativa

---

[44] SKIDMORE, Thomas. Brasil: de Getúlio a Castello. 2010, p. 42-43

[45] CAVALCANTI, Paulo. O caso eu conto como o caso foi. 1980, p. 139-140.

[46] O termo Intentona Comunista hoje remete a um tom pejorativo utilizado pelo próprio regime autoritário varguista para minimizar a dinâmica e os reais intuitos do movimento. Em nosso trabalho utilizaremos o termo Levante Armado de 35 para se referir ao relevante movimento.

de frustrar o avanço do fascismo, que seduzia civis, jovens e militares de todo o país ao movimento de Plínio Salgado. Obviamente que, para muitos, o levante é visto como um equívoco, por ser deflagrado antes que o programa da ANL atingisse um movimento de massas, tornando-se uma força social. Ainda assim, com todos os desafios impostos à tarefa,

> sem consulta às bases [...], a Aliança e o Partido Comunista decidiram a sorte da insurreição, empurrando-a a uma aventura que custaria à Nação e ao povo tremendos sacrifícios, no estilo dos velhos golpes "tenentistas" de 1922, 1924, 1931 [...]. O "Comando Revolucionário" em Pernambuco, estava nas mãos de Silo Meireles, oficial reformado do exército, destemido e culto, Capitão Otacílio de Lima, tenentes Lamartine Coutinho e Alberto BomílcarBesouchet, Sargento Gregório Lourenço Bezerra e os civis José Caetano Machado, secretário-geral do PC no nordeste, e Pascácio Rios de Souza Fonseca [...]. Cristiano Cordeiro, incontestavelmente o maior líder de massa do Partido Comunista no estado, discordara frontalmente do movimento, sendo por isso posto à margem dos fatos.[47]

Entretanto, a ANL possuía sim bases por todo o Brasil. Parecia que "a esquerda recuperara o ânimo. Mais de 1600 seções locais da ANL tinham surgido até o fim de maio de 1935. Os elementos progressistas dentro da classe média finalmente se juntavam aos sindicatos militantes em apoio a um programa radical"[48]. Talvez exatamente por isso a polícia varguista invade a sede da Aliança, confisca documentos e põe o movimento na ilegalidade.E aqui, há que se fazer justiça histórica com o ousado movimento que ficou pela historiografia denominada como Intentona Comunista.O termo não reflete o arrojado movimento comunista que, desde a Revolução de 1917 foi o primeiro levante armado e organizado pelas fileiras do Partido nas Américas e que chegou efetivamente a pegar em armas e empreender, ainda nos anos 1930, uma revolta articulada em partes diferentes do continental território brasileiro. Além da nomenclatura, uma outra injustiça ocorre ao movimento, pois muitos livros ainda afirmam que o levante iniciou com "militares revolucionários nas guarnições de Natal e Recife [começando] uma revolta de quartel, assassinando oficiais superiores enquanto eles dormiam"[49]. Estas são versões

> destituídas de qualquer fundamento, variam de espaço, ao sabor das provocações. No Recife, fala-se que que a morte de militares dormindo teria ocorrido no Rio, enquanto no Sul se alude ao episódio de tão covardes ações como tendo acontecido no Recife. O historiador Hélio Silva, em seu livro 1935 a revolta vermelha, não gasta uma linha sequer em desmentir essas calúnias, tal a falta de veracidade dos fatos, a improcedência e a ausência completa de provas nesse sentido. Quem morreu,

[47] CAVALCANTI, Paulo. O caso eu conto como o caso foi. 1980, p. 141.
[48] SKIDMORE, Thomas. Brasil: de Getúlio a Castello. 2010, p. 53
[49] SKIDMORE, Thomas. Brasil: de Getúlio a Castello. 2010, p. 55.

> morreu lutando, de um lado ou de outro. Ninguém morreu dormindo, como asseveram os deturpadores da história, no afã e amoldá-la às suas conveniências.[50]

No Recife, um dos centros de atuação comunista no Brasil, o levante iniciou na madrugada de 23 para 24 de novembro, um fim de semana, quando os quartéis estariam vazios. Várias autoridades do estado e do comando do exército encontravam-se viajando, e outras capitais do nordeste também empreenderiam naquele dia suas revoltas e movimentações militares, contra ou a favor ao movimento. Comandos militares de Pernambuco e Rio Grande do Norte, além do Rio de Janeiro levantaram-se em armas com intento de tomada direta do poder por via revolucionária, segundo o brasilianista Joseph Page,

> no dia 24 de novembro de 1935, enquanto o governador de Pernambuco atravessava o Atlântico em direção a Lisboa, a bordo do dirigível alemão Hindenburg, o Partido Comunista desencadeou uma rebelião armada no estado, como parte de um esforço coordenado para derrubar o governo no Brasil. Se não se levar em conta um golpe abortado em El Salvador em 1932, *foi esta a primeira e única vez que um Partido Comunista, ligado à linha de Moscou, tentou fazer uma revolução violenta na América Latina* [grifo nosso].[51]

Naquela manhã de domingo, Lamartine Coutinho inicia um levante em Jaboatão, em local onde se localizava um centro ferroviário. Após o início da revolta, ao todo

> mais de três mil homens em armas, com a adesão entusiástica de populares residentes em Jaboatão, Silo e Besouchet seguiram o rumo do interior, tentando Lamartine, ao contrário, marchar em direção ao Recife. Nesse meio tempo, uma tropa [...] da Polícia Militar confraternizou com os insurretos, passando-se para o seu lado. Mas as horas corriam. E tropas da Paraíba e de Alagoas se movimentavam para o Recife, trazendo inclusive uma Bateria de Canhões. [...] Do alto da Igreja matriz de Largo da Paz, os soldados de Lamartine resistiram a mais de trinta horas de fogo contínuo. Não fosse a chegada dos batalhões de Alagoas e Paraíba, e os "aliancistas" teriam batido as tropas de Pernambuco. Exaustos e cercados por todos os lados, Lamartine e seus homens recuaram, tentando como último recurso ganhar o interior, sendo presos, então. [...] Na verdade, contando com mais de três mil homens armados, os chefes militares do movimento se defenderam mais do que atacaram, numa "guerra" que se caracterizou pela ausência de ações rápidas e decisivas. [...] "As forças rebeldes", afirma o procurador militar, no processo que se instaurou perante o Tribunal de Segurança Nacional, "não praticaram qualquer depredação". [52]

Após a conclusão do movimento e a prisão de seus líderes, Vargas adquirira o pretexto desejado para conseguir extrair do Congresso mais poderes ao executivo. "Ao longo de 1936,

[50] CAVALCANTI, Paulo. O caso eu conto como o caso foi. 1980, p. 142
[51] PAGE, Joseph. A Revolução que nunca houve. O nordeste do Brasil 1955-1964. 1972. p. 76.
[52] CAVALCANTI, Paulo. O caso eu conto como o caso foi. 1980, p. 144-145.

a condescendência do Congresso em conferir poderes de emergência ao Executivo prosseguiu. Aquele ano o Congresso aprovou quatro vezes a extensão do estado de sítio por noventa dias"[53]. Em 1937, o regime se fecha de vez, e o governo varguista põe em práticauma estratégia baseada em uma prova falsa de um golpe comunista, o Plano Cohen[54]. A partir dali, o Estado brasileiro passou por transformações de caráter autoritário que o levou a fechar-se politicamente – marcado pelo anticomunismo extremado, perseguição e eliminação da oposição política e cerceamento das liberdades democráticas. É sob esse contexto de recrudescimento que nascerá a Delegacia de Ordem Política e Social em Pernambuco, com a

> especialização da polícia política no trato dos crimes de ordem política e social no Brasil irá se configurar na década de 1930. Todo o treinamento e aparelhamento dessa polícia especializada passará pela noção de como tratar e coibir os abusos cometidos por uma nova ordem de práticas que correspondem ao crime ideológico. [...] Pernambuco, enquadrado como o terceiro maior foco comunista do país, recebe diretamente de Felinto Müller, chefe da polícia federal do governo Vargas, as novas orientações que deverão permear a ação policial no controle da ordem política e social no estado. A Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) atuará, enquanto polícia política, no controle do crime ideológico. [55]

Obviamente, como parte do plano repressor, a dimensão de crime ideológico era usada para autuar as mais diversas figuras políticas, como militantes, intelectuais, operários, professores, magistrados ou qualquer autoridade perniciosa ao regime autoritário constituído. A pesquisadora Marcília Gama entende por crime ideológico os

> "crimes" baseados na perversão das ideias, ou em ideias consideradas permissivas, "perigosas", "malditas"– nas palavras de Maria Luiza Tucci Carneiro, aquelas que infringem o instituído; nas palavras dos censores da SSP/PE, as que corrompem a ordem 'natural' das coisas.Durante os governos autoritários tanto do estado novo como no estado de exceção implantado no país em 1964, um dos signos mais temidos e o principal objeto de combate por parte dos órgãos de repressão foi o comunismo, utilizado para taxar subversivos aqueles que simpatizam com as ideias 'perigosas' [...]. Em épocas distintas observa-se uma frequente recorrência do DOPS ao partido comunista como motivação para a vigilância, censura e repressão daqueles que ousassem comungar/colaborar com as ideias comunistas.[56]

[53] SKIDMORE, Thomas. Brasil: de Getúlio a Castello. 2010, p. 56.
[54]O projeto que ficou conhecido como "Plano Cohen" tratava-se de um estratagema militar baseado numa grosseira falsificação de um plano de batalha para uma revolução comunista. "O documento foi levado a Dutra e Getúlio que aprovaram seu uso para preparar o [seu próprio] golpe" (SKIDMORE, 2010, p. 60), justificando seu levante militar como uma defesa nacional contra um (falso e inexistente) levante comunista em execução.
[55] SILVA, Marcília Gama. Informação Repressão e Memória. UFPE. 2014, p. 61.
[56] SILVA, Marcília Gama. Informação Repressão e Memória. UFPE. 2014, p. 62.

Esse anticomunismo extremado estará presente de maneira marcante na política brasileira, bem como em Pernambuco. Como veremos, as administrações estaduais ligadas às elites conservadoras do interior do Estado manterão, equiparão e apoiarão fortemente as medidas de repressão política e a perpetuar a ideia de crime ideológico. Nos próximos anos, um dispositivo militar de segurança nacional criado na Segunda Guerra Mundial é mantido para que o Recife não possa votar para escolha de seu prefeito até o ano de 1955. Uma decisão reacionária do governo federal, ciente do potencial das ideias comunistas na cidade, impede os recifenses de escolher seus representantes, mesmo em tempos de democracia e de paz.

Com o fim do conflito mundial e do governo Vargas, o Brasil terá um suspiro razoavelmente democrático inferior a duas décadas. Será um período, porém, de intensas movimentações classistas e de massa, em torno das mais variadas discussões acerca da vida brasileira. O contexto de Guerra Friaextremava os debates e polarizava as mais diversas controvérsias. A situação social do Recife, de Pernambuco e do Nordeste como um todo, favorecia a aceitação das teses esquerdistas que pregavam maior justiça e igualdade social. Questionavam o poder monopolizado pelos senhores e proprietários de terra dos sertões. Criticavam o entreguismo das riquezas nacionais pela política econômica aberta ao capital estrangeiro. Levantavam bandeiras que defendiam as causas daqueles que tinham suas vozes silenciadas pelo status quo patronal.

Para a campanha de sucessão a Vargas, deposto em outubro de 1945, apresentaram-se três candidatos[57]. As forças conservadoras da União Democrática Nacional – UDN – e do Partido Social Democrático – PSD – apresentaram o Major Brigadeiro Eduardo Gomes e o General Eurico Gaspar Dutra, respectivamente. O PCB, congregando setores progressistas e já inserido nos movimentos sociais apresentou o nome de Yeddo Fiúza. O General Dutra acaba derrotando Eduardo Gomes, seu principal adversário. Ao PCB coube cerca de dez por cento da votação nacional.

Em Pernambuco, o ranking[58] dos candidatos foi o mesmo, sendo Fiúza votado por cerca de 15% dos pernambucanos tendo pouco mais de 43 mil votos. Para senador, o

[57] Um pequeno partido surgido com a abertura política do fim do Estado Novo, o Partido Agrário Nacional lançou a candidatura do pouco conhecido Rollim Telles. Ele obteve vitória apenas no antigo Estado do Rio Branco, hoje Roraima, onde apenas pouco mais de 500 eleitores votaram dos quais e ele obteve 237 votos.

[58] Banco de dados do Tribunal Superior Eleitoral, disponível emhttp://www.tse.jus.br/hotSites/pesquisas-eleitorais/resultados_anos/1945.html- Acessado em 11 de dezembro de 2015.

candidato comunista Agostinho Dias de Oliveira obteve mais de 48 mil votos, e Luís Carlos Prestes, também candidato ao Senado no Rio de Janeiro, pela legislação eleitoral da época, recebeu outros 49 mil 244 votos em Pernambuco. Somados os votos para senadores comunistas ainda não chegaria aos mais de 110 mil alcançados por cada um dos candidatos do PSD e UDN eleitos no estado. O PCB alcançou resultados expressivos para os cargos de Deputado Federal em Pernambuco, chegando a lançar a única candidata mulher ao cargo no estado, Adalgisa Rodrigues Cavalcanti, que obteve 849 votos, insuficientes para a vitória.

Era um ideal excepcionalmente progressista uma candidata mulher nos anos 1940 numa sociedade tão marcada pelo patriarcalismo senhorial como a pernambucana. A ousadia e luta de Adalgisa no Partido foi recompensada dois anos depois, quando ela foi eleita pelo PCB a primeira mulher Deputada Estadual. Ainda em 1947 o PCB lançaria o nome de outras duas mulheres, Júlia Pereira de França e Cândida de Carvalho Maranhão.

Ao cargo de governador naquelas eleições apresentaram-se três candidatos, o tradicional PSD lançou Barbosa Lima Sobrinho, enquanto a conservadora UDN indicou o nome de Neto Campelo Júnior. O Partido Republicano escolheu Eurico Souza Leão, ex-chefe de polícia do governo Estácio de Coimbra. Para essas primeiras eleições, pós-Estado Novo, as esquerdas de Pernambuco uniram-se para apoiar o nome de Pelópidas Silveira.

As velhas tendências de esquerda na política pernambucana que remetiam aos anos 1920e 1930 pareciam emergir. Ali o estado já possuía relações com as teses esquerdistas e a atuação de figuras como Cristiano Cordeiro, Cleto Campelo e Gregório Lourenço Bezerra, tendo suas origens, a rigor, nas agitações dos anos 1930,

> ainda que informalmente, data dos tempos da legenda ‘trabalhador ocupa teu posto’, quando das eleições para Assembleia Nacional Constituinte de 1933. As forças de esquerda e inúmeros democratas se juntaram, então, para sufragar o nome de Cristiano Cordeiro a deputado federal, dando-lhe votos que, sozinho, o Partido Comunista não teria condições de obter em seus próprios redutos. Nos pleitos estaduais e municipais de 1934 e 1936, o fenômeno repetiu-se, o que dá uma ideia da existência, como pressuposto, de uma “frente única” de esquerda, em potencial, numa época em que o PC, quase exclusivamente, representava o pensamento marxista[59]

---

[59]CAVALCANTI, Paulo. O caso eu conto como o caso foi. 1980. p. 279.

Essa orientação à esquerda que renascera após os abusos e violência coercitiva do Estado Novo e que se cristalizaria na Frente do Recife nasceram muito antes ao período legal do PC. Essa Frente ao longo de quinze anos venceu dezesseis votações apuradas na capital pernambucana.Entre eleições para presidente da República, governador do estado, senador e prefeito da cidade, a Frente perdeu somente para Jânio Quadros, em 1960, quando o PCB apoiou o Marechal Teixeira Lott.

Portanto, nas eleições de 1947 já era possível notar a presença destas forças esquerdistas e "o primeiro passo, o impulso decisivo para a formação definitiva da Frente do Recife, ocorreu quando do lançamento da candidatura de Pelópidas Silveira ao governo do estado, em 1946"[60]. Joseh Page também observa o movimento das forças que favoreceram o surgimento da Frente

> o poder político parecia estar se deslocando de modo lento mas perceptível, de um círculo de famílias ricas para um movimento populista de amplas bases. Liberais e progressistas de todos os matizes, desde devotos católicos até membros do Partido Comunista, estavam se unindo num esforço maciço. Sua meta era democratizar o governo da cidade e do estado, utilizar o poder político para fazer justiça econômica e social às massas pobres urbanas e rurais, mudando, assim, as estruturas da sociedade que eles sentiam terem condenado o Nordeste ao atraso e à extrema pobreza.[61]

O potencial de conquista da simpatia e dos votos da sociedade pernambucana impeliu os comunistas a empreender uma programação de comícios e atos públicos, cidade por cidade, bairro por bairro, com a participação de líderes do PC e do PSB, além de intelectuais e estudantes. Segundo Pandolfi,

> durante o curto período em que se mantém na legalidade, o PC em Pernambuco aumenta o seu número de militantes de 100 para 20 mil. Nas eleições presidenciais de 1945 o candidato comunista Yedo Fiúza obtém no chamado Grande Recife (Recife e municípios vizinhos) 40% dos votos, e nesta mesma data o PCB elege 3 deputados para a Câmara Federal. (...) Nas eleições municipais de 1947 o partido elege 11, numa bancada de 25 [vereadores do Recife]. Para a Assembleia estadual os comunistas fazem 9 deputados, dentro de uma bancada de 55 deputados, sendo a terceira legenda mais votada depois do PSD e da Coligação Pernambucana (UDN-PDC-PL)[62]

[60]CAVALCANTI, Paulo. O caso eu conto como o caso foi. 1980. p. 279.
[61]PAGE, Joseph. A Revolução que nunca houve. O nordeste do Brasil 1955-1964. Tradução Ariano Suassuna. Rio de Janeiro. editora Record, 1972.p. 22
[62] PANDOLFI, Dulce Chaves. Pernambuco de Agamenon Magalhães consolidação e crise de uma elite política. Recife. Editora Massangana. 1984. p. 109.

O resultado das eleições estaduais de 1946 revelara que no Recife, o candidato da frente obteve cerca de 38 mil votos, contra 16 mil de Neto Campelo e 9 mil de Barbosa Lima Sobrinho, que, no geral do estado, foi eleito Governador. Curioso observar o resultado final desta eleição, na qual Neto Campelo e Barbosa Sobrinho alcançaram, ambos, mais de 90 mil votos cada, enquanto Pelópidas obteve cerca de 58 mil votos[63] no total. É nítido ressaltar a disparidade na votação colhida em Recife para o restante do estado.

A atuação comunista na capital pernambucana, aliando sua presença em sindicatos, organizações de classe e no movimento estudantil teriam contribuído para ganhar terreno junto as massas, sobretudo nos subúrbios, como no populoso bairro de Casa Amarela, reduto de votos da Frente do Recife, que lhe garantiria uma votação maior que a de seus adversários conservadores somados. No entanto, as forças dominantes dos redutos – para não chamar de currais – eleitorais dos senhores no interior, haviam pendido o resultado final da eleição para os candidatos menos votados na capital. O candidato vencedor da eleição obteve apenas cerca de dez por cento de seus votos no Recife.

Já no cenário nacional

> os candidatos comunistas saíram-se muito bem. O Cavaleiro da Esperança[64] conseguiu eleger-se para o Senado pelo Distrito Federal (a cidade do Rio de Janeiro). O candidato comunista para presidente recebeu 10% do total de votos nacionais. Quatorze comunistas foram eleitos deputados federais. Entre eles estava Gregório Bezerra, cujo papel na revolução de 1935 não impediu que o povo de Pernambuco votasse nele. Esta tendência continuou nas eleições estaduais de 1946. O partido ganhou 11 dos 25 lugares na Câmara dos Vereadores do Recife e colocou 9 deputados na Assembleia Legislativa de Pernambuco.[65]

O sucesso comunista nas eleições de 1945 e 1947, como já bastante referendado na academia, não foi nem um pouco bem visto pela inclinação reacionária e conservadora do Presidente Dutra e das forças a quem representava. Entre os deputados eleitos para a Assembleia Legislativa do estado pelo PCB estava David Capistrano, comunista de notável atuação que será figura marcante da política pernambucana. Eminentemente relevante ao foco de nossa análise, por, dentre outros inúmeros fatores, Capistrano ministrar um curso de preparação e iniciação ao comunismo para estudantes do Ginásio Pernambucano[66] nos anos

[63] Banco de dados do Tribunal Superior Eleitoral, disponível em http://www.tse.jus.br/hotSites/pesquisas-eleitorais/resultados_anos/1945.html - Acessado em 03 de outubro de 2015.

[64] Apelido conferido a Luís Carlos Prestes, ainda nos tempos do tenentismo dos anos 1930.

[65] PAGE, Joseph. A Revolução que nunca houve. O nordeste do Brasil 1955-1964. 1972. p. 79

[66] Informação colhida em entrevista ao jornalista Marcelo Mário de Melo, em 25 de abril de 2016, estudante que participou de uma dessas classes, em 1961, quando de sua filiação aos 17 anos de idade. Também em entrevista

1960. O deputado comunista atento aos problemas sociais de subnutrição e miséria das margens do Capibaribe defendia em 1947:

> Sabemos perfeitamente que a maioria dessas terras circunvizinhas do Recife são do patrimônio da União, as quais foram arrendadas à Marinha durante vinte ou trinta anos, e depois desse tempo passa-se uma escritura apropriando-se dessas terras. Nada mais justo e humano que a Prefeitura e o estado desapropriaram imediatamente essas terras e loteá-las e vende-las àqueles que têm mocambos, e não permitir a agiotagem que aí existe.[67]

A preocupação da bancada comunista com questões econômicas e de ordem social, como a habitação dos mocambos, a concessão de serviços estaduais a empresas estrangeiras e a questão agrária, há muito não apenas requerida como necessária ao desenvolvimento do nordeste, não agradava aos setores conservadores da política nacional. Em dado momento o Governo Dutra "passou a exercer controle sobre as manifestações de rua e, por intermédio do Ministério do Trabalho, estabeleceu exigências regulatórias que levaram à cassação de uma infinidade de sindicatos (...) constantemente o direito a reunião era desrespeitado pela pura e simples repressão policial"[68] Em fevereiro do mesmo ano, apenas algumas semanas decorridas da eleição em 19 de janeiro, foi enviada uma representação ao Tribunal Superior Eleitoral – TSE – sob o argumento de o PCB ter dois estatutos. A votação ocorrida em abril daquele ano cassou o registro do Partido por três votos a dois. Jacob Gorender, notável militante comunista que integrara o Partido na célula universitária em 1942, na Bahia, e integrara as forças da FEB na Itália, em sua obra Combate nas Trevas (1987), assim analisa a cassação do PCB:

> Ao abrir-se o processo judicial de cassação do seu registro de partido legal, a direção do PCB não o levou a sério. Um mês antes do julgamento, o secretário-geral Luís Carlos Prestes em discurso para militantes comunistas na Casa do Estudante ali tranquilizou os presentes: a cassação era inviável, o processo judicial partia de inexpressivo grupelho fascista, a burguesia "progressista" não tinha interesse em tamanho disparate. Diante de tão autorizada apreciação, a militância do PCB se acomodou nas tarefas rotineiras e deixou de promover uma campanha de protestos de massa contra a cassação. (...) uma vez que a ordem judicial de fechamento das sedes se cumpriria em 8 de maio de 1947, houve um corre-corre para retirar fichários e queimar papeis. Em janeiro de 1948, seguia-se a cassação dos mandatos dos parlamentares comunistas.[69]

---

ao ex-militante Marcelo de Santa Cruz quando afirma que o PCB "teve um papel muito importante na formação da juventude" e citar o nome, dentre outros, de David Capistrano.

[67] PERNAMBUCO, Assembleia Legislativa. David Capistrano: entre teias e tocaias. (Perfil parlamentar século XX; v.6) Recife. A Assembleia, 2012. p. 43.

[68] PERNAMBUCO, Assembleia Legislativa. David Capistrano: entre teias e tocaias. 2012. p. 50

[69] GORENDER, Jacob. Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo. Editora Ática, 1987.p. 21.

De fato, entre a data da representação ao TSE em fevereiro até seu julgamento em 26 de abril as lideranças do Partido teriam tempo para uma mobilização contra sua cassação. A pertinente crítica de Gorender demonstra verdadeira cegueira política de Prestes, principal liderança do Partido. David Capistrano lutaria contra a cassação dos mandatos da bancada comunista. Contendo nove partidários na Assembleia Estadual "a bancada comunista passou a ter um peso importante, sendo muitas vezes o fiel da balança entre disputas do PSD com a UDN, aumentando, assim, o seu poder de barganha. Isso lhe permitiu aprovar em 16 de junho de 1947 uma moção contra a cassação dos mandatos"[70]. O texto transcrito a seguir foi enviado para todas as outras casas legislativas do país:

> A assembleia Constituinte Estadual de Pernambuco, vigilante na defesa da Constituição, sente-se no dever de alertar todos os órgãos do Poder Legislativo contra quaisquer tentativas de cerceamento da sua soberania, integridade e dignidade, representados neste momento pelas tentativas de outorgar ao Poder Judiciário a prerrogativa que lhe cabe, com exclusividade, de cassar mandatos de parlamentares. A Assembleia Constituinte de Pernambuco está certa de que a sorte da democracia no país depende em grande medida do livre funcionamento dos Parlamentos e que a defesa comum de suas franquias é um dever iniludível de todos os membros do Poder Legislativo.[71]

A esperança de Capistrano ruiria em princípios do ano seguinte. No entanto, o professor Evson Malaquias de Moraes Santos em seu livro A primeira greve estudantil da UFPE, 1947 (2010)[72], também endossa a relevância que teve a revogação da legenda do PCB nos ânimos estudantis recifenses,

> um dos temas com eco na sociedade brasileira e no mundo que repercutirá na Universidade do Recife, particularmente, na Faculdade de Direito e na Escola de Engenharia, é o fechamento do Partido Comunista Brasileiro em 7 de maio de 1947. Tema este em que nos deteremos mais detalhadamente devido à importância político-ideológica que se desenvolverá. O que significa dizer que os ânimos, no que se refere a este tema, estavam exaltados. O Diário de Pernambuco acompanhou a assembleia estudantil e no dia 18 de maio estampou como título: "Repercussão do fechamento do P.C.B. na Escola de Engenharia".[73]

[70] PERNAMBUCO, Assembleia Legislativa. David Capistrano: entre teias e tocaias. 2012. p. 52
[71] PERNAMBUCO, Assembleia Legislativa. David Capistrano: entre teias e tocaias. 2012. p. 54
[72]SANTOS, Evson Malaquias de Moraes. A primeira greve estudantil da UFPE: 09 a 19 de setembro de 1947: da tutela patriarcal a construção ambígua de sua autonomia. Recife : Editora Universitária, 2010.
[73]SANTOS, Evson Malaquias de Moraes. A primeira greve estudantil da UFPE, 2010. p. 107.

O Diretório da Escola de Engenharia convocou uma assembleia, que ocorreu de maneira agitada com estudantes contra e a favor do cerceamento ao PC. "A assembleia decidiu, por 63 votos contra e 47 favoráveis, pelo não pronunciamento da mesma pelo fechamento do Partido Comunista do Brasil. Até chegar a esta decisão, a polêmica político-ideológica estabeleceu-se durante toda a sua realização"[74]. O autor traz o posicionamento dos estudantes naquela assembleia. Dentre alguns dos que foram contra a cassação, o acadêmico José Augusto de Almeida ressalta

> a existência de um novo conceito "moderno de democracia" e que já está consolidado pelas Nações Unidas, a "garantia da pluralidade partidária, a garantia do livre pronunciamento e da equitativa representação nas Câmaras Legislativas, de todos os setores da opinião pública. (...) a Democracia, queiram ou não queiram os democratas de opereta, foi ferida, em seu conceito e em sua prática, com o recente fechamento de um partido político (...), o que equivale ao amordaçamento de uma porcentagem ponderável da opinião nacional."[75]

O estudante Mário Vilela, "um dos candidatos na chapa do Diretório de Engenharia, afirma categoricamente que é contra o fechamento do Partido Comunista Brasileiro. Ele explica o porquê de ser contra, pois é um passo dado, um caminho aberto para extinguir o nosso regime democrático"[76]. O acadêmico José Gelásio "advoga que agora era impossível silenciarmos, pois que havia sido ultrajada a democracia brasileira. Esse autor esclarece que não é comunista e que defende uma democracia evangélica, compatível com seu espírito cristão"[77].

Se hoje se discute a dimensão elitizada das Universidades, nos anos 1940 então ela era significativamente mais forte. Agrande maioria dos universitários era oriunda das classes mais abastadas e possuía bom nível de instrução. Isso fica claro no raciocínio de suas argumentações quando atrelam o cerceamento dos direitos do Partido ao modelo "moderno de democracia" já "consolidado pelas Nações Unidas". No entanto, o estudante Armando Monteiro Filho concorda com a medida do Tribunal e apoia-se, assim como seus concorrentes, na defesa de preceitos democráticos. Ele "interfere constantemente na fala de um outro estudante, conforme a matéria, contestando-o: o colega quer então protestar contra a

[74]SANTOS, Evson Malaquias de Moraes. A primeira greve estudantil da UFPE, 2010. p. 109.
[75]SANTOS, Evson Malaquias de Moraes. A primeira greve estudantil da UFPE, 2010. p. 109
[76]SANTOS, Evson Malaquias de Moraes. A primeira greve estudantil da UFPE, 2010. p. 110.
[77]SANTOS, Evson Malaquias de Moraes. A primeira greve estudantil da UFPE, 2010. p. 110.

constituição; o colega deve então protestar contra os deputados que a elaboraram; deve então o colega protestar contra o povo brasileiro que os elegeu."[78]

Os meses que se seguiram em 1947 foram marcados por intensa atividade da bancada comunista pela legitimação e continuidade de seus mandatos e da escalada repressiva do governo do general Dutra. Após a cassação do Partido seguiu-se "a cassação dos parlamentares eleitos pela legenda. Perseguido e recolhido à clandestinidade passa a pregar a derrubada do governo Dutra e a insurreição, refletindo posições firmadas no célebre Manifesto de Agosto" [79]. Esse manifesto, segundo Gorender, muda a pregação pacifista do Partido para um posicionamento de revolução imediata, que o autor chama de "extremismo ressentido"

> refletindo a reação extremista à cassação do registro eleitoral, o Manifesto de Agosto ameaçava também os grandes capitalistas brasileiros em sua generalidade e os colocava no mesmo plano dos monopólios imperialistas. Com vistas à coerência diante da etapa da revolução – que não devia ser socialista, mas anti-imperialista e antifeudal -, o programa recolocou a burguesia nacional na frente revolucionária e lhe ofereceu o privilégio da colaboração na industrialização intensiva a ser promovida pelo futuro regime revolucionário. Sofreriam expropriação somente os grandes capitalistas brasileiros serviçais do imperialismo norte-americano.[80]

Em crítica à agremiação a qual defendeu e fez parte, o autor expõe a ausência de uma autocrítica por parte das lideranças centrais e conclui que "o desequilíbrio passional imprimiu um catastrofismo apocalíptico no documento publicado a 1º de agosto de 1950"[81]. Além dos erros na leitura da situação nacional – confiante no potencial revolucionário da burguesia e num desenvolvimento capitalista nacional ainda incompleto – o Partido, quatro anos mais tarde, em seu Quarto Congresso, reafirmou as posições do manifesto de 1950, e sem nenhuma autocrítica trouxe como única mudança "à substituição da proposta de derrubada do Governo Vargas – então já sepultado – pela derrubada do atual governo. O atual governo podia ser o de Café Filho como o de seus sucessores.(...) O fiasco da linha política como guia da atuação prática dos comunistas já se tornava clamoroso" [82].

---

[78]SANTOS, Evson Malaquias de Moraes. A primeira greve estudantil da UFPE, 2010. p. 109.
[79] CASTRO, Josué. MELO, Marcelo Mário & NEVES, Tereza Wanderley. (organizadores). Josué de Castro. Biografia. Brasília : Câmara dos Deputados, publicações, 2007. (perfis parlamentares n.52). p. 54.
[80]GORENDER, Jacob. Combate nas trevas. 1987, p. 22
[81]GORENDER, Jacob. Combate nas trevas. 1987, p. 22
[82]GORENDER, Jacob. Combate nas trevas. 1987, p. 23

Por ter o comitê Estadual do Partido considerável nível de coesão com as determinações nacionais advindas do Comitê Central no Rio de Janeiro, é que faremos também mais adiante, uma reflexão acerca da orientação do Partido em 1958, relevante por nortear a atuação dos comunistas até 1964. Passando pela ascensão e queda de Goulart, pelas reformas de base, a cisão com o PCdoB e o Golpe Empresarial-Militar de 1964.Apostura legalista e pacífica da tática e estratégia adotadas pelo PC a partir de 1958 foram consideradas, por muitos militantes no pós-64,como uma das principais causas para a "derrota" no Golpe de 1º de abril.

Vivendo a expectativa da cassação por todo o ano de 1947, Capistrano fez uso da palavra por diversas vezes para defender seu mandato e apontar a violência coercitiva dos aparelhos estatais. Em outubro de 1947, da tribuna da casa, ele denunciava:

> Sr Presidente, quando falamos na legalidade de fato que têm os comunistas hoje no Brasil, estranhamos que o Secretário de Segurança não queira permitir que façamos campanha eleitoral no município do Recife, quando é conhecido que a força eleitoral do PC aqui é maior que a de todos os outros partidos. Tivemos com efeito, para eleição de governador na capital, 59% dos votos, e para as legendas 46% do eleitorado do Recife. Isso mostra que a maioria da opinião pública da capital sufragou os candidatos apresentados pelo PC e, no entanto, o sr. Secretário de Segurança, ontem, quando uns cidadãos do Recife faziam a campanha eleitoral de seus candidatos e convidavam o povo para comícios, foram violentamente abordados por policiais que tomaram todo o material de propaganda e dizendo mais ainda: que era proibido falar em comunismo em Pernambuco. Onde está o Secretário de Segurança? No mundo da lua?[83]

Na realidade, o Secretário estava com seus pés bem fincados no chão de seu gabinete no Recife. Fincado num gabinete que atendia ao governo pessedista de Barbosa Lima Sobrinho, que por sua vez estava fincado nas bases que o elegeram no interior conservador dos sertões pernambucanos e ligado ao presidente da República, de mesmo partido, imbuído em ideais fervorosos de anticomunismo e defesa da ordem. O Secretário, assim como o Governador,sabiam muito bem que a "força eleitoral do PC aqui é maior que a de todos os outros partidos" e por isso empregava todo um aparato repressivo condizente com o receio que tinham em ter seu status quo despedaçado. A violência constante deixou Capistrano indignado com a agressão, por parte de seis policiais, a um adolescente que fora entregar um telegrama na A Folha do Povo, em 4 de dezembro, daquele ano:

> O General comandante da Região dá mão forte ao Sr Secretário de Segurança. Ainda esta noite, às 12h40, seus policiais agrediram um menor de 14 anos por ter ido levar

[83] PERNAMBUCO, Assembleia Legislativa. David Capistrano: entre teias e tocaias. 2012. p. 52

> um telegrama à Folha do Povo. Este é o regime em que atualmente vivemos no estado de Pernambuco. O empregado do telégrafo tem o dever e a obrigação de entregar todos os telegramas a quem são destinados. Cumpriu esse rapaz o seu dever, entregando o telegrama à Folha do Povo. (...) saindo de lá foi agredido por seis policiais, que queriam saber que 'mensagem secreta' era aquela para a Folha do Povo. Este ambiente existente em Pernambuco é criado por esses reacionários aos quais dá mão forte ao Sr General comandante da Região.[84]

Há várias referências em sua biografia parlamentar de denúncias aos atos violência na capital e no campo. Espancamento e morte de camponeses, invasões e prisões arbitrárias, fechamento de sindicatos e jornais. Durante seu curto mandato, Capistrano foi constantemente observado pelos investigadores do famigerado DOPS ao longo de 1947. Em comemorações do dia 07 de setembro em Recife, um investigador relata os termos de sua fala, relatando:

> em seguida ouviu-se a palavra do Deputado Estadual Davi Capistrano que, a exemplo dos oradores que o antecederam, debateu-se contra a cassação dos mandatos dos parlamentares e do fechamento do PCB. Também, o orador fez longa exposição da situação aflitiva em que se encontra o operariado do Brasil, dizendo que não haverá independência neste país enquanto houver fome e miséria. Prosseguiu o orador dizendo que muita gente gloriava-se por terem cassado o registro do PCB, mas que o PCB jamais se acabará, porque onde houver um comunista estará o PCB, que é de fato o partido que defende os direitos do operariado. Continuou o orador falando sobre o compromisso assumido por cada Deputado da sua bancada para com o povo e terminou sua oração dando vivas ao povo do Recife.[85]

É óbvio que qualquer discurso político é carregado de pressupostos ideológicos, ou demagógicos, ou científicos, mas é sempre parcial. No entanto, cumprindo as palavras de Capistrano, o PC de fato permaneceu em seus membros. Os anos seguintes mostrariam intensa atividade comunista com o "entrismo" em outras agremiações partidárias, sociais ou políticas, na escuridão da ilegalidade. Os vivas gritados ao povo do Recife também materializaram-se em contínuas vitórias das esquerdas nas votações da capital. Capistrano, no entanto, com a prisão e cassação dos demais deputados comunistas, viajoupara São Paulo e só voltaria ao Recife em 1957.

Na cidade de Santos continuou sua incansável militância junto aos setores proletários do Porto da cidade. Preso em 1952, foi solto no mesmo ano devido a insuficiências de provas. Em 1953, "foi enviado para estudar Marxismo na escola de quadros do Partido Comunista da União Soviética. Na sua ausência, foi confirmado no Comitê Central pelo IV Congresso do

[84] PERNAMBUCO, Assembleia Legislativa. David Capistrano: entre teias e tocaias. 2012. p. 55
[85] PERNAMBUCO, Assembleia Legislativa. David Capistrano: entre teias e tocaias. 2012. p. 48

PCB, realizado em 1954. De volta ao Brasil, em 1955, cumpre tarefas no Amazonas, Pará e Ceará" [86].

No início da década de 1960, Capistrano ministraria um curso de preparação para ingresso no Partido Comunista. Essas turmas eram compostas, principalmente, de pessoas cooptadas entre os meios estudantis. Sua militância serviria de grande exemplo a dezenas e dezenas de estudantes, assim como a de outros líderes do PC aqui no estado. Esses militantes puderam nos fornecer uma importante amostra da influência que as movimentações e os processos políticos vividos em Pernambuco nos anos 1950 tiveram em suas respectivas atuações políticas. Muitos dos estudantes secundaristas em meados de 1959-1961 estariam na Universidade quando do golpe de 1964 e posterior promulgação da Lei Suplicy em 1965, a ser explicada no capítulo 2[87], no tópico acerca das inquietações estudantis pós 1º de abril e a análise das relações da Lei com as práticas utilizadas em sua militância política. Na tentativa de apreender a visão de mundo do estudante recifense em 1964 buscamos aqui entrelaçar alguns de seus relatos com os processos históricos vividos em Pernambuco de fins dos anos 1950 e início dos anos 1960.

Assentando-se o "extremismo ressentido"[88] no PCB após sua cassação, o Partido decide eximir-se das eleições de 1950, o que se mostraria um erro. Tanto aos resultados nacionais, quanto no plano estadual. Vargas foi eleito presidente, e Agamenon Magalhães, governador. O governo Barbosa Lima, eleito em 1947, foi marcado pelo anticomunismo e pela violência policial no campo, atuante na manutenção do status quo e na hegemonia latifundiária, que o elegeu.

As eleições para governador de 1950 apresentaram como principais candidatos as figuras de Agamenon Magalhães e João Cleofas. O primeiro, ex-interventor dos tempos varguistas, importante agente da ditadura Vargas no estado. Para se ter uma noção de seu conservadorismo e fidelidade aos princípios getulistas entre 1930 e 1945, transcrevo trecho publicado num artigo de seu jornal, Folha da Manhã, intitulado A Verdade, define que

> o sufrágio universal é uma anemia, uma doença que foi enfraquecendo lentamente os povos. As nações que esperam ainda que o sapateiro saia de sua tenda para escolher os seus dirigentes, ou que o operário deixe sua oficina para os comícios eleitorais,

[86] PERNAMBUCO, Assembleia Legislativa. David Capistrano: entre teias e tocaias. 2012. p. 70
[87] A partir da página nº 112.
[88] Expressão atribuída por Jacob Gorender ao momento do PCB logo após a sua cassação, pelo comportamento mais hostil e radical adotado pelo partido, em defender a sua pauta com base na derrubada do governo constituído e instauração de um novo regime. GORENDER, op.cit. 1987, p. 21.

> estão irremediavelmente perdidas. O que as nações precisam hoje é de chefes, que encarnem as necessidades e os minutos das horas que passam.[89]

Eleito pelo voto, Agamenom o considerava uma doença, um vírus horrendo que corrói as nações que tem seus líderes escolhidos pelos insignificantes "sapateiros" e "operários". Discorrendo acerca da figura de Agamenon dos anos do Estado Novo, Evson Malaquias afirma que,

> na sua tutelagem política populista, Agamenon Magalhães constitui sua representação de "condutor de ovelhas ou governados" que visava o controle das massas para transformá-las em acríticas, apolíticas, apáticas, anticomunistas e antissemitas. (...) Agamenon não tolerava movimentos de lutas sociais. No primeiro de maio tocava-se o hino nacional, havia desfiles, empresários de mãos dadas com seus operários, mas, ao mesmo tempo, prendiam-se jornalistas, deportavam-se intelectuais – Osório Borba, Nelson Coutinho, Joaquim Cardoso, encarceravam-se cientistas, como Ulisses Pernambucano e Fernando Simões Barbosa. Até Gilberto Freire sofreu as agruras desse vexame, recolhido que foi por Etelvino Lins à Secretaria de Segurança Pública.[90]

Já o segundo candidato, João Cleofas, era popularmente tachado de usineiro e explorador de camponeses, não possuía nenhum carisma avassalador e apelidado pelo cordelismo popular de João Três Quedas, devido suas mais marcantes derrotas políticas. Ao final, os comunistas votaram em branco e sua ausência na disputa acabou colaborando para a vitória de Agamenon.

A disputa de 1950, polarizada pelos partidos PSD e UDN, absorveu todos os votos às duas chapas ideologicamente pares. Page observou os movimentos partidários na região, e, segundo ele,

> no nordeste, o jogo político constituía a preocupação dos ricos grupos familiares que se envolviam nas bandeiras dos partidos, sem levar em consideração as posições ocupadas pela liderança nacional. Quase não existia disciplina partidária. Se o seu inimigo local pertencia à UDN, você se aliava ao PSD. Simplesmente isso. (...)) Embora teoricamente a UDN e o PSD fossem conservadores, e o PTB progressista, nenhum destes partidos apresentava, uma ideologia clara. Suas tramas originaram-se de conchavos 'por baixo dos panos' e de surtos personalísticos.[91]

[89]CAVALCANTI, Paulo. O caso eu conto como o caso foi: da Coluna Prestes à queda de Arraes. 1980. p. 179.
[90]SANTOS, Evson Malaquias de Moraes. A primeira greve estudantil da UFPE, 2010. p. 40.
[91]PAGE, Joseph. A Revolução que nunca houve. O nordeste do Brasil 1955-1964. 1972. p. 72

A formação intelectual é, inclusive, um dos fatores que tanto diferenciavam o Partido Comunista e seus militantes dos demais. A concordância com os preceitos defendidos pelo Partido era prerrogativa de ingresso de seus membros. O voto em branco era um dos artifícios partidários repassados a seus integrantes. Será digno de nota no decorrer do trabalho algumas análises sobre as determinações do PCB e sua recepção entre seus membros. O reconhecimento dos erros e a ausência dele pela diretiva nacional. O voto em branco ocasionou consequências diversas, de acordo as especificidades de cada localidade.

Em Pernambuco, ajudou Agamenon a sagrar-se vencedor numa disputa acirrada com Cleofas.No entanto, o primeiro vem a falecer em 24 de agosto de 1952 e não concluiu seu mandato. Seguindo a legislação à época, após breve período de posse do presidente da Assembleia Legislativa, Torres Galvão, processaram-se novas eleições para escolha de quem terminaria a segunda metade do mandato. O PSD e a UDN uniram-se em torno do nome de Etelvino Lins, antigo chefe de polícia do governo Agamenon dos tempos de Estado Novo, enquanto as forças esquerdistas se viam em dificuldades para apresentar um nome à disputa. Naquele ano,

> excepcionalmente, pessedistas e udenistas iriam caminhar juntos. Alguns fatores contribuem para esta aliança, que inicialmente significa bem mais um apoio restrito do que uma aproximação efetiva. (...) O embate que só deveria ocorrer em 54 é antecipado por dois anos, em decorrência da morte de Agamenon. Preparar uma eleição num prazo inferior a dois meses tornava-se difícil para um partido desarticulado e à margem do poder. (...) Na busca de uma solução alternativa, exatamente 20 dias antes das eleições, surge a candidatura oposicionistade Osório Borba. Jornalista e revolucionário em 30, constituinte em 34, (...) a sua candidatura é lançada oficialmente pelo PSB, recebendo também apoio decisivo do Partido Comunista, ilegal, mas com nítida expressão sempre crescente no estado, principalmente na Capital.[92]

Aquelas eleições estariam envoltas em outras singularidades. Além da razão inusitada de morte do governador, seria realizada naquele ano a renovação dos títulos eleitorais. Os documentos seriam recolhidos, recadastrados e devolvidos, por força da lei. No dia da eleição "se compravam títulos para usá-los fraudulentamente, ou para retirá-los de circulação, forçando a abstenção na cidade do Recife, cujo eleitorado era decisivamente contra a candidatura de Etelvino. (...) As esquerdas faziam nova demonstração de força".[93]

---

[92] PANDOLFI, Dulce Chaves. Pernambuco de Agamenon Magalhães consolidação e crise de uma elite política. 1984, p. 149.

[93]CAVALCANTI, Paulo. O caso eu conto como o caso foi: da Coluna Prestes à queda de Arraes. 1980.p. 283-284.

A preferência do Recife pelos candidatos populares, ou esquerdistas, já era observada pelas classes dominantes. Agamenon, por exemplo, "classificava o Recife de 'cidade cruel', infensa ao predomínio dos velhos grupos oligárquicos, cidade libertária, 'noiva de revolução', como dizia ainda Carlos Pena Filho"[94]. Aquelas eleições confirmaram sua rebeldia. Etelvino ganhou no estado, mas perdeu no Recife, mesmo tendo o PSB e o PCB anunciado seu candidato cerca de duas semanas antes das eleições.

Sem dúvidas, os vestígios – ainda bastante palpáveis – do coronelismo, e o clientelismo paternalista presente nas relações sociais no interior do estado eram sim determinantes ao resultado das eleições no agreste ou sertão pernambucano. As oligarquias rurais possuíam meios de coerção e controle de imensos grupos de eleitores, popular e apropriadamente chamados de currais. Apesar de expostos à opressão que o sistema social em falência, mas ainda em vigor, lhes golpeava, um outro fator de diferenciação seria também determinante nos processos eleitorais do Brasil, o analfabetismo. A educação constituía um componente de distinção de classe. Grande massa urbana, mas, sobretudo rural, não sabia ler e, por isso, não podia votar.

As aglomerações nos subúrbios pobres do Recife também contribuíam para a conscientização política, como já vimos, e uma parte considerável dos seus moradores era alfabetizada e, por isso, eleitores. A cada nível da educação superado, mais suscetível estava a solidificar um maior senso crítico em torno das questões econômicas, sociais ou políticas. Aqui está presente uma das contradições a qual nos deteremosao observar o movimento estudantil. Enquanto a Universidade é um desses elementos de distinção de classe, por seus membros serem majoritariamente provenientes das camadas médio-ascendentes da sociedade, boa parte dos mesmos vão apreendendo sentimentos políticos e sociais de cunho progressistas, frente, para muitos, à educação conservadora recebida pelos pais. Refletindo, consequentemente, nos resultados das eleições na capital.

Novas eleições se processariam no governo do estado dois anos mais tarde, 1954, data em que terminaria o mandato de Agamenon, substituído por Etelvino por ocasião de sua morte. As forças políticas daquele ano estavam preocupadas em apoiar uma figura tão ligada ao Estado Novo e a Vargas como era Etelvino Lins. Era o fim do governo constitucional de Getúlio e o clima antigetulista tomava conta das movimentações políticas e, por isso, foi buscado um nome de consenso entre pessedistas e udenistas. Formalmente,

[94]CAVALCANTI, Paulo. O caso eu conto como o caso foi: da Coluna Prestes à queda de Arraes. 1980.p. 279

> a proposta de unidade dos partidos defendida pelo governador esbarrava em sérios problemas. O antietelvinismo dos udenistas pernambucanos era muito forte. A estratégia adotada por Etelvino Lins passa a ser então buscar na esfera nacional um candidato que pudesse unificar o estado. É dentro desse espírito que surge o nome do General Cordeiro de Farias, gaúcho e simpatizante da UDN, mas que seria lançado como candidato extrapartidário.[95]

As forças ligadas ao governo de então consagraram seu apoio ao comandante da Zona Militar Norte, o General Osvaldo Cordeiro de Farias. Este general era uma figura estranha à política pernambucana.Nascido no Rio Grande do Sul teve destacada atuação em quase todas as conspirações golpistas dos anos 1920 e 1930. Participou da Coluna Prestes lutando contra as forças do governo federal, participou da repressiva ao levante vermelho de 1935, esteve no golpe que deu início ao governo Vargas. Foi integrante da FEB na Itália. Voltou ao Brasil em 1945 após o fim do conflito mundial na Europa, e, em outubro daquele ano,

> participou do golpe militar que afastou Vargas do poder e extinguiu o Estado Novo. Em 1949 foi nomeado comandante da recém-criada Escola Superior de Guerra (ESG). Em maio de 1950 foi derrotado nas eleições para a diretoria do Clube Militar, em disputa marcada por forte conteúdo ideológico. Cordeiro representava a corrente que defendia a participação do capital estrangeiro na exploração do petróleo brasileiro, enquanto que a chapa vitoriosa, liderada por Newton Estillac Leal, representava os setores nacionalistas das Forças Armadas. Deixou a Esg em agosto de 1952 para assumir o comando da Zona Militar Norte, sediada em Recife. Em 1954 elegeu-se governador de Pernambuco, numa coligação envolvendo o Partido Social Democrático, o Partido Libertador e o Partido Democrata Cristão, ocupando o cargo entre 1955 e 1958. [96]

A figura repressora e emblemática que o general representava levou a política pernambucana, já ao final de seu governo, a viver momentos de intensa agitação popular. Aliás, as peculiaridades que envolvem os anos 1955 a 1960 são determinantes para compreendermos as agitações estudantis. Afinal, as ações do general incentivariam muitos estudantes a irem para as passeatas. Quanto ao PCB, vivendo na ilegalidade, agora possuía o que se chamava na época de um partido sem legenda. Pelo fato de ter organizados preceitos, resoluções, estatutos, posições ideológicas, e mesmo candidatos – ainda que inseridos em outras agremiações – mas não possuía uma legenda registrada.

Informações do Repositório de Dados Eleitorais do Tribunal Superior Eleitoral dão os números finais da eleição de 1954, com vitória ao general Cordeiro de Farias somando 239

[95] PANDOLFI, Dulce Chaves. Pernambuco de Agamenon Magalhães consolidação e crise de uma elite política. 1984, p. 155.
[96] Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001

mil e 315 votos. João Cleofas e a UDN totalizaram 204 mil 616 votos. Uma disputa apertada para os parâmetros da época, principalmente, por ser uma diferença alcançável com os votos da capital. Os números da eleição no Recife revelaram que novamente a Cidade Cruel sorriu aos adversários de Agamenon. Mesmo não sendo a mais carismática das figuras políticas do estado, Cleofas venceu no Recife, mas foi derrotado pelos currais eleitorais do interior, que elegem o general Cordeiro de Farias.

O novo governador assumiria em janeiro de 1955. Um ano repleto de controvérsias políticas, singular por trazer de volta ao povo do Recife o seu direito ao voto, e mais relevante ainda por algumas consequências que adviriam sobre os estudantes da geração 1961/1964. Não se pode falar em 1964, sem se falar em 1961, mas não se pode compreender 1964, sem que ao menos se observe a transformação política sofrida no Recife a partir do governo Pelópidas na prefeitura, de 1956 a 1960.

Afinal, qual era o Recife de 1º de abril de 1964?

2.2 Prólogo: a aurora obscura de 1º de abril de 1964

31 de março de 1964, terça-feira. Dois dias antes o espírito cristão congregava as pessoas no domingo de Páscoa. Ou, sendo menos romântico, mas não menos poético talvez simplesmente o tão comemorado feriadão da semana santa congregava operários e estudantes em suas casas. Talvez, para poucos, um momento de descanso após um conturbado mês de março vivido no país. Reformas, comícios, revoluções. O Recife vivia uma semana de extrema tensão política. Lideranças e populares acompanhavam as notícias nacionais também com delicada atenção. Antenas, rádios e tevês ligadas. As forças em jogo pareciam ter alcançado um nível de temperatura instável demais para permanecerem em equilíbrio. Aquela terça-feira solta ao vento notícias de diversas espécies. Tropas do exército, invasões, prisões, golpe. Seria inevitável? “Não há clima para golpe no Brasil” dissera Prestes semanas antes em plena televisão. Ansiedade.

Apreensivos, dois jovens jornalistas foram ao Palácio do Campo das Princesas, sede do governo estadual, na busca por informações mais precisas na noite daquela terça-feira. Um deles, Francisco de Assis Barreto, popularmente conhecido como Chico de Assis, era repórter

auxiliar da Agência Nacional com apenas 17 anos e já pertencia aos quadros do PC desde os 15. Acompanhando-o vinha o diretor local da Agência, seu irmão mais velho, Antônio Avertano Rocha, militante estudantil já de fins dos anos 1950. Os jovens entraram no belo edifício e subiram no velho elevador atormentados. As portas barulhentas do aparelho abriram-se, era o andar correto.

Da entrada, o governador Miguel Arraes os recebe e vai logo adiantando "podem voltar que a situação está tranquila. Amanhã tem trabalho normal, podem voltar"[97]. Mas não haveria trabalho normal ao amanhecer daquele 1º de abril. Estaria Arraes convictamente acreditando nisso? Ou era uma tentativa de proteger os jovens estudantes? Segundo o militante Chico de Assis, o governador lhes dissera "que Justino Alves Bastos, comandante do IV Exército, tinha assegurado que ia dar apoio ao seu governo e garantiria a ordem constitucional, e que o general Amauri Kruel, do II Exército, tinha se comprometido a dar respaldo a Jango(...) então foi a madrugada da traição"[98].

O telefone tocou em meio àquela madrugada da traição na casa do advogado e militante Paulo Cavalcanti. Era o jornalista Ronildo Maia Leite, da redação de *Última Hora*, do Recife, para avisar de um movimento militar em Minas Gerais,

> imediatamente liguei o rádio e pude ouvir estações do interior de Minas dando conta de operações de guerra, em linguagem francamente hostil ao Governo Federal. Logo cedo comuniquei-me com Pelópidas Silveira e marcamos ir ao Palácio saber das últimas notícias. Pelópidas havia passado a noite com Arraes e alguns de seus auxiliares, tomando pé na situação. (...) A confusão era generalizada, com a escassez de melhores e mais precisas informações. (...) Por volta das 10 horas, as rádios da cidade começaram a transmitir um comunicado oficial subscrito pelo general Justino Alves Bastos, em nome do IV Exército, e pelo almirante Augusto Roque Dias Fernandes, do III Distrito Naval, aderindo ao golpe militar.[99]

Era o clarear de uma cinzenta manhã de quarta-feira recifense. Realmente distinta. Às 10 horas, quando do anúncio de adesão do IV Exército ao movimento golpista, o Palácio do Campo das Princesas estaria completamente cercado. O estudante Marcelo Mário de Melo, militante do PCB desde 1961, assistira com descrença, no dia anterior, um professor ex-comunista defender "de forma exacerbada que as forças democráticas esmagariam os golpistas e que a democracia iria triunfar – e de forma pacífica"[100]. Ele não acreditava. Já havia ficado claro para ele, desde 1961, a ausência de um esquema para resistir a qualquer

[97]ROZOWYKWIAT, Joana. Subversivos. 2014. p. 52.
[98] ROZOWYKWIAT, Joana. Subversivos. 2014.p. 53
[99]CAVALCANTI, Paulo. O caso eu conto como o caso foi: da Coluna Prestes à queda de Arraes. 1980.p. 353
[100]ROZOWYKWIAT, Joana. Subversivos. 2014.p. 34.

tentativa golpista. Seu espírito combativo e anseio pela revolução levou ao desejo de se voluntariar a uma provável resistência. A escassez de melhores e mais precisas informações naquela manhã ficou evidenciada em suas palavras, quando afirma que

> começavam a circular as histórias de prisões, ocupações de sindicatos. *Corriam boatos de todos os tipos*. Disseram que *ia haver uma distribuição de armas no Porto do Recife, para a resistência. Eu fui lá, mas não tinha arma nenhuma. Juntaram 200, 300 pessoas, mas não chegava nada. Fomos embora*. Depois disseram que ia ter uma assembleia permanente na Escola de Engenharia e todo mundo foi pra lá, de onde saiu uma passeata [grifo nosso][101]

O futuro dirigente regional do PCBR era ali um jovem secundarista, aluno do Ginásio Pernambucano, e já recrutado ao PC. Fica nítida em seu relato a aspiração de muitos de seus colegas em pegar em armas contra a prisão de Miguel Arraes e a ocupação do Palácio Campo das Princesas.Na ausência da distribuição dos recursos bélicos necessários à resistência, Marcelo e outras centenas de estudantes buscaram o meio político legal para expressar sua vocação jacobina e resistir àquela altura: a voz. Organizados, militantes e simpatizantes escolheram, não por acaso, a Escola de Engenharia como ponto de encontro. O fervor já erapalpável. O relógio batia às 12 horas. O sol do famoso pingo do meio dia tornava o mormaço fatigante, a ebulição entrava tarde adentro. O caldeirão apuraria até às dezesseis horas.

Saindo em passeata, o grupo avançouna Avenida Conde da Boa Vista dirigindo-se pelo tradicional percurso das manifestações no Recife: Rua da Imperatriz, atravessando a velha ponte de ferro, o grupo seguiaem frente pela Rua Nova até chegar a Praça da Independência, local historicamente ligado a eventos políticos e populares. Nos anos 1940 naquela praça o estudante Demócrito Souza já havia sido morto em manifestação, pela polícia de Etelvino Lins. Popularmente conhecida como Praça do Diário, aquele seria palco de mais uma repressão mergulhada em matiz sangrento. Entrando a passeata na Avenida Dantas Barreto, veio ao seu encontro um pelotão. “Eles vieram com aquela marcha ‘pata de ganso’, levantando a perna. A gente foi avançando em direção ao palácio, aí os caras começaram a atirar pra cima. O pessoal gritava ‘é festim!’”[102]

O estudante Chico de Assis, a caminho do trabalho naquela manhã já observara as tropas que cercavam o Palácio. Ao sair do prédio já após o meio dia, encontrou a passeata de estudantes contra o golpe. "A gente cantava o hino, alguns companheiros iam enrolados em

[101]ROZOWYKWIAT, Joana. Subversivos. 2014. p. 34.
[102] ROZOWYKWIAT, Joana. Subversivos. 2014. p. 34.

bandeiras. Nas escaramuças do passado, as tropas do Exército sempre respeitaram muito esses símbolos. Sempre, quando se cantava o hino nacional, o Exército não avançava, ficava perfilado."[103]. Daquela vez seria diferente.

Enquanto os estudantes seguiam "aos gritos de 'abaixo o golpe' e 'viva Miguel Arraes'" o que se ouviu depois foi "o matraquear das armas do exército, ruídos de tiros de fuzis automáticos ressoando pelos lados da Praça da Independência, onde está situado o Diário de Pernambuco"[104]. A esperança de Chico de que os militares respeitariam o hino nacional ruiu. O próprio afirma que "o contexto era diferente. Os caras tinham começado a rasgar a Constituição e não iam parar porque 300 gatos pingados do Recife estavam cantando o hino. Responderam aos nossos gritos com uma rajada de metralhadora"[105]. "Foi aquela correria, teve gente que correu dobrando nos becos e, em determinado momento, eu vi Osvaldo Coelho, que era companheiro do GP e já estava estudando Direito, com um corpo no braço. (...) Só depois soube que era o corpo de Jonas"[106]. Jonas José de Albuquerque Barros. Talvez a primeira vítima do obscuro alvorecer que se delineava naquele dia da mentira.

> testemunhas de vista dos fatos afirmaram que os soldados se haviam negado a atirar contra os estudantes em passeata, perto da rua Ubaldo Gomes de Matos, por trás do edifício do IAPI e da SUDENE. O major Hugo Caetano de Almeida, conhecido na caserna como *Hugo Fodão*, tomou das mãos de um praça uma arma automática e, ele próprio, atingiu dois jovens estudantes, um nas costas, outro no rosto, matando-os. (...) do tiroteio resultaram mortos Jonas de Albuquerque Barros, de dezessete anos, e Ivan da Rocha Aguiar, de vinte e três, estudantes.[107]

Ivan havia militado como secundarista e era recém ingresso na Escola de Engenharia, um prolífero de encarnados,local historicamente ligado a uma tradição democrática e infensa a autoritarismos. Vinha de família de tradição comunista, seu pai, Severino Aguiar Pereira, era membro do Partido filiado desde 1927 quando com 21 anos, um dos primeiros em Pernambuco. "No Pronto Socorro, quando um militar tentou incriminar a mãe do estudante Ivan pela responsabilidade moral da morte do filho, teria ela respondido: - vocês é que o mataram. Tenho mais sete filhos para continuar a luta dessa criança"[108]. Já Jonas, era mais jovem, estudante secundarista, muito letrado, o estudante era de um seleto grupo de adolescentes que "tinham a preocupação em criar bibliotecas em suas casas para debate e

[103] ROZOWYKWIAT, Joana. Subversivos. 2014.p. 53.
[104]CAVALCANTI, Paulo. O caso eu conto como o caso foi: da Coluna Prestes à queda de Arraes. 1980.p. 355
[105]ROZOWYKWIAT, Joana. Subversivos. 2014. p. 53.
[106] ROZOWYKWIAT, Joana. Subversivos. 2014.p. 34.
[107]CAVALCANTI, Paulo. O caso eu conto como o caso foi: da Coluna Prestes à queda de Arraes. 1980.p. 355
[108] Idem. CAVALCANTI, Paulo. 1980, p. 355.

discussão como ocorria com Jonas de Albuquerque Barros, que, na sua casa, ele tinha uma biblioteca e emprestava os livros e tinha toda uma questão de discussão cultural no meio da juventude." Assim nos relatou em entrevista o militante Marcelo de Santa Cruz.Além de nos conferir detalhes da comoção provocada pelos assassinatos, ele descreve o sepultamento dos jovens

> esse foi o primeiro contato que eu tive com a repressão, foi a morte desses dois primeiros heróis brasileiros, depois deles houve outras e seguiram várias mortes torturas e assassinatos. Tive a oportunidade no dia seguinte a ir ao sepultamento no cemitério de Santo Amaro com os estudantes, e, presenciei uma cena que acredito que tenha sido da mãe de Ivan da Rocha Aguiar, que ela teria gritado haviam morto um filho dela mas que ela ainda tinha mais 7 ou 8 filhos, e que ele havia sido morto pela liberdade e pela democracia. E, no entanto naquele enterro haviam muitos policiais, tanto civis e havia um número que pela mobilização que existia era um número pequeno, 100 pessoas a 150 pessoas no sepultamento de Jonas e Ivan Aguiar.[109]

Liberdade. Democracia. Mobilização. Em meio à coerção houve espaço para que algumas dezenas de pessoas acompanhassem a cerimônia de sepultamento. Que razões levariam aquelas centenas de populares às ruas na tarde de 1º de abril? Já são bastantes versados na academia fatores como a presença de civis na articulação do golpe, as movimentações dos setores empresariais, as forças internacionais da Guerra Fria em franca exposição. As relações de força existentes entre os setores progressistas que elegeram Arraes contraposto com as velhas estruturas latifundiárias e arcaicas da monocultura da cana há séculos arraigadas na sociedade pernambucana.

Mas, no caso dos estudantes, que ingredientes congregariam em torno daquela passeata, pessoas tão distintas? Naquele exato momento, que tradição combativa possuía o movimento estudantil em Pernambuco? Esta é uma pergunta muito pertinente para apreender a visão de mundo que possuía o estudante recifense àquela altura. Afinal, que processos possuem influência sobre a atuação do movimento estudantil? E, dentre esses processos, como dimensionar a influência comunista nessas inquietações?

Em entrevistas com militantes da época colhidas ou analisadas de outros projetos, alguns desses fatores ficam muito claros. Ao se referir ao golpe, a maioria começa "sua história" citando, nos momentos iniciais de sua exposição, a polarização nacional iniciada em 1961 com a renúncia de Jânio e todo o imbróglio que se seguiu até as Reformas de Base em

[109] Marcelo de Santa Cruz. Entrevista concedida ao autor em 04 de agosto de 2014.

1963. Aqueles momentos são chave para compreender o sentimento em 64, apenas três anos depois. Um segundo componente muito presente é o tempero nacionalista que apimentava as relações de ambos os lados.

O nacionalismo já era pauta estudantil nas movimentações dos anos 1940, de repúdio ao nazismo e de valorização nacional, tendo inclusive o prédio da UNE, no Rio de Janeiro, sido confiscado anteriormente pelo governo brasileiro por ser sede do Clube Alemão na capital[110]. A partir daí, nos anos 1950 o projeto desenvolvimentista no Brasil, com a abertura ao capital internacional e extensa atividade industrial, e as campanhas envolvendo o Petróleo acirrará o nacionalismo nas manifestações estudantis, como algumas ocorridas em Recife, na mesma Praça da Independência em 1956.[111]Essa efervescência nacionalista também merecerá um olhar particular no próximo tópico deste capítulo, pois ele estará presente nas mais diversas discussões e práxis políticas.

Os setores progressistas acusarão os burgueses de entreguistas e de defenderem os interesses do imperialismo norte-americano. Os setores empresariais acusarão os demais de fazerem parte do credo vermelho e ateu do comunismo soviético, e, por isso, antipatrióticos. Nesse caldeirão acrescente-se as, já muito referendadas, eleições ocorridas no Recife no período democrático que precedeu a ação golpista, queinicia-se com o fim do Estado novo em 1945. Esse período marca a curta atuação legal do PCB.Alcançando resultados expressivos no estado, o Partido encontra aqui, como já citamos,condições muito favoráveis à disseminação de seus ideais e perpetuação de sua práxis política em outras agremiações até o momento do golpe.

Atentaremos em não incorrer no reducionismo de atribuir a vocação vermelha do Recife ao quantitativo de votos recebidos pelas coalizões progressistas das eleições, mas sim, observar como essas eleições foram relevantes para o amadurecimento político da juventude de então. Há que se lembrar que o Recife estava, por um dispositivo judicial, impedido de realizar eleições diretas para o cargo de Prefeito da cidade desde antes do início da Segunda Guerra em 1939. Constituindo-se isso num desejo maior por participação política. Observaremos como esse anseio ficou manifesto nas movimentações eleitorais que proporcionaram o surgimento da progressista Frente do Recife.

---

[110]Memórias Estudantis. 1937-2007 da fundação da UNE aos nossos dias. Rio de Janeiro. Ediouro, 2007.p. 60.
[111] APEJE, Arquivo DOPS, prontuário funcional 7458, e mais tarde detalhadamente citado neste trabalho .

Não é possível compreender a atuação comunista no movimento estudantil em Pernambuco sem abordarmos a Frente do Recife e toda a efervescência política e cultural que ela representou; bem como as inquietações herdadas das movimentações de fins dos anos 1950, mais especificamente a partir da eleição de Pelópidas para Prefeito do Recife em 1955. Dali até 1963 o estado viveria momentos reluzentes de participação e atuação popular na política, conscientização e catarse.

Esses elementos serão indispensáveis para compreender, primeiro, o alcance da atuação comunista no movimento estudantil recifense e, segundo, que fatores utilizaremos para classificar a ascensão de Arraes ao governo do estado em fins de 1962 como movimento nacional-popular, que elevou o nível de engajamento político das movimentações estudantis a partir de então para um patamar diferenciado de aproximação com os populares. Um desses fatoresera a vocação jacobina de Pernambuco desde os tempos da Praieira (1848) já aqui ressaltado anteriormente por Chacon, e, visto por Gramsci em termos teóricos como

> capaz de desagregar os elementos parasitários aninhados na aristocracia rural e de se associar aos setores urbano-industriais e à grande massa de camponeses. (...) A invocação do jacobinismo condensa a função mobilizadora a ser assumida pelo "moderno príncipe", que, para cumprir seus objetivos de organizador principal de hegemonia de classe, deve ser o porta-bandeira de uma "reforma intelectual e moral" como terreno necessário para que se explicite a vontade coletiva nacional-popular. Ambas as funções – reforma cultural e organização do nacional-popular – qualificam o papel eminente reservado ao partido da classe operária na perspectiva analítica dos *Quaderni*.[112]

O jacobinismo, presente entre as elites letradas de Pernambuco já no século XIX foi, ao longo das décadas, sendo absorvido, cada vez mais, pelas classes subalternas e chegara, no início daqueles anos 1960, a setores médio-ascendentes da sociedade. A participação cada vez maior de pessoas da classe média nos protestos de rua, e o aquecimento das relações trabalhistas no campo, demonstram isso. Até que ponto nosso jacobinismo "condensou a função mobilizadora" do Partido em Pernambuco? Que papel tiveram os estudantes nessa função de "porta-bandeiras de uma reforma intelectual e moral"? Os programas de alfabetização idealizados por Paulo Freire, as movimentações culturais promovidas pelo Movimento de Cultura Popular – MCP –, a atuação ilegal dos membros do PCB em dezenas e dezenas de sindicatos e jornais, a presença de líderes progressistas no governo em âmbito

[112] COUTINHO & NOGUEIRA, Gramsci e a América Latina. Org. Carlos Nelson Coutinho & Marco Aurélio Nogueira. São Paulo. Paz e Terra, 1988.p. 50.

municipal e estatal e muitos outros são fatores que, a partir de agora, observaremos como dialogaram com a atuação do movimento estudantil no Recife.

2.3 Nos porões da clandestinidade: tempero nacionalista; linha política PCB e as eleições de Pernambuco

1955 é um ano envolto em singularidades e contradições que serão muito relevantes ao apreendermos o contexto político e social vivido pelo estudante recifense de 1960. Além da ebulição local, a política nacional vivia dias de tensão e ansiedade. As pressões golpistas que culminaram com o suicídio de Vargas, em agosto de 1954, provocaram um clima de comoção nacional que deixou os políticos anti-getulistas temerosos de que isso se refletisse nas urnas dias depois.Pensava-se numa esmagadora preferência do eleitorado nacional aos políticos varguistas em outubro.

O então vice-presidente Café Filho assumiu com a missão de dirigir interinamente o país entre as eleições para o Congresso apenas dias depois, e as eleições para a presidência da república no ano seguinte. Ele deixou claro, desde o início, que seu papel seria de transição para entrega da presidência da República àquele que fosse escolhido nas urnas. Porém, com a formação da coalizão PSD e PTB – ambos partidos fundados por Vargas – que nomeara Juscelino Kubitscheck e João Goulart para concorrerem ao pleito, uma intensa movimentação anti-getulista permeou o cenário político brasileiro. Políticos conservadores e membros do alto escalão militar mobilizaram-se para impedir a realização das eleições. Carlos Lacerda, presunçoso político da extrema direita conservadora, na Guanabara, ainda em fevereiro, quando anunciada a candidatura de Juscelino,

> já atacava a ideia de se realizar eleições livres. Ele chamou Juscelino de "condensador da canalhice nacional" e pediu uma "reforma da democracia brasileira para instaurar a legalidade". Lacerda imaginava um governo de emergência que impedisse os getulistas de chegar ao poder. Na verdade, Lacerda já dava a eleição por perdida e portanto afirmava que não deveria ser realizada. (...) F. Rodrigues Alves Filho, membro do clã paulista (...), defendia um golpe militar imediato, porque só os militares "tinham força para calar a mazorca, a imundície dos nossos

> costumes políticos". Eleições? "O voto portanto, não resolve, porque não se trata de dar ao povo meios para escolher gente decente"[113]

O clima de golpismo atravessou todo o ano de 1955 e culminou num aquecimento do clima político entre estudantes de Pernambuco. Dez dias antes da eleição, em 23 de agosto de 1955 foi realizado o trote dos estudantes da Faculdade de Direito, onde

> antes da saída da referida passeata falaram vários estudantes, contra o golpe, e atacando as autoridades, como seja, o Governador Cordeiro de Farias, Etelvino Lins, generais da situação, etc. Várias faixas e cartazes estavam ali também, com os seguintes dizeres: "Aqui parece que não tem homens"; "Não esqueceremos os que tombaram pela liberdade"; "Abaixo os políticos fracassados que querem o golpe"; "Lutamos pela força do direito, não pelo direito da força"; "Não queremos a volta do Estado Novo"; "Viva a liberdade"; "Abaixo o golpe"; "Viva a democracia e abaixo o golpe".[114]

O trote foi veementemente voltado a críticas ao golpismo, respeito à democracia e à Constituição. O investigador que acompanhava a passeata junto a outro membro da Secretaria de Segurança Pública também revelou cartazes com dizeres referentes a morte do estudante Demócrito Souza Filho, assassinado pelas forças policiais de Etelvino Lins dez anos antes numa passeata estudantil, afirmando "Os estudantes não são desmoralizados, o 3 de março de 45 não foi esquecido;[...] Os estudantes lutarão em defesa da constituição de 1946;[...] Liberdade mesmo a custo do nosso sangue"[115]. A defesa da legalidade do processo eleitoral era o principal argumento, que vinha respaldado pela Constituição, uma mostra da consciência política dos estudantes naquela ocasião.

Outros eventos elevariam o nível de mobilização estudantil no estado. Além das movimentações eleitorais, o ano de 1955 marca também intensas agitações sociais. Para Joseph Page, o momento revelava

> o despertar dos intelectuais e dos elementos da classe média, possuidores de consciência social para a situação desesperadora do interior nordestino e para a necessidade urgente de uma reforma agrária. Em agosto e setembro de 1955, os intelectuais da ala esquerda patrocinaram um Congresso para a Salvação do Nordeste no Recife e também o I Congresso de Camponeses de Pernambuco.[116]

---

[113] SKIDMORE, Thomas E. Brasil: de Getúlio a Castello (1930-1964). Tradução Berilo Vargas. São Paulo. Companhia das Letras, 2010. p. 183.
[114] Informação nº 106. Prontuário funcional nº 7458, Arquivo DOPS, 1955. APEJE, Recife-PE.
[115] Informação nº 106. Prontuário funcional nº 7458, Arquivo DOPS, 1955. APEJE, Recife-PE.
[116] PAGE, Joseph. A Revolução que nunca houve. O nordeste do Brasil 1955-1964. 1972. p. 61.

Esse despertardos intelectuais materializariam diversos encontros para discussão das mais distintas ideias nas pautas políticas, econômicas e sociais da época. Aqueles Congressos favoreciam o aguçamento e a movimentações das Ligas, sindicatos, entidades estudantis, e porque não dizer, contribuir para a politização das massas.

Na biografia parlamentar de Josué de Castro, formulada pela Câmara dos Deputados e organizada e dirigida pelo jornalista Marcelo Mário de Melo e a socióloga Tereza Cristina Wanderley Neves (2007), assim nos são representados aqueles Congressos:

> Entre 20 e 27 de agosto de 1955 foi realizado no Recife o Congresso de Salvação do Nordeste, envolvendo 9 estados e com a participação de 1600 delegados, representando amplos setores sociais: a indústria, o comércio, os estudantes, os sindicatos de trabalhadores, os profissionais liberais e as ligas camponesas. (...) No mês de setembro foi a vez do Primeiro Congresso de Camponeses de Pernambuco, patrocinado pela Organizações das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), que tinha Josué de Castro como diretor-geral do Conselho, Participaram três mil delegados, que pela primeira vez desfilaram com cartazes e instrumentos de trabalho pelas ruas do Recife.[117]

É de grande relevância ressaltar as possibilidades políticas oferecidas pelo evento. Por uma semana realizou-se, no Clube Português do Recife, diversas conferências, mesas-redondas, palestras e debates acerca dos mais variados problemas vividos pela superpopulosa região nordestina. O espaço congregou pessoas das mais diversas classes, vereadores, deputados, professores, estudantes, sindicalistas, representantes de diversas entidades civis dos nove estados nordestinos. Foi um excelente espaço de socialização, troca de ideias e experiências. Intercâmbio de discussões de problemas e eventuais soluções. Serviu como grande despertar de consciências, momento extremamente rico para desencadeamento da catarse de dezenas de camponeses e de estudantes participantes dos Congressos. A potencialidade da passagem da recepção passiva do mundo para a esfera da modificação do real; ou, a passagem da consciência egoístico-passional – particularista – para a consciência universal – a consciência de nossa participação no gênero humano.

Pela primeira vez um evento de tal magnitude refletia as imensas necessidades da sociedade nordestina e elevavam a voz de seu povo, por tanto silenciada pela fome ou pela chibata, às autoridades, sobretudo, ao recém empossado Governo Federal, obrigando-o a

[117] CASTRO, Josué. MELO, & NEVES. (orgs). Josué de Castro. Biografia. 2010. p. 62.

movimentar-se no sentido de atendê-las. Esse esforço inicial seria o embrião que resultaria na posterior criação da SUDENE, assunto que trataremos mais adiante. Para Luciana Jaccoud, nos anos 1950

> a conjuntura política de Pernambuco foi marcada por um processo de grande mobilização, como a organização de importantes movimentos populares de caráter representativo e reivindicatório. Mobilizando expressivos segmentos das classes trabalhadoras, esses movimentos passaram a ocupar, progressivamente, significativos espaços, não somente frente aos conflitos sociais nos quais estavam inseridos, como também frente à própria conjuntura política que se redefiniu a partir daí.[118]

As forças conservadoras, embora também representadas com figuras patronais no Congresso, reagiram à sua mobilização. "Os proprietários de terra e seus representantes políticos reagiram, invocando o fantasma da Conspiração Comunista Internacional. De acordo com sua maneira de pensar, qualquer conversa sobre reforma agrária tinha que ser parte integrante de uma conspiração vermelha"[119]. A constante movimentação econômica, social e política nacional daquele ano de 1955 contaria ainda com as eleições para prefeito do Recife. "Um acontecimento muito especial para a cidade, que adquire o direito de eleger o seu prefeito, quebrando um impedimento que se manteve mesmo depois da Constituição de 1946, através de um artifício jurídico"[120].

Essa efervescência política que apura agora, mas que entrará em seu ápice em 1963, não por acaso aparece nos relatos das fontes orais quando indagadas sobre 1964. Veremos logo em seguida como já em seus momentos iniciais na palestra, o entrevistado faz sempre alguma referência nacionalista.Por que então isso recai no seu discurso, algumas vezes até com certo entusiasmo?Para Rodrigo Dantas (2015), foi em 1954, após a morte Getúlio e "com a criação em 1955 do ISEB, durante o Plano de Metas do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), que o nacionalismo passou a dar o tom da política nacional, servindo como uma bandeira comum a unir diversas correntes políticas e classes sociais"[121].Observando essa capacidade do nacionalismo em aglutinar pessoas de correntes e classes distintas, foi nesse contexto

[118]JACCOUD, Luciana Barros. Movimentos Sociais e crise política em Pernambuco (1955 - 1968). Recife: Massangana, 1990. p. 13
[119]PAGE, Joseph. A Revolução que nunca houve. O nordeste do Brasil 1955-1964. 1972. p. 65.
[120] CASTRO, Josué. MELO, & NEVES. (orgs). Josué de Castro. Biografia. 2010. p. 60.
[121] DANTAS, Rodrigo. Formação e dissolução da Frente Popular em Pernambuco: ação e protagonismo do Partido Comunista Brasileiro (1955-1962). UFPE, 2015, p.60.

> que o PCB começou a reformular sua atuação, criando a Liga de Emancipação Nacional, através da Convenção pela Emancipação Nacional ocorrida em 05 de abril de 1954, com o objetivo *de aglomerar os setores patrióticos e nacionalistas* em torno de uma luta única. Seu documento final, a Carta da Emancipação Nacional, se converteu em um verdadeiro apelo à construção de uma ampla frente multiclassista.[122]

Na esteira dos acontecimentos de 1955/56, onacionalismo desse tão agitado período se reflete também em nossa análise do movimento estudantil, por coincidir com a realização de um evento que influenciou algumas de suas tendências nos anos seguintes, pelo menos no que diz respeito a cooptação de novos membros, a I Semana Estudantil Nacionalista. O sucesso da solenidade seria lembrado um ano depois, no momento em que os estudantes publicaram o informativo *Unidade*, órgão de divulgação da II Semana Estudantil Nacionalista, quando evoca que

> todos ainda devemos ter na memória o sucesso, a repercussão daquele empreendimento ousado que os estudantes pernambucanos promoveram destemidamente. Ela se impôs pela grandeza da mensagem transmitida; pelo entusiasmo de quantos dela participaram; pela acolhida obtida não somente na classe universitária ou estudantil, senão também no seio de todas as classes que vieram à Faculdade de Direito solidarizar-se com o movimento nacionalista que empolga o Brasil, cada vez maior e mais forte. Daí a necessidade de reafirmarmos, neste ano, com mais audácia e destemor do que anteriormente, *a nossa fé nos postulados da emancipação econômica do Brasil*.[123]

O programa publicado no informativo traz, além desta apresentação, uma listagem de notícias. A primeira delas afirma que a II Semana Nacionalista instala-se no Salão nobre da Faculdade de Direito,

> promovida pelos Diretórios Acadêmicos de nossas escolas superiores, com a colaboração da UEP, do DCE, do CESP, a II Semana não se limita ao campo estudantil, mas transborda para todos os que se interessem pela causa nacional. [O evento] vem trazer à luz dos debates, os pontos mais importantes dos problemas brasileiros, numa tentativa de levar ao maior número possível de cidadãos, os dados necessários para uma inteligência clara da situação de nosso país e assim levá-los a assumir a única posição que se impõe no nosso momento histórico: a nacionalista.[124]

[122]DANTAS, Rodrigo. Formação e dissolução da Frente Popular em Pernambuco, 2015, p. 64.
[123]Informativo Unidade: II Semana Estudantil Nacionalista. Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário funcional nº 7458. Recife-PE, 1956.
[124]Informativo Unidade. Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário funcional nº 7458. Recife-PE, 1956.

Não por acaso ao entrevistarmos militantes contemporâneos a 1964, é quase uma constante ouvir referências ao nacionalismo. O fato de que quando perguntados sobre 1964, também citarem as inquietações de 1961 pode ser uma tendência já apontada por Groppo[125]ao advertir que a UNE, já a partir de 1961, por fazer parte do governo Goulart, atribuía a suas propostas uma íntima ligação com o discurso das reformas de base. Com isso os militantes, ao relembrarem o momento do golpe, revivem o contexto de Reformas de Base que o golpe veio barrar. Mas porque tanta referência ao nacionalismo, visto ser ele uma manifestação política de gerações anteriores?

Há na historiografia do movimento estudantil inúmeras referências a inquietações nacionalistas. Desde publicações jacobinas de educadores contemporâneos da Praieira – 1848 – mergulhadas no antilusitanismo, até as agitações após fundação do PCB nos anos 1920 e 30, passando pelas manifestações de antifascismo e antigermanismo dos anos de guerra. Nos anos 1950 o acirramento das relações antiimperialistas e anticomunistas materializaram-se no debate sobre a utilização do petróleo e da política econômica e energética a ser implementada para os próximos anos no país, e eles tornaram-se uma realidade quotidiana de milhares de estudantes. Um sentimento de pertencimento ao país tomava conta de muitos cidadãos. A ameaça de ter nossas reservas exploradas por outra nação aglutinavaas mais diversas pessoas em torno da "defesa do país", do "patrimônio brasileiro" daquilo que "é nosso", o petróleo.

Um de nossos entrevistados, seria uma das principais figuras do PCB no movimento secundarista e, posteriormente, representaria das mais importantes lideranças do PCBR na região, o jornalista Marcelo Mário de Melo. Em suas primeiras palavras, o militante expõe o caminho que passou para se tornar então comunista: primeiramente tornou-se um democrata, depois virou "um nacionalista antiamericano extremado", simpático aos barbudos da Revolução Cubana. Quando pergunto sobre sua formação ideológica e o contexto pré-1964, suas primeiras palavras foram enfaticamente,

> olhe, em minha base ideológica eu acho que eu cumpri todas as fases pra se chegar a ser comunista. Primeiro eu fui um democrata, (...) aí depois eu virei um nacionalista antiamericano extremado. Porque tinha um hóspede lá de casa – "Seu" Romeu – que assinava um jornal ultranacionalista – *O Semanário* – que era Joãozinho da Fonseca que escrevia e era um grande panfletário nacionalista, (...) [e que] escreveu um livro: *Que sabe você sobre o Petróleo,* que eu li (...). Ele *não era comunista, ele era radicalmente nacionalista*. Então eu tive uma grande influência nacionalista mesmo (...). Aí entra a Revolução Cubana, aquela simpatia pela Revolução Cubana, mas

[125]GROPPO, Luís Antônio. As novas esquerdas e o movimento estudantil no Brasil: 1961-1967.

> ainda sem ter muita noção do que é que era aquilo. Era um sentimento de rebeldia contra os EUA [grifo nosso].[126]

Observe-se como o nacionalismo serviu de porta ao caminho do comunismo. O idioma de amor à nação é falado por todos e pode ser seguido por um cidadão de qualquer classe, idade, cor ou credo. Curiosamente, também em seu primeiro momento da entrevista, o hoje advogado Marcelo de Santa Cruz explica que,

> em 1964 houve um golpe no país. O que existia até então era uma ampla discussão na sociedade a favor das Reformas de Base, a favor, do que representava a reforma universitária, a reforma agrária, as reformas financeira e bancária, a questão da limitação da remessa dos lucros para o exterior. E não era, conforme diziam, uma ameaça para o país se tornar um país comunista. Era justamente uma luta pela modernização do país. *E na luta em defesa da modernização do país existia muito forte naquela época a luta em defesa do próprio país, o sentimento de nacionalidade*. Então uma luta importante que foi travada naquela época, nos anos 1950 ainda, foi a questão da Petrobrás, o slogan era "o petróleo é nosso".[127]

O entrevistado vai enumerando as inquietações que permeavam o contexto de sua vida. A realidade política vivenciada em 1964 é observada pelo estudante a partir destes diversos matizes. O nacionalismo e as Reformas de Base. E já ao final, o ex-militante relembra de uma "luta muito importante travada naquela época", mas, ele retifica que ela ocorreu "nos anos 1950 ainda, foi, a questão da Petrobrás". Porém em seu relato, Marcelo faz questão de enumerar o nacionalismo dos anos 1950 como parte do contexto de suas vivências políticas.

Outro militante contemporâneo ao golpe que em sua formação possuiu ascendência nacionalista foi Chico de Assis. Ele filiou-se o PCB com 15 anos e aos 17 tornou-se dirigente do partido. Ele afirma que seu interesse por política despertou quando foi estudar no Ginásio Pernambucano, pois "havia lá uma ebulição social e política que não se encontrava em outros colégios. Foi o primeiro que despertou politicamente para a questão de formar entidades, grêmios."[128].Também quando relata o início de sua formação política, Chico afirma que na convivência da escola,

> aos 15 anos, ele já integrava a juventude do PCB. "Evidentemente que não era uma militância assim, muito comunista. Era uma militância mais festiva", admite.

[126] Marcelo Mário de Melo. Entrevista concedida ao autor em 25 de abril de 2016.
[127] Marcelo de Santa Cruz. Entrevista concedida ao autor em 04 de agosto de 2014.
[128]ROZOWYKWIAT, Joana. Subversivos. 2014, p. 50.

> Naquela época, sua atividade política limitava-se a discussões intermináveis na famosa cafeteria Sertã (que era ponto de encontro de políticos, no centro da cidade) e a atuar no Clube Literário Monteiro Lobato, que havia fundado ao lado de outros companheiros. "[O clube] não era um organismo do Partido, *mas era orientado e estimulado por ele*. Ali *a gente discutia literatura, estimulava a leitura*. Era muito positivo. Todo sábado tinha concurso de crônicas. Tinha enxadrismo também. *Denominávamos 'QG do estudante nacionalista"*', resgata, *orgulhoso do papel cumprido pela entidade* que funcionou até o golpe de 1964. [grifo nosso].[129]

Note que referência pertinente à nossa observação. Os estudantes denominavam o seu Clube Literário como sendo um 'QG', ou seja, um quartel general, o centro pensante e de operações dos estudantes nacionalistas. Em seus impressos, em suas assembleias, em suas reuniões. O nacionalismo aqui deixa de ser um sentimento de pertencimento à nação para tornar-se um componente político inflamado e concatenador de pessoas. Outro militante, José Oto de Oliveira, também do PCB e contemporâneo ao momento do golpe, ao relatar sua vinda para o Recife – pois era natural de Vertentes, no interior do estado – o jovem começa a conhecer e se relacionar com comunistas de seu colégio e colegas da pensão de Dona Clarice, mãe do militante Marcelo Mário de Melo, "Oto brinca, diz que o local era um 'covil de comunistas' e, uma vez lá, não tinha como escapar a filiação"[130]

Oto também era aluno do Ginásio Pernambucano, mas num prédio anexo que não ficava no centro da cidade como a sede do colégio, mas no bairro da Torre, Zona Norte do Recife. "No local, conheceu outros comunistas e engajou-se no movimento estudantil. O *combate ao imperialismo e a luta nacionalista* por direitos trabalhistas e pela ampliação do ensino público e de qualidade eram as motivações do jovem militante"[131]. Mais uma vez, o nacionalismo torna-se parte integrante do combate por direitos e reformas pelos quais a sociedade de 1960 lutava.

As consequências que esses eventos tiveram em toda uma geração do movimento estudantil, dentre outros fatores, reflete-se no trote dos estudantes da Escola de Engenharia de 1956, no qual seus protestos assumiram um viés extremamente nacionalista. A informação nº109[132], datada de 20 de fevereiro de 1956, trazia cartazes com os seguintes dizeres:

> Iluminação do Recife: Consistia em 2 torres da CHESF cujos fios elétricos convergiam para uma caixa escrito PT [*a Pernambuco Tramways*]

[129]ROZOWYKWIAT, Joana. Subversivos. 2014, p. 50.
[130]ROZOWYKWIAT, Joana. Subversivos. 2014, p. 72.
[131]ROZOWYKWIAT, Joana. Subversivos. 2014, p. 72.
[132]Informação 109. Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário funcional nº7458, Recife-PE, 1956.

> O Brasil continua sitiado: 1 grande mapa do Brasil com os dizeres anteriormente discriminados e outros cartazes com os nomes da Sidney Esso, Standard Oil, Souza Cruz, Ford, etc.
> As duas faces do Brasil: numa das faces estava escrito, fome, truste, americanalhismo, seca, desfalque, vigarismo e golpe. No outro lado Café Society, Diplomacia, banquetes, futebol, Copacabana, maracanã, carnaval, Chateaubriand. [grifo nosso].[133]

O posicionamento dos estudantes revela um claro despertar de sua consciência política para as questões nacionalistas. Outros momentos na história local, entre os anos 1920 e 1930, também contiveram níveis elevados de viés nacionalista, mas o que torna os anos 1950 intrigantes é o advento da tecnologia de comunicação em massa (rádio e tv), o maior acesso às Universidades, o constante aumento das classes trabalhadoras e, consequentemente, de uma classe média votante, o populismo encarnado por Vargas (1950) e Juscelino (1955) no seio do jovem regime democrático pós 1945 e o contexto de Guerra Fria, que acaloravam as defesas e críticas aos imperialismos soviético e estadunidense. Naquele mesmo dia, usando-se da habitual criatividade e irreverência constante nos trotes, um estudante de Engenhariapuxava um bode por uma corda para fazer um trocadilho ao nome do governador 'Cordeiro'. Enquanto o primeiro puxava o animal, um segundo trazia um cartaz com os dizeres:

> Nosso estado sempre macho
> Vende o governo moroso
> Quer trocar a todo custo
> O Cordeiro por cheiroso.[134]

O bom humor destilava seu veneno também nos cartazes dos alunos de Veterinária, que naquela passeata empunhavam os dizeres: "Farias, faz alguma coisa, Etelvino deixa?" e ainda "Cassino das Princesas: Pif-Paf, uísque, Café Society, ingressos com o presidente Cordeiro" uma alusão ao Palácio do Campo das Princesas transformado, segundo os estudantes, em mesa de negócios ao capital internacional. Os alunos de Direito que também participaram do ato, "conduziram duas maletas e as deixaram nas calçadas da residência do Governador como oferta, para que o governador arrume as malas e vá embora. Outro cartaz dizia:"Já vai tarde". Essa maior conscientização política alcançada ao longo dos anos da democracia vão consolidar-se na candidatura popular de Pelópidas à prefeitura do Recife, um

[133] Informação 109. Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário funcional nº7458, Recife-PE, 1956.
[134]Informação 109. Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário funcional nº7458, Recife-PE, 1956.

acontecimento especial para a cidade, pois, como já citado, esta não podia eleger seu prefeito desde os tempos de intervenção varguista, impedimento que manteve-se mesmo após 1946.

Ainda que com seu registro cassado, o Partido funcionava de fato, com jornal diário e direções atuando quase abertamente. Logo se formou uma frente popular de socialistas, comunistas e trabalhistas para conceder apoio ao nome de Pelópidas Silveira. Nesta eleição a Frente do Recife indicara um carismático nome para ocupar a cabeça da chave. Além da tendência à esquerda da capital pernambucana, o nome de Pelópidas era muito fluido. Simpático e popular, era um nome a ser temido pelos setores mais conservadores da capital, e não tardou até que se mostrasse essa preocupação, desta vez, em forma de uma tentativa de vitória jurídica buscando impugnar a campanha de Pelópidas.

A cidade acompanhava inquieta a decisão do Tribunal pelos rádios. O clima era de comoção e expectativa geral. Julgado o recurso o Tribunal o negou por unanimidade. O povo saiu às ruas com Pelópidas e seus aliados, numa atmosfera de vitória antecipada da eleição. A multidão se concentrou em frente à sede do Partido Socialista, na Avenida Dantas Barreto, onde ali se improvisou um comício. Mais tarde, a vitória da Frente do Recife foi imponente e notável, Pelópidas atingiu os 81 mil votos, mais que o dobro de todos os outros candidatos juntos – que somados não chegavam a 40 mil. Esse resultado, mesmo quantitativamente, já nos fala bem alto alguma coisa: o recifense estava com saudades de escolher seu mandatário. Uma vitória absoluta e diante de candidatos conhecidos da vida pública pernambucana, entre eles estavam Paulo Germano Magalhães, filho do ex-governador Agamenon e Antonio Pereira, ex-prefeito da cidade. Houve ainda um quarto candidato com menor expressividade política é verdade, o popular radialista Alcides Teixeira.

Apesar da grande votação, a recém criada Frente Popular possuía muitas faces: assim como quase todas as coligações políticas ela apresentava contradições e tensões internas próprias e distintas a cada processo eleitoral. Para a escolha do nome para vice-prefeito de Pelópidas, por exemplo,

> a incipiente Frente do Recife não conseguiu um nome de consenso para disputar a vice-prefeitura, e com isso os trabalhistas (PTB e PTN) lançaram João Vieira de Menezes, que foi apoiado pelos comunistas. O PSB, por sua vez, lançou Sócrates Times de Carvalho. Esta divergência interna entre as esquerdas anunciava claramente a inconstância e fragilidade da recém formada aliança.[135]

[135]DANTAS, Rodrigo. Formação e dissolução da Frente Popular em Pernambuco, 2015, p. 78.

Pelópidas, consagrado pelas urnas, inicia no Recife

> uma experiência de governo avançada, em matéria de planejamento urbano e administração, e pioneira do ponto de vista político, ao dar prioridade aos interesses da população mais necessitada, abrindo espaços à participação popular. Estimula a criação das associações de moradores e realiza audiências públicas nos bairros para ouvir a população, escandalizando as forças conservadoras no Recife.[136]

As votações de Pelópidas e as muitas ações voltadas às classes mais necessitadas provavam realmente sua competência política e seu carisma junto às massas. Sua preocupação com os preços dos alimentos, por exemplo, o fez agir na busca de comprar legumes e vegetais de pequenos proprietários no interior para vendê-losa atacado na capital. Dispensando os intermediários e assim, fazendo cair os preços de produtos de primeira necessidade. O desafio de Pelópidas de administrar o Recife tendo no governo do estado um opositor, o general Cordeiro de Farias, o fez buscar atuação onde todos os políticos deveriam concentrar-se: nas massas,e não nas cúpulas.

Pelópidas empreendeu um grande plano de participação popular por meio das associações de bairro. O ineditismo da medida proporcionou espaços de sociabilidades politizantes fantásticos, anteriores ainda ao MCP de Miguel Arraes. Segundo Dantas (2015) as associações surgiram "após a chegada ao governo municipal da Frente do Recife. Suas origens remontam a intentos embrionários organizados pelo PCB na cidade após a redemocratização que, todavia, não resistiram à ilegalização do Partido em 1947"[137]. Nos anos 1950"as associações de bairro se enquadravam como mais um novo mecanismo de luta da classe trabalhadora, inserindo-se plenamente dentro do contexto de desenvolvimento da mobilização popular e dos conflitos de classe"[138]. Para Paulo Cavalcanti (1980), a contribuição das Associações foi decisiva na práxis política dali por diante,

> em cada encontro de moradores e autoridades, estava presente o vereador do bairro, fosse qual fosse o seu partido, o médico, o padre, a professora, o pastor evangélico – num clima geral de concurso de vontades para atacar as obras prioritárias. As discussões eram vívidas, às vezes apaixonadas, mas sempre dentro do recomendável em reuniões coletivas, ninguém se sentindo estimulado para reivindicar medidas pessoais ou favores isolados. O interesse público predominava, o povo sentindo que participava do presente e do futuro de sua cidade. Muitas obras do subúrbio se realizaram em regime de mutirão, o governo entrando com instrumentos de trabalho e veículos, o povo, por seu turno, fornecendo mão-de-obra, nas tarefas emergentes de canalizar água de chuva, drenar córregos, abrir valetas. (...) Nunca o povo do

[136] CASTRO, Josué. MELO, & NEVES. (orgs). Josué de Castro. Biografia. 2010. p. 60
[137]DANTAS, Rodrigo. Formação e dissolução da Frente Popular em Pernambuco, 2015, p.127.
[138]DANTAS, Rodrigo. Formação e dissolução da Frente Popular em Pernambuco, 2015, p.129.

> Recife fora chamado a cooperar diretamente com os poderes públicos, como então.[139]

As discussões desses espaços acabaram por proporcionar condições para maior conscientização política nas massas e maior participação comunitária nos subúrbios pobres do Recife. Jovens, adultos, mulheres, estudantes, aposentados, dos mais diversos bairros tinham oportunidade à consciência cidadã. Esses espaços de debate permitiram que muitosdespertassem sua "catarse" e iniciassem – partidariamente ou não – sua militância política comunitária. Enquanto isso, sentado em seu gabinete no Palácio do Campo das Princesas, distante das massas e de seus problemas, o governador Cordeiro de Farias, certamente, não estava nem um pouco satisfeito com os avanços progressistas do eleitorado do Recife. Em seu governo

> a polícia política desfechou forte ofensiva contra os comunistas, desbaratando muitas de suas organizações, a partir do Comitê Estadual. Quem não foi preso, fugiu ou se ilegalizou. (...) o único setor do PC que resultara imune à ação policial foi a Folha do Povo, por ordem expressa do General. Tanto quanto possível, respeitou-se a liberdade de imprensa no seu governo.[140]

O governo de Cordeiro de Farias ficaria marcado, também, pela tentativa de aprovação do projeto de lei nº 349. Programa de cunho fiscal que visava o aumento de impostos e a criação de diversos cargos públicos. Ao tocar no bolso dos setores patronais, o governador assinava, com o projeto, o passaporte de saída das forças empresariais de sua base de sustentação e de seu palanque, e, porque não dizer, a saída de Cordeiro pela porta dos fundos. A polêmica em torno da reforma fiscal e a cisão política de muitos comerciantes e industriais com o governo do general, abriu caminho para a acomodação de diversas forças políticas na oposição ao seu governo, uma frente única que ficou conhecida como as Oposições Unidas de Pernambuco.

A criação dessa frente única de oposição mobilizou, talvez pela primeira vez na história política do estado, uma aliança de centro-esquerda patrão-operário. A aprovação do projeto em novembro de 1957 então pingou centelhas de fogo em milhares de hectares de mato seco e inflamável. No dia seguinte estourava uma paralisação que congelava atividades de comércio e indústria,

---

[139]CAVALCANTI, Paulo. O caso eu conto como o caso foi: da Coluna Prestes à queda de Arraes. 1980. p.251
[140]PAGE, Joseph. A Revolução que nunca houve. O nordeste do Brasil 1955-1964. 1972. p. 186.

> olockout atingiu até bancas de jornais e fiteiros de cigarros. À reunião, nesse dia, da Associação Comercial, compareceram mais de mil empresários, grandes, médios e pequenos. Na crista da agitação patronal, despontou uma liderança nova, a do usineiro Cid Sampaio, presidente do Centro de Indústrias de Pernambuco e homem de temperamento combativo. (...) Um manifesto assinado por quase todos os sindicatos de trabalhadores, com sede no Recife, hipotecando irrestrita solidariedade à greve do comércio (...). A polícia de Cordeiro de Farias desandou-se em violência (...) chegando a prender o Deputado Julião e alguns líderes camponeses, ao mesmo passo em que o governador insinuava que as classes produtoras estavam aliando-se aos comunistas, com "intuitos subversivos".[141]

A ausência de habilidade das instâncias governamentais em dialogar com as classes patronais e industriais do estado levou uma parcela considerável dessa burguesia a não apenas aglutinar-se nas Oposições Unidas, como também a mobilizar-se nesse lockout no qual até

> os trabalhadores aderiram em peso às mobilizações da classe empresarial, conjuntamente com a Frente do Recife, interessada em desgastar o governo etelvinista, aprofundando fissuras no seio da elite pernambucana, possibilitando assim que uma fração tida como "progressista" desta mesma elite cerrasse fileiras ao lado da classe obreira. (...) O governo reagiu acusando os empresários de estarem se aliando aos comunistas para provocar a subversão e prendendo líderes sindicais e camponeses.[142]

Lideranças dos mais diversos matizes posicionaram-se contra o Estado vigilante e de policialismo extremado exercido pelo general. Camadas populares e forças produtoras estavam juntas, no mesmo palanque: aquele em que Cordeiro de Farias e seus aliados pessedistas não estivessem. Os estudantes organizaram uma passeata então para protestar às mudanças na Constituição Estadual empreendidas pelo gaúcho. Organizada pelo Clube dos Estudantes Secundários, a caminhada contou com a presença também de professores, outros intelectuais e políticos locais. Eles saíram da Escola de Engenharia, passando pelas ruas da Imperatriz e Nova até chegar à praça conhecida como sede do jornal Diário de Pernambuco. Lá chegando

> usou da palavra o professor ARNÓBIO GRAÇA, que disse ser a reforma da Carta Política do estado uma imoralidade, (...) dizendo com grande entusiasmo que deviam expulsar o invasor que veio importado do Rio Grande do Sul, acoliado com o assassino policial, hoje no Ministério do Tribunal de Contas [Etelvino] que nada tem feito por Pernambuco, chegando ao ponto de querer rasgar o de mais sagrado, a Carta Magna do estado. Em seguida falou o acadêmico JONAS FERREIRA LIMA, dizendo que naquela praça, em 1945, o caçador policial e arbitrário ETELVINO LINS, tinha morto DEMÓCRITO DE SOUZA FILHO e o carvoeiro MANOEL ELIAS, numa campanha cívica como a que os estudantes de Pernambuco faziam

[141]CAVALCANTI, Paulo. O caso eu conto como o caso foi: da Coluna Prestes à queda de Arraes. 1980. p.288.
[142]DANTAS, Rodrigo. Formação e dissolução da Frente Popular em Pernambuco, 2015, p.83.

> agora, quando o seu sucessor, que veio importado do Rio Grande do Sul, queria cuspir na cara de Pernambuco para satisfazer caprichos pessoais pretendendo rasgar a Carta Política, para aí fazer o jogo do vice-governador e logo depois aumentos de subsídios e outras coisas mais, no entanto os estudantes e o povo de Pernambuco saberiam repelir tais atitudes, não sabendo como um político fracassado da espécie de ETELVINO, forjava com o general importado, uma reforma às caladas da noite na Constituição do estado, em desrespeito à Constituição Federal.[143]

De fato, as reformas foram empreendidas na calada da noite. "O governo decidiu levar em frente a reforma do Código Tributário, sendo este aprovado pela Assembleia Legislativa na madrugada do dia 04 para o dia 05 de abril do mês de novembro de 1956"[144].Assim, usou da palavra

> em seguida JARBAS DE HOLANDA, disse que a passeata dos estudantes estava vitoriosa, mesmo contra a vontade da polícia que anteriormente tinha prendido uma caminhonete de propaganda, mas (...) os estudantes estavam alerta, não temiam as ameaças de um governo que não sabe governar, preocupando-se apenas com uma política baixa e mesquinha, atendendo a caprichos pessoais, esquecendo-se que aqui é Pernambuco e não Rio Grande do Sul (...).
>
> Com a palavra o deputado JOSÉ MIXTO, representando a bancada da oposição, iniciou seu discurso perguntando aos estudantes e ao povo, se sabiam quem era o responsável pela marreteira reforma da Constituição Estadual, e se não sabeis eu vos digo: é o general Cordeiro de Farias, este general que eventualmente nos governa acumpliciado pelo assecla ETELVINO LINS, tudo tem feito para desmoralizar os pernambucanos, haja visto o Código Tributário, que foi votado a meia-noite, como também a reforma da Constituição que foi votada a mesma maneira.[145]

Após longo relato descrevendo os discursos da passeata o investigador, ao final de seu relatório, transcreveu ainda as frases constantes nos cartazes carregados durante a caminhada. Palavras de ordem como "os estudantes de hoje são os mesmos de 3 de março de 1945" em memória de Demócrito Souza Filho; e ainda outro contendo "Demócrito estaria conosco"; ou "os estudantes de hoje defendem sua constituição"; "a reforma juridicamente duvidosa politicamente imoral"; "a república é filha de Olinda, merece respeito" em referência ao hino do estado; "a constituição é filha do povo"; "o povo e os juristas é ilegal a reforma"; "abaixo os reformistas"; "tribunal de contas, assim é demais"; "o estudante acima de tudo um forte por trás da reforma"; "combatemos a ilegalidade"; "respeitai a constituição traidores"; O bom

[143]Relatório investigativo da Delegacia Auxiliar ao secretário de segurança pública. Ofício 073. APEJE, Arquivo DOPS, Prontuário Funcional nº 7458. 1957.
[144]DANTAS, Rodrigo. Formação e dissolução da Frente Popular em Pernambuco, 2015, p. 82.
[145] Relatório investigativo da Delegacia Auxiliar ao secretário de segurança pública. Ofício 073. APEJE, Arquivo DOPS, Prontuário Funcional nº 7458. 1957.

humor dos estudantes também estava presente no cartaz "A reforma é tão imoral, que não se faz a luz do dia".

A Frente do Recife esteve também em apoio à paralisação de empresários e trabalhadores. Desde então iniciaram-se as articulações para a eleição de governador que ocorreria no ano seguinte. Ganhando força em diferentes segmentos da ampla frente de oposição, o nome de Cid Sampaio era debatido entre os comunistas, apesar de industrial. A Frente do Recife havia ganho as eleições para a Prefeitura da cidade em 1955. Possuía um eleitorado crítico na capital e era por isso visado por seus adversários. Cid Sampaio como industrial, representante patronal e das classes produtoras não refletia a melhor imagem para um candidato aprovado por comunistas. Mas, no entender de Capistrano, as alianças com setores da burguesia estavam prioritariamente na agenda do Partido,enquanto a decisão do Comitê Estadual opta por buscar assegurar para a Frente do Recife maior robustez nos processos eleitorais. No entender de Dantas (2015),

> a construção da frente popular foi realizada não meramente a partir de simplórios acordos cupulistas e com fins eleitorais entre as lideranças partidárias, mas, acima de tudo, a partir da luta concreta, da ascensão do movimento de massas e dos conflitos de classe, colocando uma fração mais dinâmica e modernizadora da burguesia contra outra, ligada à zona rural e mais confinada aos vínculos coronelistas, clientelísticos e despóticos de governo. Estes embates possibilitaram que, em determinado momento específico da singular conjuntura pernambucana, a alta burguesia industrial e comercial, em conjunto com o proletariado, os camponeses e a pequena burguesia urbana, se lançassem a uma luta comum e prolongada, fornecendo-lhes o temperamento e a maturidade necessária para edificarem uma aliança eleitoral unificada para as eleições estaduais[146]

O comitê parecia saber das condições favoráveis à expansão de seus ideais para o interior – dado os abismos sociais existentes e a ampla maioria camponesa –, das necessidades de maior inserção ideológica no campo, de criar aparelhos de disseminação capazes de produzir uma contracultura que favorecesse a posterior hegemonia de suas teses, e, por isso, defendiam a consolidação de uma frente popular. Ainda além, para Dantas, a materialização das Oposições Unidas era a consolidação de uma Frente policlassista entre patrão e empregados já há muito "tão aspirada e tão eloquentemente propagada nos discursos e nos documentos emitidos pelo PCB"[147]. No entanto, mesmo esforçando-se ao máximo para manter a unidade, houve divergências dentro do próprio Partido, bem como dissidências no PSB para a candidatura de Jarbas Maranhão.

[146]DANTAS, Rodrigo. Formação e dissolução da Frente Popular em Pernambuco, 2015, p. 84
[147]DANTAS, Rodrigo. Formação e dissolução da Frente Popular em Pernambuco, 2015, p. 84

Mesmo assim, os comunistas concederam seu apoio às Oposições Unidas de Pernambuco, que acabou por confirmar o nome de Cid Sampaio para o governo do estado com o nome de Pelópidas Silveira para a vice-governança. A chapa governista do PSD formou-se com Jarbas Maranhão para governador e José do Rego Maciel, vice. A eles restou as estratégias para buscar a cisão da Oposição Unida. A aliança de um usineiro com os comunistas foi usada fortemente pela chapa reacionária. O fantasma do anticomunismo tentara impelir o ganho de alguns votos da chapa oposicionista

A vitória de Cid Sampaio inaugurou uma nova fase da política pernambucana. As contradições presentes em quase todos os governos de coalizão forçou um racha com a Frente do Recife, até mais rápido do que os esquerdistas gostariam. A linha tênue entre as concessões aos partidos progressistas e as pressões por políticas econômicas voltadas ao capital, além da constante solicitação senhorial por uma política de ordem repressiva policial no interior deixavam Cid numa situação difícil, afinal acomodar as forças presentes no palanque, agora, no governo, era uma tarefa contraditória e quase impossível. Enfim, não esqueçamos que Cid era um usineiro. Não devia ser fácil para ele lidar com solicitação de favores políticos e pessoais a personalidades do Partido, além de se relacionar com um prefeito socialista e popular como Pelópidas, que pela legislação da época podia encerrar sua gestão municipal para então assumir como seu vice-governador. Já começava a delinear-se um sucessor seu na prefeitura.

Essa acomodação de forças a um projeto de coalizão voltado a atender diferentes meios sociais era observada também no contexto nacional, quando da posse e início do governo JK, delineado por muitos dentro do conceito de democracia-populista. A escolha de uma figura com habilidade capaz de agradar um pouco aos gregos e muito pouco aos troianos. Uma coalizão pensada e articulada "por cima". O pensador italiano Antonio Gramsci analisa esse conceito a partir do seu oposto, o nacional-popular, caracterizado pela presença de uma força jacobina capaz de empreender uma vontade coletiva através do nexo entre os intelectuais e o povo nação. "Tal vontade coletiva expressa o nacional-popular, o processo de constituição das classes como sujeitos da ação histórica"[148].No entanto, em 1957, a vontade coletiva não era exatamente eleger Cid Sampaio, mas tirar o "general importado" do poder.

As circunstâncias levaram uma força de coalizão a, numa articulação "por cima", escolher o nome de Cid e defender a eleição de um usineiro para substituir um general. Talvez

[148]PORTANTIERO, Juan Carlos. O nacional-popular: Gramsci em chave latino-americana. 1988. p.49

a eleição de Pelópidas (1955) pudesse enquadrar-se no conceito de nacional popular? Na verdade não. Mas sua atuação na prefeitura favorecendo maior participação política ativa das camadas sociais mais pobres – por meio principalmente das associações de bairro – foi determinante para que na eleição de Arraes para governador de Pernambuco possamos ousadamente pretender explicá-la através desse conceito.

2.4O raiar dos anos 1960: desigualdades cruéis; Recife: prolífero de encarnados.

A história nacional nos anos 1960 é repleta de conjunturas que nos permitem observar diferentes aspectos da formação da sociedade brasileira. Desde as inconstâncias e insânias de Jânio, passando pelas movimentações golpistas de 1964 até o fechamento total do regime empresarial-militar a partir 1969, são, a cada dia, revelados pela historiografia diferentes olhares sobre as relações de poder presentes nas contradições evidentes da nação no período.

Vivendo os dias quentes de uma guerra gelada, o jovem que acordava numa habitual manhã de mormaço recifense, caminhava por suas ruas alagadiças até o precário transporte público e seguia para sua escola observando na cidade vultosa disparidade social. Tamanha desigualdade harmonizava-se apenas com o momento polarizante pelo qual passava o planeta. As tensões existentes entre o imperialismo feroz norte americano e os anseios e as possiblidades do socialismo levaram as sociedades a uma divisão política, ideológica e econômica radicalizada em diversas partes do globo com ferozes conflitos armados.

O “capitalismo selvagem” norte-americano e o “socialismo-ateu” dos soviéticos que extremavam os dias de Guerra Fria estavam presentes nas discussões dos bancos da praça e do bar, no confessionário da igreja ou da delegacia, em eleição de prefeito ou governador, sindicato ou diretório acadêmico, em briga de patrão e empregado, marido e mulher. Fazia-se vigente. São diversas, na academia, as referências que ressaltam a vitalidade dessas tensões políticas havidas em Pernambuco na linha tênue sob a qual se orientavam as decisões diplomáticas à época. Comunismo e Capitalismo apresentavam-se como soluções e problemas para as mais diversas circunstâncias.

O açúcar, que séculos antes proporcionara a Portugal imensa riqueza que lhe concedeuas chaves para participar no sistema capitalista mundial em sua fase mercantil, não conseguia agora harmonizar as forças sociais aviltadas, achatadas e oprimidas. No nordeste como um todo, Joseph Page em sua obra A Revolução que nunca houve (1972), em que aborda o contexto da situação do Nordeste brasileiro no pré-64, nos revela alguns dados importantes para compreendermos como Pernambuco oferecia expressivas condições para ser um celeiro de atividades esquerdistas

> cerca de 2,5 por cento das pessoas no Nordeste recebem 40 por cento da renda total da região. (...) Um levantamento feito em 1963, no estado de Pernambuco, revelou que 690.000 famílias do meio rural estavam vivendo numa terra adequada para manutenção de somente 110.000 famílias. O índice de analfabetismo é alto. Nas áreas rurais, pode exceder os 80 por cento. Os dados contam apenas uma parte da história. (...) a expectativa de vida é baixa: 35 anos para 80 por cento da população. A mortalidade infantil durante o primeiro ano de vida foi estimada em 60 por cento. (...) uma amostragem no setor sul da zona do açúcar em Pernambuco revelou a existência de camponeses consumindo somente 1.299 calorias diárias.[149]

O autor revela ainda outros dados da região nordestina que demonstram suas consideráveis incongruências. Na cidade do Recife, suas contradições ofereciam os mais diversos matizes. Eram muitos os problemas urbanos na capital. A desigualdade de renda, aliada ao êxodo rural proporcionava um grave problema habitacional, que levava milhares de famílias a procurarem as áreas marginalizadas da região metropolitana: seus morros e beiras de rio. O Recife possui em sua geografia curiosos recortes em seu território provocados pelos rios Capibaribe, Beberibe, Jordão, Tejipió e Pina. Os rios tornam belas as paisagens do centro da cidade e evidenciam um cenário que lhe atribui o apelido de 'Veneza Brasileira'. Segundo Joseph Page, nas áreas ribeirinhas de suas margens, abrigava-se "um constante fluxo de camponeses da zona do açúcar e do interior [que] alimentava essas pústulas urbanas". [150]

Nas margens enlameadas dos rios, milhares de mocambos, "diminutos casebres de madeira, com teto de telhas ou cobertos de papelão, abrigavam uma comunidade que crescera até ultrapassar 20.000 pessoas"[151], por exemplo, na comunidade do Coque. Porém no Recife inteiro, "as estimativas mostravam que o número de moradores das áreas pobres era de mais de 60 por cento dos seus habitantes, calculados aproximadamente em um milhão" [152]. A imensa desigualdade social acentuava-se com as eventuais cheias dos rios, que solapavam os

[149]PAGE, Joseph. A Revolução que nunca houve. 1972. p. 31.
[150]PAGE, Joseph. A Revolução que nunca houve. 1972. p. 23.
[151]PAGE, Joseph. A Revolução que nunca houve. 1972. p. 23.
[152]PAGE, Joseph. A Revolução que nunca houve. 1972. p. 23.

mocambos a desmoronar suas frágeis paredes permeáveis. E as fortes chuvas, que provocavam deslizamentos e morte nos morros superpovoados além de imensos prejuízos sociais.

Evson Malaquias de Moraes Santos ao escrever sua obra A primeira greve estudantil da UFPE (2010), delineia o contexto social do Recife pós-Guerra, em que

> a marginalização reinava. Em 1940, 30% da população viviam em manguezais e, depois, em vilas populares, construídas longe do centro. Em 1946, calculava-se a existência de 30 mil mocambos. Já em 1957, existiam 80 mil mocambos e 400 mil moradores deste habitat, de um total de 750 mil habitantes de Recife.[153]

A vida precária, paupérrima, desprezível sob os tetos de papelão e com os pés nos manguezais alagadiços às margens dos rios levou o pensador Josué de Castro a refletir sobre o problema e formular, de maneira marcante, a obra Geografia da Fome, publicada em 1946 e que se tornou imenso referencial teórico por todo o mundo. Relacionando as questões econômicas com os problemas da nutrição, o médico e pensador em entrevista à Revista Manchete[154] já em 1964, relata,

> aos 21 anos escrevi O ciclo do caranguejo, que tanto impressionou tanta gente: "Os mangues do Capibaribe são o paraíso do caranguejo. Se a terra foi feita para o homem, com tudo para bem servi-lo, também o mangue foi feito especialmente pro caranguejo. Tudo aí é, foi ou está pra ser caranguejo, inclusive a lama e o homem que vive nela. A lama misturada com urina, excremento e outros resíduos que a maré traz, quando ainda não é caranguejo, vai ser. O caranguejo nasce nela, vive nela. Cresce comendo lama, engordando com as porcarias dela, fazendo com lama a carninha branca de suas patas e a geleia esverdeada de suas vísceras pegajosas. Por outro lado, o povo daí vive de pegar caranguejo, chupar-lhe as patas, comer e lamber os seus cascos até que fiquem limpos como um copo. E com a sua carne feita de lama fazer a carne do seu corpo e a carne do corpo de seus filhos. São cem mil indivíduos, cem mil cidadãos feitos de carne de caranguejo. O que o organismo rejeita volta como detrito para a lama do mangue, para virar caranguejo outra vez.[155]

Este relato, que nos traduz as condições sociais do Recife de meados do século XX, tornou-se tese sociológica e ganhou adeptos e admiradores por todo o mundo. Disse Josué em Homens e Caranguejos que "o fenômeno [da fome] se revelou espontaneamente a meus olhos nos mangues do Capibaribe, nos bairros miseráveis da cidade do Recife: Afogados, Pina, Santo Amaro, Ilha do Leite. Esta foi minha Sorbonne: a lama dos mangues do Recife"[156]. As

[153]SANTOS, Evson Malaquias de Moraes. A primeira greve estudantil da UFPE, 2010. p. 43.
[154]Revista Manchete Nº 625. Abril de 1964.
[155] CASTRO, Josué. MELO, & NEVES. (orgs). Josué de Castro. Biografia. 2010. p. 41.
[156] CASTRO, Josué. MELO, & NEVES. (orgs). Josué de Castro. Biografia. 2010. p. 32.

denúncias e a preocupação com o problema da fome levariam o pensador a ingressar na carreira política, da qual, em abril de 1964, descreveria "não sou homem de partido e fui mal deputado (não pedi emprego pra ninguém!) sabe a quem devo essa vitória? Ao povo, votando numa ideia – a luta contra a fome. Sou da esquerda, mas não tolero a ditadura. Por isso nunca fui nem serei do PC. Ditadura, nem do proletariado"[157]. Mas o médico, por suas bandeiras, acabaria recebendo apoio dos comunistas. Atenhamo-nos, por agora, ao problema da fome e tantos outros existentes no estado.

Pernambuco dos anos 1960 era ainda um reflexo do modelo econômico açucareiro colonial e chegava ao limite de suas arcaicas estruturas sociais. Observe este fragmento retirado da obra Formação do Brasil Contemporâneo, do historiador Caio Prado Jr, quando analisa a organização social no país, após situar a escravidão, diz ele:

> Uma segunda parte da população vegetativa da colônia é a daquele que, nas cidades, mas, sobretudo no campo, se encostam a algum senhor poderoso, e, em troca de pequenos serviços, às vezes até unicamente de sua simples presença, própria a aumentar a clientela do chefe e insuflar-lhe a vaidade, adquirem o direito de viver à sua sombra e receber dele proteção e auxílio. São então os chamados *agregados, os moradores de engenhos.*[158]

Caio Prado observava ao escrever este trecho a sociedade rural pernambucana no princípio de fins do século XVIII. Já o brasilianista Joseph Page diz sobre a população rural do Nordeste de meados dos anos 1960:

> os engenhos eram virtualmente empresas auto-suficientes. Os proprietários, chamados de senhores de engenho, tinham controle absoluto sobre suas propriedades. Eles mantinham, no engenho, uma relação paternalista altamente personalizada com os escravos, trabalhadores assalariados, rendeiros e fazendeiros independentes (muitas vezes parentes). O senhor de engenho proporcionava segurança física àqueles que viviam na sua terra. Sua influência muitas vezes se estendia além dos limites do engenho. Se as autoridades locais prendiam um de seus homens, não era raro que ele entrasse na cidade à frente de uma força armada, para libertá-lo da cadeia.[159]

As semelhanças das relações sociais existentes nas observações acima, apesar de estarem ambas separadas por dois séculos de sua manutenção, são notórias. Ficando assim comprovada a obsolescência do arcabouço econômico, social e político da zona açucareira de Pernambuco e do Nordeste como um todo. O abismo econômico e social persistente era fruto

[157] CASTRO, Josué. MELO, & NEVES. (orgs). Josué de Castro. Biografia. 2010. p. 46.
[158] PRADO JR, Caio. Formação do Brasil Contemporâneo. São Paulo. Cia das Letras. 2011.p. 300.
[159] PAGE, Joseph. A Revolução que nunca houve. 1972. p. 35.

da ação política dos grupos dominantes, que procuravam meios de preservá-lo, tornando-se esses senhores os chefes políticos de suas localidades.

> Os produtores nordestinos de açúcar, diante disso, usaram todos os recursos políticos à sua disposição para forçar o governo federal a ajuda-los. Toda vez que surgiam tempos duros, eles insistiam que era dever do governo tira-los do aperto com empréstimos bancários e subsídios imediatos. Além disso, eles tiravam vantagem da superpopulação da zona do açúcar – sua abundância de mão-de-obra barata – como base de um argumento que importava numa grosseira chantagem: o governo tinha de impedir que se afogasse a indústria do açúcar no Nordeste para evitar que toda essa gente morresse de fome.[160]

A expansão pela qual passou a indústria do açúcar e do algodão em Pernambuco nos séculos XIX e XX promoveu o enriquecimento de poucas famílias e a modernização de poucas usinas. Enquanto isso no sul, uma indústria açucareira emergiu.Entre 1946 e 1961 "o Nordeste dobrou sua produção de açúcar. No mesmo período, os sulistas apresentaram uma produção dez vezes maior. Em 1960, a produção por hectare, no sul, alcançou 60,7 toneladas de açúcar, em comparação com 40,1 toneladas no Nordeste"[161]. Essas condições de concentração de renda e desigualdades forneciam – acreditavam os comunistas – o fermento para o desenvolvimento da Revolução. Essa condição de carência sob a qual nasciam os filhos do Nordeste, enquadra-se naquilo que Marx chama de

> uma força que existe fora deles, a qual não sabem de onde vem e a que se destina. (...) Para que ela [alienação] se torne um poder insuportável, isto é, um poder contra o qual se faça uma revolução, é necessário, que tenha criado uma grande massa de humanidade absolutamente destituída de propriedade e ao mesmo tempo em contradição com o mundo existente de riqueza e cultura, o que pressupõe um grande aumento da força produtiva, um grau elevado do seu desenvolvimento – e, por outro lado, esse desenvolvimento das forças produtivas é também uma premissa prática absolutamente necessária.[162]

Nas zonas de seu plantio, os litorais ao norte e ao sul de Recife, o açúcar havia produzido contradições e disparidades condizentes com o tamanho da glória, distinção e relevo de outrora. As zonas da mata sul e norte possuíam os mais variados problemas sociais. Fome e subnutrição, mortalidade infantil, endemias, analfabetismo e infortúnios. O extremismo da situação social no nordeste esculpia, ao longo dos séculos.as condições inflamáveis propícias ao incêndio inconformista das massas oprimidas há gerações. Não a toa, durante o período democrático que estende-se desde o fim do regime varguista, em 1945, até

[160]PAGE, Joseph. A Revolução que nunca houve. 1972. p. 39.
[161]PAGE, Joseph. A Revolução que nunca houve. 1972. p. 38
[162]MARX, Karl & ENGELS, Friedrich.A ideologia alemã. 2009. p. 50.

o golpe em 1964, os comunistas e suas teses tiveram ampla recepção no estado e, sobretudo, na sua capital.

> O Recife forneceu mais do que um simples cenário para o novo movimento. Merecendo, na verdade, sua reputação de capital do subdesenvolvimento na América Latina, a cidade portuária servia como um constante lembrete da magnitude da tarefa. Ela fornecia as condições necessárias para chocar qualquer pessoa com uma centelha de consciência e leva-la à ação.[163]

As forças progressistas em ascensão no estado após o primeiro grande feito de assegurar-se da prefeitura do Recife em 1955 com Pelópidas, o indicara para compor a vice-governança estadual encabeçada por Cid Sampaio. Como a legislação da época permitia, o político terminou seu mandato na prefeitura para então assumir como vice-governador. Em seu lugar como prefeito assumiria Miguel Arraes de Alencar, mais um progressista. Sua chegada à prefeitura inaugurava um momento político efervescente para o movimento estudantil recifense. Para compreender as forças políticas em confronto no golpe empresarial-militar de 1964, faz-se necessário observar as inquietações ocorridas na renúncia de Jânio. Os relatos daqueles militantes nos expõem como ambos os momentos estavam conectados em seu imaginário e em sua práxis política.

[163]PAGE, Joseph. A Revolução que nunca houve. 1972. p. 22

3O relógio marca a hora das esquerdas: as Reformas, os Estudantes e o Golpe avassalador

"Cansados de tentar frutificar ideias, os novos mandarins
Ocupam o posto e mudam o rosto.
A gosma oficial engessa o gesto. Os gabinetes filtram a poeira das estradas
E instalam liturgias de opereta. Um dia,
Postada em plantão permanente, a corte comissionada
Anuncia a extinção do sol"[164]

3.1 Cidade vermelha: Arraes na prefeitura, os estudantes e o MCP

Àquela altura nos anos 1960, o número de universidades brasileiras e de matrículas haviam crescido consideravelmente.

Período	Nº de escolas de Ensino Superior criadas no período
Até 1900	24
1900-1910	13
1910-1920	34
1920-1930	86
1930-1945	95
1945-1960	223
1960-1968	375

Fonte: elaborado a partir de dados fornecidos por Teixeira, 1989.

Tabela 1 – Expansão do sistema de ensino superior. Dados: Teixeira, 1989. In: SAMPAIO, Helena. Evolução do ensino superior no Brasil. 1991.

A ascensão das camadas médias da sociedade por todos os anos 1950 favoreceu a chegada de toda uma nova geração à Universidade. Aos poucos, uma quantidade maior de jovens de famílias simples chegam ao curso superior, sendo muitos deles ativistas já no movimento secundarista. Na tabela acima é possível observar o crescimento vertiginoso de novas Escolas de Ensino Superior de 1900 até 1968. Observem que o número de novas Faculdades nos oito anos entre 1960-68 (375) é superior ao número surgido nos 30 anos entre 1930-60 (318). Obviamente, esse crescimento vinha para atender uma demanda cada vez maior de novos alunos das mais diversas origens sociais. Dentro dessa perspectiva do boom de escolas superiores surgido após 1960, analisemos o quadro de matrículas nessas instituições em todo o país:

[164] Poema "Mandarins e vagalumes" – Marcelo Mário de Melo. Publicada em Os colares e as contas – poemas políticos. 2012.

Ano	Total de Matrículas	% de Crescimento	Matrículas Instituições Privadas	% das Matrículas privadas sobre o total
1961	98.892	6	43.560	44,0
1962	107.299	9	43.275	40,3
1963	124.214	16	47.428	38,2
1964	142.386	15	54.721	38,4
1965	155.781	9	68.194	43,8
1966	180.109	16	81.667	45,3
1967	212.882	18	91.608	43,0
1968	278.295	31	124.496	44,7
1969	342.886	23	157.826	46,0
1970	425.478	24	214.865	50,5
1971	561.397	32	309.134	55,1
1972	688.382	23	409.971	59,6
1973	772.800	12	472.721	61,2
1974	937.593	21	596.565	63,6
1975	1.072.548	14	662.323	61,8
1976	1.044.472	--	648.862	62,1
1977	1.137.070	9	708.554	62,3
1978	1.267.559	11	779.592	61,5
1979	1.298.331	2	808.253	62,3
1980	1.345.000	4	852.000	63,3

Fonte: Levy, 1986.

Tabela 2 – Evolução do número de matrículas em estabelecimentos públicos e privados (1960-1980). Em Levy, 1986 In:SAMPAIO, Helena. Evolução do ensino superior brasileiro. USP, 1991.

Com base no quadro, fica evidenciado que em 1969 as matrículas alcançaram um número aproximadamente 250% maior que em 1961. Essa maior quantidade de jovens chegando aos campi brasileiros deixavam os movimentos sociais com maior espaço de atuação onde conquistar seguidores. Os acontecimentos de 1961 a 1964 estão intimamente relacionados. As diretivas do PCB em 1964, como veremos, são determinadas em 1958. A UNE inicia debates sobre a reforma universitária, sobre a coligação operário-estudantil e sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional já a partir de 1961. Em Pernambuco, por exemplo, uma Circular Informativa da gestão 1960-61 do Centro dos Estudantes Secundários de Pernambuco[165]- CESP – anunciaa luta por diversas causas, entre elas o "abatimento nos ônibus elétricos"; a composição com "novos membros da diretoria" para os dois anos seguintes, e o tópico "Dia nacional da Escola Pública", no qual relata que "ficou o colega Gilvan Melo, com o fim de esclarecermos aos nossos colegas sobre a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, encarregado de organizar um debate no auditório do Sindicato dos Comerciários" o qual, aliás, não veio a concretizar-se, mas demonstra a preocupação dos secundaristas com a reforma educacional e as implicações que ela acarretaria na vida estudantil.

Debates sobre as reformas nacionais, como veremos, eram comuns naqueles anos. No entanto, além do interesse na realização dos debates sobre a LDB, discutia-se conceitos educacionais como os presentes no informativo nos tópicos seguintes,

[165] Informação nº186. Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional nº 7458, Recife-PE, 1961.

> A FORÇA DO EXEMPLO – Educar não significa ensinar ao povo o que ele não sabe. Significa *ensina-lo a conduzir-se* como ele não o faz. Não é ensinar à juventude a combinação: das letras e o arranjo dos números, nem deixa-la aplicar para o mal esses ensinamentos. Significa, ao contrário, instruí-la no exercício perfeito e na modelação de seu corpo e sua alma. É um árduo, contínuo e difícil trabalho, que deverá ser cumprido pela bondade, pela vigília, pelo conselho, pelo preceito e pelo louvor, mas, sobretudo, pelo exemplo. [grifo nosso] – Ruskin.[166]

A frase de Ruskin deixa claro a capacidade intelectual dos estudantes, bem como seu interesse em estar ligada à conscientização das massas, o que associadaà tradição jacobina de Pernambuco possibilitava, segundo o conceito nacional-popular de Gramsci, maior proximidade dos intelectuais com o povo-nação. Ou vejamos ainda o que se diz no ponto,

> O CAMINHO PARA A LIBERDADE – Para fazer um cidadão, *principiemos por educar um homem.* Abramos *escolas por toda parte*. Não é homem o que não tem a luz a luz íntima que a instrução dá: é uma cabeça de grande rebanho, sem ação, que o dono guia – ora para a pastagem, ora para o matadouro. Aquilo que resiste à escravidão, na criatura humana, não é a matéria, é a inteligência. *Começa a liberdade onde acaba a ignorância* [grifo nosso]. [167]

Após os efervescentes anos de Congressos para discutir o Nordeste em 1955 e 56, em 1961 no Recife a educação fazia parte das pautas em quase todos os âmbitos. E, como se pôde constatar, não era apenas na UNE que esses debates estavam em franca ebulição. O Centro de Estudantes Secundários estava atento à LDB e a condição da educação nacional, algo curioso por não serem apenas estudantes politizados e das classes médias universitárias, mas adolescentes do movimento secundarista. Este congregava um verdadeiro buquê formado pelos mais diversos matizes, cores e perfumes de diferentes classes e origens sociais. Maicon Ferreira observa como é importante "atentar que os jovens de mesma idade não têm constituído um todo homogêneo, têm se exprimido, multifaceticamente, a partir das várias partições sociais que vivenciam cotidianamente: políticas, econômicas, culturais, etc." (...) Evidentemente por isso, "a juventude deve ser primeiramente considerada como uma construção social, mesmo quando refira-se a uma fase de vida"[168]. Daí a relevância em atentar os processos históricos, políticos, econômicos e sociais presentes na vida daquela juventude na tentativa de compreender suas mais marcantes contradições e diversidades.

---

[166]Informação nº186. Circular informativa Centro de Estudantes Secundários de Pernambuco. Nº 01/Gestão 60/61. Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional nº 7458 Recife-PE, 1961.
[167]Informação nº186. Fundo: SSP/DOPS/APEJE Prontuário Funcional nº 7458, Recife-PE, 1961.
[168] FERREIRA, Maicon. Nos interstícios do Golpe: resistência da juventude em Pernambuco à Ditadura Civil-Militar. UFPE, 2014, p. 23.

Os grandes Colégios públicos, centros da agitação, possuíam em seu seio seres pobres, médios e de famílias tradicionais da cena pernambucana. Conservadores, subversivos e apolíticos. No entanto, aqueles que militavam estavam visivelmente preocupados em alertar seus colegas para as mazelas sociais do nordeste e seu imenso abismo de desigualdades. A conscientização era uma das palavras de ordem da época e seria colocada à prova no plano de educação e conscientização política empreendido pelo Movimento de Cultura Popular nos anos seguintes. E sobre esse contexto é que se corporifica o nome de Arraes na sucessão a Pelópidas na prefeitura do Recife, àquela altura,

> naturalmente os comunistas foram rápidos em reconhecer o potencial de Miguel Arraes, e usaram toda a sua influência entre intelectuais, estudantes e trabalhadores para promovê-lo. Por sua vez, Arraes incluiu membros do Partido no seu círculo íntimo de conselheiros. Este novo movimento populista desafiou mais do que os interesses econômicos e políticos entrincheirados no Recife e no estado de Pernambuco. O sistema cultural dominante, presidido por Gilberto Freire, também se colocou na defensiva.[169]

A chegada de Arraes ao poder e a criação de um movimento cultural absorvendo necessidades e manifestações "de baixo", colocaram de vez o status quo cultural 'freireano' também em xeque, concedendo oportunidades a um movimento de maior vulto e com absorção de componentes da cultura popular pernambucana e nordestina. As condições sociais, políticas e econômicas inflamáveis do estado de Pernambuco como um todo, sobretudo em Recife, concediam ao movimento estudantil pernambucano reluzentes oportunidades.

Como já vimos, a criatividade e a capacidade organizativa do movimento já era uma realidade em meados dos anos 1950. No entanto, os acontecimentos em âmbito local e nacional de 1959, 1960 e 1961 elevariam a temperatura e a luta de classes a um nível sem precedentes, fazendo o mesmo com o movimento estudantil. Contemporâneo do período, o jornalista Marcelo Mário de Melo, como outros militantes que também observamos, após expor o viés nacionalista de sua formação ideológica expõe o segundo ponto de convergência entre estes ativistas estudantis: as inquietações eleitorais. Ele explica como tudo isso estava entrelaçado à sua filiação ao Partido, mesmo sendo, para ele

> tudo muito gradativo. Quando eu entro em contato com os militantes do Partido Comunista, eu já vejo os comunistas falando em praça pública, Prestes, etc. Agora eu não conseguia ligar essa coisa toda com o Ginásio Pernambucano. Tinha alguns comunistinhas lá, e eu me filiei a uma chapa que era a chapa da esquerda. De 1960 para 1961. Eleição de grêmio por aí a fora. *Mas aí eu começo a encontrar nas*

[169]PAGE, Joseph. A Revolução que nunca houve. 1972. p. 81.

> *passeatas de 1960, que era campanha de João Goulart*, mas quem perdeu a eleição foi Marechal Teixeira Lott, *e contra o golpismo*, (...) *ali eu começo a conhecer a moçada do Ginásio Pernambucano também lá. Já filiados sem eu saber*. Encontrei alguns comunistas de Caruaru. Que eram alguns colegas de infância, de Caruaru. Aí eu vou me aproximando da comunicidade.(...) Aí um belo dia me chamam para uma reunião do Partido Comunista, eu vou, eu entrei no Partido Comunista em abril de 1961 [grifo nosso].[170]

A campanha de 1960 possui algumas distinções para Pernambuco, a começar por Jânio Quadros e seu discurso empolgante e demagógico vencer o candidato apoiado pela frente progressista, o marechal Lott. Uma das poucas derrotas da Frente do Recife na capital. Além disso, aquele ano foi o primeiro do mandato de Miguel Arraes, vencedor das eleições para a prefeitura no ano anterior.Em 60 Arraes iniciaria o programa que talvez constituiu-se no seu principal estandarte e será de capital importância para compreendermos o contexto de sua eleição para o governo do estado em 1962: o Movimento de Cultura Popular.

O entrelaçamento do movimento estudantil com o momento histórico vivido em 1961 fica evidenciado no depoimento do militante Marcelo de Santa Cruz, em entrevista concedida para este trabalho. Em suas primeiras palavras, além do nacionalismo, ele cita a ênfase nas reformas de base e seu amplo debate a partir de 1961 até 1964 e, não surpreendentemente, adentra na importância que tiveram as eleições e os governos progressistas em Recife:

> E foi justamente no governo Pelópidas Silveira na prefeitura do Recife, e depois com Arraes, que *a sociedade começou a se organizar por direitos fundamentais*, por exemplo, *uma grande revolução na época, foi o Movimento de Cultura Popular*implementado no governo Arraes através do educador Paulo Freire, e havia Anita Paes Barreto, Germano Coelho, Norma Coelho, inúmeras pessoas participaram do Movimento de Cultura Popular, Abelardo da Hora e tantos outros. [grifo nosso].[171]

O Movimento de Cultural Popular (MCP) de fato representava um imenso avanço cultural, político e social no Recife. A capital do subdesenvolvimento congregava grande talento e capacidade intelectual e artística num empreendimento ousado e revolucionário. O MCP por muitos na academia já foi debatido, questionado e esmiunçado. Aqui nos propomos a, ousadamente, reconhecê-lo como um importante aparelho ideológico progressista que contribuiu para aproximar os ativistas estudantis – os intelectuais – da massa mais pobre e oprimida dos mangues e morros do Recife – o povo-nação, uma condição capital para

[170] Marcelo de Mário Melo. Entrevista concedida ao autor em 25 de abril de 2016.
[171] Marcelo de Santa Cruz. Entrevista concedida ao autor em 04 de agosto de 2014.

compreender porque a população estava atenta a suas pautas mesmo após o início do regime repressivo empresarial-militar.

Para Paulo Cavalcanti o MCP representou o mais alto ponto da "administração de Miguel Arraes (...) A princípio, o MCP consistia na criação de escolas para o povo, aproveitando salas de associações de bairros, de entidades esportivas, de templos religiosos – e aí instalando móveis simples, toscos, fabricados nas oficinas da Prefeitura".[172] Os artistas e intelectuais que vieram posteriormente ampliaram e estabeleceram novos horizontes ao movimento. A alfabetização, um dos principais objetivos do MCP, era um assunto bastante discutido na época. Fator de distinção política e de classe, a capacidade de ler e escrever era determinante no número de eleitores da localidade. No entanto, o número de eleitores não era, em si, um problema, mas o tipo de eleitor, sim.

Isso porque o método utilizado para alfabetização era baseado na proposta do educador Paulo Freire, em que a ela não fica mais condicionada à tradicional e genérica união de letras e sílabas, mas a um processo baseado na reflexão e no debate, no qual o ambiente e a realidade do educando é relacionada ao "aprender ler". Para se ensinar uma turma num engenho da zona rural, por exemplo, o educador instigaria os alunos da classe a falarem de sua realidade, da cana-de-açúcar, da terra, do cultivo, para, a partir daí iniciar a construção de palavras próximas ao educando. O método perpassa o antigo bê-a-bá e instiga a reflexão sobre as condições de vida do aluno e de seu meio.

Suas teses e seus experimentos eram realizados no âmbito de sua atuação como professor da Universidade Federal de Pernambuco, e na direção do Serviço de Extensão Cultural (SEC). Este órgão, segundo Luiz Costa Lima, que nele trabalhou, em entrevista ao historiador Otávio Luiz Machado[173], era formado pelo "sistema de alfabetização concebido por Paulo [Freire]. Além dele, o SEC era constituído pela Rádio Universitária, dirigida por José Laurêncio de Melo, e a revista Estudos Universitários, de que eu era o secretário."[174] Segundo ele, apesar do grande viés popular do setor de alfabetização do SEC, a rádio e a revista possuíam atuação e público alvo bem distintos, não constituindo uma ameaça revolucionária e violenta ao regime político ou a ordem social, aceitando seu caráter político, mas determinadamente inserido num movimento político não-partidário.

---

[172]CAVALCANTI, Paulo. O caso eu conto como o caso foi. 1980. p. 302.
[173]MACHADO, Otávio Luiz. 2007 & ZAIDAN, Michel. Movimento estudantil brasileiro e a educação superior.. UFPE. 2007.
[174] Luiz Costa Lima. O contexto da universidade do Recife do início dos anos 1960 até o golpe de 1964. In: Machado, Otávio Luiz. 2007. p. 41-48.

Era sob o método de Freire que o MCP baseava suas ações, mas elas eram distintas em diversos aspectos. Paulo Cavalcanti nos previne que aqueles não eram dias comuns vividos no Recife,

> era o ano de 1960, fértil em cometimentos dessa natureza por todo o território nacional. Visava o MCP, agora, além da alfabetização, *elevar o nível cultural das massas, conscientizando-as paralelamente*. Ao ensinar-se a ler a um adulto, não se recorreria mais ao jogo simbólico de palavras e sílabas abstratamente situados em seu universo social (...) pretendia-se alcançar uma meta mais ligada à vida, o homem reencontrando na escola as suas raízes telúricas e culturais adormecidas, dentro de um mundo social alienante, aprendendo a ler realisticamente, a educação fulcro para elevá-lo e projetá-lo no seu meio. (...) Esse projeto inicial de Arraes, no entanto, corporificou-se em algo muito mais complexo e abrangente quando o professor universitário Germano Coelho foi chamado a colaborar com a iniciativa. Germano defendia *a alfabetização como uma iniciação à cultura*, no vasto sentido da expressão. (...) A partir de então o movimento buscou atuações das mais variadas formas, além do teatro e das já referendadas praças de cultura a valorização dos folguedos tradicionais, (...) a instalação de galerias de arte, de parques de recreação, de atelier de artes plásticas e artesanais, do cinema, dos teleclubes, das 'mesas-redondas' sobre cultura popular – *despertando a comunidade para os seus problemas*, englobadamente.[175]

E se o objetivo era despertá-los para seus problemas, porque não dizer, os espaços do MCP proporcionaram excelentes oportunidades para catarse de dezenas de pessoas acerca de sua condição como ser ético-político. O momento vivido era tão singular que até mesmo a CNBB criou o Movimento de Educação de Base, em 1961, caracterizando-o também como um movimento de cultura popular tendo como base o pensamento humanista cristão.

Contemporâneo àqueles tempos, o jornalista Marcelo Mário de Melo, que conheceu o curso de Paulo Freire, também aborda uma divergência muito relevante entre o MCP e o método Freire quanto à utilização da 'cartilha'. Para ele

> há uma coisa sobre o método Paulo Freire que não é muito bem contada, porque Paulo Freire era a favor da alfabetização através dos ciclos de cultura, ele era contra a 'cartilha'. Agora o problema é o seguinte, você tinha um ciclo de cultura, você tinha que ter um cara que fosse bom pedagogo e bom comunicador, porque eu fiz o curso Paulo Freire, não cheguei a trabalhar, mas eu fiz o curso. Rapaz, você tinha que dominar o método técnico de alfabetizar, chegar numa comunidade e começar a puxar temas a partir da situação daquela comunidade então você simplesmente não tinha cartilha tudo dependia do debate cultural, só que isso aí, pra formar esses quadros era muito difícil. Aí o pessoal que era do método Paulo Freire procuraram adaptar as ideias e os métodos de Paulo Freire e criou uma cartilha, Paulo Freire foi contra. Mas o grosso da alfabetização que ocorreu no Recife foi pela Cartilha. Uma cartilha inspirada no método, mas não foram os ciclos de cultura.[176]

[175]CAVALCANTI, Paulo. O caso eu conto como o caso foi. 1980. p. 302.
[176] Marcelo Mário de Melo, entrevista ao autor 25 de abril de 2016.

Essa cartilha, inclusive, não esteve envolvida apenas nesta polêmica, uma vez que "os opositores de Arraes acusavam a cartilha de ser subversiva, e, no contexto das condições no Recife e de todo o Nordeste, realmente era. A primeira lição ensinava que 'o voto pertence ao povo'. Na lição nº 24 que 'um bom político sempre fica do lado do povo"[177]. A cartilha continha ainda alguns temas controversos, sobretudo no contexto incendiário do Recife, ensinar aos famintos que "'fome, doença, desemprego e analfabetismo são alguns dos males sociais do nordeste'; e que 'um trabalhador, num sindicato de trabalhadores, é um homem forte'; Que a 'democracia é o governo do povo, pelo povo, e para o povo'"[178], atesta, portanto, que estando num sindicato, dentro de uma democracia, poderia o faminto lutar contra os 'males sociais' que lhe afligiam.

Por um lado, é óbvio, há que se enaltecer o sublime propósito de situar a alfabetização a uma conscientização política e social de elevação dos padrões culturais e intelectuais da massa mais carente e pobre de uma superpopulosa região metropolitana. No entanto, na cabeça do mais moderado conservador, o programa de alfabetização constituía, logicamente, num plano subversivo do comunismo ateu de doutrinação da imensa massa pobre para lutar numa revolução contra a ordem e contra Deus. A presença de um certo número de líderes comunistas no MCP, então, não ajudou muito a diminuir o coro conservador,

> os que apoiavam o MCP retrucavam que a função da cultura e educação populares era conscientizar os indivíduos em relação a si mesmos e a seu ambiente; se tal processo produzia insatisfação e sentimento de urgência para mudar as coisas, isto era culpa das condições do Recife e do Nordeste. Mas de fato, certas atividades do MCP tinham matizes políticos diretos[179].

E não há o que esconder no caráter político do MCP. A conscientização das pessoas produzirá novos seres pensantes, alguns egoístico-passionais passivamente receptores dos ideais propagados pelo meio, outros ético-políticos cientes de sua capacidade transformadora da realidade, mas uma vez alfabetizados todos são eleitores, e isso, por si só, já representavam uma ameaça. Para Joseph Page o MCP constituiu "seu programa mais significativo e controvertido, foi aquele cujo objetivo era possibilitar as reformas radicais"[180] que pretendia Miguel Arraes. Seria o MCP além de político, revolucionário, como afirma Page? Senão, pode-se no mínimo, classificá-lo como audacioso.Naquela iniciativa política,utilizando

[177]PAGE, Joseph. A Revolução que nunca houve. 1972. p. 137.
[178]PAGE, Joseph. A Revolução que nunca houve. 1972. p. 137.
[179]PAGE, Joseph. A Revolução que nunca houve. 1972. p. 138.
[180]PAGE, Joseph. A Revolução que nunca houve. 1972. p. 137.

> o Sítio da Trindade, o MCP fez de seus amplos espaços o laboratório das mais ricas experimentações no campo da cultura popular. A qualquer hora em que ali se chegasse, dezenas de professores, estudantes e ativistas do movimento estavam reunidos, cada qual em seu setor, a discutir planos e realizações, a par de aulas de dança clássica, de balé, de frevo de rua[181].

Resgatar e valorizar a imensamente rica e plural cultura nordestina, o folclore, as tradições artísticas, tentando anular a influência alienante de outras culturas, constituiu-se numa tarefa deveras ousada. Foram 19 mil alunos, 201 escolas, cinco praças de cultura. Mas há aqui que se ressaltar um importantíssimo ponto a considerar entre o Movimento de Cultura Popular, sua relação com o movimento estudantil e a massa pobre do Recife: a concepção do intelectual. Afinal de contas, para que servia resgatar e valorizar o folclore e as tradições artísticas e o enorme potencial criativo da rica e plural cultura nordestina? Cabia aos intelectuais enaltecer e propagar o que se absorvia da massa ou selecionar manifestações culturais e transmiti-los à grande massa desinformada?

Àquela altura, o movimento estudantil vinha concatenando componentes de resgate e valorização cultural à sua práxis política. A pesquisadora Maria de Lourdes Fávero nos adverte como a partir

> da década de 1960, o movimento estudantil passou a relacionar as reivindicações de caráter educacional de forma mais consequente à luta política. Alguns fatos evidenciam essa relação: a) em 1961, foram criados o Centro Popular de Cultura – CPC e o primeiro Centro de Estudos Cinematográficos – CEC, com a finalidade de identificar o significado da arte na vida social brasileira[182].

E Pernambuco, terceiro foco comunista do país será relevante palco desse fervilhar cultural e político com o Movimento de Cultura Popular implementado pela administração Arraes. Endossando a importância dos movimentos culturais na luta política dos estudantes a historiadora Maria Paula Araújo, em trabalho de reconstituição das Memórias Estudantis – da Fundação da UNE aos nossos dias (2007) – nos afirma que o

> Centro Popular de Cultura da UNE foi inspirado no Movimento de Cultura Popular (MCP) do Recife, onde atuava o educador Paulo Freire (...). Mas, conforme afirma o próprio Carlos Estevão, a filosofia do CPC era inversa à do MCP. O CPC queria transmitir cultura ao povo, especialmente a cultura marxista. Já o MCP, baseado nas ideias de Paulo Freire, queria dinamizar a cultura que já existia no povo. Paulo Freire achava que o povo tinha seu conhecimento, a sua sabedoria, a sua cultura e não necessitava que ninguém lhe transmitisse isso. O MCP era, fundamentalmente,

[181]CAVALCANTI, Paulo. O caso eu conto como o caso foi. 1980. p. 304.
[182]FÁVERO, Maria de Lourdes. Os estudantes, o problema universitário e a política dos anos 1960. UFPE. 2007. p. 87.

> um movimento de alfabetização de adultos que tinha por premissa a existência da cultura popular. Sabendo ler e escrever, as pessoas saberiam fazer valer sua cultura e seu conhecimento. A proposta do CPC era diferente: pretendia transmitir ao povo uma cultura que lhe permitisse transformar a realidade[183].

Apesar de acertadamente existir uma diferença entre o CPC da UNE e o MCP na concepção do intelectual, a afamada escritora fluminense comete um equívoco comum, corolário das observações realizadas à distância de sua real e envolvente dinâmica histórica. Paulo Freire de fato tinha essa concepção de que o povo possuía uma cultura e, portanto, devia o educador partir dela como base, para sobre ela, solidificar então seu método. Mas Freire, como já vimos, possuía divergências na sua metodologia adaptada ao MCP, e não efetivamente aplicada. Esclarecedor se torna observar a já citada entrevista do ex-funcionário do Serviço de Extensão Cultural (SEC) da UFPE, Luiz Costa Lima, quanto ao papel do intelectual, quando nos dizque

> Para o MCP, assim como para o CPC da UNE, o intelectual era tido como guia das massas. Embora essa concepção seja entre nós tão velha quanto o positivismo do século XIX, sem dúvida sua base política era a política cultural stalinista. (...) Como eu tinha aprendido, por meus anos na Espanha franquista, o que significava o dirigismo cultural e como pouco se distinguia do fascismo, participei de uma linha de resistência ao dirigismo oba-oba tanto do MCP, quanto do CPC da UNE.[184]

Então, enquanto o MCP buscava elaborar um programa que agregasse arte e cultura popular a ser dirigido para as massas, a SEC acreditava na solidificação de uma cultura popular já existente e rica em sua própria essência, capaz de despertar a compreensão do educando e facilitar o seu processo pedagógico da alfabetização. A postura de Luiz Costa Lima é interessante em se opor ao dirigismo cultural das massas, visto o órgão importante de experimentos educacionais no qual ele trabalhava. O dirigismo é realmente perigoso e, sim, uma característica de regimes fascistas e autocráticos. Apesar das divergências quanto aos processos e práxis a serem utilizadas, a proximidade do ilustrado ao plebeu era um fatorvisível aos participantes da época em ambos os projetos. O jornalista Marcelo Mário de Melo observava que

> tinha o movimento de alfabetização, mas também o movimento cultural. De disseminação da cultura. Então Arraes pega foram criadas as chamadas "praças de cultura" foram 7 ou 9, eu não sei, tinha um foco de empréstimo de livro nas praças, as festas populares, os grupos culturais basicamente nas festas de ciclo: carnaval, natal, São João eram chamados, se criaram festivais de cinema, festivais de música,

[183] ARAÚJO, Maria. Memórias Estudantis. 1937-2007 da fundação da UNE aos nossos dias. 2007, p. 110-111.
[184] Luiz Costa Lima. O contexto da universidade do Recife do início dos anos 1960 até o golpe de 1964. 2007. p. 44.

> exposições de fotografia disso e daquilo! *E uma ligação de artistas eruditos com artistas populares.* Zé Cláudio, Adão Pereira e outros *davam cursos lá* como artistas populares ceramistas e etc, entendeu?! Houve uma efervescência cultural muito interessante e a base era alfabetização. [grifo nosso].[185]

Não era à toa a possibilidade de interação entre artistas populares e eruditos no MCP, isso era um dos objetivos do projeto. Como se vê, as praças possuíam potencial de tornarem-se excelentes espaços de sociabilidade e conscientização. A capacidade e vocação daqueles que assumiam papel de instrutores conseguirem estabelecer uma mediação adequada com o público geral, era algo muito difícil. Luiz Costa Lima relembra certa vez quando

> Depois de encenada uma peça do MCP em um morro do Recife, levantou-se um senhor e perguntou algo como se estavam querendo lhe ensinar a ser pedreiro; e ele acrescentava que nisso era ele que podia ensinar os atores... Mas isso não podia ser aprendido pela "esquerda didática", isto é, aquela que acreditava que os intelectuais deveriam saber de antemão o que o povo deveria repetir.[186]

Não estamos na tentativa de afirmar que o MCP estaria distante das necessidades populares ou da práxis política da massa. Nem com intenção em afirmar que uma experiência fosse melhor ou mais eficiente que a outra. Mas de expor o quão estava alto o nível de ebulição não apenas social, econômico ou político, mas também educacional e cultural na cidade do Recife. O MCP em seu pragmatismo inerente aos programas estatais buscava maneiras de universalização daquilo que fosse absorvido de baixo. A SEC em seus importantes experimentos no campo da educação e conscientização política procurava utilizar-se cada vez mais da sabedoria popular.

Inseridos nesse caldeirão estavam as inquietações estudantis do Recife. Inúmeros deles eram cooptados do movimento estudantil para os quadros de instrutores da SEC ou do MCP. Outros inúmeros deles, em caminho inverso, tiveram sua catarse política no SEC ou no MCP e então iniciaram sua militância estudantil. Fato é que fica evidente em todos os depoimentos a relevância que esses programas tiveram na práxis política dos estudantes da década de 1960. Quão importantes elas foram para eleição de Arraes em 1962 e o quanto iniciativas como essa amadureceriam se não fossem a ruptura traumática imposta pelo golpe empresarial-militar de 1964.

---

[185]Marcelo Mário de Melo. Entrevista concedida ao autor em 25 de abril de 2016.
[186]Luiz Costa Lima. O contexto da universidade do Recife do início dos anos 1960 até o golpe de 1964.p. 45

Mas a vitória de Arraes para prefeito do Recife em 1959 teria muitas outras consequências políticas reluzentes para o movimento estudantil em 1964, além do MCP. Após vencer as eleições

> houve boatos de que os comunistas iam tomar tudo (...). Apesar de Cid manter distância do Partido após eleito governador, Arraes não o fez. Ele nomeou Hiram Pereira para o cargo de secretário de Administração, e Aluísio Falcão, um membro do Partido, como diretor da Divisão de Assuntos Culturais da cidade. A presença de comunistas declarados dentro do governo municipal foi o ápice de um retorno espetacular do Partido no Nordeste, e refletiu seu crescente poder e prestígio a nível nacional. O que tornou este fato digno de nota foi que, 25 anos antes, o Partido parecia ter cometido um erro de proporções suicidas, tanto em Pernambuco como em outras partes do país.[187]

Mesmo após o Levante Armado de 35, isso não impediu que os candidatos comunistas fossem votados pelos recifenses e que fizessem parte da administração de Arraes, um autêntico legalista. Mesmo um dos principais protagonistas em 1935, o valente Gregório Lourenço Bezerra, foi um dos principais deputados votados pelo povo pernambucano após início do período democrático, além de ter atuação destacada na política local da mata sul do estado. A presença comunista no governo seria determinante para contribuir com a atmosfera de otimismo à esquerda demonstrada nos anos que antecederam o golpe empresarial-militar de 1964. E há que se ressaltar também, que num momento de franca efervescência do cenário cultural em Pernambuco com o MCP, a SEC, a UNE, Arraes nomeie Hiram Pereira, ícone comunista, para a relevante secretaria de Administração, e, Aluísio Falcão, membro do Partido, justamente para ocupar um cargo de direção de uma "Divisão de Assuntos Culturais" da capital.

As ações desenvolvidas pela prefeitura ao longo de1960 e 1961 contribuiriam para essa euforia à esquerda e o clima de otimismo. O militante José Oto de Oliveira, que no momento do golpe tinha completado 19 anos há pouco tempo, define que após a renúncia de Jânio, já "ali você percebia que tinha uma coisa se aproximando de uma definição. No meu grau de compreensão, era difícil perceber onde ia dar. Ainda debutando nos temas da política, ele deixava-se influenciar pelas análises dos companheiros mais experientes"[188], que acreditavam que essa mudança seria propícia à esquerda.

[187]PAGE, Joseph. A Revolução que nunca houve. 1972. p. 76.
[188]ROZOWYKWIAT, Joana. Subversivos. 2014. p. 73.

Essa perspectiva de confiança ajudava até no recrutamento de novos simpatizantes.O depoimento de Chico de Assis, que, como já citamos, era um dos fundadores do Clube Literário Monteiro Lobato, o "QG dos Estudantes Nacionalistas", reconhece justamente

> o contexto [de otimismo, que] foi levando Chico para dentro do PCB, ele diz. Além do convívio que passou a ter com os membros ativos do Partido, *havia o cenário geral do País e do mundo*, que provocava em alguns adolescentes uma *empatia imediata com as forças de esquerda*. O Brasil saía do governo Juscelino Kubitscheck, com uma perspectiva desenvolvimentista. Em Pernambuco, esse conjunto de forças conquistava vitórias expressivas, a exemplo da gestão Miguel Arraes na Prefeitura do Recife. No plano internacional, havia a mística envolvendo "os barbudos que libertaram Cuba e instalaram lá o primeiro governo socialista da América Latina". Era a hora das esquerdas, muitos diziam [grifo nosso].[189]

Estaria realmente o planeta caminhando para o socialismo? As condições determinadas pelo meio social estariam levando toda uma geração de jovens a sentirem-se simpáticos às teses vermelhas? Estaria o relógio anunciando "a hora das esquerdas"?

3.2 Arraes no Campo das Princesas, os estudantes com as reformas: o Golpe.

Provavelmente essa atmosfera avermelhada, às vésperas das eleições estaduais de 1962, podia também ser sentida pelos pulmões conservadores, visto que foi justamente nessa época que o IBAD começou a atuar em Pernambuco. Segundo Dantas, o Instituto Brasileiro de Ação Democrática – IBAD – foi criado

> com o apoio do governo dos Estados Unidos e de empresários norte-americanos e brasileiros interessados em combater a influência dos setores nacionalistas e de esquerda na esfera política brasileira. Sua tática residia na produção de massivas campanhas publicitárias e de marketing, onde as ideias de esquerda eram combatidas – principalmente disseminando o medo do comunismo e propagando os valores culturais liberais característicos da civilização ocidental –, além de apoiar técnica e financeiramente candidaturas de políticos declaradamente contrários ao movimento nacionalista em expansão.[190]

[189]ROZOWYKWIAT, Joana. Subversivos. 2014. p. 51.
[190]DANTAS, Rodrigo. Formação e dissolução da Frente Popular em Pernambuco, 2015, p. 169.

A presença do IBAD nas movimentações políticas em Pernambuco demonstrava a clara preocupação norte-americana com as condições sociais e políticas do estado já analisadas por nosso trabalho em sua condição para afloramento das teses comunistas em diferentes meios da sociedade local. Mas não havia a presença apenas de interesses norte-americanos no IBAD, como já comprovado por Dreifuss[191], havia também a atuação marcante de indivíduos das classes produtoras empresariais. O historiador Joseph Page, na já citada obra A Revolução que nunca houve[192], ressalta com grande ênfase o interesse norte-americano na agitação política vivida em Pernambuco naqueles anos. Segundo ele, a agência norte-americana para o desenvolvimento internacional, a Usaid,

> começou a montar no Recife o que se tornaria uma missão de grandes proporções. E no dia 6 de junho de 1962, o órgão assinou um acordo com o governador de Pernambuco, Cid Sampaio, no valor de U$1 milhão de dólares para empreender um programa de construção de escolas. A utilização da Aliança para o Progresso para conter o crescente movimento político de Miguel Arraes não foi a única intervenção direta dos Estados Unidos nos negócios internos do Nordeste. A agência Central de Informações (CIA) estava de olho na efervescência do interior, e secretamente já planejava sua própria estratégia para abafar o ardor revolucionário de Julião e de outros iguais a ele.[193]

Tornava-se clara para os norte-americanos as inflamáveis condições sociais do nordeste brasileiro. Ficava a cada dia mais evidente a fragilidade de suas estruturas políticas e econômicas no velho e ultrapassado modelo açucareiro de poder. E, dentro do modelo imperialista estadunidense, era inevitável uma intervenção política que se manifestou, a princípio através do IBAD, mas posteriormente, quando não alcançado seu objetivo por vias legais, através do apoio à intervenção golpista militar.

Tão grande era o interesse ianque que, além das verbas viabilizadas pelo IBAD nos mais diversos segmentos como associações, sindicatos e grêmios, a Aliança Para o Progresso injetaria 01 milhão de dólares, não de Cruzeiros, mas de dólares, diretamente para as mãos do Governo de Cid Sampaio, em pleno mês de junho, faltando pouquíssimo para as eleições estaduais. Seus esforços foram tantos para impedir a chegada de Arraes ao poder, que quando o governador do Rio Grande do Norte, um de nossos vizinhos na região nordeste, Aluísio Alves, "ao visitar na Casa Branca, o Presidente Kennedy, ouviu do líder norte-americano a seguinte pergunta, à queima-roupa: - o senhor acha que Arraes vai vencer as eleições em

[191] DREIFUSS, René Armand. 1964: A conquista do Estado. 1980.
[192] PAGE, Joseph. A Revolução que nunca houve. 1972.
[193] PAGE, Joseph. A Revolução que nunca houve. 1972. p. 95.

Pernambuco?"[194]. Aquelas não seriam eleições comuns. Suas consequências também não. O confronto em Pernambuco entre os dois projetos políticos postos em evidência em 1962 seria, até então, o ápice da polarização política já vivida tanto aqui, quanto no país, como no contexto mundial. Naquele ano,

> Arraes tinha se inclinado tanto para a esquerda que os elementos conservadores que compunham a base de apoio de Cid Sampaio estavam horrorizados com a possibilidade de Arraes entrar no palácio do governo. Assim sendo, *Cid tinha que deter Arraes a qualquer custo*. O jogo político que caracterizava as eleições estaduais em Pernambuco *foi muito mais frenético* em 1962 do que de costume. Desde o início, Arraes era o homem a ser derrotado.[195]

O ferrenho jogo de forças progressistas versus conservadoras, tradicional na política pernambucana, alcançava agora proporções gigantescas.

> o agravamento crescente da polarização nacional, provocado pelo fortalecimento do movimento sindical e camponês, por um lado, e o aumento da interferência do imperialismo norte-americano, através de programas como o IBAD, IPES, USAID e a Aliança para o Progresso, por outro, principalmente devido ao acirramento da Guerra Fria desencadeado pela vitória e progressiva radicalização da Revolução Cubana, viriam a solapar a possibilidade de continuidade dessa aliança. A fração da burguesia pernambucana considerada como mais dinâmica e potencialmente modernizante, temendo o avanço dos movimentos populares em geral, e dos comunistas em particular, terminaria por renunciar à viabilidade de um projeto de desenvolvimento democrático e nacional – e, sobretudo, regional –, concordando em se submeter aos ditames do imperialismo e aceitando a manutenção do latifúndio e das relações atrasadas e précapitalistas no campo brasileiro, em especial no Norte e Nordeste do país.[196]

Como grande investigador da influência norte-americana no Nordeste brasileiro, Page aponta uma das principais ferramentas utilizadas nesse jogo político mais frenético que o de costume, a presença do IBAD. Para ele,

> uma das principais funções do IBAD era canalizar fundos para uma cidade ou estado, com o objetivo de influenciar o resultado das eleições locais. Logo no começo da campanha, o IBAD montou uma sede no Recife. Suas atividades não constituíam segredo e forneceu a Arraes um bom assunto. Ele utilizou-o ao máximo, queixando-se bem alto da presença do IBAD. Havia até rumores que as firmas americanas que tinham negócios no Brasil canalizavam dinheiro para o fundo que o escritório do IBAD no Recife tinha a sua disposição.[197]

---

[194]CAVALCANTI, Paulo. O caso eu conto como o caso foi. 1980. p.315.
[195]PAGE, Joseph. A Revolução que nunca houve. 1972. p. 139.
[196]DANTAS, Rodrigo. Formação e dissolução da Frente Popular em Pernambuco, 2015, p. 182.
[197]PAGE, Joseph. A Revolução que nunca houve. 1972. 142.

Aquelas eleições contariam com muitas particularidades, e, para compreendê-las, faz-se necessário remontarmos ao contexto da política nacional que estávamos vivenciando. Àquela altura, a juventude nacionalista era influenciada fortemente pelo fervor da Guerra Fria, potencializado após a Revolução de Cuba, em 1959. O movimento estudantil local possuía conquistas históricas como a meia entrada e o passe estudantil. Além disso, tinha o apoio ideológico e estratégico do Partido com bases fortes nos grandes Colégios da capital. Esses jovens haviam visto ainda a vitória de Arraes na prefeitura em 1959 e a derrota da tentativa de golpe empreendida pelas forças dominantes já em 1961, quando da renúncia de Jânio Quadros. O esforço empreendido pela posse de João Goulart como Presidente, e sua posterior aprovação pelas forças militares – à serviço das vontades estadunidenses – e sua posse, mesmo com poderes reduzidos, sob o regime parlamentarista, foi uma vitória para o movimento estudantil do ponto de vista nacional. Essa atmosfera de otimismo à esquerda apenas aumentaria, como veremos, com a subsequente vitória de Arraes naquele ano e a recuperação dos plenos poderes presidenciais de Jango, posteriormente em 1963. Já se falava de Arraes compondo uma chapa para a Presidência da nação. As coisas estavam ficando vermelhas demais.

Antes, em 1961, as forças empresariais golpistas já tentariam impor um golpe de estado no Brasil. Segundo o militante Marcelo Mário de Melo, o mesmo não se concretizou graças a rebeldia e intuição de Leonel Brizola, então governador do Rio Grande Sul, que quando observou que o exército logrou impedir a posse de Goulart,

> pegou toda a polícia estadual colocou sob controle do estado. Desapropriou a fábrica da Taurus, fabricante de armamentos, uma fábrica particular, apropriou-se do armamento. Sequestrou os transmissores da Rádio Guaíba, que era uma rádio privada, instalou-se no Palácio, criou a cadeia da legalidade, criou um voluntariado, distribuiu armamento pra população e estabeleceu o slogan: "não daremos o primeiro tiro, mas o segundo e o último!". Isso foi que criou a polarização. Terminou o comandante do III Exército, que era Exército de fronteira aderindo a legalidade, aí desequilibrou.[198]

O ativista Marcelo de Santa Cruz relembra como naqueles anos, era possível enxergar a influência polarizante exercida pelo IBAD, quando observa que

> bem antes de 64 ocorreu no Brasil uma interferência com o dólar americano na política brasileira. Existia o IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática – que financiou vários candidatos a deputados, vereadores, deputados federais, estaduais, e no sentido de formar uma grande bancada em defesa dos interesses norte-americanos

[198] Marcelo Mário de Melo. Entrevista concedida ao autor em 25 de abril de 2016.

> e contra o governo de João Goulart, de Miguel Arrares, dos governos progressistas que estavam sendo, legais, pela vontade popular no Brasil.[199]

O IBAD, que fundado em 1959 já exercia suas atividades por todo o Brasil, era o principal agente financiador das propostas do status quo vigente. Toda essa polarização e ebulição política teve papel relevante na politização de muitos estudantes.No depoimento de Marcelo Mário de Melo, que era àquela altura um recém-filiado ao Partido – ingressou em abril e enfrentava em agosto as manifestações em favor da legalidade da posse de Goulart – fica muito clara a relação daquele processo histórico com seu interesse e conscientização

> havia essa efervescência política em torno dos temas ligado às Reformas de Base, e muito ato público, tinha muito comício de rua, e publicações também. Então *havia uma efervescência* do ponto de vista político, né?! Aí *essa coisa se abre pra mim, eu fico avidamente atrás de tudo isso* (...), *eu "piruei" em muita entidade e muitas manifestações de rua*. E quando chega em agosto tem a renúncia de Jânio Quadros, que *foi uma amostra grátis de golpe militar no Brasil*, porque aqui, onde os governadores de estado eram de direita houve golpe naquele momento. Os três ministros militares dão uma nota pública dizendo que não é conveniente que ele assuma e impõe. Então aqui em Pernambuco o governador era Cid Sampaio, o que é que houve? *Invasão de sindicatos, censura à imprensa, tropa na rua, não podia ter mais de três pessoas na rua, ocupação de Diretório* e prendendo um monte. Ocuparam o jornal do Partido e prenderam Mário Alves, David Capistrano, prenderam um monte de gente e mandaram pra Fernando de Noronha, prenderam muita gente aqui [grifo nosso].[200]

Observe como já em 1961, a presença de um conservador no governo do estado propiciou o uso do já citado aparato policial pernambucano dos dias de Agamenon no regime varguista e de intensa coerção da polícia de Etelvino Lins, ainda presente nos anos 1960. Já citamos aqui, inclusive, fontes de investigadores do sistema de informação policial pernambucano ao longo dos anos 1950, atentos às inquietações políticas e nacionalistas estudantis. Àquela altura, o aquecimento da Guerra Fria e a maior presença norte-americana na América Latina, tementes de outro levante similar ao cubano, davam outros contornos à política local.

No depoimento citado acima do então secundarista Marcelo Mário de Melo, fica evidente como toda a ebulição política causada por aquele momento abre-se para ele como uma oportunidade de "piruar em muita entidade e muitas manifestações de rua", ao ponto dele ficar "avidamente atrás de tudo isso". A prisão de líderes comunistas teria certamente impacto sobre a liderança estudantil, visto que alguns deles estavam presentes na administração

[199] Marcelo de Santa Cruz. Entrevista ao autor concedida em 04 de agosto de 2014.
[200] Marcelo Mário de Melo. Entrevista concedida ao autor em 25 de abril de 2016.

municipal de Arraes, consequentemente atuando em seus principais programas, outros, como David Capistrano, havia ministrado um curso de preparação para o ingresso de estudantes secundaristas no Partido, vivenciado pelo próprio Marcelo naquele ano.

O militante explica que inicialmente, após a posse de Jango, "num primeiro momento ficou um alerta contra o golpe, foi mais a denúncia do golpismo. A denúncia". Com o passar dos meses "a gente fica participando, pichando muro, distribuindo panfleto por aí a fora. Aí eu terminei preso na Avenida Manoel Borba. Estava pichando um muro, e fui preso, estava sozinho. Passei um dia no IV Exército, foi minha primeira experiência de prisão"[201].

Passada a tensão da posse de Jango, e com a solução momentaneamente apaziguadora parlamentarista tomada, pôde-se então confrontar-se, no ano seguinte, as forças conservadoras, vigorosamente apoiadas pelo IBAD, sobretudo financeiramente, contra as forças avançadas e populares da região metropolitana do Recife aliadas com a influência da presença progressista nos sindicatos do interior. Arraes utilizaria bem os contatos feitos na campanha de Cid Sampaio quatro anos antes no agreste e sertão, que teve ele como um dos principais articuladores.

Miguel Arraes teria que utilizar de grande jogo de cintura e habilidade política para arregimentar em torno de si apoios suficientes para quebrar a hegemonia conservadora do interior do estado, baseadas na exploração dos currais eleitorais detidos sob as garras inescrupulosas do patronato senhorial. Observando-se que, obviamente, se qualquer relato advindo de uma pessoa possui seu caráter político, social e cultural de sua própria visão da história, muito mais atenção, então, deve ser concedida ao relato de um militante. Mas observemos a distinção com que esse relato de Cavalcanti descreve aquelas eleições de1962, quando afirma que

> de todas as campanhas políticas de seu tempo, a de Miguel Arraes, para governador do estado, *foi a que mais despertou um consciente posicionamento do povo* em face das causas de seu atraso econômico e social, somando-se a todo um quadro de salutar agitação no plano nacional. (...) As eleições de 1962 *converteram Pernambuco num palco de especulações doutrinárias*, as discussões ampliando-se sobre as origens internas e externas do subdesenvolvimento, os fatores do colonialismo apontados como entraves à expansão da economia e da cultura nacional, a reforma agrária reivindicada, os trabalhadores surgindo como força atuante, enfim, a Revolução Brasileira posta em questão [grifo nosso].[202]

[201]Marcelo Mário de Melo. Entrevista concedida ao autor em 25 de abril de 2016.

[202]CAVALCANTI, Paulo. O caso eu conto como o caso foi. 1980. p.319.

Quão reluzente período de efervescência e conscientização política para dezenas de trabalhadores do campo da zona da mata pernambucana iniciando sua conscientização nos sindicatos. De reflexão sobre sua própria condição social e das mazelas provenientes do arcaico modelo de exploração da cana-de-açúcar. Aqueles humildes agricultores se viam agora discutindo sobre as origens do subdesenvolvimento ao qual estavam submetidos. Que rico período para confrontação de ideias quando a campanha colocava em pauta a polêmica em torno do comunismo ateu numa comunidade tão temente a Deus e cristã como a sertaneja. Os adversários de Arraes tentaram a todo custo influenciar religiosamente os modestos eleitores do campo. Votar em Arraes virara praticamente o oitavo pecado capital. Para Page esse foi

> o impulso principal da estratégia de "deter Arraes" era jogar com o medo do "comunismo ateu", medo arraigado em muitas famílias católicas das classes média e baixa. Ao aproximar-se do dia das eleições, um grupo conhecido como Movimento de Ação Católica para Adultos publicava diariamente, na primeira página de um dos jornais locais, anúncios contra a "ameaça vermelha". Foram também utilizadas outras abordagens menos sutis. Distribuíram retratos de Arraes, de joelhos, rezando, com um rosário do qual pendiam, em vez de uma cruz, uma foice e o martelo.[203]

Essa foto de Arraes rezando de joelhos um terço comunista é bastante marcante e teria muita repercussão, sobretudo no campo. Na capital, os estudantes estavam vigorosamente engajados na eleição. Marcelo Mário de Melo

> participou ativamente, em 1962, da campanha da Miguel Arraes ao governo do estado, como representante das forças mais avançada da sociedade. *De alto-falante na mão, era anunciador dos comícios nos subúrbios. Vendeu broches para angariar fundos*. Lembra que muitas vezes ia aos eventos com Gregório Bezerra, camponês e militante comunista, que depois deixava todo o pessoal em casa. Acha graça ao recordar que conciliava a militância e um namoro secreto com uma judia, cuja família não aceitava o romance [grifo nosso].[204]

Como líder estudantil fica evidente a euforia do jovem Marcelo, filiado ao Partido há cerca de um ano, ser anunciador dos comícios da Frente do Recife nos efervescentes subúrbios populosos da cidade. Sua juventude conciliava a militância e a posição de destaque assumida dentro do Partido, com os namoros e romances aflorados e emocionantes da adolescência. Na avaliação de Chico de Assis, então estudante do Ginásio Pernambucano, aquela campanha

[203]PAGE, Joseph. A Revolução que nunca houve. 1972. p. 142.
[204]ROZOWYKWIAT, Joana. Subversivos. 2014. p. 32.

> "foi muito *densa e bonita*, do ponto de vista da luta", lembra. "Depois de governado por Etelvino Lins (PSD), Pernambuco tinha elegido Cid Sampaio. Apesar de comandar uma frente politico-partidária que aglutinava as forças de esquerda e as correntes nacionalistas do estado, Cid era um representante da burguesia industrial nascente". A candidatura de Arraes se configurava então como "*a primeira tentativa de fato de eleger um cara que vinha dos quadros da militância política, com uma posição mais consolidada à esquerda. Era o candidato real das forças políticas progressistas*". Chico ressalta a importância da vitória e as qualidades do primeiro governo Arraes, "o melhor governo dos três que ele fez", defende [grifo nosso]. [205]

E a vitória desse real candidato das forças progressistas teria muita representatividade para o contexto político, econômico e social de Pernambuco. Quão fulgentes seriam aqueles anos para a mobilização política e para a luta de classe. Novas forças políticas e sociais colocavam-se em disputa. O nacionalismo contribuíra para o amadurecimento das discussões em torno do imperialismo estadunidense e da autodeterminação dos povos. As mazelas sociais no campo já eram enxergadas como consequência da manutenção de um sistema falido de latifúndio e monocultura. Milhares de camponeses tiveram sua alfabetização associada às questões a sua volta. Políticos, não apenas no executivo, mas, sobretudo, uma bancada progressista no legislativo, mais atenta ao desenvolvimento social com programas de alfabetização e distribuição de terra do que apenas ao desenvolvimento econômico capitaneado pelas grandes indústrias de capital internacional ou a obras faraônicas a empréstimos onerosos.

A vitória de Arraes seria então reflexo de um novo momento a ser vivido pela política pernambucana? A Frente do Recife alcançara domínio sobre o eleitorado no interior, mesmo sob o comando e coerção dos senhores no sertão? Fato era que essa vitória inauguraria um período curto de agitação política muito interessante de se observar sob a perspectiva do estudante recifense dos anos 1960 que estamos tentando apreender.

A chegada de Arraes ao governo do estado representaria uma série de mudanças relevantes a serem compreendidas nesse momento. As secretarias estaduais exigiriam um quadro maior de funcionários que as da prefeitura. A logística empreendida nas ações do governo municipal teria agora que contar com uma estrutura maior e mais abrangente, consequentemente mais complexa. Àquele momento,

> o PCB passou a ocupar espaços no governo e, segundo Marcelo, passou a haver uma "crise hamletiana" dentro do partido, dividido no dilema entre defender uma plataforma comunista ou ser governo. "A gente começou a sentir que alguns comunistas agiam mais como homens de Arraes do que como membros do partido

[205]ROZOWYKWIAT, Joana. Subversivos. 2014. p. 51.

> atuando no governo. Era já a coisa da influência do poder dentro do partido. E começamos a criar uma oposição ao que chamávamos de ala governista". "Quando Arraes era pressionado pela direita, a gente era convocado a ir para a rua defender o governo, e a gente ia como militante, na defesa do governo democrático e tal. Isso é uma coisa: atuar como comunista lá dentro. Mas teve gente que diluiu isso aí. E começou a haver um fenômeno de gente querendo entrar no Partido porque era vantajoso. Um certo tom de oficialismo. De repente, a gente via que a base partidária nas repartições públicas estava crescendo muito, já se equilibrando com as bases que vinham das lutas sindicais, estudantis. Por isso eu reajo hoje a essa coisa de misturar partido com governo".[206]

A definição de crise hamletiana é muito pertinente na compreensão deste momento, pois além de revelar a ambiguidade presente na ação de muitos militantes genuinamente comunistas na defesa do governo acima das ideologias partidárias, mostra o interesse de muitos em ingressar na agremiação para aproveitar-se de seu momento político. De repente, ser comunista parecia não ser mais pecado. Mas o esforço de Arraes em acomodar no Palácio Campo das Princesas as lideranças comunistas teriam, claro, muitas consequências importantes de serem observadas. Uma delas foi a forma de lidar com o homem do campo.

Naquele ano de 1963, seu primeiro no governo estadual, seria aprovada a legislação nacional do trabalhador rural. Graças ao lobby inescrupuloso da classe senhorial, os direitos do trabalhador do campo chegavam com imenso atraso. Arraes aproveitou então a legalidade a seu favor para exigir das classes patronais o pagamento do salário e o cumprimento da lei. O artifício da legalidade colocava Arraes como apenas cumpridor da Lei que vem de cima. Na visão do militante secundarista Chico de Assis,

> "Pernambuco foi o primeiro estado em que as massas camponesas, que até então não apareciam na cena política, passaram a ter um papel real". Ele lembra as negociações encabeçadas por Arraes no sentido de garantir o respeito à legislação trabalhista. " 'As manchetes, na época, eram assim: 'Camponês de Pernambuco come carne e bebe leite'. Como se fosse isso uma coisa do outro mundo. O radinho de pilha começou a chegar lá no campo, todo camponês tinha um, por conta de Arraes ter obrigado o pagamento do salário mínimo. Foi um governo que estimulou mais ainda uma opção pela esquerda na minha trajetória", avalia.[207]

Observe como esse período de acaloramento das discussões políticas foi decisivo não apenas para a politização do militante secundarista, mas como estímulo a fazer a sua opção pela esquerda. Aquele encontro de trabalhadores rurais com representantes das classes patronais articulado por Arraes já é temática bastante versada na Academia e vista como um dos ápices da negociação a partir da luta de classes no estado. Aquele encontro com

[206]ROZOWYKWIAT, Joana. Subversivos. 2014. p. 33.
[207]ROZOWYKWIAT, Joana. Subversivos. 2014. p. 51.

trabalhadores do campo, com suas roupas modestas e calos nas mãos de um lado e usineiros e senhores de engenho com suas roupas caras de outro foi resolvido concretamente a partir da greve dos canavieiros ocorrida em novembro de 1963. Assim uma nova tabela de tarefas[208] e seus respectivos preços pôde ser negociada e chegar-se a um acordo mais aprazível às classes trabalhadoras.

Aquela reunião seria também pontapé inicial de um esforço coletivo capitaneado pelo governo estadual de diminuição da violência contra o trabalhador rural no interior. Ao longo das décadas, o poder coercitivo policial esteve sempre a serviço das classes senhoriais no campo. Qualquer posse mínima de terra por um camponês era logo repreendida pela polícia quando reclamada pelos senhores. Em muitas cidades do interior do estado a "lei ainda era no braço do jagunço pau mandado do Coronel invasor"[209], Arraes teria pela frente o desafio de atuar na tênue linha entre as classes patronais, a violência contra o trabalhador rural e a força de polícia estadual, contribuindo em muitas localidades para o acirramento das questões. Esse era um problema que, para o militante Marcelo Mário de Melo era decorrente dos ânimos exaltados da campanha,

> dá pra ver um acirramento na campanha eleitoral, e acirramento durante o exercício do governo. Porque Arraes dizia: "não colocarei a polícia contra o povo". Ele tirou a polícia da porta, porque qualquer latifundiário que queria expulsar um camponês chamava a polícia, o delegado e ele dizia "não". Mas aí o que acontece ele não botava a polícia, mas por decisão executiva dele. Mas havia muita ação de reintegração de posse. A magistratura determinava a reintegração de posse, legal, se ele não fizesse isso haveria intervenção no estado. Haveria intervenção militar no estado. Aí ele ia negociar, entende como é, porque era os limites da legalidade vigente. Agora o fato de tirar a polícia da porta ajudou muito. Sem nenhuma dúvida. Agora, quando Arraes tira a polícia da porta, porque a luta de classe não se dá somente nas instâncias publicamente formais, ela se dá informalmente, quando Arraes tira a polícia os caras organizam a capangagem paralelamente à polícia. E começa a fazer as coisas com a capangagem.[210]

São conhecidas no imaginário e na historiografia nordestinas as violências eleitorais de Alagoas, Pernambuco e Paraíba. Disputas de famílias da oligarquia açucareira, interesses de grandes casas comerciais nas cidades-pólo no interior, e os recentes atritos entre sindicatos e patrões, em certa parte potencializados pela atuação das Ligas no interior. A violência no campo, então,perpetua-se, mas com novos atores. O governo procura adotar medidas contra a capangagem, com tentativas de desarmar os coronéis.

---

[208] Para maior compreensão das nuances observadas na trajetória do sindicalismo rural em Pernambuco do início dos anos 1960 até 1987, marco do processo de redemocratização ver a tese: ABREU e LIMA. Revisitando o campo: lutas, organização, contradições - Pernambuco 1962 – 1987. UFPE. 2003.

[209] Poesia A Procissão, de Chico Pedrosa.

[210] Marcelo Mário de Melo. Entrevista concedida ao autor em 25 de abril de 2016.

No entanto na capital, com a presença progressista na cadeira mandatária da prefeitura e do estado, os estudantes possuíam imenso espaço de atuação política. Haveria com certeza grande diferença no comportamento policial com as manifestações de rua estudantis. A presença comunista no governo certamente conferia maior respaldo à sua práxis política na conscientização e cooptação de novos membros. Essas peculiaridades ofereceriam diversos traços significativos à atuação comunista também no movimento estudantil. Quando perguntado acerca de sua formação teórica nos idos de Ginásio Pernambucano, o ativista secundarista Marcelo Mário de Melo revela que "tinha um comunista livreiro, o 'velho' Sobreira, que pegava todos os livros de literatura Marxista, coisa da China e dos países socialistas, tudinho ele trazia em espanhol, geralmente espanhol. Então eu fui na livraria de Sobreira, aí me maravilhei né".[211] Obviamente que o interesse em leituras profundas do marxismo não era uma prioridade, no entanto Marcelo ressalta que mesmo aqueles que não procuravam aprofundar-se teoricamente, e buscavam mais o ativismo de rua, também estavam cientes da ideologia "porque tinha os documentos do partido. A gente recebia o jornal do partido e lia o jornal em grupo. Os documentos do Partido a gente lia em grupo. E os documentos rolavam para a leitura individual. Então havia essa leitura" Ele explica que

> tinha essa coisa de livros, tinha a imprensa do Partido – o *Novos Rumos* –, tinha o jornal semanário, do Partido aqui, que era o *A Hora* – tratava da política estadual – e você tinha também muita palestra, naquele tempo era moda: *Semana de Realidade Brasileira*. Tudo quanto era de Diretório estudantil fazia, Semana de Realidade Brasileira aí se discutia Reforma Agrária, Reformas disso, reforma daquilo. Tinha muito debate público, tanto no colégio, que o colégio promovia, como tinha fora. Aí eu ia pra tudo quanto era de comício, eu ia pra tudo quanto era canto.[212].

Às vésperas do golpe, os espaços de sociabilidade política vivenciados pelos estudantes tinham seu ápice na política da capital pernambucana. As forças populares agora tinham cada vez mais acesso a ambientes de discussão e conscientização. Na política nacional já era uma tendência do movimento estudantil atribuir a suas lutas a temática das Reformas de Base. Um documento da UNE, de 1963, supõe que a melhor forma de "condução imediata de luta pela Reforma Universitária seria, *aproveitando o momento político de luta pelas reformas de base*, encaminhar ao Congresso um projeto de emenda a Constituição (...), no qual se convergissem os pontos fundamentais da Reforma Universitária" [grifo

[211] Marcelo Mário de Melo. Entrevista concedida ao autor em 25 de abril de 2016.
[212] Marcelo Mário de Melo. Entrevista concedida ao autor em 25 de abril de 2016.

nosso].[213]Seguindo essa tendência, no movimento estudantil recifense Marcelo Mário de Melo relembra avidamente com detalhes

> de um debate que durou até 2h30 da madrugada na Escola de Engenharia. Em torno d'As Revoluções Brasileiras, qual foi a mais popular e democrática. Era Mário Quintas, Souto Maior, e uma outra professora, e Nailton Santos, o irmão de Nilton Santos, dizia que tinha sido a Revolta dos Alfaiates na Bahia, Mário Quintas dizia que tinha sido a Praieira. Debates assim de coisas ligadas à Revolução Brasileira. E uma coisa também era muito comício de rua, sabe. Tinha muito debate, a Faculdade de Direito tinha muito debate. "Hoje tem debate na Faculdade de Direito, vamos pra lá."[214]

A presença de lideranças progressistas de setores avançados da sociedade nesses espaços de sociabilidade e conscientização e todo esse furor político do curto governo Arraes também nos é destacado por Marcelo de Santa Cruz. Segundo ele, em Recife

> havia muitos centros de debate e discussão. Aqui em Pernambuco tinha o Monteiro Lobato, que era um centro cultural em que se chamavam os estudantes para se fazer debates sobre temas importantes com Amaro Quintas, com Paulo Cavalcanti, e outras pessoas nitidamente de esquerda e outros que não eram vinculados ao Partido Comunista, mas que representava as forças progressistas em nosso estado. Esse Clube Monteiro Lobato, depois de 64 foi fechado, as pessoas foram fichadas por participarem do Centro Cultural[215]

Quão distintas condições de discernimento aqueles debates propiciaram para seus participantes. Nunca sendo demais lembrar a heterogênea origem social desses estudantes, sobretudo os secundaristas. Sua presença era cada vez mais consistente nos atos de conscientização e educação, como também de apoio e defesa do governo. No plano nacional, nos últimos instantes do governo Goulart e nas últimas "manifestações em prol das Reformas de Base, em 1964, estiveram presentes a UNE e as esquerdas estudantis. O próprio comício de 13 de março, da Central do Brasil, teve a UNE entre as 21 organizações sindicais que assinaram a sua nota convocatória"[216] Cinco dias após aquele comício Miguel Arraes voltaria para o Recife

> sendo saudado nos cabeçalhos dos jornais como quem estivera prestes a lançar uma "Corrida para as Reformas". Não interessava, pelo menos à imprensa, que os Decretos presidenciais assinados no comício não dessem quaisquer poderes novos aos governos estaduais. A euforia estava na ordem do dia. A esquerda exalava confiança. O líder de uma Liga Camponesa relembrou: 'nos fins de março um dos

[213] FÁVERO, Maria de Lourdes. Os estudantes, o problema universitário e a política dos anos 1960. 2007. p. 87.
[214] Marcelo Mário de Melo. Entrevista concedida ao autor em 25 de abril de 2016.
[215]Marcelo de Santa Cruz. Entrevista concedida ao autor em 04 de agosto de 2014.
[216]GROPPO, Luís Antônio. As novas esquerdas e o movimento estudantil no Brasil: 1961-1967.p. 10. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario7/TRABALHOS/L/Luis%20antonio%20groppo.pdf

> comunistas me disse: 'nós vamos tomar o poder', e eu respondi: 'com quê?', mas ele não escutou. Acreditava que o determinismo histórico estava prestes a deixar cair o Brasil em seu colo. Os conservadores não falavam muito. Estavam muito ocupados juntando armas.[217]

Como veremos mais adiante, o "determinismo histórico" caminhava para entregar o poder exatamente às forças contrárias. Mas, como já ressaltado antes, o otimismo na atmosfera era visível, quase palpável. No âmbito nacional, "segundo MarialiceForacchi (1965), a UNE chegou a ser considerada um 'Quarto Poder' no fim do governo Goulart. Nesses anos, a UNE e diversas entidades estudantis desenvolveram mais ainda os movimentos de educação e cultura popular."[218]Talvez como um quarto poderpossa ser exagero da historiadora, mas no mínimo atesta o elevado grau de importância que tinha atingido o movimento estudantil às vésperas do Golpe.

Em Pernambuco, semanas antes Arraes realizaria na zona da Mata o Encontro de Palmares. Região de intensa atividade açucareira, a cidade possuía o maior sindicato do nordeste brasileiro com 25 mil associados em 1963. Paulo Cavalcanti evoca em seu relato o otimismo resultante daquela iniciativa, quando

> no Encontro de Palmares, os velhos problemas da área foram equacionados, equipes de técnicos de todos os níveis concentrando-se para a fixação de planos, no debate dos quais se consumiam dias e noites de reunião. Logo de início, foi lançada a Campanha de Alfabetização de Adolescentes e Adultos, a cargo do Movimento de Cultura Popular, da Secretaria de Educação e do Serviço de Extensão Cultural da Universidade do Recife, à frente três grandes mestres no assunto, Germano Coelho, Anita Paes Barreto e Paulo Freire. A campanha deveria propagar-se pelo estado afora, com a meta de alcançar um milhão de pessoas nos próximos três anos.[219]

Toda a ousadia e esperança do governo Arraes alcançaria elevado nível naqueles últimos dias de democracia no Brasil. A sensação de que algo estava no horizonte nos é evidenciada por muitas fontes orais e escritas. No entanto, há que se considerar as iniciativas inovadoras e avançadas desenvolvidas por seu governo que elevariam em tão alto o nível de euforia de grande parcela da população que o assistia assim como receio numa outra parte. Os aparelhos ideológicos de hegemonia da sociedade civil pernambucana estavam àquela altura em imenso nível de atrito. No Recife, nos dias 30 e 31 de março, sentia-se uma indefinição generalizada. Era possível se filtrar alguma notícia vinda do sul do país, mas o certo é que ninguém parecia saber o que estava realmente acontecendo nem o que fazer. Em 31 de março,

[217]PAGE, Joseph. A Revolução que nunca houve. 1972. p. 224.
[218]GROPPO, Luís Antônio. As novas esquerdas e o movimento estudantil no Brasil: 1961-1967.p. 10.
[219]CAVALCANTI, Paulo. O caso eu conto como o caso foi. 1980. p. 339.

Arraes escreve um manifesto expressando serenidade e confiança na pacificação nacional e na preservação dos direitos, e assina em nome dos governadores dos estados nordestinos.

Em 1º de abril, todos os projetos de valorização cultural, disseminação de educação, conscientização e politização seriam freados pelo golpe empresarial-militar. Um golpe contra a democracia, a legalidade, a educação, a cultura, contra as classes mais pobres e a favor de um projeto de subserviência aos interesses empresariais brasileiros e norte-americanos. E assim,

> um movimento que começara no final dos anos 1950, e que estava ameaçando alterar o equilíbrio entre o poder político e o econômico no estado mais importante do Nordeste do Brasil, desmoronou no curso de um único dia como um castelo de cartas.
> Apoiada na cuidadosa preparação de um grupo de conspiradores civis, a força militar prevaleceu, num golpe súbito e aparentemente fácil. As massas, que supostamente apoiavam Arraes, não levantaram um dedo para ajudá-lo. (...) Isto marcou o início de um tempo de grande angústia para a esquerda. Os novos administradores teriam que justificar suas ações. A culpa teria que ser lançada sobre aqueles grupos e indivíduos que haviam 'provocado' o golpe militar, o qual, agora, em vista do seu sucesso, tinha sido transformado em 'revolução'. A ventania do revide ia começar a varrer o Nordeste do Brasil.[220]

A partir dessa ventania voraz que literalmente varreu o nordeste, o movimento estudantil pernambucano estaria agora envolto em novos matizes. As relações de força e poder político agora estariam bem distintas daquela onda de otimismo à esquerda verificado no pré-64, bem como afetadas pela repressão coercitiva e pelas novas legislações voltadas à submissão e automatização do ser humano.

As decisões dos estudantes comunistas em sua atuação na política pernambucana estavam, àquela altura, influenciadas e determinadas pelas diretivas do PCB nacional. As determinações que orientaram a atuação partidária em Recife foram elaboradas pelo Partido, em 1958,e permaneceriam basicamente as mesmas até 1964. Em suma, essa Declaração se fez necessária devido à morte de Stálin na URSS e uma nova onda de teses Comunistas começarem a circular. Muitos países alinhados a Moscou e setores da própria URSS tornam-se extremamente antistalinistas. O documento alterava o posicionamento hostil adotado após a cassação do PC em 1947, de defesa de derrubada do governo, para uma posição pacífica e legalista, que culminaria com os desentendimentos e cisões que criaria o PCdoB, por exemplo. Um breve olhar sobre essas determinações nos deixarão em condições de

[220]PAGE, Joseph. A Revolução que nunca houve. 1972. p. 236.

analisaralguns dos atritos havidos no movimento estudantil recifense após o 1º de abril, suas contradições e modos de atuação.

3.3 As diretivas do PCB de 1958 a 1962

A vitória de Cid Sampaio, com a acomodação de diversas frentes políticas no poder, devido ao momento histórico vivido no Brasil e em Pernambuco, coloca a necessidade em discutir as resoluções políticas do PCB – que orientaria a atuação de seus membros até a cisão com o PCdoB, em 1962 – e o processo histórico vivido no contexto nacional. Já foi referido aqui, por Aricó, a atenção que se deve dar à filtragem da III Internacional sobre as resoluções dos PCs da América Latina, num marxismo que ficou popularmente denominado marxismo-leninismo. "Além do economicismo característico terceiro-internacionalista havia certa consciência de que

> O proletariado na sociedade colonial era uma classe somente em formação, e a constituição de partidos comunistas de tipo europeu era irrealizável ou mesmo, às vezes negativa. Fundamentalmente composto por estudantes e intelectuais, e só com pequenos núcleos operários, estes partidos eram dirigidos quase sempre por intelectuais, e a Internacional avaliava negativamente este predomínio intelectual, considerado como sua principal debilidade; a maior preocupação da Internacional era "proletarizá-los", o que, nas condições concretas da América Latina, só podia levar ao acirramento de seu sectarismo inicial, em contraste com a proposta de uma "frente única anti-imperialista", lançada pelo IV Congresso da Internacional em 1922 e reafirmadapelo V em 1924. Quanto maior flexibilidade tática e abertura teórica se exigia para uma política de alianças com os movimentos nacionais e as burguesias nacionalistas dos países coloniais, tanto mais sectariamente se frisava a convivência de preservar a pureza doutrinária e o aparelho do partido em face dos contatos impuros provocado por tal tática.[221]

Em meio as essas discordâncias e inseridos nas mais diversas contradições sociais e políticas vividas em 1958, em suma, o Brasil ainda era visto como uma formação social atrasada, "semicolonial e semifeudal" e o PCB publicou uma declaração intitulada 'Pelo desenvolvimento capitalista no Brasil', na qual, em seu primeiro parágrafo, assinala que "os documentos do XX Congresso do PCUS motivaram nas fileiras do nosso partido intensa discussão, no curso da qual foram submetidos à crítica os graves erros de caráter dogmático e

[221] ARICÒ, José. O marxismo latino americano nos anos da Terceira Internacional. 1987. In: HOBSBAWN, Eric. (org.), História do Marxismo. Rio de Janeiro, Paz e Terra, p. 438.

sectário da orientação política do partido". [222] Finalmente uma alteração da resolução política do Partido era discutida. Gorender explica as condições daquela mudança ter se corporificado após a subida de Giocondo Dias e Mário Alves para a Comissão Executiva. E relata como se deu sua redação:

> Em numerosas reuniões (...) de dezembro de 1957 a fevereiro de 1958, debatemos os diversos temas e chegamos à redação final do que tomou denominação de Declaração de Março de 1958, porque aprovada neste mês no pleno do Comitê Central. (...) A nova linha política partiu da mesma premissa do Programa do Quarto Congresso: a concepção da revolução brasileira em duas etapas. Até hoje inalterável para o PCB e o PCdoB, é uma concepção que vem do Sexto Congresso da Internacional Comunista, realizado em 1928. (...) Assim, a primeira etapa em curso seria a da revolução nacional democrática, de conteúdo anti-imperialista e antifeudal. Após a vitória dela é que se passaria à segunda etapa – a da revolução socialista.[223]

Não seria justo hoje, com a percepção e clareza que o tempo nos contempla, tecer críticas ao simplismo que esta declaração, redigida cinquenta e oito anos atrás, apresenta em certos momentos. O próprio Gorender o reconheceu em 1987, quando na continuação deste mesmo parágrafo define alguns requisitos da mesma como "ilusórios". No entanto, a Declaração de Março aponta que

> na situação do Brasil o desenvolvimento econômico capitalista entra em choque com a exploração imperialista norte-americana, aprofundando-se a contradição entre forças nacionais e progressistas em crescimento e o imperialismo norte-americano, que obstaculiza a sua expansão. Nestas condições, *a contradição entre a nação em desenvolvimento e o imperialismo norte-americano* e os seus agentes internos tornou-se *a contradição principal* da sociedade brasileira.[224]

Seguindo um tanto à risca o dogmatismo soviético, seguindo a cartilha, o PCB esperava o desenvolvimento capitalista, para então ocorrer aconsolidação de uma revolução democrático-burguesa para só depois empreender-se a Revolução Socialista. Como explica Gorender,

> a Declaração de Março reconheceu o desenvolvimento capitalista já em efetivação, o que até então o PCB se obstinava em negar. Só que o desenvolvimento capitalista ainda não se completara, nem amadurecera para a revolução socialista. A tarefa dos comunistas devia ser a de lutar pelas reformas de estrutura a fim de que o

---

[222] PCB. Resolução de Março de 1958. Disponível em: https://pcb.org.br/fdr/index.php?option=com_content&view=article&id=151:a-declaracao-de-marco&catid=1:historia-do-pcb atualizado em 26 de junho de 2016.
[223] GORENDER, Jacob. Combate nas trevas. 1987, p. 30
[224] PCB, 1958.

> desenvolvimento capitalista viesse a tomar um curso que o aproximaria da revolução nacional e democrática.[225]

Este era o passo a passo comum decorrente do dogmatismo determinista que muitos PC's adotaram em redor do mundo. Porém, a declaração não atenta para uma situação bastante pertinente da realidade brasileira, ocorrida entre 1947-1957, nos governos Dutra, Vargas e Juscelino, mas que é apontada por Carlos Nelson Coutinho quando analisa que

> ao contrário do que supunha a tradição marxista-leninista, o Brasil experimentou um processo de modernização capitalista sem por isso ser obrigado a realizar uma revolução "democrática-burguesa" ou de "libertação nacional" (...) *o latifúndio pré-capitalista e a dependência em face do imperialismo não se revelaram obstáculos insuperáveis ao completo desenvolvimento capitalista do país*. Por um lado, gradualmente e "pelo alto", a grande propriedade latifundiária transformou-se em empresa capitalista agrária e, por outro, com a internacionalização do mercado interno, a participação do capital estrangeiro contribuiu para reforçar a conversão do Brasil em país industrial moderno, com uma alta taxa de urbanização e uma complexa estrutura social [grifo nosso].[226]

Apesar de na Declaração constar a observação do desenvolvimento capitalista brasileiro, não se via que o capitalismo nacional já vivia sua fase financeira e monopolista, até certo ponto avançada. O caráter colonial do Brasil sempre o qualificou, aos olhos do comunismo dogmático, como país atrasado, semicolonial e semifeudal. A Declaração apontava que

> servem ao imperialismo norte-americano os latifundiários que estão ligados, por seus interesses, à exploração imperialista, numerosos intermediários do comércio exterior, os sócios de empresas controladas pelo capital monopolista norte-americano e determinados agentes de negócios bancários e comerciais. Estes setores – *minoria verdadeiramente ínfima* – constituem forças entreguistas que, *dentro e fora dos órgãos do Estado*, sustentam a política de dependência do imperialismo norte-americano [grifo nosso].[227]

Os comunistas, apesar de demonstrarem avanços em relação aos documentos de 1950 e 1954, ainda não enxergavam como a acomodação das relações de forças e poder se deu nos regimes populistas da década de 1950. Aqui ela revela quem são os agentes beneficiários do sistema entreguista, as elites. E que por ser uma minoria ínfima ante a imensa população nacional, desconsiderou a relevância da atuação destes dentro e fora dos órgãos do Estado. Os

[225]GORENDER, Jacob. Combate nas trevas. 1987, p. 30.
[226] COUTINHO. As categorias de Gramsci e a Realidade Brasileira. 1988. p. 106.
[227] PCB, 1958.

comunistas de 1958 não tinham à sua disposição os textos de Gramsci, publicados no Brasil em maior grau apenas a partir de 1976 e, que ofereciam um conceito bastante significativo para a interpretação daquele momento da realidade nacional, o de revolução passiva. O autor italiano usa esse conceito para compreender a formação do Estado burguês em seu país – a Itália. Ofuscada a premissa da indissociável relação de Estado e sociedade civil, os comunistas desprezaram a atuação desta "minoria ínfima dentro do Estado", que contribuiu para que o "caminho brasileiro para o capitalismo, [fosse] um caminho no qual o Estado desempenh[asse] frequentemente o papel de principal protagonista"[228]. "Todas as opções concretas enfrentadas pelo Brasil, direta ou indiretamente ligadas à transição para o capitalismo (desde a independência ao golpe de 1964, passando pela República e pela Revolução de 1930) encontraram uma solução pelo alto, ou seja, elitista e antipopular"[229], e isso é algo muito pertinente de ser destacado.

Naquele momento, pós Estado Novo, as relações de poder entre as forças dominantes, posteriormente denominada de populismo

> se definiu pela associação íntima entre trabalhismo e projeto de industrialização. O trabalhismo como promessa de proteção dos trabalhadores por um Estado paternalista no terreno litigioso entre patrões e empregados. O projeto da industrialização como interesse comum entre burgueses e operários. O populismo foi a forma de hegemonia ideológica por meio da qual a burguesia tentou – e obteve em elevado grau – o consenso da classe operária para a construção da nação burguesa.[230]

No Brasil, tanto o desenvolvimento industrial quanto a manutenção das condições desfavoráveis no campo, ao mesmo tempo que beneficiava os senhores do interior, proporcionava o êxodo rural, que favorecia o adensamento de mão-de-obra disponível e barata nos centros urbanos e causou uma urbanização sem precedentes que foram sendo capitaneadas pelas ações do Estado – no que ficou conhecida como política desenvolvimentista – e não de movimentos populares – apesar de, em grande medida, com seu consenso. "A transformação capitalista teve lugar graças ao acordo entre as frações das classes economicamente dominantes, à exclusão das forças populares e à utilização permanente dos aparelhos repressivos e de intervenção econômica do Estado".[231]Se observarmos com ponderação, em todos os governos pós-1947 veremos essas três

[228] COUTINHO. As categorias de Gramsci e a Realidade Brasileira. 1988. p. 106.
[229] COUTINHO. As categorias de Gramsci e a Realidade Brasileira. 1988. p. 107.
[230]GORENDER, Jacob. Combate nas trevas. 1987, p. 16.
[231] COUTINHO. As categorias de Gramsci e a Realidade Brasileira. 1988. p. 106.

características – presença das classes dominantes, exclusão das forças populares e forte repressão policial – tanto com Dutra, quanto Vargas ou Juscelino, e ainda Jânio, em seu breve suspiro presidencial.O conceito de revolução passiva de Gramsci nos auxilia a compreender esses momentos de acomodação dos blocos de poder quando

> o fato histórico da ausência de uma iniciativa popular unitária no desenvolvimento da história italiana, bem como o outro fato de que o desenvolvimento se verificou como reação das classes dominantes ao subversivismo esporádico, elementar, desorganizado, das massas populares, mediante 'restaurações' que acolheram uma certa parcela das exigências provenientes de baixo; trata-se, portanto, de 'restaurações progressistas', ou 'revoluções-restaurações', ou ainda 'revoluções passivas'.[232]

Em vários momentos da história nacional, as forças foram acomodadas de maneira semelhante ao descrito por Gramsci. O próprio Carlos Nelson Coutinho usa como exemplo o golpe de Vargas em 1937, como atendendo ao interesse das classes dominantes, reage absorvendo algumas demandas "provenientes de baixo" e repreende aqueles que não se encaixam no modelo. Veja, por exemplo, uma acomodação semelhante em como Gorender definiu a composição do governo JK

> O Governo Kubitscheck, afinal também eleito pelos comunistas, não era um governo de 'traição nacional', mas um governo de composição heterogênea, em que se defrontavam a ala nacionalista e a ala entreguista. A tática [do Partido] consistia em apoiar e fortalecer a primeira e dirigir o fogo dos ataques contra a segunda, tendo por objetivo chegar a um governo nacionalista e democrático capaz de levar adiante as reformas de estrutura. (...) O próprio Presidente da República fazia uma política de conciliação e dançava entre as duas alas. Mediante apoios e críticas, pensávamos firmá-lo no bom caminho.[233]

Tentavam os comunistas guiar o Presidente pelo "bom caminho" do nacionalismo, capaz de empreender as reformas desejadas, cumprindo, assim, a segunda das duas etapas necessárias para a revolução passiva segundo Gramsci: o da "restauração (na medida em que é uma reação à possibilidade de uma efetiva e radical transformação 'de baixo pra cima') e o da renovação (na medida em que muitas das demandas populares são assimiladas e postas em prática pelas velhas camadas dominantes)". [234]

Aqui usaremos o conceito de revolução passiva para observar o populismo dos anos 1950 e posteriormente, também, como se deu no momento do golpe empresarial-militar. A

[232]Quaderni, 1324-5, apud COUTINHO,As categorias de Gramsci e a Realidade Brasileira. 1988. p.108.
[233]GORENDER, Jacob. Combate nas trevas. 1987, p. 30.
[234] COUTINHO. As categorias de Gramsci e a Realidade Brasileira. 1988. p. 108.

revolução passiva não implica na inexistência de mudanças efetivas, mas que pode-se aplicar a ela "o critério interpretativo das modificações moleculares que, na realidade, modificam progressivamente a composição anterior das forças e, por conseguinte, tornam-se matriz de novas modificações"[235]

A Declaração de Março, apesar de dispensar o caráter revolucionário da burguesia nacional, como alguns acreditavam antes, afirmava que "a burguesia é uma força revolucionária inconsequente, que vacila em certos momentos, tende aos compromissos com os setores entreguistas e teme a ação independente das massas", mas que ainda acreditava que "o proletariado e a burguesia se aliam em torno do objetivo comum de lutar por um desenvolvimento independente e progressista contra o imperialismo norte-americano".[236]Tese que o próprio Gorenderreconheceria

> Que também se revelou ilusório: a opção pelo caminho pacífico num país em que a burguesia já era a classe dominante e tinha vinculação estreita com o imperialismo. O caminho pacífico da revolução tornava-se impensável sem o consenso da burguesia brasileira. Estava fora da objetividade política ganhar semelhante consenso de uma burguesia que não precisava de nenhuma revolução.[237]

No entanto, há que se ressaltar como pontos positivos da Declaração o reconhecimento da burguesia como força vacilante, e por isso, cabia aos trabalhadores a direção autônoma de um movimento de frente única de oposição às alas entreguistas inseridas no governo. Além disso, a defesa das reformas estruturais, que se consolidaria no discurso janguista de reformas de base, além da defesa do nacionalismo apoiando-se na dimensão e vitória conquistada na campanha do Petróleo é nosso. O fator nacionalista, inclusive, é algo importante de se ressaltar, pois fazia parte tanto dos discursos progressistas, quanto do discurso anticomunista, além de estar presenteno cotidiano das publicações e manifestações estudantis. Que componentes dessa Declaração farão parte da práxis política dos estudantes pernambucanos? Como compreender a apreensão de mundo dos estudantes quando da acomodação e efetivação do golpe empresarial-militar no governo? Que contradições essa declaração trará ao momento político vivido por aqueles estudantes a partir daquele obscuro 1º de abril de 1964? Observemos, portanto as inquietações estudantis a partir do novo regime empresarial-militar constituído.

---

[235] COUTINHO. As categorias de Gramsci e a Realidade Brasileira. 1988. p. 108.
[236] PCB, 1958.
[237]GORENDER, Jacob. Combate nas trevas. 1987, p. 31.

3.4Ilegalidades e inquietações no pós-64: o novo regime e as práxis políticas do movimento estudantil de Pernambuco

Há que se considerar muitas nuances na tentativa de captar o sentimento da juventude recifense a partir daquele dois de abril. Aprender a conviver com as novas legislações e normas de segurança comuns ao regime autocrático, bem como com as modificações das normas e estatutos de âmbito educacional. Seguido da caça às bruxas e das notícias de desaparecimentos, prisões, fugas preventivas e os primeiros relatos de tortura, a atmosfera pernambucana foi ganhando ares de extrema apreensão. Lidar com essas mudanças num momento de enérgicas alterações da estrutura política, econômica e social do país, exigiu do movimento estudantil uma singular criatividade e articulação, além de muita coragem.

As ilegalidades e os breves limites de atuação política disponíveis no novo sistema político autoritário obrigavam os militantes políticos a buscarem novas formas de comunicar-se. Segundo a pesquisadora Fabíola Lucena, a comunicação clandestina

> servia para colocar em prática a militância e "driblar" o regime militar. Todos atuaram com criatividade e muita improvisação, praticando desde as passeatas ou até mesmo em ações de guerrilha urbana. Esse tipo de comunicação também foi utilizado como meio de informar a sociedade, e ainda levar informações da situação política da época a outros membros das organizações e/ou partidos presentes em outros estados ou países[238]

Logo em seguida ao golpe, em meio as esquerdas, ressentidas ou não, discutia-se e circulava-se a temática das razões da derrota. Como o país das reformas entrega o poder às forças golpistas sem nenhuma reação? Onde falhamos? As respostas a essas perguntas orientariam, inclusive, as estratégias a serem seguidas a partir do 1º de abril, a postura legalista adotada pelo Partidão ou o caminho da sublevação, adotada por diferentes grupos, que pelas mais inúmeras razões, em sua maioria teóricas, se subdividiam em cada vez mais organizações armadas até meados dos anos 1970.

Dentre as alternativas a serem trilhadas, é visível nas entrevistas como os militantes ressaltam o desafio de tentar atuar num movimento estudantil que fosse combativo, porém dentro dos limites da legalidade. Esta era uma estratégia comum àqueles jovens. Procurar estabelecer sua atuação nas brechas que o novo sistema, ainda em adaptação, deixava. Mas, a tradição jacobina recifense também ofereceu um húmus fértil em desassossego e

[238]LUCENA, Fabíola. A comunicação clandestina usada na resistência ao regime militar brasileiro. UFPE. 2011..

efervescência o suficiente para o afloramento de diversos movimentos de cunho, a cada ano, mais radicalizado.

Apesar do estopim de movimentos armados ter se dado apenas em 1968, em várias partes do país o sentimento de muitos militantes devia pousar sobre a revolução armada já antes de 1º de abril. Com o passar dos meses então, o desvio à direita autoritária se tornava cada vez mais evidente ao regime, que buscava um controle sempre maior da sociedade, o que foi aumentando cada vez mais a sensação de inevitabilidade da luta armada como única e última opção para muitos militantes.

A lei Suplicy de Lacerda, de novembro de 1964, apenas quatro dias após sua publicação já provocava a oposição de estudantes recifenses. Estes publicam uma carta dedicada aos universitários pernambucanos e assinaram como "Aliança *Revolucionária* Estudantil [grifo nosso]"[239]. Àquela altura, os estudantes universitários já reconheciam que "o golpe militar de 1º de abril implantou a ditadura das forças imperialistas e latifundiárias, colocando-se em sentido contrário, objetivamente, à reestruturação social e econômica na sociedade brasileira". O documento ressaltava o furor existente em torno das reformas de base na sociedade, todo o rico período de discussão e conscientização que a ação golpista veio frear. Além disso, já enxergava pessimistamente que "com o golpe, foram destruídas as nossas conquistas nacionalistas; e agora, nos impede de avançar PACIFICAMENTE".[240] Ressalte-se como na percepção dos estudantes o projeto social e econômico brasileiro barrado pelas forças imperialistas e latifundiárias estava ligado às reformas de base e lamentavam a destruição dessas "conquistas nacionalistas".

O documento nos indica características importantes do momento vivido na militância em Pernambuco após a edição da Lei Suplicy, e também das estratégias de atuação a partir daquele delicado momento. Já antes, em âmbito nacional, foi votado e aprovado em outubro de 1964 o decreto que extinguia a UNE e proibia greves e atividades políticas das entidades estudantis. Seguindo-se os meses não foram poucas as "entidades estudantis, diretórios e centros acadêmicos [que] foram fechados. (...) o governo militar interveio, cassando o registro de professores acusados de comunistas, nomeando 'interventores' como chefes de departamento ou diretores de unidades e expulsando estudantes".[241] A efervescência política

[239]Carta aberta aos universitários Pernambucanos. Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional nº 29.096. Recife-PE, 1964.
[240] Carta aberta aos universitários Pernambucanos. Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional nº 29.096. Recife-PE, 1964.
[241]ARAÚJO, Maria. Memórias Estudantis. 1937-2007. 2007, p. 155.

pernambucana tornava as relações entre o movimento estudantil e o regime empresarial-militar bastante tensas. Na carta aos universitários os estudantes denunciavam que aqui também

> a UEP foi invadida ostensivamente pelas tropas do IV Exército, impedindo a realização de eleições para escolha de nova diretoria. Mais tarde, os gorilas fardados empossaram um gorilinha estudantil como interventor, *barrando assim toda uma forma legal de luta*. As escolas se encontram em péssimo estado de funcionamento. Originando inumeráveis *perdas para a cultura*, digo, para a cultura brasileira. *O terror* está generalizado. Professores são alijados da vida universitária e estudantes estão ameaçados constantemente de sofrerem repressão [grifo nosso].[242]

Os estudantes pernambucanos lamentavam as perdas culturais que o recrudescimento político causaria à sociedade brasileira. Mas há que se lembrar das condições e da efervescência política singular que vivia o Recife de 1964, dos dias de Arraes e do MCP, de anseios e participação popular. Por isso eram incisivos em denunciar as invasões e a impossibilidade de realização de eleições legais com a participação e o livre debate aberto a todos. Apontar que o golpe veio para findar o afloramento cultural iniciado no Recife a partir da eleição e do governo Pelópidas e dos anos 1950 de Congressos de camponeses, dos Nordestinos e de Nacionalistas. Para impedir o acesso da massa à catarse política com participação popular que as associações de bairro e os centros de discussão proporcionavam. Para emudecer os que conscientizavam pessoas pobres nas salas de aula do MCP. E para obstruir a participação dos líderes estudantis em todos esses singulares momentos da vida política pernambucana "os gorilas fardados empossaram um gorilinha estudantil como interventor"[243].

Por já ter perdido a esperança na luta pacífica, a Aliança Revolucionária orienta os estudantes a "lutar contra o terror estudantil, contra as deficiências de ensino nas escolas, a favor de eleições livres e pelas liberdades democráticas. Perdemos a nossa organização legal, e agora devemos passar para a clandestina."[244] Uma tentativa de motivar e convocar os universitários a manterem-se na luta, mostrando a opção restante por um caminho clandestino ousado. O documento, por ser uma carta aberta, é como uma anunciação dos atritos que estavam no porvir, portanto não possui, evidentemente, um detalhamento de como lutar contra

[242] Carta da Aliança Revolucionária Estudantil aos universitários pernambucanos. Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional nº 29.096. Recife-PE, 1964.
[243] Carta da Aliança Revolucionária Estudantil aos universitários pernambucanos. Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional nº 29.096. Recife-PE, 1964
[244] Carta da Aliança Revolucionária Estudantil aos universitários pernambucanos. Fundo: SSP/DOPS/APEJE Prontuário Funcional nº 29.096. Recife-PE, 1964.

a deficiência do ensino brasileiro, mas é nítido observar que para uma ala significativa do movimento recifense, o decreto 4.464/64 representou para muitos o fim da esperança numa atuação legal. Parecia que o cerco havia se fechado de vez. Aqueles mesmos estudantes estariam juntos a muitos outros ao longo dos próximos três anos a propor as mais espetaculares e criativas formas de agir contra um aparato fortíssimo, bem assessorado, treinado e equipado das classes imperialistas-empresariais-militares.

É curioso observar como já a partir dali, os estudantes adotariam técnicas de comunicação, circulação e cooptação que deixariam pasmos muitos roteiristas de filmes de espiões. A liderança revolucionária orientava para se organizarem "em grupos de cinco, realizemos um programa de nossa luta, e tracemos uma posição tática diante dela, ligando-se aos outros grupos formados. A organização das massas é fator decisivo na luta contra a ditadura fascista. E a organização estudantil é a necessidade atual".[245]

Ressalte-se já aí a percepção – ao menos subjetiva - de que um movimento revolucionário necessita da organização das massas, mas, sobretudo o sentimento de que a organização do movimento estudantil – mesmo na clandestinidade – possibilitaria a continuidade do elo desses intelectuais com o povo recifense. Como quase todos os documentos rebeldes ele finaliza com diversas palavras de ordem, porém antes de "abaixo a gorilada" e "abaixo a ditadura fascista" os militantes clamam "tudo por eleições livres" e anseiam pelo "abaixo o terror cultural". Para eles democracia e cultura eram causas, a seu ver, mais relevantes que a queda do regime.

Aquele seria um período obscuro para o movimento. Já em março de 1965, os estudantes pernambucanos articularam-se para reorganizar a Frente Estudantil do Recife. O Pedido de Busca nº130, datado de 29 de março, denunciava que os estudantes que compunham a Frente

> estão tentando reestrutura-la com outra denominação, tendo à frente os estudantes LUIZ CARLOS DUARTE, LODJA e ALBERGIO, conhecidos elementos de esquerda, tendo este último declarado que o movimento continuava, poderiam ser massacrados mas a ideia continuaria. Procuram envolver estudantes alheios à ideologia comunista, tendo realizado uma reunião no jardim da galeria de Arte. [246]

[245] Carta da Aliança Revolucionária Estudantil aos universitários pernambucanos. Fundo: SSP/DOPS/APEJE Prontuário Funcional nº 29.096. Recife-PE, 1964.
[246]Pedido de Busca nº130. Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional nº 29.096. Recife-PE, 1965.

A Frente Estudantil do Recife não conseguiria se rearticular após o golpe. Mas demonstrou o nível de inquietação vivido por aqueles militantes, ávidos em articular-se para lutar contra a realidade imposta pelos golpistas. A violência instituída no governo exigia dos estudantes cada vez mais capacidade criativa. Por todo o ano de 1965 as prisões, cassações e expulsões continuavam a levar cada vez mais estudantes ao caminho da sublevação.

As intervenções realizadas em entidades de todas as instâncias seguiam o script ditatorial, com nomeação de algum ser autômato. Na UEP, o nomeado pelo IV Exército, Djair Barros Lima, meses depois estaria prestando queixa devido às inúmeras ameaças recebidas de outros estudantes. Seu papel como interventor não seria fácil, apesar de servir à força mais forte e mais equipada, Djair precisaria lidar com uma relação de forças políticas existentes que estavam fora de sua capacidade humana: a tendência jacobina efervescente da política pernambucana.

Djair já havia desempenhado estas funções no Diretório da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Recife e entre setembro de 1964 até 20 de março de 1965 havia exercido o cargo de interventor na UEP, por indicação dos militares. Em informação contida no Arquivo Dops, Djair em "sua posição de interventor, começou a receber constantemente críticas à sua administração, bem como ameaças, em face de não comungar com a política de seus adversários"[247]. A denúncia de Djair revelava a existência de forças em oposição constante na vida política universitária. Enquanto agora, Djair exercia o cargo de interventor no Diretório Central dos Estudantes da Universidade do Recife, precisava estabelecer um diálogo com os Diretórios Acadêmicos de cada curso, levando-o a cimentar atritos com aqueles mais ligados às esquerdas. O requerente em sua denúncia narra que

> já como presidente do Diretório Central, quando da realização das últimas greves na Escola de Engenharia, em virtude da posição contrária assumida pelo declarante as ameaças mais se acentuaram vindo a receber constantes telefonemas avisando o seu extermínio. Que com a prisão dos estudantes Alexandre Magalhães e Rui Frasão, ambos da Escola de Engenharia, ele declarante recebeu em sua residência o também estudante Antônio Ayrton que ali fora avisar de uma trama na qual consistia após a liberdade Alexandre Magalhães, este se juntaria com os seus irmãos Eduardo Magalhães e um outro que não sabe o nome, com o fim de espancar o queixoso ou mesmo, assassina-lo.[248]

Ao que parece, Djair estava realmente com receio de perder a vida. A Escola de Engenharia, como já citado, esteve sempre ligada a uma tradição de participação política e

[247]Auto de Queixa. Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional nº 29.096. Recife-PE, 1965.
[248] Auto de Queixa. Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional nº 29.096.Recife-PE, 1965.

infensa a autoritarismos de qualquer espécie. Alunos e professores prezaram sempre por direitos legais e liberdades democráticas. As prisões de dois de seus estudantes levariam a um clima de tensão extremada ao representante do regime constituído mais próximo da estudantada, o presidente do Diretório, no caso, Djair.

Todo aquele ano de 1965, aliás, estaria imerso em inquietações. O próprio afirmava que as perseguições iniciaram-se após ele, como presidente do Diretório Central, se opor à realização das últimas greves na Escola de Engenharia. E estas foram frutos de protesto contra a prisão e sumiço de estudantes e exoneração de professores, o que era uma causa considerada justa, ainda não violenta de combate ao regime empresarial-militar, e o posicionamento covarde de Djair em não aderir a greve revoltou os seus colegas.

Naquele ano de adaptação, a atuação comunista e estudantil dividiu-se entre o enfrentamento direto e a adaptação da práxis política ao momento obscuro sob o qual vivia o país, numa tentativa de atuar dentro dos limites das novas leis. A caça às bruxas seguiu-se por todo o regime e naquele ano não era raro observar nos jornais os Editais de Intimação publicados pelo IV Exército. Todo o aparato informacional do Estado estava voltado à repressão aos chamados desvios políticos da sociedade brasileira que, incapaz de seguir seu caminho sozinha em segurança necessitava dos cuidados coercitivos e repressores para evitar que caísse numa ditadura vermelha, ao menos assim se justificava o regime empresarial-militar.

Aproximava-se o mês de julho. Um mês historicamente ligado aos Congressos da UNE e da UBES, realizado nesse que é, no Brasil, comumente, mês de férias. A Secretaria de Segurança Pública aguardava com ansiedade colher informações a respeito do evento. Já no início do mês, o ofício nº 1066[249] de 06 julho, destinado ao chefe da 2ª seção do IV Exército, alertava para o "Congresso Nacional da UNE a ser realizado nos próximos dias no sul do país". Ao final do mês, investigadores relatavam na informação nº414-B-E/2[250] da realização do "Congresso Nacional dos Estudantes – Em São Bernardo do Campo, considerado ilegal e de natureza subversiva." O documento constatava que dez dias antes, dois estudantes recifenses haviam viajado pela empresa aérea Vasp em direção a São Paulo para participação no evento, ambos do segundo ano do curso de Administração. O investigador detalhava que

> As despesas estão sendo custeadas pelo DA de Administração da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Recife (Rua do Hospício), que tem como

[249]Ofício 1066/1965. Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional nº 7458. Recife-PE, 1965.
[250]Boletim investigativo IV Exército. Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional nº 1332. 1965.

> presidente BARTOLOMEU RAMOM. A eleição de Ramon foi considerada, na época, como vitória dos esquerdistas. Ramon é contra a vigoração da Lei Suplicy, que determina novas eleições em todos os Diretórios Acadêmicos, no próximo dia 16 de agosto.[251]

Assim como o Diretório de Administração, veremos que a grande maioria de entidades estudantis do Recife esteve sob influência direta do Partido Comunista Brasileiro até 1967. A partir desse ano, até 1969 o movimento passa a ter maior influência da Ação Popular (AP) e a congregar diferentes teses e subdividir-se em grupos diversos, porém todos ainda à esquerda. Vale ressaltar a importância da liderança esquerdista em promover a articulação de seus colegas com o evento nacional que nortearia as próximas ações do movimento estudantil, a partir de pouco mais de um ano vivido sob o regime empresarial-militar. Quase dois meses depois, já em 23 de setembro, o poderoso sistema de informações do regime afirmaria que, naquele encontro, "entre as diversas representações estaduais que foram ao Congresso da UNE realizado em São Paulo-SP, de 26 a 30 de julho 65, destaca-se a bancada de PERNAMBUCO, que é conhecida como comunista"[252].

O documento cita nomes de três homens e três mulheres, de cursos distintos, Serviço Social, Filosofia, Engenharia e Belas Artes. Entre eles estava Elimar Pinheiro do Nascimento[253], estudante de teatro, participante da Juventude Estudantil Católica (JEC)ainda quando secundarista no Rio Grande do Sul, e que ao chegar em Recife foi estudar no Ginásio Pernambucano, centro de influência vermelha, assim sendo cooptado para a JEC em fins de 1963 e para a AP em 1964 pelas mãos de Rui Frazão. Este era militante experiente, bastante citado nos depoimentos de outros estudantes. Frazão era um grande exemplo e uma figura calorosa dentro do movimento enão por acaso observamos a tensão provocada entre os estudantes da Escola de Engenharia e o Presidente do DCE Djair após a sua prisão e de Alexandre Magalhães, chegando inclusive a haver ameaças de agressão e morte.

Elimar nos explica como sua participação naquele Congresso UNE de 1965 mudou, sem nenhum eufemismo, completamente a sua vida. Ele conta que

> ainda na equipe regional de JEC entrei na Escola de Belas Artes, para fazer o curso de teatro – formação de ator, em 1965. Era um curso que não exigia o ensino médio. Desta forma, me tornei secundarista e universitário ao mesmo tempo. E, por esta razão, fui ao Congresso da UNE em 1965, em São Paulo, e acabei apaixonado por minha futura mulher, Cristina. Mas esta é outra história, uma bela história. O fato

[251] Boletim investigativo IV Exército. Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional nº 1332. 1965.
[252] Pedido de Busca nº 588-B-E/2. Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional nº 1332. 1965.
[253] Entrevista concedida a Otávio Luiz Machado, In: MACHADO, Otávio Luiz. & ZAIDAN, Michel. Movimento estudantil brasileiro e a educação superior. 2007. p. 105-117.

> de ter ido para o Congresso da UNE me deu um rápido prestígio na AP. Isso me permitiu também uma aproximação com o pessoal da JUC, onde nunca ingressei. A aproximação devia-se em grande parte, porque alguns senão todos os seus membros da direção regional e/ou local eram da AP, senão militantes, pelo menos grandes simpatizantes.[254]

Os Congressos Estudantis eram e continuam sendo excelentes oportunidades de conscientização política, mas também de circulação e consolidação de redes de sociabilidade robustas e perduráveis. Por isso este militante, além de se apaixonar por sua futura esposa, observava a mudança de seu status entre seus colegas estudantes e/ou militantes. Elimar detalha aquele momento e relembra a atuação estudantil de seu tempo, na qual, apesar de em âmbito nacional a AP deter o controle do movimento, "o mesmo, porém, não ocorria em Pernambuco, onde o Partido Comunista Brasileiro (PCB) era forte, e a direita, de Marco Maciel, tinha tradição. Nela militavam jovens aguerridos que depois se transformaram em políticos relevantes na província e fora dela".[255] Apesar da correlação de forças entre essas duas vertentes, o militante observa que

> por ocasião da formação da chapa do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UFPE, em 1965, existiam três forças, e a maior e mais importante era a do PCB. Nós da AP tínhamos apenas o Diretório de Belas Artes, e participávamos dos diretórios de Engenharia, Medicina, Arquitetura, Serviço Social e Ciências Sociais, mas sem deter o controle. Acabamos fazendo uma aliança com o PCB, que detinha a cabeça da chapa, mas nós conseguimos o Secretário Geral. Por pouco tempo. Pouco depois a ditadura cassou todo mundo e dissolveu o DCE.[256]

Como principal força motriz de aglutinação, conscientização, treinamento e mobilização das massas, o PCB representava um importante elo entre o fermento ideológico e os intelectuais em potencial, que eram os estudantes. Não por acaso, o regime não concedeu muito tempo para sua atuação e, como denunciou o militante, "pouco tempo depois a ditadura cassou todo mundo e dissolveu o DCE". A partir daí, essa união proporcionaria ao longo dos anos, a aproximação cada vez maior dos preceitos de igualdade e conscientização política do comunismo às massas. Como já abordado anteriormente, para os olhos do regime, os militantes da AP, do PCdoB, do PCB ou da POLOP não eram distintos, mas classificados como subversivos. Todos eram matizes destoantes da harmonia subjugada imposta à

[254] NASCIMENTO, Elimar Pinheiro. A Ação Popular no Movimento Universitário do Recife nos anos 1960. In: MACHADO, Otávio Luiz. & ZAIDAN, Michel. Movimento estudantil brasileiro e a educação superior. 2007. p. 106.
[255] NASCIMENTO, Elimar Pinheiro. A Ação Popular no Movimento Universitário do Recife nos anos 1960. In: MACHADO& ZAIDAN. 2007. p. 107.
[256] NASCIMENTO, Elimar Pinheiro. A Ação Popular no Movimento Universitário do Recife nos anos 1960. In: MACHADO& ZAIDAN. 2007. p. 107.

sociedade. Para o regime,"comunistas" não era a literal categorização exclusiva do militante do PCB, mas do militante infenso ao sistema empresarial-militar em voga e atuante no seu enfraquecimento ou mesmo confiante em sua derrubada. Aqui nós diferenciamos desde o início nosso foco, como o olhar sob o militante do PCB. Mas assim como estudar o PCB tem muita importância para compreendermos os demais movimentos, um olhar sob a dinâmica dessas entidades e de seu militante nos ajudará a compreender a atuação do PCB.

Naquela entrevista, Elimar relembra que ao seu lado na liderança estudantil "partilhava do comando com José Faria, da Escola de Engenharia, e José Carlos Moreira Melo, de Medicina, que depois foi para a direção da UNE. (...) José Carlos com maior liderança de massa, e Faria com liderança mais interna (Ibid)". Essa direção atuou na AP nos anos 1965 e 1966, e, contribuiriam para que ela se consolidasse como segunda força em 1967 e, posteriormente, também como maior força do movimento estudantil pernambucano a partir de 1968. Foi justamente sob a gestão desses três líderes que a AP "ganhou raízes na UFRPE, com o presidente da Escola de Veterinária, José Geraldo, e na Católica, particularmente na psicologia, economia, filosofia e jornalismo. E ampliamos nossa presença na UFPE, em Serviço Social, Arquitetura, Medicina, Engenharia, Química"[257] deixando-a em 1967 como força equivalente ao PCB no movimento estudantil recifense.

É muito relevante nos atermos, por momento, à liderança da AP citada por Elimar. Pois qual não seria nossa surpresa em observar que o José Carlos Moreira, líder de massas citado por ele, apareceria na Informação 2676[258], da Delegacia Auxiliar com dados de seu prontuário. O estudante havia sido preso já em 13 de abril de 1964, pouco após o Golpe, "acusado de agitação", e posto em liberdade no mesmo dia. Em outubro do mesmo ano o militante seria "preso e ouvido em termos de declarações, confessou que ingressara na "Ação Popular" por intermédio do Dr. Antonio Othon Pires Rolim e chegou a assistir reuniões e convencer alguns amigo sobre a existência do movimento "Ação Popular". O nome do estudante aparece também na Relação para Eleição do Diretório Acadêmico de Medicina em 1965 fornecida no Prontuário Funcional nº 7458[259] do DOPS. A relação nos traz os nomes dos membros candidatos a Presidente e Vice, além daqueles que concorreriam a representantes de turma. Curiosamente, a relação não traz o nome de nenhuma mulher. Porém, ao lado de alguns nomes observa-se uma marcação notificando os vencedores. Para Presidente, venceu a

[257] NASCIMENTO, Elimar Pinheiro. 2007. p. 108.
[258] Constante também no Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional , nº 7458.
[259]Relação para Eleição do Diretório Acadêmico de Medicina.Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional nº 7458. 1965.

eleição Jurandir Freire Costa, para Vice, nosso já citado líder de massas José Carlos Moreira. Aquelas eleições já ocorreriam em 1965 sob os moldes da Lei Suplicy de Lacerda, aprovada no fim do ano anterior.

A própria Faculdade de Medicina publicaria em 29 de abril, uma quinta-feira, as diretrizes a serem adotadas no processo eleitoral a realizar-se numa segunda-feira, dia 03 de maio. O documento expunha estarem "avisados os Srs. Estudantes de que no próximo dia 3 de maio, das 8 às 15 horas, terão lugar, as eleições para o Diretório Acadêmico desta faculdade de acordo com a seguinte programação"[260] e divulgava os locais de votação de cada sala dos seis anos médicos.O documento é enfático em expor as diretrizes da Lei 4.464 de 9 de novembro de 1964, deixando claro que a eleição obedeceria aos dispositivos da lei, transcrevendo inclusive os textos dos Artigos 5º e 6º, com seus incisos e alíneas.

Aquela eleição, por tudo que a cerca, seria observada de perto pelo regime. Um outro prontuário do DOPS nos aponta que antes mesmo da realização do pleito os corredores do largo sistema de inteligência militar já possuíam um relatório completo das atividades comunistas inseridas no curso. Em seu primeiro parágrafo o relatório inicia afirmando que

> as candidaturas de Jurandir Sebastião Freire Costa e João Carlos a presidente e vice, respectivamente, foram lançadas por um grupo de comunistas, liderado por José Luiz, José Dália, Tarcísio Novaes, Teresa Pedrosa, Abynadá de Siqueira, Eugênia Turenko, Sérgio Magalhães, Sylvio Valério, Carlos Morél, Gilda Kelner e outros, inclusive por elementos estranhos a faculdade, que se reúnem constantemente em locais diferentes. O grupo de comunistas atuantes, trabalha ativamente no curso básico, principalmente nos 1º e 2º ano no sentido de angariar votos, como também de converter os indecisos, em defesa dos princípios socialistas.[261]

O vasto relatório além de trazer os nomes dos estudantes considerados comunistas e separá-los por ano médico, ainda expõe algumas de suas estratégias de atuação. O fato de reunirem-se em locais diferentes já era uma estratégia utilizada desde o 1º de abril do ano anterior, demandada pelo status de clandestinidade concedido aos manifestantes e suas entidades. Mas o fato de buscar "principalmente" atuar junto aos 1º e 2º anos médicos, parece ter surtido efeito, quando observamos a lista de pessoas suspeitas levantada pelo investigador. Segundo seu relatório, na chapa vermelha formada por Jurandir e José Carlos, tinha o primeiro cursando o 3º ano médico e o outro o 2º ano. A sala com maior número de suspeitos

[260]Programação para Eleição do Diretório Acadêmico da Faculdade de Medicina da Universidade do Recife. APEJE, Arquivo DOPS, Prontuário Funcional nº 7458. 1965.
[261]Relatório das atividades Comunistas com respeito às eleições que serão realizadas no dia 3 de maio de 1965, na Faculdade de Medicina da Universidade do Recife. Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional nº 29 096. 1965.

citados era o 3º ano médico. Considerando que os estudantes, um ano antes, em 1964, tivessem também adotado a mesma estratégia, eles estariam justamente nos 2º e 1º anos, respectivamente. Resultando em, que um ano depois, a sala antes do 2º ano, agora em 1965, o 3º ano médico estaria com os preceitos políticos e democráticos mais consolidados que as demais, sendo por isso, local de sua concentração.

O investigador alertava que os militantes "iniciaram sua campanha, travando com grupos do primeiro e segundo ano (principalmente primeiro ano) e no decorrer da qual eles trataram de assuntos políticos e sociais, do âmbito nacional e internacional",[262] algo terrivelmente proibido para o poder público retrógrado e autoritário da época. Aqueles alunos que os militantes identificassem como simpatizantes de suas opiniões eram contatados reservadamente depois. "Comunicavam-lhes eles (os da esquerda) [que] já tinham os seus candidatos para presidente e vice, mas que não lançara publicamente na Faculdade, devido o receio pela situação política atualmente no país".[263] A partir daí os estudantes vermelhos pediam para que os novatos sugerissem três nomes de confiança para serem lançados como representantes de turma, além de solicitar "entretanto, que eles (os iniciantes) começassem a trabalhar no sentido de maior divulgação [de suas chapas], embora sigilosamente, junto aos companheiros de turmas".[264]

O agente reporta que os estudantes comunistas exploraram na campanha os seguintes argumentos:

1) Atual crise político-econômica e social do país, a qual eles reportam como consequência da Revolução de 31 de março, dizendo inclusive: "estamos num regime ditatorial, e durante um ano de governo tudo subiu em mais de 200%.
2) O fato ocorrido com o último trote de medicina, é o caso mais explorado por eles, procurando incutir aos primeiranistas o espírito de revolta contra as autoridades militares e com o próprio regime. Alegam, ainda, que em governo algum houve ação da polícia contra estudantes, igual a deste ano.
3) Atual administração de Jeová na presidência do Diretório. Segundo os comunistas, Jeová é elemento de direita, e sua permanência é uma imposição, imposição da Revolução.
4) Enumeram criações inexistentes, feitas pelos antigos presidentes da esquerda como Tarcísio e Eliéser.[265]

[262]Relatório das atividades Comunistas com respeito às eleições. Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional nº 29 096. 1965.
[263]Relatório das atividades Comunistas com respeito às eleições. Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional nº 29 096. 1965.
[264]Relatório das atividades Comunistas com respeito às eleições. Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional nº 29 096. 1965.
[265]Relatório das atividades Comunistas com respeito às eleições. Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional nº 29 096. 1965

É peculiar observar a sagacidade dos militantes em seus argumentos. Há desde a crítica ao contexto nacional, ao novo regime instituído e todos os seus problemas burocráticos de gestão financeira e industrial, além do contexto regional, com o aumento exponencial da violência e repressão aos estudantes recifenses naqueles anos. Além disso, a gestão pragmática de uma figura protocolar na intervenção do Diretório tornava muito fácil criticá-lo, sobretudo num curso tão conscientizado politicamente como era o de medicina. Não seria difícil mostrar aos colegas os prejuízos de ter um líder não-combativo na presidência do Diretório.

Aquele relatório conteria os nomes de muitíssimos outros jovens que viriam a exercer papel de importância no movimento estudantil, como os já identificados na Informação nº2076, datada de 30 de abril daquele ano, às vésperas das eleições do Diretório: eram eles Gilson Vítor Alecrim Paes Barreto e José Arlindo Gomes de Sá, ambos "prontuariados no arquivo da delegacia auxiliar, por terem pertencido à 'Sociedade dos Amigos da União Soviética', conforme nota publicada no Jornal do Commercio de 3 de maio de 1964".[266] Ambos tinham seus nomes como concorrentes a representantes de turma do 3º ano médico, em disputa ainda contra Jomar Ferreira Neto, Cid Borges Rodrigues, Luiz Guilherme Faria Petribu e José Humberto Frazão Menezes, estando apenas os dois primeiros marcados como comunistas na lista presente no outro Prontuário Funcional DOPS nº 29.096, já citado.

Toda essa inquietação em torno das eleições para o Diretório de Medicina em 1965 e 1966 seria alvo de muitas atenções dos olhos e ouvidos do aparato repressivo do regime empresarial-militar. Aqueles instantes estariam também presentes na entrevista concedida pelo candidato a compor a cabeça de chapa do Diretório, Jurandir Freire Costa,[267] candidato acompanhado de perto pelo regime, como já visto anteriormente. Ele havia sido alfabetizador com base em Paulo Freire. "Entrei para a faculdade de medicina em 1963. Até então não me interessava por política, e sim por cinema, literatura, música, etc. Logo no início do curso comecei a participar da alfabetização de adultos".[268] Como já ressaltado, vale observar a relevância desses espaços de alfabetização como áreas de sociabilidade e politização, pois no caso de Jurandir, foi justamente

[266]Denúncia por pertencer a Sociedade dos Amigos da URSS. Informação nº 2076. Fundo: SSP/DOPS/APEJE.Prontuário Funcional nº 7458. 1965.
[267]COSTA, Jurandir Freire. O projeto de mudança social da geração dos anos 1960. In: MACHADO, Otávio Luiz. 2007 & ZAIDAN, Michel. Movimento estudantil brasileiro e a educação superior. 2007.p. 47-50.
[268] COSTA, Jurandir Freire. In: MACHADO & ZAIDAN. 2007, p. 47.

> no curso de preparação de alfabetização [que] conheci pessoas da JUC – Juventude Universitária Católica. Comecei a me interessar por política a partir daí, mas não por política estudantil. Com o golpe e com o desmantelamento das antigas lideranças, mais ligadas aos partidos de esquerda, começamos, nós da JUC, a ocupar os espaços até então ocupados pelos tradicionais partidos de esquerda como o Partido Comunista.[269]

Em outras palavras, na concepção do militante o curso de alfabetização possibilitou que ele conhecesse pessoas da JUC, com as quais ele se sentiu analogamente simpatizado em práxis e opiniões ideológicas. Que o levou a se interessar por política e, posteriormente, vir a ocupar espaços com a queda das lideranças ligadas ao Partido. Dada sua presença nos movimentos secundarista e universitário, o PCB e seus líderes foram duramente perseguidos pelo regime ditatorial empresarial-militar. Com isso, lideranças mais jovens do PCB e outras ligadas a diversos outros grupos também de esquerda foram assumindo papel de destaque no movimento estudantil pernambucano. Confirmando as informações acerca das eleições para o Diretório de Medicina de 1965, citadas anteriormente. Jurandir, nesta entrevista, revela que a dupla com o seu companheiro, líder de massas, José Carlos iniciou um ano antes, em 1964.Quando ele e

> o José Carlos Moreira – que também era da JUC, nos candidatamos e ganhamos as eleições. O José Carlos foi eleito presidente e eu vice-presidente. Depois do mandato, isto é, a partir de 1965, continuei a participar das discussões até 1968, quando foi editado o AI-5. (...) Naquele período, nosso objetivo era o de fazer com que os colegas estudantes se interessassem sobretudo, por questões políticas mais gerais, como a situação da ditadura, os vínculos de dependência do Brasil para com os interesses do capitalismo norte-americano, a construção de uma sociedade socialista etc. Em suma, a atuação na faculdade, apenas de forma marginal, visava a resolver problemas específicos do ensino ou da prática médica.[270]

Após vitória no Diretório em 1964, a dupla repetiria a dobradinha nas eleições de 1965, como vimos anteriormente, porém em posições contrárias, com Jurandir como Presidente e José Carlos, o vice. Porém, observemos com atenção o objetivo das ações estudantis atribuído pelo militante. Para ele, o principal era "fazer com que os colegas estudantes se interessassem, sobretudo, por questões políticas mais gerais, como a situação da ditadura, os vínculos de dependência do Brasil para com os interesses do capitalismo norte-americano, a construção de uma sociedade socialista etc",[271] ou seja, empreender maneiras de conscientizar seus colegas, explorar formas para o despertar ético-político de todos os

[269] COSTA, Jurandir Freire. In: MACHADO & ZAIDAN. 2007, p. 47.
[270] COSTA, Jurandir Freire. In: MACHADO & ZAIDAN. 2007, p.47.
[271] COSTA, Jurandir Freire. In: MACHADO & ZAIDAN. 2007, p.47.

estudantes a sua volta. Ainda mais além, a militância, segundo ele discutia, os problemas do ensino e da prática médica apenas de forma marginal, concentrando-se essencialmente nas questões políticas e sociais. O militante conta que a maior parte da atuação naqueles primeiros momentos pós o dia da mentira de 1964 era no sentido de organizar manifestações contra a ditadura, "lutar pela libertação de colegas presos, recrutar novos militantes para a causa social e debater – em encontros, seminários e grupos de estudos – textos históricos, antropológicos, sociológicos, filosóficos e teológicos sobre a construção do socialismo libertário".[272]

Sua entrevista é breve, na já citada obra do historiador Otávio Machado,no entanto, mesmo sucinta, nela o estudante, hoje médico, faz uma reflexão muito pertinente para nosso trabalho. Ele revela, que "seja como for, considero eu a tarefa de resistência a qual nos entregamos, com ou sem plena consciência do papel que desempenhávamos, alterou a forma tradicional que tinham as elites brasileiras de se relacionarem com o povo ou a noção de povo".[273] Observem tamanha relevância que o mesmo confere ao papel desempenhado pelo movimento estudantil em Recife nos idos de 1964 e 1965. O de aproximar as elites com o povo ou a noção de povo. Ainda que isso fosse feito inconscientemente. Isto é intrigante em ser destacado nessa entrevista de 2007, visto estarmos aqui elencando diversas razões que contribuíram para esse sentimento inconsciente descrito por Jurandir. Ciente de não conhecer as nuances teóricas do processo histórico ele diz que, mesmo não sendo historiador, compreende que aquele momento

> se tratou de um fenômeno político de proporção semelhante ao abolicionismo ou ao movimento pela instauração da República. Entenda-se bem, digo isto, do ponto de vista da modificação do olhar da elite em relação ao resto da sociedade. Acho que os Diretórios Acadêmicos, por extravagante e exagerado que possa parecer a alguns, cumpriram este papel. (...) Certamente tínhamos a consciência de que formávamos um grupo social privilegiado, e queríamos distribuir este privilégio com todos. Resumindo, nossa atuação seguia o padrão de todos os movimentos políticos socialistas dos anos 60.[274]

Apesar de declarar-se leigo, o militante observou naquele momento uma singular aproximação entre extremos sociais. O estudante estava vivenciando o acirramento da luta de classe a um nível sem precedentes na história brasileira até ali. A essência nacional-popular da práxis política do movimento estudantil pernambucano do período revela-se nesta declaração de como o mesmo iria reagir a esse momento de modificação do olhar da elite em relação ao

[272] COSTA, Jurandir Freire. In: MACHADO & ZAIDAN. 2007, p.48.
[273] COSTA, Jurandir Freire. In: MACHADO & ZAIDAN. 2007, p.48.
[274] COSTA, Jurandir Freire. In: MACHADO & ZAIDAN. 2007, p.48.

resto da população,quando afirma que independente de qualquer coisa, "certamente tinham a consciência de que formavam um grupo social privilegiado, e queriam distribuir este privilégio com todos".[275] Que seria essa consciência que eles tinham de sua posição privilegiada, senão sua catarse? Da mesma forma, que seria essa vontade em distribuir esse privilégio com todos, senão sua convicção como ser ético-político atuante e agente modificador de sua própria realidade? A presença dele nos cursos de alfabetização de massas, e a proximidade com as lideranças da JUC e, posteriormente da AP, permitiramque participasse de diversos espaços de conscientização política e interagisse com pessoas das mais diversas classes sociais. Jurandir, junto a muitos outros, são fatores determinantes para explicarmos, através da vocação jacobina de Pernambuco, o caráter nacional-popular do movimento estudantil no período pesquisado.

Mas não seriam apenas as eleições para o Diretório de Medicina que estariam envolvidas em inquietações pela presença vermelha, mas quase todas realizadas naquele primeiro ano em que estavam em vigor as normas da Lei Suplicy. A secretaria do curso de Biblioteconomia redigiria à mão um comunicado destinado ao Secretário de Segurança Pública solicitando apoio para as eleições de seu Diretório Acadêmico a serem realizadas em agosto de 1965. A carta era categórica na denúncia a

> elementos estranhos à Escola e reconhecidamente ligados ao Partido Comunista Brasileiro, elementos , de qualquer modo, cadastrados nesta secretaria, [que] vinham realizando reuniões neste curso, reuniões que foram proibidas pela direção do mesmo, por julgar suspeitos os fins de tais encontros, e visto que, segundo rumores correntes na escola, tais elementos, de comum acordo com alguns estudantes da casa, ao que tudo indica, pretendem impedir que sejam efetuadas as eleições (...) Para salvaguardar direitos e definir responsabilidades, possibilitando, no momento em que se fizesse necessárias as providências cabíveis. Solicitamos, como medida meramente acauteladora que seja, designado policiais, para no dia acima mencionado, pela 7 horas da manhã, que estejam nas proximidades da sede do curso, em local onde possam ser facilmente identificados [grifo nosso].[276]

A direção do curso possuía ciência da presença e influência comunista em seus quadros de alunos. Reconhecia a importância dessa presença em meio aos estudantes e solicitava apoio policial para assegurar o andamento pacífico de todo o processo. Há que se lembrar que os conflitos não existiam apenas entre estudantes contra o regime golpista. Determinados grupos também apoiavam a causa conservadora imposta pelo golpe. As prisões,

[275] COSTA, Jurandir Freire. In: MACHADO & ZAIDAN. 2007, p.49.
[276] Carta do curso de Biblioteconomia a Secretaria de Segurança Pública. Prontuário Funcional nº 7458. Arquivo DOPS. APEJE, Recife-PE. 1965.

invasões e intervenções empurraram muitas vezes goela abaixo de muitos estudantes, lideranças sem qualquer carisma ou combatividade. Completamente submissos às causas empresariais-militares.

Nesse contexto deu-se a fundação da Academia Pernambucana Estudantil de Letras – APEL – ao se reunir em 04 de julho de 1965, em sua sede provisória na Rua Floriano Peixoto, no Edifício Vieira da Cunha, primeiro andar. Aquela Assembleia conteve diversas singularidades. A Entidade havia se reunido uma única vez até então, e composto uma Diretoria provisória, que seria oficializada após o registro de seus Estatutos no Cartório. A fundação daquela Entidade parecia ser algo importante, visto que essa Assembleia de 04 de julho teve seu edital de convocação publicado nos dois maiores jornais da capital, o Jornal do Commercio e o Diário de Pernambuco, que tinha, inclusive, uma coluna intitulada "Vida Escolar" e também foi anunciado nas principais rádios da cidade – Olinda, Capibaribe e Rádio Jornal. A informação contida na Ata daquela reunião nos diz que de início, como de praxe, o presidente colocou em votação algumas questões gerais, logo aprovadas e formou uma comissão especial com os nomes de sete estudantes, incluindo o dele próprio, Carlos Arthur de Andrade, que se encarregaria de analisar "os projetos de formação dos estatutos apresentados pelos sócios Cláudio Augusto, João Adão, Benjamin Martins e Carlos Artur, ficando essa comissão com o encargo de elaborar o estatuto da APEL, que está atualmente a entidade sendo orientada por um regulamento fictício".[277] Isso porque os Estatutos da agremiação estavam registrados como o nome de Associação, ao invés de Academia Pernambucana Estudantil de Letras. Aquela comissão tinha por objetivo "apresentar a Diretoria no próximo domingo, para a devida apreciação do plenário e aprovação, quando decerto sofrerá algumas emendas para o próprio benefício da entidade".[278]

O aluno Carlos Arthur, então presidente, continuou a reunião parabenizando um estudante por sua dedicação à causa da Entidade e pediu a todos uma moção de aplausos para aquele sócio exemplar, e prosseguiu com duras críticas para conclamar os associados e diretores "a uma cooperação decisiva e mais evidente, ressaltando inclusive a carência de senso de responsabilidade por parte de alguns, que com atitudes desaconselháveis estavam trazendo desprestígio, não somente à Academia como ferindo pessoalmente a ele próprio". Na sequência, o estudante denuncia

[277] Ata da Reunião Extraordinária (Assembleia Geral), da Academia Pernambucana Estudantil de Letras (A.P.E.L.). Fundo: SSP/DOPS/APEJE.Prontuário Funcional nº 7458. Recife-PE. 1965.
[278] Ata Assembleia Geral APEL. Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional nº 7458. Recife-PE, 1965.

> ter existido um grupo interessado em derrubá-lo do cargo que atualmente exerce na APEL, mas, tendo em vista, o seu espírito de combatividade, conseguiu colocar pra trás os opositores, mostrando apenas o trabalho e obrigação a uma causa tão nobre que é cooperativismo, dentro de uma entidade que congrega dezenas de estudantes desejosos de aprender e distribuir o que sabe aos seus companheiros. Seguindo, aludindo, as muitas falhas praticada pelo grupo inconformado e ao desinteresse com que se tem caracterizado, o propôs, como medida saneadora e única solução para o problema, o imediato afastamento e substituição dos seguintes membros da diretoria provisória (porque só será oficializada quando o estatuto estiver registrado em cartório).[279]

E partir daí inicia-se aapresentação de uma lista de alunos, parte da Diretoria, que deveriam ser afastados e substituídos por outros do quadro de associados. A decisão de afastamento dos membros que tentaram, segundo ele, "derrubá-lo do cargo" imprimia ares de puro radicalismo. Até porque, a entidade ainda não tinha nem mesmo iniciado suas atividades de fato, estava funcionando com uma diretoria provisória, e reformulando os estatutos. Sua desconfiança em um provável piquete demonstra o nível de vigilância que estava sendo imposto a seus membros. O trabalho cooperativo, ironicamente nas palavras do presidente acima, tem por premissa a ideia de igualdade, de soma, mas suas ações eram de pura intransigência. Semelhantes às do regime. Obviamente, por isso, "no andamento [da reunião] o presidente foi aparteado pelo sócio Rinaldo Estelita Lins, incluso como faltoso, declarando que tal atitude é considerada ilegal. Daí seguiram-se acaloradas discussões e dissidências por parte de vários associados presentes."[280]Um dos quais, Carlos Augusto Sá, pedindo a palavra, "solicitou que fosse adiada a cassação dos mandatos dos diretores, para que se pudesse encontrar soluções menos drásticas, mas os ânimos continuaram acalorados. O presidente, solicitou moderação para chegar a um bom termo, dentro da ordem e disciplina." Além disso negou a proposta do colega e insistiu com a medida

> determinando portanto a imediata votação da proposta (cassação e preenchimento dos cargos). Outrossim, declarou que, se derrotado, renunciaria ao seu cargo. O sócio Paulo Pontes tomou a palavra afirmando que a atitude do presidente a seu ver, tomava franco aspecto de ameaça, mesmo assim e apesar disso, endossava a sua gestão. Replicando o presidente defendeu-se dizendo que não se tratava de ameaça, mas por uma questão de honra não lhe convinha permanecer ao lado de um grupo cujas atitudes retratavam seu afã de desprestigiá-lo, contudo se viesse a renunciar ao cargo permaneceria como associado. Afirmou ainda que seu desejo é prestigiar a APEL e colaborar com as autoridades para o desenvolvimento cultural da Juventude Pernambucana, fazendo com que seja extinto para sempre o analfabetismo que campeia o nosso estado. E continuará trabalhando em benefício do soerguimento da PALAVRA: Amor à Cultura.[281]

[279] Ata Assembleia Geral APEL. Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional nº 7458. Recife-PE. 1965.
[280] Ata Assembleia Geral APEL. Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional nº 7458. Recife-PE. 1965.
[281] Ata Assembleia Geral APEL. Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional nº 7458. Recife-PE. 1965.

O presidente estava resoluto e irredutível. Ou se expulsava os membros que não o queriam como presidente ou ele renunciaria. Estava convicto de que a razão estava ao seu lado, e continuaria firme no propósito de "prestigiar a APEL e colaborar com as autoridades para o desenvolvimento cultural da Juventude Pernambucana". Que contribuição seria essa com as autoridades? Um discurso retórico e protocolar? Ou talvez um verdadeiro apoio ao regime?

O clima tenso e de muita confusão naquela Assembleia contaria com a mediação hábil e responsável do prestigioso militante Paulo Pontes. Figura proeminente do ativismo político pernambucano e sempre citado nos depoimentos dos amigos entrevistados por nosso trabalho. Sua figura na reunião foi essencial para que a Assembleia chegasse a um consenso. Sob a sua batuta, finalmente

> o projeto foi submetido a apreciação e votação em meio a confusão reinante, servindo de apaziguador, o estudante-sócio Paulo Pontes, que por fim veio a inscrever no quadro os nomes dos substitutos indicados pelo plenário, sendo definitivamente aprovados e imediatamente empossados, ficando assim (OFICIALMENTE) constituída a diretoria provisória, até a confecção dos Estatutos quando estiver registrado em Cartório, fazer-se-á as devidas eleições, congregando assim com as normas eleitorais em vigor, dentro dos princípios da Constituição do Brasil.[282]

Os novos diretores foram, então, finalmente empossados e, ao final da reunião"fizeram-se ouvir apupos e aplausos simultâneos, numa prova de falta de responsabilidade daqueles que tentam deturpar o sentido de uma reunião, como foi a nossa, dentro dos requisitos exigidos pela lei".[283] A tristeza da aluna que secretariou a reunião ao ouvir a zombaria mesclada aos aplausos ao seu final, demonstra sua incapacidade em compreender o que realmente havia acontecido. Os membros da diretoria foram expulsos por pensarem diferente do presidente, que radicalmente propôs a exoneração dos associados da Diretoria ou a sua renúncia, uma clara ameaça, como alertou o jovem Paulo Pontes. Óbvio que uma medida como essa não agradaria a todos, e provocaria um final conturbado para uma reunião repleta de acaloramentos.

Finalizando, o presidente solicita uma licença de 20 dias

[282] Ata Assembleia Geral APEL. Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional nº 7458. Recife-PE. 1965.
[283] Ata Assembleia Geral APEL. Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional nº 7458. Recife-PE. 1965.

> tendo em vista uma viagem de férias à cidade de Garanhuns, onde ficará hospedado na colônia de férias do SESC, como convidado especial, e aproveitará o ensejo para representar a APEL, no Congresso dos Estudantes Secundários (...) que se realizará naquela cidade do frio.[284]

A folga solicitada pelo presidente entraria em vigor após a próxima reunião, que se realizaria no domingo para apresentação dos estatutos da Entidade. Qual seria nossa surpresa, durante a seleção de documentos, em encontrar uma carta de Carlos Artur de Andrade, escrita durante aquela licença, ao dia 23 do mês de julho do mesmo ano. A carta tinha como destinatário o Delegado Auxiliar Álvaro da Costa Lima com os seguintes dizeres, logo ao seu início:

> Senhor delegado,
> Venho por meio desta carta ofício comunicar V.S. que os estudantes Paulo Pontes, Viriato Xavier, Rinaldo Claudino e Cláudio Augusto de Miranda Sá, todos implicados em subversão no meio estudantil deste estado, comprometendo a briosa classe estudantil, estão registrados como sócios desta entidade cultural, mas, cientifico-lhe que os citados nada puderam fazer dentro do órgão, porque, estavam sob a minha mira, seus passos estavam sob meu controle, apenas faziam polêmicas, no propósito de liderar grupos e ganhar novos adeptos, e eles observando claramente que nada podiam fazer em nosso sodalício resolveram afastar-se, ficando apenas o estudante Viriato Xavier de Melo Filho.[285]

O posicionamento pelego do presidente impossibilitaria a atuação de membros destacados e com bastante capacidade intelectual e de articulação política, como Paulo Pontes. Pessoas de distinção que poderiam em muito somar ao movimento estudantil pernambucano. O curioso é confrontar a sua carta, com a Ata da reunião de 04 de julho, já mostrada, pois dos quatro estudantes que ele denuncia para o Delegado, três faziam parte daquele seleto grupo de sete alunos responsável para supervisionar e elaborar os estatutos da entidade, demonstrando como no início das atividades, tanto Paulo Pontes, quanto Viriato Xavier e Carlos Augusto Sá possuíam de alguma forma prestigio e respeito de seus colegas.

O presidente continua afirmando que a "entidade tem sabido retribuir a confiança depositada pelas autoridades, as nossas atividades tem sido claras e podendo qualquer pessoa compreender a nossa atuação",[286] demonstrando claramente o viés autômato pretendido pela jovem entidade. Ele prossegue fazendo alusões aos objetivos da Associação, como a "boa

[284] Ata Assembleia Geral APEL. Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional nº 7458. Recife-PE. 1965.
[285] Carta-Ofício ao Delegado Álvaro da Costa Lima. Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional nº 7458. Recife-PE. 1965.
[286] Carta-Ofício ao Delegado Álvaro da Costa Lima. Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional nº 7458. Recife-PE. 1965.

Cultura", "o desejo de servir à Pátria", "Ordem e Progresso", em prosseguir sendo os olhos e ouvidos do regime ditatorial "porque, como sabemos, o Brasil espera que cada um cumpra com seu dever". O mais insólito conteúdo da carta vem ao final, quando afirma que

> nós estudantes e sócios deste sodalício estamos coesos em defender a bandeira *da democracia sem ideologias*, custe o que custar, porque temos patriotismo, como *autênticos brasileiros* não podemos conceber nem ficar à margem do que vem acontecendo com a nossa juventude, o nosso papel *é reprimir tais abusos a nossa soberania de liberdade*. Povo e governo estão unidos para *defender a Pátria*, derrubando *os falsos brasileiros*, que *deveriam ser expulsos para limpar completamente o País* do elemento nocivo à sociedade. Estamos alerta, mesmo fora de nossa missão, mas felizmente, somos brasileiros.
> No intuito de colaborar com a Revolução, *proibi o processamento das eleições de Grêmio, na Escola Industrial Feminina* (curso primário de noite), no dia 10 do corrente, tendo por motivo principal a agitação reinante, como presidente da APEL, compareci no local, entrei em entendimentos com a diretora, tendo ela proporcionado o máximo apoio[grifo nosso].[287]

O discurso raso e deturpado do fantoche golpista era característico das pessoas que defendiam o regime. Todo regime autocrático se transveste com roupagens liberais. É comum virmos alguns que defendem o regime, o fazê-lo ironicamente afirmando estar defendendo a democracia, ou o território brasileiro das garras de Moscou.A determinação do adulador em contribuir com o projeto golpista ia além das suas atribuições como presidente da APEL, chegando a buscar interferir num processo de eleição de grêmio de uma Escola feminina, buscando entendimentos com a Diretoria da escola, "tendo ela proporcionado o máximo apoio e facilitando a atuação. Estou também supervisionando vários clubes literários para observar o andamento dos mesmos"[288].Na verdade estava buscando perpetuar a violência da caça às bruxas, com vistasa "limpar o país" através da violência.

A carta encerra com o estudante informando que enviava em anexo uma ata da APEL e esclarecendo que "o Departamento Particular [de] estratégia administrativa, é o órgão responsável de observar a ideologia do sócio [grifo nosso]".[289]Criar departamentos de observação era uma medida incentivada pelo regime, em suas novas entidades resignadas,

[287] Carta-Ofício ao Delegado Álvaro da Costa Lima. Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional nº 7458. Recife-PE. 1965
[288] Carta-Ofício ao Delegado Álvaro da Costa Lima. Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional nº 7458. Recife-PE. 1965
[289] Carta-Ofício ao Delegado Álvaro da Costa Lima. Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional nº 7458. Recife-PE. 1965

gerenciadas por reacionários, conformados e não-combativos.Teria sido assim também na UEP após sua intervenção[290], bem como Diretórios e entidades secundaristas?

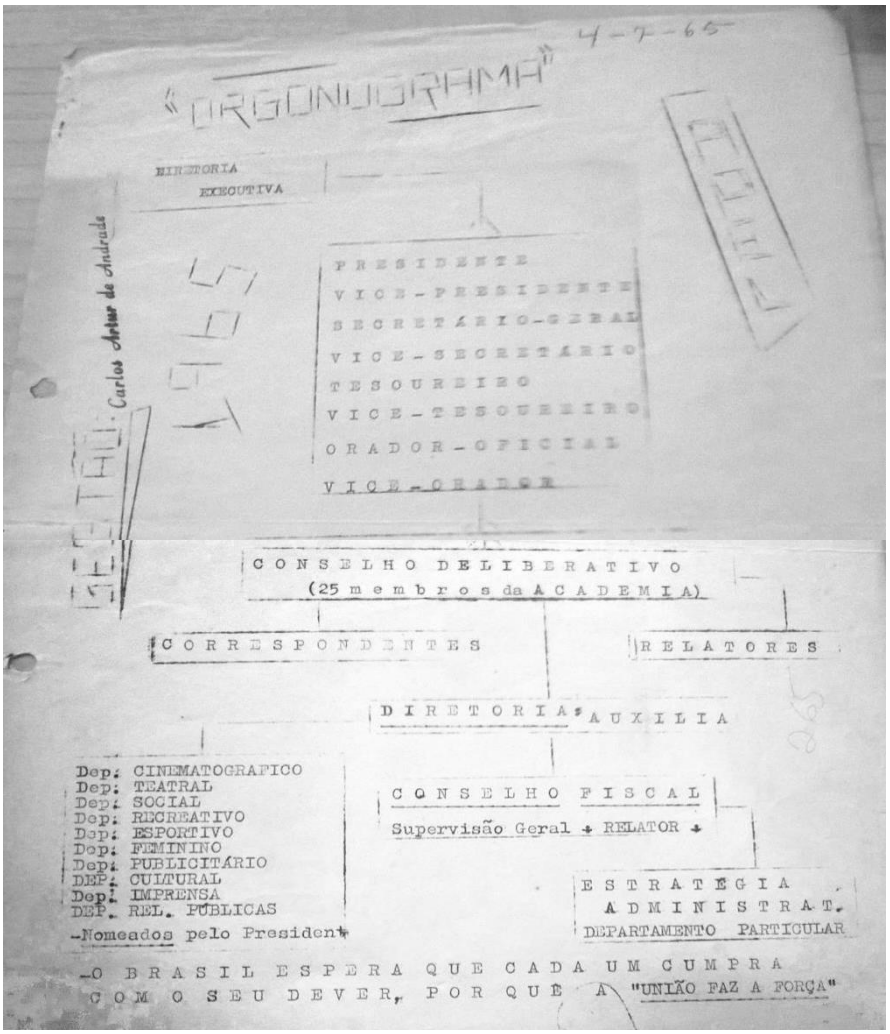


Figura 1–Organograma da Academia Pernambucana Estudantil de Letras – APEL. APEJE, Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional nº 7458. Recife-PE. 1965. Nele é possível observar a divisão de tarefas e departamentos nas diligências da entidade, bem como o Departamento Particular citado acima pelo seu Presidente denominando-o como de "estratégia administrativa", composto por pessoas unicamente com a missão de investigar, analisar e delatar seus companheiros ao regime opressor. Abaixo, na base do organograma, os dizeres: "O Brasil espera que cada um cumpra com o seu dever" uma indicação do caráter denunciador da entidade.

Situação bem distinta ocorreu Universidade Federal Rural. Lá, em agosto de 1965 ocorreu um sério estremecimento entre o reitor e os estudantes. A informação contida no prontuário funcional nº 7458 do Arquivo DOPS, intitula-se "Ata da reunião extraordinária do Conselho de Representantes do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Rural de Pernambuco". A ata relata que no dia 20 de agosto de 1965, o Conselho foi convocado pelo Presidente do Diretório, o estudante Francisco José Lapa Carvalho.

[290]A exemplo do caso já analisado de Djair Barros Lima, que havia exercido presidência da UEP como interventor e ocupava a direção do Diretório Central dos Estudantes da Universidade do Recife, exatamente por seu papel não-combativo foi ameaçado de apanhar ou mesmo ser morto por outros universitários.

Logo de início, o Presidente solicitou que outro estudante transmitisse aos conselheiros as recomendações do magnífico reitor. “Fazendo uso da palavra o citado estudante transmitiu as seguintes palavras: que caso o conselho se negasse a entregar as chaves do Diretório, o mesmo dissolveria o conselho e mandaria prender todos aqueles que se opusessem a tal medida”. Uma ameaça grave, em pleno 1965, com o regime autoritário em funcionamento e a Lei Suplicy vigorando desde novembro de 1964.

O Conselho de Representantes era um órgão fundamental do movimento estudantil universitário. Era uma ferramenta que estava entre o Diretório dos cursos e seus alunos, logoos representantes eram a figura eletiva mais próxima do alunado. Ele levava aos Diretórios Acadêmico e Central as suas necessidades. Continuando a reunião

> o colega presidente teceu algumas considerações sobra a importância do Conselho de Representantes, para continuação de nossas lutas em defesa dos estudantes da URP e que o Diretório Central jamais entregaria as chaves aqueles que comprovadamente não representa os estudantes da nossa Universidade. Continuando afirmou, que o DCE continuará funcionando, obediente aos seus estatutos e que em outubro realizará eleições para o mesmo. Prosseguindo afirmou que entregará ao reitor as chaves das dependências do DCE, uma vez que, por direito, cabe ao mesmo exigir a evacuação de qualquer dependência da URP, mas que o seu mandato,só entregaria aos estudantes em outubro, fazendo cumprir os estatutos do Diretório e as leis do país.[291]

Destemidamente, o presidente se recusou a entregar as chaves do Diretório para “aqueles que comprovadamente não representam os estudantes”. Uma declaração de muita valentia. Baseando-se no recurso da legalidade, assim como já vimos, algo comum no movimento estudantil pós-1º de abril, Francisco afirma que o Diretório permaneceria funcionando de acordo com os seus estatutos, seguindo o cronograma das eleições para outubro, cerca de dois meses depois daquela reunião. O estudante ainda defendeu que mesmo que entregasse as chaves não entregaria seu mandato, a não ser para o ganhador das próximas eleições, seguindo as leis do Diretório e do País.

A ata contém também algumas realizações do DCE como aquisição de telefone e móveis e, como suas principais vitórias o “não pagamento das anuidades, a permanência dos atuais preços das refeições, restaurante aberto no período de férias, defesa da autonomia dos DAs, não permitindo a interferências de dirigentes da URP nos mesmos, quando da realização

[291] Ata Conselho de Representantes do DCE da UFRPE. Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional nº 7458. Recife-PE. 1965.

dos trotes",[292] mas,na nossa avaliação, sua principal realização foi "a ampliação da representação estudantil no Conselho Universitário, que conta atualmente com mais dois membros" em pleno regime ditatorial, essa realmente, uma grande vitória.

Por último, o documento expõe um estremecimento ocorrido no curso de Veterinária. Um dos estudantes do curso foi chamado a uma sabatina para ser confirmado como membro do Conselho, "Depois de inúmeras perguntas dirigidas ao colega Olímpio o conselheiro José Geraldo, falando em nome dos demais representantes, afirmou que o mesmo continua merecendo toda a confiança e apoio".[293]

O Presidente então pretende encerrar seu mandato no prazo legal, e, em mais uma demonstração de espírito democrático, propõe que a ata, após aprovada, "seja reproduzida e distribuída a todos os alunos da URP", fazendo conhecer seu posicionamento em não entregar as chaves, e que mesmo que devolva as dependências do DCE, não entregará seu mandato a um reitor que não representa os estudantes, sem dúvidas, esta Ata chegou as instâncias superiores da Universidade, e provavelmente passou pelas mãos do Magnífico Reitor, uma vez que hoje está disponível no extenso acervo do Arquivo DOPS.

Em meados de 1965, o Centro de Informações da Marinha (CENIMAR), comando de inteligência do órgão, formula um relatório muito pertinente para compreendermos a dinâmica entre o arcabouço repressivo do Estado e todo seu aparato com a práxis política do Movimento Estudantil, intitulado "Por que a UNE era subversiva?". Assim como os demais materiais elaborados pelo CENIMAR, este possuía amplo grau de detalhamento e reflexões políticas, econômicas e sociais da posição do governo e dos estudantes. O principal intuito do relatório era o de situar o papel mobilizador das entidades estudantis no pré-64 como agentes do interesse estrangeiro, em mergulhar o país no caos, em defesa de um governo apontado como ineficiente, mas que contava abertamente com sua participação. Ao longo de suas muitas páginas, o documento reforça um discurso comum do governo golpista ao lidar com os estudantes, o de que a estudantada com os protestos e inquietações não o fazem mirando motivos educacionais, e que a classe fica desta maneira "ocupada por assuntos que não são seus" ou de sua alçada. Além disso, todo potencial mobilizador da UNE e suas entidades estaduais, representavam um ponto destoante da sociedade robotizada e autômata desejada

[292] Ata Conselho de Representantes do DCE da UFRPE. Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional nº 7458. Recife-PE. 1965.
[293] Ata Conselho de Representantes do DCE da UFRPE. Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional nº 7458. Recife-PE. 1965.

pelos militares e as classes dominantes, as alianças da UNE pretendidas com outros movimentos sociais no contexto que antecedia o golpe empresarial-militar eram também essencialmente questionadas. O relatório iniciava assim sua análise do papel da UNE

> "Os operários fazendo *greves*, os camponeses *ocupando as terras* que são *verdadeiramente suas*, os estudantes *a eles se unindo* na luta comum. Mas esta luta só poderá ser vitoriosa se todos nos unirmos em função dela. Os operários, os estudantes, os camponeses, os parlamentares progressistas, os militares de vanguarda unidos são imbatíveis. Tu camponês, és parcela importante dessa luta. A UNE te saúda e te conclama a participar cada vez mais da luta do povo brasileiro. Juntos *mudaremos a face* deste país. Juntos faremos a redenção de nosso povo. Juntos *faremos a revolução brasileira*".
>
> Essa foi a circular distribuída por um ex vice-presidente de Problemas Nacionais da UNE, a *todos* diretórios acadêmicos do Brasil, órgãos esses que lideravam centenas e centenas de jovens brasileiros de nível universitário, que pouco a pouco, *hipnotizados* por um processo constante de *doutrinação*, por certo transtornariam os destinos democráticos desta nação, que por ser habitada por pessoas de índole pacifista, teve retardada a conclusão do processo histórico de subversão que mergulharia o país em luta fraticida por um futuro incerto e longo [grifo nosso]. [294]

Essa era uma prática já mencionada em nosso trabalho e comum ao governo ilegítimo, buscar sua justificação através da tese do mal menor, de que o movimento golpista seria impulsionado por uma reação, empreendida para evitar que o Brasil caísse nas mãos da União Soviética. Uma tese comum e facilmente justificável diante do contexto de bipolarização extremada, como o vivido naqueles dias de Guerra Fria. Essa atmosfera de acirramento político era incentivado pelos governo estadunidenses do pós-guerra, pois "um anticomunismo apocalíptico era útil, e portanto tentador. (...) Um inimigo externo ameaçando os EUA não deixava de ser conveniente para governos americanos que haviam concluído, corretamente, que seu país era agora uma potência mundial"[295]. Aqueles que se reconhecessem como aliados dos EUA deveriam então apropriar-se do seu discurso e defender "pelo menos em suas declarações públicas, num cenário de pesadelo da superpotência moscovita pronta para a conquista imediata do globo, e dirigindo uma 'conspiração comunista mundial' ateia sempre disposta a derrubar os reinos de liberdade"[296], uma retórica com a qual vamos nos deparar constantemente daqui por diante. Segundo Leandro Karnal, nos momentos de

> polarização política, como 1935 (Intentona Comunista) ou 1964 (golpe militar), foram retratados na versão oficial e conservadora como infiltração de doutrinas

[294] Relatório CENIMAR – Por que a UNE era subversiva? – Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional nº 29.096. Recife-PE. 1965.
[295] HOBSBAWN, Eric. A Era dos Extremos. 1995. p. 232.
[296] (Ibid.) HOBSBAWN, 1995.p. 229.

> estrangeiras de ódio. Era o marxismo pantanoso em meio a um povo cristão e pacífico. Foram os primeiros momentos nos quais a elite pátria pensou em "nós", ou seja, os pacifistas que queriam construir um país de progresso e prosperidade, contra "eles", os grevistas, sindicalistas, agitadores e outros que insistiam em inocular no corpo nacional o vírus do dissenso. "Nós" correspondia aos patriotas, aos que só desejavam a paz. "Eles" correspondia à cizânia e aos cronicamente insatisfeitos. Sempre fomos bons em pensamentos maniqueístas, em dualismos morais perfeitos. Ninguém é católico por séculos e emerge ileso desse destino[297].

Um ano e quatro meses após golpe, o relatório do CENIMAR fazia um balanço do que ocorria até aquele momento e prosseguia questionando a credibilidade das lideranças estudantis e suas teses

> Neste momento em que novamente os "estudantes profissionais" se reúnem clamando pelas liberdades estudantis, é necessário colocar-se às claras a situação a que quase levaram o país estes maus estudantes, respeitados, temidos e manobrados que eram por ex maus dirigentes, que afastados pelo movimento de março de 1964, agora pretendem voltar às manchetes, prestigiados que são por uma Imprensa tendenciosa.
> Atualmente tenta-se levar a revolução ao descrédito e ao ridículo.
> Fala-se em revolução, colocando-a entre "aspas", como se o governo passado pretendesse resolver os problemas do povo, sendo derrubado por fortes grupos econômicos componentes de uma porcentagem ínfima do povo brasileiro, que a fim de manter seus privilégios e regalias, provocaram a derrubada de um governo autenticamente popular, que pretendia resolver os terríveis problemas sociais existentes no Brasil, com a elevação do padrão de vida das classes mais pobres, em detrimento – das mais abastadas. Essa ideia, por intermédio de uma forte propaganda, jogando com descrença dos brasileiros das classes menos favorecidas em verem solucionados os seus problemas mais diretos, atravessando grave crise econômica financeira gerada por uma firme e antidemagógica política do atual governo, precisa ser combatida com dados concretos, sem o que a Revolução jamais terá realmente a penetração popular de que tanto necessita.[298]

O agente que produzia o relatório mostra-se irritado com a ironia dos estudantes em diminuírem a "Revolução" de 01 de abril colocando-a entre aspas, porque foi um movimento acusado de derrubar um governo "autenticamente popular" com o apoio de "fortes grupos econômicos componentes de uma porcentagem ínfima do povo brasileiro, que a fim de manter seus privilégios e regalias, provocaram a derrubada de um governo", tese,aliás já há muito discutida e referenciada[299] na Academia. Para o agente era "preciso mostrar que REALMENTE havia subversão e corrupção corroendo as bases democráticas do País, [era] preciso mostrar, por exemplo, que o meio estudantil estava minado" e que "com a adesão dos

[297] KARNAL, Leandro. Todos contra todos. O ódio nosso de cada dia. 2017. p. 12
[298] Relatório CENIMAR – Por que a UNE era subversiva? – Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional nº 29.096. Recife-PE. 1965.
[299] Para compreender as forças presentes na articulação golpista de 01 de abril de 1964, ver a já citada obra "1964: A conquista do Estado" RennéDreiffus.

estudantes teriam os agitadores profissionais um ponto de apoio fabuloso para levar o Brasil à crise total, com a implantação de um novo regime". Uma vez que "os estudantes estavam sendo realmente manobrados por falsos líderes", o movimento tinha seus objetivos desvirtuados e as "finalidades que seriam primárias foram relegadas a um segundo plano, dando-se prioridade a outros itens, alheios totalmente aos problemas estudantis de grande interesse para outras conquistas, ditadas por organizações de ideologias estranhas à democracia brasileira"[300].

Na visão dos militares, as articulações internacionais do movimento estudantil fazia com que o órgão brasileiro fosse visto como "uma simples célula de um vasto plano nacional de subversão da ordem constituída. Obedecendo cegamente a ordens emanadas de órgãos internacionais, tornou-se uma instituição despersonalizada"[301] e diante desse plano, os programas e projetos da UNE se observados "focalizados, [ficava] facilmente demonstrando que a UNE estava completamente integrada na Revolução Brasileira, como uma de suas principais partes componentes"[302]. E os estudantes pareciam realmente possuir ciência de qual seu papel na revolução, como integranteconscientizador e mobilizador.

A partir de então, o agente prossegue o relatório com várias citações que buscam comprovar a presença comunista no movimento estudantil e sua face perigosamente revolucionária aos olhos do governo militar. Iniciando por Marx e Lenin, o relator apresenta resoluções do Partido Comunista Soviético e brasileiro no que antecede o golpe empresarial-militar, como por exemplo aquelas advindas da convenção nacional do PCB de 1960 na qual advertia que "o proletariado e seus aliados não [deviam] jamais perder de vista que, em certas circunstâncias, as suas forças podem ser necessárias para tornar a revolução vitoriosa por um caminho não pacífico"[303]. Trazia ainda o papel dos militantes na pauta da reforma agrária e na liderança do movimento, pois os "comunistas tem o dever de lutar à frente das massas camponesas, por uma reforma agrária que liquide o monopólio da propriedade da terra pelos latifundiários e fortaleça a economia camponesa, sob formas individuais ou associadas". Na apreensão dos militares, a participação comunista no movimento estudantil possuía papel

[300] Relatório CENIMAR – Por que a UNE era subversiva? – Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional nº 29.096. Recife-PE. 1965
[301] Relatório CENIMAR – Por que a UNE era subversiva? – Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional nº 29.096. Recife-PE. 1965.
[302] Relatório CENIMAR – Por que a UNE era subversiva? – Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional nº 29.096. Recife-PE. 1965.
[303] Relatório CENIMAR – Por que a UNE era subversiva? – Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional nº 29.096. Recife-PE. 1965.

central na práxis política do movimento, e por isso, o agente prossegue o relato abordando a União Internacional dos Estudantes (UIE) e sua atuação política.

> Desde sua origem, a UIE tem apoiado decididamente as lutas de libertação nacional na Ásia, África e América Latina. No período que antecedeu ao movimento de março de 1964, a UIE assinara convênio com a UNE de apoio à sua luta pela emancipação econômica do país, contra a pressão do imperialismo norte americano e na defesa da nacionalização de todas indústrias e setores básicos da Economia Nacional. (...)
> Em 1962, quando o então Ministério da Educação se propôs a iniciar a Campanha de Alfabetização, de inspiração nitidamente comunista, a UNE apresentou-se como um dos principais órgãos de apoio à realização da tarefa; foi firmado acordo entre UNE e UIE, em que a primeira se propunha a alfabetizar 50.000 mil pessoas por ano, em troca de apoio material e financeiro da segunda. (...)
> O 25º Congresso Nacional dos Estudantes realizado em 1962, apoiou por unanimidade reforma na Constituição da UNE, segundo a qual, seria incrementada a UNIÃO OPERÁRIO ESTUDANTIL CAMPONESA.

Em pleno ano de 1962, quando o MCP já atuava na capital pernambucana com seu programa de alfabetização e sua polêmica cartilha, com conteúdo de cidadania e consciência política, a UNE firma acordo com a União Internacional dos Estudantes para tornar a alfabetização de pessoas um projeto de caráter nacional. Não por acaso encontramos tantos militantes estudantis trabalhando nesses programas, ou ao contrário, vemos instrutores do programa vir a cerrar fileiras no ativismo estudantil. Com todo o esquentamento de forças vivido no Brasil entre os anos 1960 e 1964, os estudantes vão, a cada dia, ocupar um espaço de atuação mais expressivo. A bipolarização política, a fragilidade econômica e as contradições sociais do país elevavam a temperatura das relações de poder existentes a altos níveis. E a cada grau elevado desse aquecimento parecia mais evidente a ciência de seu papel como protagonista desse momento que antecedia à revolução brasileira. Em

> 1961, no 1º Seminário Nacional de Reforma Universitária realizado em SALVADOR-BAHIA, os estudantes chegaram à conclusão que a Reforma Universitária só não seria "um mero retoque de fachada", desde que fosse vista como o momento do processo mais vasto, que seria a "revolução brasileira". Concluíram ainda que a revolução era entendida como "uma posição consciente de todo um povo no sentido da mudança de uma estrutura sócio política ultrapassada e injusta, por outra que fosse um passo a mais no sentido da eliminação das injustiças, das desigualdades, das explorações"; que "devia ser difundida uma consciência da realidade brasileira, a fim de se partir para uma atuação política concreta ao lado dos operários e dos camponeses pela Revolução Brasileira"[304].

[304] Relatório CENIMAR – Por que a UNE era subversiva? – Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional nº 29.096. Agosto, 1965.

Neste Seminário de Reforma Universitária realizado em 1961, a realidade brasileira apresentava aos estudantes uma crise e certo esgotamento do sistema político, além de diversas contradições provenientes de nosso processo de colonização e desenvolvimento econômico. Ali, a estudantada parecia já ter lido as palavras de Caio Prado Jr, que seriam redigidas apenas cinco anos depois, na obra Revolução Brasileira, quando o autor atribui o principal passo para o sucesso da revolução

> a tarefa [que] consiste, sobretudo na mobilização e organização da massa trabalhadora do campo a fim de ela se por em condições de efetivamente lutar pela conquista de seus direitos e reinvindicações. É a maneira única, aliás, com reais perspectivas de assegurar sua ascensão econômica e social, sair da marginalidade e integrar-se a vida social do país.[305]

Por isso àquela altura o movimento estudantil buscava unir forças numa Frente de Mobilização política muito mais ampla em parceria com o movimento operário e suas bandeiras. Por isso, muito além do debate em torno das questões essencialmente educacionais, os líderes e seus adeptos buscavam conscientizar cada vez mais jovens e suas famílias de seu papel preponderante na revolução, como afirmou o estudante de medicina, Jurandir Costa anteriormente citado. Não por acaso, em 1963 foi organizado pela UNE em Salvador o "Seminário do Mundo Subdesenvolvido. A este conclave compareceram organizações de 30 países subdesenvolvidos bem como representações de órgãos estudantis de todos os Estados da Federação. E a que conclusões chegaram? Vejamos algumas de suas resoluções:"[306]

> As lutas de libertação nacional constituem em nossa época, fator fundamental na destruição e liquidação dos sistemas colonialistas e imperialistas; por conseguinte são os fatores decisivos para a Paz Mundial. A superação da contradição entre as nações subdesenvolvidas e o colonialismo e imperialismo, só poderá efetuar-se por meio de um processo revolucionário que, terminando com as formas de domínio político e econômico, encontrem os meios de superar as contradições internas dessas nações. Nos países subdesenvolvidos, independentes politicamente, o processo de libertação nacional sofre de modo acentuado, a reação do capital estrangeiro. Este por meio de supostos organismos de auxílio (Corpos de Paz, Aliança para o Progresso, Ponto Quatro, etc), procura colocar obstáculos a luta de emancipação e estabelecer um controle mais direto sobre esses povos. Esse controle em muitos casos chega aagressão direta, por meio de uma ação repressiva que vai desde a intervenção armada (Coreia, Vietnã, Guatemala) até ameaças de guerra de destruição (bloqueio de Cuba, Venezuela). (...)
> Concluía o Seminário dos Estudantes do Mundo Subdesenvolvido, declarando:

[305]PRADO JR, Caio. A Revolução Brasileira. 7ª edição. São Paulo. Editora Brasiliense, 2000.
[306] Relatório CENIMAR – Por que a UNE era subversiva? – Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional nº 29.096. Recife-PE. 1965.

1. O dever de participação dos estudantes nas lutas populares pela libertação nacional, transformação econômico-social e conquista imediata de seus povos.
2. A participação dever-se-ia dar ao lado de operários e camponeses.[307]

Os estudantes àquela altura já observavam o caráter imperialista que programas como Aliança para o Progresso possuíam para as demais nações do mundo. O controle estadunidense já era observado através das intervenções armadas e das guerras de destruição, o que aqueles estudantes ainda não sabiam, era da estratégia contida na Operação Brother Sam de utilizar militares brasileiros para assegurar os interesses políticos e econômicos norte-americanos na região, que viria ser posta em prática em toda américa latina nos anos 1960 e 70. A luta, que tinha que ser anti-imperialista, precisava aglutinar a maior quantidade de forças para conseguir êxito, por isso deveria "se dar ao lado dos operários e camponeses". Por essa razão que a UNE e suas entidades estaduais já desde 1961 vinham levantando a bandeira da Aliança Operário-Estudantil, como possível de observar na Informação nº 211 de julho de 61, contendo uma Circular Especial destinada aos presidentes de entidades operárias, convidava-os:

> Sr Presidente,
> A UNE, entidade máxima dos estudantes universitários brasileiros, comunica a este sindicato que de 16 a 22 do corrente, no STADIUM caio Martins, em Niterói, fará realizar o seu XXIV CONGRESSO NACIONAL DOS ESTUDANTES.
> Ademais, faz questão de salientar que, tomando a iniciativa de prestigiar cada vez mais a ALIANÇA OPERÁRIO-ESTUDANTIL que se concretiza em nossa pátria, resolveu considerar TODO TRABALHADOR BRASILEIRO CONGRESSISTA HONORÁRIO no conclave em tela.
> A UNE, Sr Presidente – sentir-se-á envaidecida, portanto, com a presença de uma delegação de seu sindicato à nossa Sessão Solene de instalação- dia 16 próximo vindouro, as 20h no endereço supra.
> AVANTE COM A ALIANÇA OPERÁRIO-ESTUDANTIL;
> HERMANN BAETA- Presidente da Comissão Organizadora.
> Rio, 11 – 7 - 61[308]

Esta articulação em torno de uma Frente Ampla de mobilização e luta seria usada como estratégia mais uma vez nos primeiros anos após o golpe empresarial-militar, quando era possível observar setores da sociedade e da opinião pública posicionarem-se contra o novo regime. Os estudantes também atuariam em uma posição de vanguarda nesse sentido, sendo durante os primeiros quatro anos de ditadura a principal força política mobilizadora disponível aos militantes comunistas. Toda essa capacidade organizativa relatada pelo agente

[307] Relatório CENIMAR – Por que a UNE era subversiva? – Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional nº 29.096. Recife-PE. 1965.
[308] Informação nº 211, Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional nº 7458. Recife-PE, 1961.

governamental nos dias próximos ao golpe era realmente digna de nota. Além dos debates da reforma universitária a partir de 1961, e do Seminário dos Países Subdesenvolvidos realizado em Salvador em 1963, em janeiro de 1964,

> reuniram-se novamente os "Estudantes" em um Conselho Nacional realizado em Florianópolis. Reafirmaram sua posição de vanguarda na Revolução Brasileira e sugeriram a realização de um Congresso Operário Estudantil Camponês em Recife para debate de temas sobre a Reforma Agrária. E porque especificamente em Recife a realização de tal Congresso? São eles próprios que justificavam:
>
> a. A posição de Recife dentro do Nordeste;
> b. *A conscientização já existente em Pernambuco*;
> c. O Nordeste representava ponto crucial das condições sócio-econômicas; e
> d. Em Pernambuco existia um governo popular (M. Arraes).
>
> Nos meses que antecederam a revolução o meio estudantil liderado pelos agentes a soldo de Moscou, estava mais do que nunca agitado. Sacudido pela Tríplice Aliança UNE – CGT – FPM (vide Frente de Mobilização Popular), o nosso país caminhava a passos largos para o caos.
>
> As greves se sucediam, provocando o afundamento do país numa crise econômica de difícil solução; as forças armadas que ainda representavam as reservas morais desta nação viram-se abaladas em sua hierarquia e disciplina. E no entanto os "Estudantes continuavam a bater-se por seus direitos".[309]

Mais uma vez, as condições sociais, econômicas e políticas da cidade do Recife que favoreciam a conscientização e a participação política, a existência de um governo popular, o protagonismo de lideranças comunistas inseridos na administração Arraes e as características do nacional-popular existentes na práxis política pernambucana, eram postas em evidência. São fatores que beneficiavam a formação da atmosfera presente às vésperas do movimento golpista. Os argumentos contidos no Relatório produzido pelo CENIMAR seriam utilizados pelo novo regime para tornar a UNE um órgão extinto e ilegal e seus principais líderes, "indivíduos"[310] perseguidos e vigiados. O órgão de inteligência da Marinha também reuniria informações acerca do I Congresso da UNE realizado no período de ditadura empresarial-militar,

> o que se vê atualmente são políticos com ambições de poder clamarem por volta de "liberdades estudantis".
>
> Estudantes novamente se reúnem em Congresso fazendo relembrar melancolicamente reuniões da extinta UNE. E nota-se que são os mesmos antigos

[309] Relatório CENIMAR – Por que a UNE era subversiva? – Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional nº 29.096. Recife-PE. 1965.

[310] Nomenclatura policialesca utilizada nos inquéritos para descrever os estudantes, seus líderes ou respectivos colegas de agremiação formada com palavras depreciativas como "indivíduo", "elemento" ou "agitador". Muitas vezes os inquéritos possuíam informações de algum objeto agravante encontrado com o militante que aumentasse seu grau de periculosidade à segurança nacional como, por exemplo, um punhado de panfletos, cartazes, jornais ou qualquer outro material "subversivo".

> agitadores agindo por trás dos bastidores e mesmo liderando as reuniões. Quando alguns desses "falsos estudantes" são detidos por conclusões de inquéritos, logo se levanta vozes da imprensa tendenciosa que publica horrorizada tamanho abuso de poder contra os "pobres" estudantes cuja a maior ambição é a liberdade de poder estudar em paz. Criam-se então constrangimentos de difícil superação.
> É necessária que se tenha bem viva na memória a atuação do extinto órgão estudantil. É necessário que os estudantes tenham realmente liberdade, mas liberdade de poder estudar em paz de ampliar seus conhecimentos sem se preocupar com problemas que não são seus. É necessário afastar de seu convívio aqueles que por tanto tempo agitaram preocupados em cumprir diretrizes externas e inclusive tirando os estudantes de bons propósitos que são inegavelmente a maioria, condições para exercerem corretamente a nobre missão em que estão empenhados.[311]

O agente critica veementemente os políticos e a opinião pública por apoiarem as demandas estudantis e curiosamente, denomina de "imprensa tendenciosa" aquela que fica ao lado dos estudantes, apoiando suas causas e, para ele, alimentando "constrangimentos de difícil superação". Outra vez as forças do governo exortam os estudantes a "ampliar seus conhecimentos sem se preocupar com problemas que não são seus", na tentativa de fazê-los engajarem-se apenas nas questões que dizem respeito à educação ou ao ensino e esquecerem a obscura situação política vivida no país.A liberdade vigiada que deseja o agente é a liberdade de estudar calado, "ampliar seus conhecimentos sem se preocupar" com nada do que acontece em sua volta.

Após esse período de adaptação do movimento estudantil ao novo momento vivido na nação, nos anos de 1966 e 1967 o que se segue é uma relação de força que vai ficando cada vez mais hostil, até o desencadeamento de movimentos armados por todo o país. Não são poucos os Informes no Arquivo Dops com título "relação de estudantes presos", e as matérias de jornais contendo tumultos e agitações ocorridas em passeatas ou comícios. É possível observar já nos meses finais de 1965, diversas referências nos jornais de agosto a dezembro daquele ano, contendo "Editais de Intimação[312]" do Inquérito Policial Militar – IPM – denominado UNE-UBES-UEP convocando diversos ativistas da cena estudantil pernambucana a prestarem depoimentos acerca de sua atuação nos últimos anos. Essa atmosfera ainda se apresentará mais quente, ao longo de todo o ano seguinte.

Uma prova desse esquentamento foi possível observar já em maio de 1966, quando o Interventor da Residência Estudantil do Recife – R.E.R. – Flávio M. Baracho baixa a Portaria

[311]Relatório CENIMAR – Congresso da extinta UNE 1965. – Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional nº 7458. Recife-PE. 1965.
[312] Jornal do Commercio 17 de setembro de 1965. Edital de Intimação IPM UNE-UBES-UEP. Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional nº 29 096. 1965.
Ou Diário de Pernambuco 01 de setembro de 1965 e Diário da Noite 23 de agosto de 1965. Edital de Intimação.

006, na qual, no uso de suas atribuições, resolve declarar que quatorze de seus residentes a partir daquela data perderiam automaticamente seus direitos na R.E.R. provocando revoltas e tumultos. Pelo artigo 32 do regimento interno da R.E.R., os listados no documento teriam 03 dias para se afastarem da casa, porém a reação dos estudantesparece ter ocorrido imediatamente, visto que a Presidente do Conselho Supervisor da Residência Estudantil do Recife, Carmem Celso relatava estar

> com dificuldades de manter a disciplina no referido Núcleo Residencial, em virtude de seu Interventor Flávio M. Baracho, haver baixado à Portaria nº 006, de 18 do corrente mês, na qual perderam automaticamente os direitos sociais da Residência Estudantil do Recife, os sócios constantes da aludida portaria anexada ao presente, e, como os mesmo já agrediram ao Diretor da referida casa, Josualdo Barbosa, e diversos sócios, vem mui respeitosamente solicitar a V.Sa. se digne mandar garantir a integridade física e moral da requerente e dos demais residentes que se opuseram ao movimento debelado contra o regimento interno desta residência. Nestes termos, peço deferimento.[313]

Este comunicado escrito por Carmem foi redigido no mesmo dia da publicação da Portaria, ela relata que até ali, os "sócios constantes da aludida portaria (...) já agrediram o Diretor da referida casa", Flávio M. Baracho, além de atacar também Josualdo Barbosa e diversos outros sócios. O clima era de tamanha agitação que foi necessário que Carmem pedisse ajuda às autoridades para manter a ordem na residência. Àquela altura, o regime apresentaria a cada mês um pouco mais de sua face autoritária.

Uma grande manifestação estudantil ocorreu no Recife em 23 de setembro de 1966. Um Informe[314] da Delegacia Auxiliar traz uma relação de estudantes presos "por motivo de agitação" nesta data contendo nome, endereço, idade e profissão de 22 pessoas. Desses, 10 eram estudantes universitários, sete eram secundários e cinco eram trabalhadores, sendo três bancários, um funcionário público da Prefeitura do Recife e um lavador de carros autônomo. O Diário de Pernambuco daquela data trazia na capa o irônico título "Oposição apreensiva teme que crise estudantil leve país a uma ditadura"[315], como se o aparato repressivo do regime empresarial-militar e toda sua estrutura burocrática ainda não tivesse sido montado e era ainda de responsabilidade dos estudantes a sua "possível" implementação. No jornal, Deputados

[313] Portaria 006 da Residência Estudantil do Recife. Inquéritos Estudantis. Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional nº 29.096. Recife-PE, 1966.
[314] Informe Delegacia Auxiliar – Relação de Estudantes Presos em 23.9.66 – Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional nº 29.096. Recife-PE, 1966.
[315] DP. 23 de agosto de 1966. Acervo online. Acessado em junho 2016.

governistas afirmavam não ser “ainda” o momento de se declarar “estado de sítio”, umafala reacionária que claramente visava conferir solidez ao discurso continuísta.

A edição trazia o debate havido no Congresso e a repercussão das agitações estudantis ocorridas em todo o Brasil naquele ano. O líder do governo militar, Raimundo Padilha tecia duras críticas às manifestações exaltando a presença de “agitadores profissionais infiltrados” influenciando estudantes para “execução de projetos aprovados pela Conferência Tri-Continental de Havana, pois a motivação inicial de protesto – a cobrança de anuidades – foi substituída por ‘slogans’ tipicamente esquerdistas”. O Deputado Armando Falcão, também da base governista endurecia o discurso em sua declaração, e em tom de advertência dirigia-se aos líderes do movimento estudantil e à ‘frente ampla’, afirmando “que é conveniente não desafiar a revolução, que está deliberada a marchar para frente e por cima de qualquer obstáculo”. Disse que “o movimento estudantil é disfarce de uma manobra comunista, que se desdobra por toda a América Latina”, e também citava a resolução da Conferência Tri-Continental de Havana. Já o Deputado João Herculino, da oposição, declarava que a subversão que existia era de cima para baixo, e se manifestava no próprio governo golpista, na tentativa frustrada de calar “as vozes dos estudantes brasileiros, transformando suas manifestações pacíficas e democráticas em espancamentos, massacres e agitação nas praças públicas do país. Assim atinge o governo o seu objetivo que é criar climas propícios aos propósitos continuístas.” Uma estratégia comumente usada pelo regime empresarial-militar ao longo dos anos, o discurso de ordem e defesa da segurança nacional.

Uma das facetas do debate em torno do movimento estudantil nas instâncias políticas nacionais estava,de um lado, na defesa da existência de um plano internacional que visava utilizar os estudantes para provocarem o clima de desordem social e, de outro, a defesa de um movimento estudantil nacional autêntico, com dinâmica própria e desejoso por maiores liberdades democráticas e condições de atuação política. Isso fica evidente quando analisamos a fala do deputado de oposição João Herculino, já citado, na matéria do Diário de Pernambuco, quando diante da gravidade da situação, ele acentuava que

> O Congresso deve ficar alerta contra as maquinações do chefe de Governo, que procura, dentro de suas possibilidades, anular o esforço até aqui empreendido para redemocratizar o país. Todos devemos estaratentos para o esforço que faz o Governo, inclusive mandando transmitir, através de uma cadeia de rádio, comandada pela Agência Nacional, o discurso de Raimundo Padilha, no qual tentou deformar a atitude da mocidade brasileira, que neste instante exerce, ou procura exercer, o direito de lutar para que o Brasil retome os caminhos da Democracia. *É falso querer atribuir a atitude da juventude brasileira a inspiração alienígena, seja ela qual for*. Nossos moços lutam hoje, como lutaram ontem, os homens de hoje,

> para que o país ficasse livre do Governo de exceção, em que se transformou o movimento de primeiro de abril, e a prova da deformação do ideal com que muitos se engajaram na chamada Revolução está na fuga, hoje, de eminentes homens da vida pública. Por meio desta tribuna passaram homens como Oscar Correa, Raul Pila e João Mendes, dizendo do seu desencanto com o atual Governo. Não era isso que aí está, disseram todos eles, um a um afastando-se da vida pública, num protesto significativo.[316]

O Deputado do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) era enfático em criticar a estratégia continuísta do regime ditatorial inclusive citando exemplos de pessoas que pularam do barco governista por não compactuarem com o novo sistema político e econômico posto em voga. Aliás, o deputado afirmava ainda que os anseios dos estudantes estavam em respirar ares de democracia e o alvo de suas manifestações era exatamente este novo regime político. Segundo ele, não era preciso olhar nenhum plano maquiavélico internacional de ocasionar distúrbios na América Latina, para ver que os tumultos eram causados pelo aparato repressor do regime, que "transformavasuas manifestações pacíficas e democráticas em espancamentos, massacres e agitação nas praças públicas do país" e não pela estudantada.

Na página três do Primeiro Caderno, aquela edição do Diário de Pernambuco traria um pouco da questão política e estudantil em âmbito local e trazia em seu título "Estudantes em passeata de protesto contra a política do governo"[317]. A matéria informava que os militantes haviam marcado para as 17h30 daquela sexta-feira uma concentração em frente a Faculdade de Direito do Recife durante a qual falariam"vários oradores, seguida de passeata pelas principais ruas da cidade, numa manifestação de protesto contra a política estudantil do governo federal e solidariedade aos colegas do sul, presos quando participavam de iniciativas semelhantes"[318]. A manifestação também seria em protesto contra a manutenção na prisão do estudante Aécio, ex-presidente do Diretório Acadêmico da Escola de Engenharia da Universidade Federal de Pernambuco, que segundo os estudantes "pela proximidade é o fato que mais de perto lhes toca[va]". A matéria deixava exposto o motivo principal da manifestação "contra os quais os pernambucanos se pronunciarão, encontra-se a recente criação de anuidades para as escolas superiores". As lideranças estudantis também entraram em contato com a reportagem do Diário e informaram que o movimento tinha um caráter absolutamente pacífico e democrático, representando "a necessidade que tem a juventude estudantil de participar do diálogo com os seus líderes e ao mesmo tempo exprimir seus

[316] DP. 23 de agosto de 1966. Acervo online. Acessado em junho 2016.
[317] DP. 23 de setembro de 1966. Hemeroteca da Biblioteca Nacional. Acervo online. Acessado em junho 2016.
[318] DP. 23 de setembro de 1966. Hemeroteca da Biblioteca Nacional. Acervo online. Acessado em junho 2016.

pontos de vista e posições, quanto à política governamental e no que lhes diz respeito, tudo dentro do mais amplo espírito democrático"[319].

Em preparação para aquela manifestação da sexta-feira, 23 de setembro de 1966, os secundaristas, convidados a participarem da passeata realizam na noite da quinta-feira uma concentração no pátio interno do Colégio Eucarístico, que contou com a presença de cerca de mil estudantes. Esta abertura de espaços católicos para realização de eventos políticos seria característica cada vez mais comum a partir de 1966, quando nacionalmente diversos setores da Igreja estariam engajados nas articulações da AP. Naquele dia inicialmente, "falou um aluno do Colégio Estadual que manifestou a solidariedade dos estudantes pernambucanos aos colegas do sul do país, e conclamou a classe a unir-se em torno da defesa dos direitos democráticos."[320] Logo em seguida o estudante Paulo Pontes, já citado em nosso trabalho, "disse que a juventude não se acomoda às situações nem teme as baionetas"[321]. O Estudante Francisco Ferreira, "do Colégio Técnico Agamenom (...) criticou a atitude do governo, que disse 'anti-povo' e 'anti-nacional', pois deixa que outros países explorem as nossas riquezas". Francisco afirmaria ainda "que o sangue dos estudantes derramado no dia 31 de março, aqui, no Recife, será vingado"[322]. Uma declaração dura e veemente para ser publicada em um jornal de tamanha envergadura como o Diário de Pernambuco. Um aluno da Faculdade de Medicina, sem nome citado, faz incisivo protesto contra a prisão do estudante de engenharia Aécio Gomes de Matos, "e exaltou a união dos estudantes em favor da luta contra as ditaduras de direita." Com a reunião daquela multidão de jovens e adolescentes secundaristas às vésperas de uma grande manifestação agendada para o dia seguinte, grandes contingentes policiais foram deslocados para o local,

> em dado instante, houve uma movimentação da cavalaria postada na rua, tendo o fato gerado um princípio de correria entre os manifestantes, que, logo, voltaram aos seus lugares. O nome de D Hélder Câmara foi lembrado por um orador que disse também que 'já é tempo de acabar com a pilheira (sic) de chamar subversivos aos estudantes que vão à praça pública, em defesa dos seus direitos. O jovem Eduardo Collier, do Colégio Nóbrega, condenou o medo e o comodismo, citando um poema de Evtuchenko. Encerrada a manifestação, notava-se que havia forte contingente policial em frente ao Colégio e nas proximidades da praça (...). No local havia um destacamento da cavalaria.[323]

[319] DP. 23 de setembro de 1966. Hemeroteca da Biblioteca Nacional. Acervo online. Acessado em junho 2016.
[320] DP. 23 de setembro de 1966. Hemeroteca da Biblioteca Nacional. Acervo online. Acessado em junho 2016.
[321] DP. 23 de setembro de 1966. Hemeroteca da Biblioteca Nacional. Acervo online. Acessado em junho 2016.
[322] DP. 23 de setembro de 1966. Hemeroteca da Biblioteca Nacional. Acervo online. Acessado em junho 2016.
[323] DP. 23 de setembro de 1966. Hemeroteca da Biblioteca Nacional. Acervo online. Acessado em junho 2016.

Todo o detalhamento do encontro estava no primeiro caderno do Diário de Pernambuco. A edição traz falas das lideranças estudantis, pauta de reinvindicações e imagens da Assembleia ocorrida no Colégio Eucarístico. Após aquela concentração, ocorreria no dia seguinte a passeata previamente agendada. Na edição do dia posterior ao ocorrido, sábado 24 de setembro a manchete de primeira capa do Diário de Pernambuco evidencia "Incidentes provocados por estudantes tumultuam cidade e saem dois feridos". Aqui um título redigido da forma como naturalmente a grande imprensa brasileira fazia no regime ditatorial, posicionando os tumultos e os incidentes como sendo 'provocados por estudantes'. A manchete é redigida de uma maneira que dá a entender, inclusive, que os dois feridos pelo tumulto são de culpa e responsabilidade dos militantes.

Os acontecimentos daquela sexta-feira provocariam muitas repercussões por toda a cidade. Aquela manifestação teria ainda seminarista jogando bolas de gude na Polícia, um lavador de carros filiado ao Partido Comunista e estudante sendo preso armado após agredir um policial. Prisões e pancadaria, uma ex-miss Pernambuco criticando a polícia, estudantes ocupando o salão de uma igreja e tocando o seu sino, pedindo socorro e um deles, desesperado, se jogando do primeiro andar. Aquela seria realmente uma sexta-feira de muitas polêmicas.

Após a concentração na região central os milhares de manifestantes mantiveram-se firmes em seguir a passeata em protesto contra a cobrança de anuidades nas universidades e contra a prisão de estudantes do sul do país e do estudante da Escola de Engenharia Aécio Matos, envolvido num IPM. Isso "resultou em ficar tumultuada a vida da cidade – que teve ruas isoladas e tráfego congestionado desde o meio dia, - em uma série de incidentes entre manifestantes e polícia".[324]Após ser frustrada pela polícia, a passeata seguiu para Avenida Guararapes na tentativa de prosseguir a caminhada, mas teve seus planos, mais uma vezmalogrado pelas forças policiais que empreendia forte investida contra os estudantes. A partir dali, vejamos a maneira singular como o Diário de Pernambuco descreveu os acontecimentos da inquietação nas ruas da cidade.Segundo o jornal, a manifestação

> resultouna invasão por aqueles da Matriz de Santo Antônio, e em ferimentos em algumas pessoas, uma das quais, um seminarista, atirava bolas de gude contra os policiais, para obstar-lhes a ação repressiva. (...) centenas de estudantes invadiram a citada igreja, agrediram o sacristão, desrespeitaram o vigário, monsenhor Severino Nogueira (que lhes pedia em nome do Santíssimo, cessassem com a violenta manifestação no interior do templo), rebentaram castiçais e pratos porta-velas, e profanamente fizeram replicar o sino, durante muitos minutos. A agitação ali,

[324] DP. 24 de setembro de 1966. Hemeroteca da Biblioteca Nacional. Acervo online. Acessado em junho 2016.

> somente findou quando a polícia, solicitada pelo próprio pároco, entrou na igreja e retirou os invasores, contra alguns dos quais teve que agir violentamente, ante a sua firmeza em permanecer onde estavam.[325]

Mesmo o jornal afirmando que os estudantes invadiram a Igreja Matriz, é no mínimo irônico termos justamente um seminarista católico atirando bolas de gude na força policial e saindo ferido do incidente. Ora, talvez ali os invasores a serem repelidos pelos seminaristas devessem ser exatamente os policiais. Mas a matéria faz questão de afirmar que o pároco da igreja rogava ao Santíssimo que parassem com "a violenta manifestação", reforçando o discurso de culpabilidade e justificação das medidas violentas de repressão e que posteriormente havia chamado a polícia a intervir. A descrição dos acontecimentos dentro do templo remete ao leitor imaginar uma situação de total e desmedida baderna, ou como se não houvesse nenhum propósito naquela manifestação. A primeira página daquela edição trazia várias imagens dos incidentes ocorridos no interior da Igreja. Além de um pequeno texto intitulado "Invasores foram a Dom Hélder acusar vigário", uma vez que o padre após o fim da manifestação foi reunir-se com o arcebispo de Recife e Olinda, cerca de 60 estudantes que participaram do evento na Igreja de Santo Antonio também visitaram seu gabinete no Palácio dos Manguinhos.

Segundo a matéria, os militantes acomodaram-se como puderam para ouvir os "detalhes dos assuntos tratados momentos antes pelo Arcebispo em reunião secreta com o pároco de Santo Antônio. Um padre de nome Luiz Carlos, exaltado, interferiu no debate com os estudantes, asseverando também, que o padre Nogueira faltara com a verdade", e acusava-o de consentir que a polícia subisse a torre da igreja para prender os estudantes que ali foram tocar o sino ou se refugiar. Disse o padre Luiz Carlos "ter testemunhado a descida de dois ou três estudantes escoltados da torre por soldados da Polícia Militar"[326]. Dom Hélder, então, considerou que a atitude do vigário não fora muito sensata por haver contribuído para expor os estudantes a constrangimentos e mesmo à violência.

A matéria trazia o detalhamento dos incidentes daquela sexta-feira com maiores informações em várias páginas de seu primeiro caderno, mostrando que em 1966 a grande mídia ainda que com um discurso conservador, há que se ressaltar a relevância de trazer à cena essas pautas, o que possibilitava que outros pudessem ver e sensibilizar-se a favor da

[325] DP. 24 de setembro de 1966. Hemeroteca da Biblioteca Nacional. Acervo online. Acessado em junho 2016.
[326] DP. 24 de setembro de 1966. Hemeroteca da Biblioteca Nacional. Acervo online. Acessado em junho 2016.

mesma, ou contra ela.A matéria detalhava a assembleia ocorrida no dia anterior e comentava acerca de alguns antecedentes da manifestação, e explicava que "quando os estudantes se aproximaram da Praça da Independência, em dois grupos, um deles, deslocando-se pela Av. Guararapes e o outro pela Rua Nova, o policiais entraram em ação, tentando dispersá-los. Os manifestantes procuraram refúgio na matriz de Santo Antônio"[327]. O templo foi, então, completamente cercado pelas tropas da PMP. Neste momento ouviu-se o repicar de um dos sinos da matriz. Um estudante ou grupo deles havia ido até o campanário, fazendo o sino soar. Talvez, na tentativa de chamar atenção dos populares ou da mídia, já que a Praça da Independência é também sede do Dário de Pernambuco, possivelmente os estudantes estavam no intuito de pedir ajuda. Enquanto isto, reunidos na nave principal, outros manifestantes tentavam organizar uma assembleia, tendo um deles, inclusive, tomado a palavra. Foi quando chegou o secretário de segurança Pública, tenente coronel Gabriel de Aguiar, que ordenou aos policiais que "evacuassem a igreja usando de energia, porém sem violências a não ser que houvesse resistência". Uma ordem irônica e contraditória, pois era quase certo que os estudantes se recusassem a serem retirados da Igreja, pois sabiam que seriam no mínimo espancados e presos. Os soldados, então, cumpriram a ordem recebida, e o jornal justifica a violência repressiva utilizada pelos policiais defendendo que

> alguns estudantes, entretanto, não quiseram deixar o templo, permanecendo parados, logo os ânimos se exaltaram e começaram as violências e o espancamento de alguns. (...)Armadoscom cacetes de madeira, os agentes da polícia evacuaram o prédio à força. Houve, então, correrias e um início de pânico entre os que passavam nas proximidades. Do lado de fora. Os policiais dispersavam os que se encontravam nas imediações da igreja, usando táticas de combate a manifestações de rua.[328]

A matéria concedia tamanho destaque para a violência policial, que além dos relatos e das imagens, a página concede considerável espaço a uma nota com título "Ex-miss PE viu tudo e protestou", na qual a aluna do 3º ano da Faculdade de Direito do Recife, Alda Maria Simonetti Maia, que foi Miss Pernambuco em 1965, presente na Praça da Independência em companhia de vários colegas participando da passeata, logo após a intervenção direta da polícia "prudentemente procurou, com uma companheira de faculdade, o abrigo do Diário de Pernambuco. Da sacada do segundo andar do prédio deste jornal, as duas estudantes viram

[327] DP. 24 de setembro de 1966. Hemeroteca da Biblioteca Nacional. Acervo online. Acessado em junho 2016.
[328] DP. 24 de setembro de 1966. Primeiro Caderno pág. 3. Hemeroteca da Biblioteca Nacional. Acervo online. Acessado em junho 2016.

tudo. (...) e disseram à reportagem que exprimisse o seu protesto contra a ação policial"[329], inclusive frisando que os estudantes que subiram a torre o fizeram para "badalar o sino, em sinal de protesto pelo que consideravam violência policial"[330].

Essa violência também fica exemplificada quando a matéria destaca que ao "início da ação policial, grande parte dos estudantes tentou abandonar o prédio, às pressas, enquanto outros, encurralados pelos soldados, entoavam o hino nacional, e alguns começavam a rezar em voz alta", uma prática também comum entre a comunidade estudantil, para buscar proteção diante das ações policialescas. Após a repressão, diversos estudantes foram detidos. Segundo matéria da página sete do primeiro caderno daquela edição do Diário de Pernambuco de 24 de setembro a "Vigilância policial começou cedo: 52 manifestantes detidos em duas horas", uma nota na matéria traz uma longa lista com mais de vinte nomes. Dentre os que permaneceram presos, o curioso é que aquele 'lavador de carros' presente no inquérito policial aqui já citado constando o nome de pessoas presas em 23 de setembro com nome de Ivan Gomes da Silva, édescrito no jornal como alguém que "encontrava-se promovendo agitação no início da Rua Nova e contra ele pesa[va] a acusação de ser integrante do Partido Comunista, sendo ainda fichado na Delegacia de Segurança Social por haver assinado manifesto pedindo a legalização do Partido Comunista, no Brasil"[331].

Inusitado foi o incidente ocorrido com o estudante José Maria de Carvalho, de 24 anos, morador da Casa do Estudante. O Universitário participava da "operação bola de gude e apavorado com o cerco militar feito em torno da matriz de Santo Antônio, em cuja nave principal foram procurar proteção dezenas deles, jogou-se do alto de uma das janelas do mencionado templo ao solo sofrendo contusão craniana e escoriações". Um retrato fiel da desesperadora sensação de angústia e horror, provocada pela violência das ações policiais. Outro ferido nas manifestações foi também o estudante e seminarista já citado, que jogava bolinhas de gude sobre a cavalaria e as forças policiais.Não parece ser uma luta justa um confronto entre um agente fortemente armado e treinado e seu oponente portar bolas de gude. Ele (provavelmente após a violência da polícia) "foi apresentado no HPS e apresentava contusões e escoriações generalizadas, sendo removido para a SSP, logo depois de submeter-se aos tratamentos necessários, e entregue às autoridades daquele Departamento para os

[329] DP. 24 de setembro de 1966. Primeiro Caderno pág. 3. Hemeroteca da Biblioteca Nacional. Acervo online. Acessado em junho 2016.
[330] DP. 24 de setembro de 1966. Primeiro Caderno pág. 7. Hemeroteca da Biblioteca Nacional. Acervo online. Acessado em junho 2016.
[331] DP. 24 de setembro de 1966. Hemeroteca da Biblioteca Nacional. Acervo online. Acessado em junho 2016.

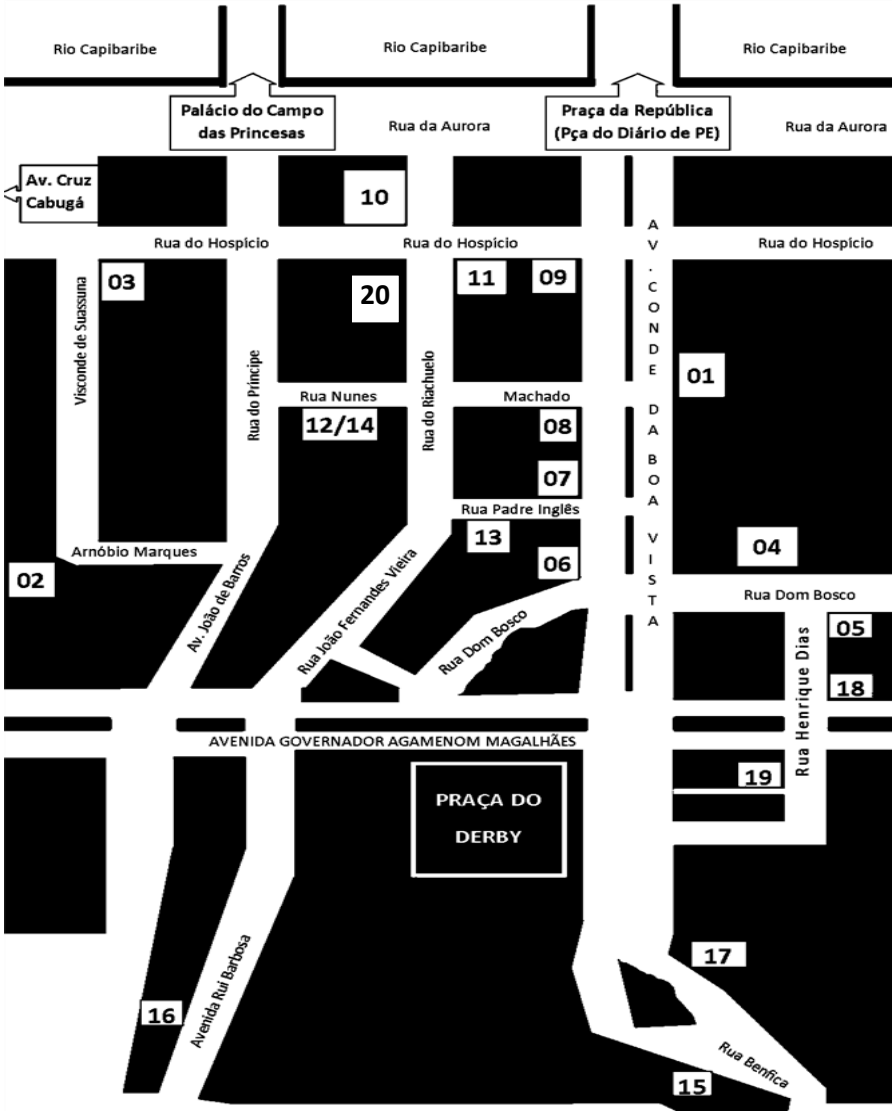
devidos fins", em outras palavras, após "contusões e escoriações generalizadas" o jovem seria ainda arbitrariamente preso e violentamente interrogado. Mesmo diante da escalada repressiva em todo o país, aliada a toda a truculência utilizada pelos agentes do Estado naquela malfadada operação, a Polícia não consegue cessar os focos de manifestações da infensa tradição jacobina da política pernambucana, e depois de todo o alvoroço nas ruas do centro da cidade, por volta das 20h30 um vasto grupo de mais cem estudantes concentra-se na Universidade Católica, na rua do Príncipe e realizam comício-relâmpago por pouco mais de dez minutos.

Os incidentes daquela sexta-feira eram um breve prenúncio da obscura alvorada que se apresentava no horizonte da práxis política estudantil. A partir de 1967, o regime empresarial-militar assumiria seu desvio a direita de forma cada vez mais evidente num exercício constante de ampliação de seus mecanismos de violência e informação. Um esquentamento de forças políticas, econômicas e sociais sem precedentes na história até então, com consequências graves não apenas ao projeto político dos movimentos sociais, mas a toda a nação.

4 Ponto de ebulição: o aquecimento das forças e suas dinâmicas. Os anos de 1967-1968

“”na madrugada serena e fria, deixavam sua terra e sumiam
Na esperança de uma volta, um dia...
Dentro de cada um a muda calma fingia, a dor, a mágoa, a revolta sentiam
Calando no coração seus ideais, sua rebeldia”[332]

Diante das agitações constantes ocorridas no ano de 1968, desenvolvemos um croqui que facilitará ao leitor elaborar as representações do que realmente aconteceu e melhor compreender os relatos constantes neste trabalho.



Legenda:

1. Faculdade de Filosofia
2. Ciências Médicas
3. Odontologia (UPE)
4. Geologia
5. Enfermagem
6. Administração (UPE)
7. Serviço Social
8. Arquitetura
9. Economia
10. Direito
11. Administração(UFPE)
12. Filosofia
13. Seminário de Teologia
14. Ciências Políticas
15. Belas Artes
16. Biblioteconomia
17. Escola Politécnica
18. Odontologia (UFPE)
19. Casa do Estudante
20. Escola de Engenharia

Figura 2 – Mapa visual do Centro do Recife – Nele estão localizadas todas as Escolas Superiores presentes na região, demonstrando como seus endereços facilitavam a articulação e mobilização de manifestações como passeatas, comícios e panfletagens. Muito próximas, inclusive, dos edifícios públicos como a sede das instâncias de segurança e dos governos municipal e estadual. Por isso o regime procurou unificar as escolas num único campi universitário no bairro da Várzea, mais longe da região central e da grande circulação de pessoas dali.

[332] O exílio - Moldávia Aguiar Cavalcanti. Poema escrito em maio de 1964 pela professora e poetiza irmã de Ivan da Rocha Aguiar, fuzilado em 01º de abril de 1964 em passeata no Recife-PE e filha de Severino Aguiar Pereira, membro do PCB desde 1927.

4.1 O acirramento das forças. Um olhar sob a radicalização política. 1967: o cerco está montado

Devido às intensas mobilizações realizadas até 1966, no início do ano de 1967 o governo ditatorial edita e sanciona a Lei 5250 em 09 de fevereiro daquele ano. Esta lei em seu artigo 8º, obriga os jornais e demais publicações periódicas a inscrição no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, sob pena de serem consideradas clandestinas, conforme artigo 11 da mesma lei. Um dispositivo para tentar inibir a existência dos jornais estudantis e sindicais que tanto denunciavam as mazelas e arbitrariedades do novo regime ditatorial. Ainda assim, o ano de 1967 seria marcado por uma maior intervenção estatal na Universidade e pela tensão nas relações políticas, econômicas e sociais que levariam a protestos cada vez mais veementes contra as ações repressivas do governo ante o obscurecimento das ações governamentais. Exemplo disso corporifica-se na formulação do Decreto-Lei 228[333], sancionado em 28 de fevereiro daquele ano que ficou também conhecido como Lei Moniz de Aragão, que reformulava a organização e modos de representação estudantil.

A Lei garantia aos estudantes a sua representação através dos Diretórios Acadêmicos e Diretórios Centrais, desde que subordinados às "respectivas autoridades do estabelecimento de ensino ou da Universidade". Seu artigo 5º tornava o voto para eleições diretorianas obrigatório, embora secreto, o que assegurava maior número de sufrágios disponíveis para os candidatos pró-governo, uma vez que com o voto opcional, iriam às urnas prioritariamente àqueles que o faziam por vontade própria ou por ideologia. Além disso, o decreto tornava mais rígido o registro de chapas, delimitando a elegibilidade apenas ao "estudante regularmente matriculado em série ou em disciplinas pelo regime de créditos, não repetente ou dependente" na intenção de evitar a participação de "elementos estranhos" ao respectivo curso no processo eleitoral; a chapa constando maior número de votos seria proclamada a vencedora. O mesmo não ocorrendo para os Diretórios Centrais de Estudantes (DCE's), que segundo o artigo 7º da Lei seria eleito "por voto indireto através do colegiado formado por delegados dos DAs na norma por que dispuser o Estatuto da Universidade". O artigo 8º, logo em sequência determinava que o mandato dos membros dos DA'seram de 01 ano sem direito a reeleição para os mesmo cargos, promovendo anualmente a oxigenação das posições de liderança das entidades de representação, além de não isentar "o estudante do cumprimento dos seus deveres escolares, inclusive da exigência da frequência", numa clara tentativa de

[333] Congresso Nacional. Decreto-Lei nº 228, Fevereiro de 1967.

evitar a existência de alunos exclusivamente ativistas estudantis, mas garantindo que fossem genuinamente estudante do curso e por conseguinte, militante.

É digno de nota e comentário, sem dúvidas, o artigo 11º daquele decreto, no qual constava ser vedada às entidades estudantis qualquer ação, manifestação "ou propaganda de caráter político-partidário, racial ou religioso, bem como incitar, promover ou apoiar ausências coletivas aos trabalhos escolares.(...) PARÁGRAFO ÚNICO – A inobservância deste artigo acarretará a suspensão ou a dissolução do DA ou DCE". Um artigo que deixava muito claro os limites da atuação estudantil vislumbrado pela ditadura empresarial-militar. Era proibido por lei às entidades qualquer ação política, bem como incentivar "ausências coletivas", leia-se, promover greves.

No artigo seguinte, o decreto instituía a direção do estabelecimento de ensino ou as reitorias, como responsável pela fiscalização e implementação do Decreto nas Universidades. Em outras palavras, seriam eles agora olhos e ouvidos do sistema repressor da ditadura empresarial-militar na Universidade, sob risco de incorrer "em falta grave se, por ação, tolerância ou omissão, [se] não tornar efetivo o cumprimento deste decreto-lei". Por fim, em seu último artigo, a Lei publicava que entrava "em vigor na data de sua publicação, revogando a Lei nº4464, de 9 de novembro de 1964". Sendo ela agora o principal dispositivo legal para julgar e punir os militantes estudantis que persistiam em guardar posição de vanguarda dos princípios democráticos e pelas liberdades políticas, mesmo diante das ações cada vez mais obscuras do regime ditatorial, e não mais a Lei Suplicy.

No mesmo dia de publicação daquela Lei, o Jornal do Brasil[334] anunciava manchete com título "estudantes anunciam realização dos congressos proibidos". Ao início de cada ano era comum que membros das delegações de cada Estado se reunissem para debater acerca dos pontos que deveriam compor a pauta do congresso anual, normalmente realizado em meados de julho. Aquela matéria afirmava que dois diretores da Associação Metropolitana dos Estudantes Secundários (AMES) asseguravam que "as delegações dos Estados já [estavam] no Rio, tendo burlado a vigilância policial, e anunciaram ontem que será instalado hoje, acompanhado de manifestações de rua e comícios-relâmpagos, o XIX Congresso da UBES-AMES". A informação coincidia com a divulgação de uma nota oficial "pelas extintas UNE, UME, DCE-Livre e DCE da UEG, ter-se encerrado às 17 horas de ontem, o I Seminário sobre

[334] Jornal do Brasil 28 de fevereiro de 1967. Info 583-D.Prontuário Funcional nº 1332. Arquivo DOPS. APEJE, 1967.

a Reforma Universitária, tendo-se organizado duas comissões para estudar O imperialismo Americano e As Reflexões do Imperialismo Americano no Ensino".

Enquanto os estudantes universitários organizavam grupos de trabalho para levantar temáticas que provavelmente estariam mais tarde como Teses em seu Congresso, como o combate ao "imperialismo americano no ensino" expressado nos acordos MEC-USAID, os secundaristas realizavam seu XIX encontro nacional, em algum lugar da Guanabara. A já citada matéria[335] do Jornal do Brasil trazia a palavra do próprio vice-presidente da AMES adiantando que "as delegações da Paraíba, Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, Ceará, Minas Gerais, São Paulo, Bahia, Espírito Santo e Pernambuco já chegaram ao Rio e participarão do Congresso AMES-UBES, para o qual tudo já está pronto". Questionado sobre uma provável represália, diante do atual nível de acirramento entre polícia e militantes, o jovem afirma que "as prisões até fortaleceram o movimento". Esta é uma característica inclusive, que aqui merece ser ressaltada do movimento estudantil, a capacidade de se reinventar. Das manifestações contra polícia de Cid Sampaio à Paulo Guerra, muitas foram as maneiras encontradas de driblar todos os obstáculos impostos por uma ampla estrutura burocrática de poder, muito fortemente armada e treinada.

Para aquele encontro realizar-se no sudeste brasileiro, os estudantes diante de todo recrudescimento que o regime vinha apresentando até o momento, com os discursos continuístas de defesa da Segurança Nacional e da tese do fantasma comunista e escalada da repressiva policial, precisavam, mais uma vez, reinventar-se, e algumas estratégias foram adotadas para a realização do conclave.Primeiro, para chegar até a localização do Congresso, os delegados abandonaram os ônibus em que viajavam e, "antes de atingir o Estado da Guanabara, pediram carona a carros particulares, atravessando o cerco policial"[336]. A vasta estrutura montada para tentar interceptar os estudantes nas estradas, inclusive, era exaltada na matéria do Jornal do Commercio de 01 de março de 1967 com título de "A Grande Caçada"[337] e imensas fotos de uma batida policial em revista aos documentos dos passageiros no interior de um ônibus de viagens, como é possível de se observar na imagem a seguir. No entanto, o local do congresso continuava ainda

> mantido em absoluto sigilo, seu XIX Congresso, que, embora não tenha data certa para terminar, deverá encerrar-se com movimentos de rua, marcados para o início do

[335] (Ibid.) Jornal do Brasil 28 de fevereiro de 1967.
[336] (Ibid.) Jornal do Brasil 28 de fevereiro de 1967.
[337] JC. 01 de março de 1967. Primeira página. A grande caçada. Prontuário Funcional nº 1332. Arquivo DOPS, APEJE, 1967.

> ano letivo nas Faculdade e estabelecimentos de ensino secundário. Os congressistas em número de 50, dispõe de uma verdadeira guarda de segurança composta de 20 elementos que, munidos de quatro aparelhos de comunicações do mesmo tipo dos que são utilizados pela polícia, vigiam o local do encontro tendo ordens expressas para resistir aos elementos estranhos, até que as bancadas estejam em lugar seguro.[338]

Figura 2 – "A grande caçada" – Matéria do Jornal do Comércio de 01 de março de 1967. Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional nº 1332. Info: 583-D. Recife-PE, 1967. – É pertinente observar que dos passageiros possíveis de ver na foto, a maioria são jovens, talvez por isso despertando os olhos dos policiais.

A partir daquele ano, a articulação de esquemas de segurança cada vez mais sofisticados seriam parte integrante da organização de qualquer ação, fosse um comício relâmpago ou uma pichação, até um Congresso. Para aquele encontro entre secundaristas de todo o Brasil, alguns estudantes espalharam-se para pontos estratégicos do território para trocarem informações sobre prováveis aproximações estranhas, no intuito de tentar protegerem suas bancadas e, principalmente, seus líderes. Os criativos procedimentos elaborados para tentar manter a segurança de suas lideranças são uma evidência da escalada repressiva provocada pela coerção estatal. Houve, a partir daquele ano, um grande esforço governamental em suas diversas instâncias, legislativas, executivas e judiciárias para finalmente legitimar-se no poder, mas o caminho percorrido ao invés de ser o da ampliação das bases democráticas, para atingir a legitimação a partir de bases populares, foi o do obscurantismo e da repressão aos pontos destoantes de uma sociedade alienada e robotizada idealizada pela doutrina de segurança nacional.

[338] (Ibid.) JC. 01 de março de 1967. Primeira página. A grande caçada.

Exemplo disso está na Informação[339] da Delegacia Auxiliar constante no Prontuário de Inquéritos Estudantis datado em 29 de abril de 1967 constando o nome de Aécio Gomes de Matos, estudante da Escola de Engenharia, preso em 1966. Sua prisão, como vimos, causaria muitos protestos entre os estudantes. No documento, Aécio, ex-integrante do Diretório Acadêmico do curso aparece condenado a 02 anos de reclusão. Além dele, também constamRoberto Ramires Pinheiro, punido com mesma pena e o estudante Cândido Pinto de Melo, que viria presidir a UEP, condenado a 01 ano de reclusão.

No Prontuário Funcional nº 29 096 do Arquivo DOPS, denominado 'Inquéritos Estudantis', constatamos também matéria do Diário de Pernambuco de 25 de agosto de 1967 intitulada "31 estudantes denunciados como subversivos pela Promotoria da Justiça Militar"[340]. No documento, em que acusa os estudantes de Pernambuco, os representantes do Ministério Público afirmaram que várias entidades que os congregavam "viviam, neste Estado, durante os últimos anos do Governo deposto em 31 de março de 1964, atuando sob a orientação de organizações estrangeiras, exercendo, assim, atividades prejudiciais e perigosas à segurança Nacional", um discurso já conhecido de atribuir a práxis do movimento estudantil de Pernambuco à influência estrangeira, além de não citar o governo Miguel Arraes, chamando-o de "governo deposto" e reiterando a data de 31 de março.

Para as autoridades, os militantes agiam segundo as normas, princípios e técnicas "do Partido Comunista, disseminando ainda a ideologia marxista-leninista, através de distribuição de boletins, panfletos e iniciação por meio de métodos de ensino ostensivo, contrários aos princípios democráticos, constitucionais e vários outros métodos de propaganda". Razões pelas quais os denunciava. O promotor da Justiça Militar prosseguia sua denúncia expressando que os estudantes listados no inquérito mantinham, através dos órgãos regionais da União Nacional dos Estudantes – UNE –, da União Brasileira dos Estudantes Secundários – UBES – e, juntamente com a Associação Recifense dos Estudantes Secundários – ARES –, o Centro dos Estudantes Secundários de Pernambuco – CESP –, o Diretório Central dos Estudantes de Pernambuco – DCE –, a União dos Estudantes de Pernambuco – UEP e "diversos outros centros, associações e diretórios acadêmico-estudantis existentes no Estado, estreitas ligações com organizações estrangeiras comunistas, conforme fotocópias de vários ofícios e cartas, juntadas ao presente inquérito, que apontam o intenso intercâmbio havido", e citava a título de exemplo as trocas de correspondências entre essas entidades com a

[339] Prontuário Funcional nº 29 096. Inquéritos Estudantis. Arquivo DOPS. APEJE, 1967.
[340] DP. 25 de agosto de 1967. Primeiro Caderno pág. 3. Acervo online. Acessado em junho 2016.

"FederationNacionaledesEstudiants de Chine", "Associacion de Jovens Rebeldes de Cuba", "AssociacionSovietica de Amistad&Cooperacion Cultural", "entre outras organizações comunistas que instruíam e orientavam os planos subversivos praticados pelos denunciados no Estado de Pernambuco, através das entidades estudantis acima mencionadas"[341].

Os denunciantes afirmavam que as lideranças "disseminaram na classe estudantil, operária e camponesa os postulados traçados no III Encontro Nacional dos Universitários Comunistas" trazendo inclusive, trecho de discurso, segundo eles, proferido naquele conclave, exortando que "(...) o êxito no cumprimento de nossos objetivos vai depender em grande parte da existência de um grande partido comunista de massa atuando politicamente no seio do movimento estudantil (...). Criar círculos de jovens para aqueles que não ingressam no Partido" sendo esses círculos responsáveis por educar e mobilizar a juventude para a atividade política concreta e citava os dois estudantes pernambucanos presente naquele encontro em 1961 representando os demais, Cândido Pinto de Melo e Abelardo Andrade Caminha Barros:

> A Aliança estudantil-operária-camponesa foi encetada através de métodos de alfabetização nitidamente subversivos, onde se fazia incutir no homem do campo o ódio de classe, inspirado na desigualdade social. Foi, desse modo, promovido o incitamento da classe operário-camponesa, por meio da campanha de alfabetização popular, cuja finalidade precípua era a doutrinação dos princípios marxista-leninista, com a incitação constante do ódio de classe e pregação da violência, conforme se observa pelos ensinamentos contidos na "Cartilha Proibida" ou no "Livro de Leitura para Adultos" entre outros meios de ensinamentos subversivos. No âmbito estudantil secundário a subversão da ordem foi liderada, principalmente, pelo comunista Clóvis Assunção. Atentados a diretores de colégio, invasões e depredações nos estabelecimentos de ensino, greves, quebra-quebra de ônibus e os mais variados sistemas de processos violentos, contrários à ordem política e social, foram praticados pelos denunciados, na capital pernambucana.[342]

Outra vez é ressaltado o intento do movimento estudantil em estabelecer relações políticas e de cooperação com os interesses da massa trabalhadora urbana e rural, e acusava o uso dos programas de alfabetização como fator chave de doutrinação comunistadenomina de incitação ao "ódio de classe" o processo de conscientização do operário e cita a Cartilha do programa de alfabetização como "Proibida". A denúncia também retratava a condição de agitação existente em nível secundário e apontava alguns incidentes. Na realidade, o que existia no plano secundarista era um elevado nível de conscientização social e participação política, visto na variedade de temas que a classe debatia tanto às vésperas do golpe empresarial-militar, como após a implantação de seu regime. Isso fica evidente quando

[341] DP. 25 de agosto de 1967. Primeiro Caderno pág. 3. Acervo online. Acessado em junho 2016.
[342] (Ibid.) DP. 25 de agosto de 1967. Primeiro Caderno pág. 3

observamos a movimentação e esforço desses líderes em conseguir discutir e propagar esses debates entre seus pares e com a sociedade, quando

> vários congressos foram realizados nas cidades de Barreiros, Serra Talhada, Afogados da Ingazeira, Arcoverde, Caruaru, entre outras cidades interioranas do Estado, promovidos pelos denunciados, com o auxílio financeiro e material do então governador Miguel Arrares e da UNE Volante, com o fim de fomentar a agitação, o ódio de classe e preparar psicologicamente os camponeses à luta pela violência e instauração da revolução comunista, preparada pelos denunciados.
> "Os órgãos regionais da União Nacional dos Estudantes, da União Brasileira de Estudantes Secundários, juntamente com as outras entidades estudantis já referidas inicialmente, promoviam no âmbito estudantil diversos conclaves a cerca de: Reforma Agrária, voto do analfabeto, elegibilidade dos sargentos, União Operária-Estudantil-camponesa, Reforma Bancária, nacionalização do petróleo, auto-determinação dos povos, defesa da paz mundial, coexistência pacífica, comercialização com todos os povos, solidariedade a Cuba, entre outros assuntos, numa evidente demonstração de que essas entidades estudantis cuidavam de tudo menos de seus próprios interesses."[343]

Essa atmosfera de debates e conscientização política ainda anterior a 1964 percorre através dos anos atingindo um número cada vez maior de jovens e àquela altura, possuía duas grandes forças aglutinadoras da massa estudantil, o PCB e a AP. Detentor da maioria dos Diretórios e entidades estaduais em todo o Brasil desde 1957, o Partido Comunista sentia agora dificuldades em pôr em prática suas estratégias e táticas de atuação e formas de luta. A "Frente-Única, aceita pelo PCB com a JUC a partir de 1960, começava no período de 65/66 a criar vários embaraços ao Partido pela atuação da Ação Popular (AP)"[344]. Este maior espaço da AP foi ponto comum em várias entidades brasileiras, sendo uma das mais resistentes ao domínio católico, exatamente, a UEP, que, como já vimos permaneceu sob liderança do PCB até 1968. Nos trabalhos realizados para elaboração das Teses de seu Congresso, no setor estudantil, o Comitê Universitário da Guanabara, o mais importante órgão juvenil do PCB, em outubro de 1966, realiza sua Conferência para o Congresso, elaborando seu "Informe Político". O mesmo já não acontece com o Comitê Secundarista da Guanabara, que luta com a direção do Congresso após rejeitar as Teses. Eles voltariam a se reunir em março de 1967, inclusive após o XIX Congresso realizado na Guanabara em local desconhecido das autoridades, e da reunião resultou um "Informe Secundarista"[345], documento que prevê a criação de uma "Comissão de Trabalho Especial" visando o preparo para a luta armada, referendada pelo Informe Secundarista através do ponto "Formas de Luta", expressa que a

[343] DP. 25 de agosto de 1967. Primeiro Caderno pág. 3.
[344] Relatório CENIMAR, O PCB às vésperas do XXIX Congresso. Prontuário Funcional nº 29 680. Arquivo DOPS, APEJE, Recife-PE, 1967.
[345] (Ibid.)Relatório CENIMAR, O PCB às vésperas do XXIX Congresso. Prontuário Funcional nº 29 680. Recife-PE, 1967.

autodefesa das "massas é necessária para enfrentar a violência da repressão policial e é importante fator de preparação das massas para formas de luta mais elevada, inclusive a luta armada. Pela primeira vez desde 1935, o PCB estende seu preparo armado a organizações de jovens"[346].

Essa política de autodefesa nos foi também ressaltada pelo militante Marcelo Mário de Melo em entrevista, que afirmou que

> com inspiração na Revolução Cubana, começa a surgir organizações de grupos de autodefesa. E eu tenho uma profunda simpatia pelos grupos de autodefesa. Então eu tinha um diálogo. Eu acompanhava com simpatia à ação das Ligas Camponesas. E achava muito interessante as ações de autodefesa que ocorreram. (...) o que é que Joel fez, ele me contou vários casos. Chega um latifundiário lá e diz que o cara tem desocupar, tirar aquele roçado dali que no fim da tarde ele ia voltar. Aí Joel ficava esperando o cara e ficava provocando. Ele era raquítico, magro, dentuço, figurinha caricata assim, magrelo. "Doutor, eu acho que o Sr. devia fazer isso não, Doutor. (...) O Sr. devia pensar duas vezes, vá pra casa, faça isso não". Aí quando ele vai dizendo isso vai saindo de dentro do mato, 70, 80 homens. Tudo armado, espingarda, estrovenga e tudo. Cercam. "Olha aí, não é melhor o Sr ir pra casa, pode estragar o seu pneu". Entende. Ele fez várias vezes isso.

A defesa de uma forma de luta mais contundente e as distinções teóricas e de práxis entre comunistas e 'apesianos' fariam naquele ano os secundaristas exigirem "da Direção do PCB uma decisão em relação ao trabalho dessa agremiação política clandestina, principalmente após o 'Informe ao CC e ao Partido sobre a crise no Setor'". O resultado deste informe veio em Junho de 1967, quando reunido o Comitê Juvenil do CC, o PCB deliberou abrir "oficialmente a luta contra a Ação Popular (AP) distribuindo em nome do CC o documento intitulado 'Os comunistas e a luta pela união nacional de todos os estudantes', onde o Partido resolve passar à ação, inicialmente no âmbito da UNE, atualmente na mão da Ação Popular". Aquele XXIX Congresso Nacional seria realmente de muita importância para as pretensões do PCB, e por isso os setores ligados às articulações estudantis estavam em movimento constante. Aquele conclave também seria acompanhado de perto pelo Centro de Informações da Marinha, que no mês seguinte à sua realização já publicava aos seus setores de inteligência um extenso relatório[347] reportando detalhes do encontro.

O XXIX Congresso Nacional da UNE realizou-se oficialmente entre os dias 26 e 29 de julho de 1967, no Mosteiro de São Bento, localizado no município de Vinhedo, Estado de São

[346] Relatório CENIMAR, O PCB às vésperas do XXIX Congresso. Prontuário Funcional nº 29 680. Arquivo DOPS, APEJE, Recife-PE, 1967

[347] Relatório CENIMAR, O XXIX Congresso da UNE. Prontuário Funcional nº 30 198. Arquivo DOPS, APEJE, Recife-PE, 1967.

Paulo. Para permitir o total sigilo desse encontro, seus participantes não tiveram informações antecipadas do local de sua realização. "A partir de 'pontos de contato', parte dos congressistas foi encaminhada inicialmente para o COLÉGIO NOTRE DAME, situado na Estrada de Souzas, onde ficaram até o dia 24, quando então foram transportados para o MOSTEIRO DE SÃO BENTO". Como visto, essa preocupação com a segurança era realmente ponto relevante da organização das ações estudantis já a partir de 1966. Para este encontro, logo na chegada ao "Mosteiro, os estudantes eram recebidos pela 'Comissão de Segurança' que os entrevistava e exigia as respetivas credenciais. Uma vez chegando a esse local, os estudantes, por motivos de segurança, não podiam mais abandoná-lo, sob qualquer hipótese". O agente de investigação afirmava que antes mesmo do início do Congresso propriamente dito, houve no Mosteiro de São Bento várias reuniões de bancadas estudantis. Durante essas reuniões, foram tratados diversos assuntos dentre eles podemos citar os debates havidos sobre a obra de Regis Debray: "A Revolução na Revolução"; A temática do controle de natalidade e da esterilização de mulheres no norte e nordeste do país; As críticas em torno do acordo MEC-USAID. A infiltração imperialista na América Latina e suas consequências. A política de minérios do atual governo e a presença imperialista na Amazônia. A Guerra do Vietnã; a elaboração da carta política da UNE e discussão do programa da Frente Universitária Progressista. Segundo as fontes do relatório, "durante os trabalhos do Congresso prevaleceram as teses da Ação Popular, Ala Dissidente do PCB e da POLOP, isto é, os grupos da esquerda radical"[348].

No dia 26, teriam início os trabalhos para o 29º Congresso da UNE, com uma participação de mais de 400 estudantes. Esse protagonismo dos grupos estudantis denominados pelo governo como "mais radicais" se confirmaria outra vez em mais uma eleição para composição da diretoria da UNE, onde ao final da votação, o escolhido para exercer o cargo de Presidente foi o estudante Luiz Gonzaga Travassos, da bancada de São Paulo, com 171 votos, contra 168 conferidos ao estudante Daniel Aarão Reis Filho, da Guanabara, tendo sido ainda computados 61 votos em branco, um número alto e que mostra a diversidade de teses e grupos ideológicos diferentes presentes naquela Assembleia. Dos 10 estudantes eleitos para a composição da diretoria da UNE, quatro são da AP, quatro são da Ala Dissidente do PCB e três são da POLOP, talvez por isso, o investigador "pôde observar que a tônica predominante, entre a maioria dos congressistas, era a tomada do poder pelos

[348] Relatório CENIMAR, O XXIX Congresso da UNE. Prontuário Funcional nº 30 198. Arquivo DOPS, APEJE, Recife-PE, 1967.

meios violentos através de uma Revolução Armada"[349]. O evento viria a terminar no dia 29 após a conclusão de todos os trabalhos e, a partir dessa data, os congressistas começaram a abandonar o local, em pequenos grupos. O investigador não encerraria por ali seu relatório sem antes denunciar que

> o Colégio NotreDame [era] dirigido pelos Padres da Congregação de Santa Cruz, de origem norte americana. (...)
> Convém ainda observar que participaram do Congresso vários seminaristas, alémde ter sido visto por várias vezes, observando os trabalhos, o padre norte-americano, Terence Edward Hill, do Colégio NotreDame.
> Durante os dias em que os estudantes permaneceram no Mosteiro São Bento, ali mesmo dormiam e se alimentavam. A comida era escassa e as acomodações para repouso eram bastante promíscuas; não foram raros os casos flagrantes de prática de atos sexuais entre rapazes e moças, etc. Os estudantes deixaram o local na mais completa desordem e destruição [grifo nosso].[350]

É perceptível como o investigador cita a escolha do local para o evento dando-lhe um caráter católico e fazendo questão de citar que diversos seminaristas "participaram", enquanto o padre do Colégio, Terence Hill teria por várias vezes apenas "observado os trabalhos". Logo em seguida a citação da participação católica, e de sua supremacia nas posições de direção do movimento, o agente registra críticas à conduta moral dos participantes do Congresso, numa clara tentativa de depreciar sua liderança. O extenso relatório possuía ao final uma análise do comportamento e as posições das diversas forças da esquerda brasileira, participantes do Conclave. Vale destaque a manutenção da linha legalista do PCB, que, naquele evento, a essência de seus documentos lançados em discussãodefendiam a luta legalista, resumidas em dois itens base, fundamentais para suas propostas para a UNE: primeiro, a legalização da entidade e segundo, a realização de uma Reforma Universitária Democrática e Progressista. Uma tendência compreensível do Comitê do Partido, que via na posição pragmática da guerra de posições uma oportunidade de agir dentro das possiblidades legais oferecidas pela ditadura empresarial-militar. Os demais grupos viam na radicalização o único caminho capaz de enfrentar um poder tão amplo e cruel como a ditadura constituída após o golpe de 01 de abril. Táticas de arregimentação das massas precisavam ser adotadas, e uma frente única de luta contra a ditadura continuava a ser debatida.

Além da AP e da POLOP, nos idos de 1967 para a Ala Dissidente do Partido, que elegeu três estudantes para diretoria da UNE de então, o movimento estudantil representava

[349] Relatório CENIMAR, O XXIX Congresso da UNE. Prontuário Funcional nº 30 198. Arquivo DOPS, APEJE, Recife-PE, 1967.
[350] Relatório CENIMAR, O XXIX Congresso da UNE. Prontuário Funcional nº 30 198. Arquivo DOPS, APEJE, Recife-PE, 1967.

"a expressão política de uma faixa da classe pequeno-burguesa e só terá consequência no processo revolucionário a medida em que haja um movimento operário organizado". Na visão do grupo não era possível ao movimento estudantil despertar ou impulsionar o movimento operário, pois só caberia a esse, de dentro pra fora "definir o caráter global do movimento revolucionário no qual o movimento estudantil está inserido como força auxiliar"[351]. Já a linha trotskista, denominada de Partido Operário Revolucionário Trotskista – POR-T –, apresentava como proposta concreta para a superação dos problemas estudantis, "a passagem da direção das Universidades às mãos dos professores, alunos e sindicatos operários, achando ainda que dentro do movimento estudantil deveriam ser levantadas bandeiras das reinvindicações operárias"[352]. Posição curiosa foi constatada pelo relatório do investigador quando lista a última força presente naquele Congresso, a bancada do PCdoB, que segundo ele "votou em plenário sempre com as posições da Ala Dissidente do PCB. Entretanto, no momento da eleição para a diretoria, oportunistamente colocou sua posição a venda por um cargo na diretoria"[353].

4.2 O PCBR e suas nuances na política pernambucana

O Partido Comunista Brasileiro Revolucionário nasce do seio da militância do PCB, de uma dissidência que não concordava, principalmente, com o posicionamento legalista e reformista do Comitê Central do PCB. Na visão de Jacob Gorender, expoente historiador do comunismo e dos comunistas no Brasil, e dirigente do Partido, a reunião fundadora, em meados de abril de 1968, denominada

> de Primeira Conferência Nacional se prolongou três dias. Aprovou o Programa e deu o nome de batismo da nova organização (...) O Programa se baseou no texto redigido por Mário Alves. Condensador de tendências variadas em nosso meio, resultou um documento eclético. Com efeito, o PCBR veio a ser a mais típica das

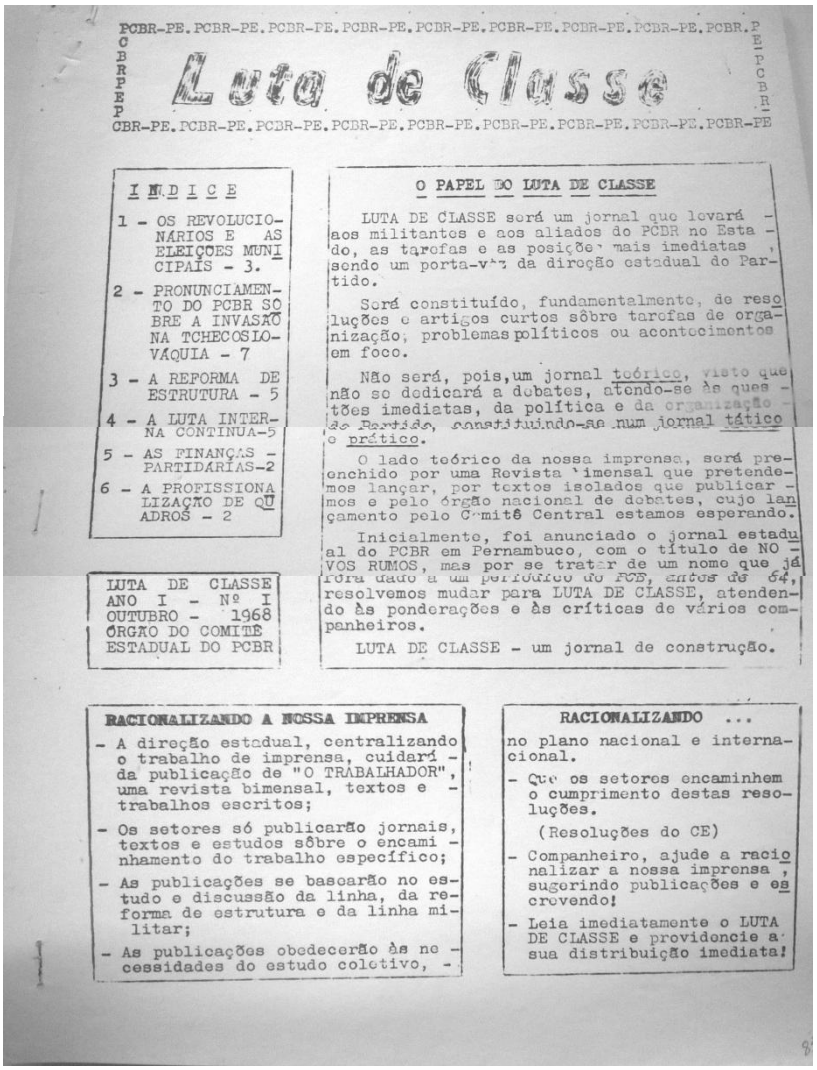
[351] (Ibid.) Relatório CENIMAR, O XXIX Congresso da UNE. Fundo: SSP/APEJE/DOPS. Prontuário Funcional nº 30 198. 1967.
[352] (Ibid.) Relatório CENIMAR, O XXIX Congresso da UNE. Fundo: SSP/APEJE/DOPS. Prontuário Funcional nº 30 198. 1967.
[353] (Ibid.) Relatório CENIMAR, O XXIX Congresso da UNE. Fundo: SSP/APEJE/DOPS. Prontuário Funcional nº 30 198. 1967.

> novas organizações que se debateram no esforço e enlaçar a tradição doutrinária marxista à pressão avassaladora pela luta armada imediata e incondicionada.[354]

Esse aparente paradoxo entre a tradição doutrinária e a pressão pela luta armada, reflexo deste ecletismo, era mais um dos desafios a ser enfrentados pela nova agremiação. De fato, a partir de 67, as condições políticas do país começavam a oferecer um amplo campo de atuação. Quando entrevistamos o ex-militante estudantil e uma das referências do PCBR em Recife, Marcelo Mário de Melo explicava que o maior esforço, o "trabalho de formiguinha vai de 64 até 66, mas aí quando chega mais ou menos 67 a coisa começa a aflorar por causa do clima também nacional entende? Começa uma coisa de resistência intelectual, de imprensa alternativa"[355] e então começa a citar o papel dos jornais alternativos e a quantidade de periódicos nas quais ele participava auxiliando de alguma forma: "A gente começa a fazer jornais de colégio, mas procurando dar um caráter mais moderno, de estilo mimeógrafo. (...) O jornal OPINIÃO, que era a resistência na área cultural aí lançam no Ginásio Pernambucano o jornal Opinião". Este jornal possuía grande alcance entre o meio estudantil, e era uma expressão das bandeiras do movimento secundarista de Recife, também por se tratar do Colégio Estadual de Pernambuco, um foco de atuação política e cooptação de militantes para o movimento estudantil, como já vimos. O militante explica que quando chega

> no comitê estadual do PCBR já rachado com o Partidão em 68, eu me junto com um jornalista daqui, Tarcísio Baltar, que era correspondente do Jornal do Brasil, e a gente decide criar um jornal mimeografado que era difícil imprimir, não tinha como imprimir, a gente imprimia o jornal O Trabalhador, pra colocar coisas, a gente chegou a tirar 15 mil exemplares desse jornal mimeografado pra distribuir em portas de fábricas, entendeu? E eu fico fazendo o jornal do Comitê Regional do PCBR que é o Luta de Classe[356].

[354] GORENDER, Jacob. Combate nas Trevas. 1987, p. 102.
[355] Marcelo Mário de Melo. Entrevista concedida ao autor em 25 de abril de 2016.
[356] Marcelo Mário de Melo. Entrevista concedida ao autor em 25 de abril de 2016.



PCBR-PE. PCBR-PE. PCBR-PE. PCBR-PE. PCBR-PE. PCBR-PE. PCBR-PE. PCBR-PE. PCBR. P
C E
B P
R C
P B
E R
P
CBR-PE. PCBR-PE. PCBR-PE. PCBR-PE. PCBR-PE. PCBR-PE. PCBR-PE. PCBR-PE. PCBR-PE

Luta de Classe

ÍNDICE

1 - OS REVOLUCIONÁRIOS E AS ELEIÇÕES MUNICIPAIS - 3.
2 - PRONUNCIAMENTO DO PCBR SOBRE A INVASÃO NA TCHECOSLOVÁQUIA - 7
3 - A REFORMA DE ESTRUTURA - 5
4 - A LUTA INTERNA CONTINUA-5
5 - AS FINANÇAS - PARTIDÁRIAS-2
6 - A PROFISSIONALIZAÇÃO DE QUADROS - 2

LUTA DE CLASSE
ANO I - Nº I
OUTUBRO - 1968
ÓRGÃO DO COMITÊ ESTADUAL DO PCBR

O PAPEL DO LUTA DE CLASSE

LUTA DE CLASSE será um jornal que levará aos militantes e aos aliados do PCBR no Estado, as tarefas e as posições mais imediatas, sendo um porta-voz da direção estadual do Partido.

Será constituído, fundamentalmente, de resoluções e artigos curtos sôbre tarefas de organização, problemas políticos ou acontecimentos em foco.

Não será, pois, um jornal teórico, visto que não se dedicará a debates, atendo-se às questões imediatas, da política e da organização do Partido, constituindo-se num jornal tático e prático.

O lado teórico da nossa imprensa, será preenchido por uma Revista bimensal que pretendemos lançar, por textos isolados que publicarmos e pelo órgão nacional de debates, cujo lançamento pelo Comitê Central estamos esperando.

Inicialmente, foi anunciado o jornal estadual do PCBR em Pernambuco, com o título de NOVOS RUMOS, mas por se tratar de um nomo que já fôra dado a um periódico do PCB, antes de 64, resolvemos mudar para LUTA DE CLASSE, atendendo às ponderações e às críticas de vários companheiros.

LUTA DE CLASSE - um jornal de construção.

RACIONALIZANDO A NOSSA IMPRENSA

- A direção estadual, centralizando o trabalho de imprensa, cuidará da publicação de "O TRABALHADOR", uma revista bimensal, textos e trabalhos escritos;
- Os setores só publicarão jornais, textos e estudos sôbre o encaminhamento do trabalho específico;
- As publicações se basearão no estudo e discussão da linha, da reforma de estrutura e da linha militar;
- As publicações obedecerão às necessidades do estudo coletivo,

RACIONALIZANDO ...

no plano nacional e internacional.

- Que os setores encaminhem o cumprimento destas resoluções.

(Resoluções do CE)

- Companheiro, ajude a racionalizar a nossa imprensa, sugerindo publicações e escrevendo!
- Leia imediatamente o LUTA DE CLASSE e providencie a sua distribuição imediata!

Figura 3 – Capa da Primeira Edição de Luta de Classe, Ano I – nº I periódico do PCBR que tinha como um de seus principais editores o dirigente Marcelo Mário de Melo, entrevistado em nosso trabalho.

Em nossa pesquisa encontramos a edição do primeiro[357] volume do jornal Luta de Classe, citado pelo militante, organizado pelo Comitê Estadual do PCBR. Em sua capa, como pode ser visto na imagem,o jornal trazia uma mensagem ao leitor intitulada "O papel da luta de classe", afirmando que o jornal

> levará aos militantes e aos aliados do PCBR no Estado, as tarefas e as posições mais imediatas, sendo um porta-voz da direção estadual do Partido. (...) fundamentalmente de resoluções e artigos curtos sobre tarefas de organização, problemas políticos ou acontecimentos em foco. Não será, pois, um jornal teórico, visto que não se dedicará a debates, atendo-se às questões imediatas, da política e da organização do Partido, constituindo-se num jornal tático e prático. O lado teórico da nossa imprensa, será preenchido por uma Revista mensal que pretendemos lançar, por textos isolados que publicarmos (...). Inicialmente, foi anunciado o jornal estadual do PCBR em Pernambuco, com o título de NOVOS RUMOS, mas por se tratar de um nome que já fora dado a um periódico do PCB, antes de 64, resolvemos mudar para Luta de Classe, atendendo às ponderações e às críticas de vários companheiros.

[357] Jornal Luta de Classe. Vol. I. Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional nº 6167. Recife-PE, 1968.

LUTA DE CLASSE – um jornal de construção. Ano I. Nº I. Outubro-1968[358].

As resoluções teóricas do PCBR já estavam sendo distribuídas entre seus militantes desde abril de 1968, quando da publicação de sua primeira Resolução Política. Aquele documento trazia diversos aspectos sociais, políticos, econômicos, do Brasil e do mundo. Teorizando acerca do caráter da Revolução Brasileira, o partido entendia que a estrutura econômica do Brasil era essencialmente capitalista, entretanto "o Brasil não pode ser considerado uma economia capitalista plenamente desenvolvida. O crescimento econômico tem sido entravado e deformado, desde o início, pela dominação imperialista e pelo monopólio latifundiário". E essas eram as duas principais contradições observadas pela linha política do Partido, as relações que tinham a burguesia com o domínio imperialista e com o monopólio latifundiário. A primeira Resolução[359] Política do PCBR discutia essas relações afirmando que

> em virtude das características de sua formação histórica, a estrutura capitalista brasileira mantém-se, portanto, estreitamente subordinada ao sistema imperialista e intimamente vinculada ao latifúndio. Nas condições brasileiras, o capitalismo foi incapaz de criar uma economia nacional independente e de superar radicalmente o atraso latifundiário. Em tais circunstâncias, a burguesia não exerceu, nem pode exercer, a missão revolucionária desempenhada por essa classe em outros países, na época das revoluções burguesas[360].

Essa já é uma visão da burguesia mais avançada do que a do PCB. O desenvolvimento da economia e da burguesia no Brasil levou-a a tornar-se uma classe que não precisava de revolução. Como analisou Otávio Ianni[361], "toda revolução burguesa na América Latina alcança razoável ou pleno sucesso enquanto revolução econômica; e escasso ou nulo, enquanto política. O desenvolvimento político e cultural ficam limitados às classes dominantes e, em menor escala, às classes médias". Aquele programa político do PCBR, na visão de Gorender, partiu

> da caracterização do Brasil como país capitalista dependente, subordinado ao sistema imperialista mundial. Aliada aos latifundiários e associada ao capital estrangeiro, a burguesia nacional era carente de qualquer potencial revolucionário. Eventualmente, certos setores dela podiam originar oposições nacionalistas e

[358] (Ibid.) Jornal Luta de Classe. Vol. I. Fundo: SSP/APEJE/DOPS. Prontuário Funcional nº 6167. Recife-PE, 1967.
[359] Resolução política PCBR. Julho/68. Fundo: SSP/APEJE/DOPS Prontuário Funcional nº 6167. Fundo: SSP/APEJE/DOPS. Recife-PE, 1968.
[360] (Ibid.) Resolução política PCBR. Julho/68. Fundo: SSP/APEJE/DOPS. Prontuário Funcional nº 6167.
[361] IANNI, Otávio. Classe e Nação. 1986. p. 21.

> reformistas, em geral muito tímidas. A contradição antagônica entre a classe dominante burguesa e o proletariado tinha peso fundamental. Nestas condições, a revolução à vista não mais podia ser democrático-burguesa. Devia ser uma *revolução popular* destinada a destruir o Estado burguês (imperante sob formas de democracia representativa ou de ditadura militar) e a conquistar um governo popular revolucionário. Dirigida pelo proletariado, em aliança com os camponeses e as camadas médias urbanas empobrecidas, a revolução popular conduziria a transformações profundas: a nacionalização (estatização) das empresas pertentes ou associadas ao capital monopolista; a reforma agrária radical, mediante combinação da distribuição individual de terras à formação de fazendas coletivas nas grandes propriedades já unificadas sob o aspecto da gestão econômica; o controle estatal dos setores básicos da economia nacional e a planificação do desenvolvimento econômico. Por sua natureza radical, tais transformações teriam de abrir passagem à revolução socialista[362].

Devido às diversas nuances apresentadas, algumas delas paradoxais como a campanha pelo voto nulo e a participação nas eleições usando outro partido, ou a necessidade da luta armada, a tradição teórica e as críticas ao foquismo. Eram pontos polêmicos e temas de muitas discussões, assim como em outras agremiações da esquerda fracionada. Como já sugerimos, o cerco exercido pelo regime ajudava a provocar as dissidências. Diante desta variedade de problemáticas e suas possíveis soluções, Gorender explicava que o ecletismo do programa do PCBR manifestou-se

> de maneira clara na parte dedicada às formas de luta. Afastada a ilusão da possibilidade do caminho pacífico, era preciso definir a relação da luta armada com o movimento de massas. (...) Todas as formas de luta de massas, legais e ilegais, eram admitidas, contanto que servissem ao desencadeamento e desenvolvimento da luta armada. Em divergência expressa com a teoria do foco, afirmava-se que a luta armada não se dissociava das lutas de massas e tampouco excluía o potencial das aglomerações urbanas, onde também seria possível promover ações armadas. Mas o cenário primordial da luta armada deveria ser o campo e sua forma principal – a guerrilha rural[363].

Em linhas gerais, para realização do programa da Revolução Brasileira, a Resolução Política de abril orientava que o desenvolvimento econômico e social do Brasil só poderia ser impulsionado

> por uma revolução popular, capaz de derrubar o Poder da minoria latifundiária e burguesa, libertar completamente o país do domínio imperialista, eliminar o latifúndio e realizar uma reforma radical na estrutura agrária, abrindo deste modo o caminho para o Socialismo. De vez que o imperialismo e o latifúndio constituem, do ponto de vista imediato, os principais obstáculos ao progresso do país, a revolução caracteriza-se, inicialmente, como uma revolução anti-imperialista e anti-latifundiária. (...) a revolução popular, para triunfar de modo consequente e irreversível, deverá conduzir a transformações socialistas. Em primeiro lugar, só

[362] GORENDER, Jacob. Combate nas Trevas. 1987, p. 102.
[363] GORENDER, Jacob. Combate nas Trevas. 1987, p. 103.

> poderá ser consequente se nela o papel dirigente for desempenhado pelo proletariado apoiado nos camponeses e em outras forças populares[364].

A destruição do imperialismo e do latifúndio eram os caminhos para a quebra do sistema econômico vigente e essenciais ao processo revolucionário. Ao listar as forças revolucionárias além de operários industriais, camponeses sem terra, meeiros, posseiros, etc. e pelos estudantes e intelectuais, "cujas aspirações de liberdade e progresso se chocam com a realidade de opressão e de atraso do país; pelas camadas médias da população-empregados no comércio e nos bancos, servidores públicos, profissionais liberais, pequenos comerciantes, artesãos, etc"[365]. E para as eleições municipais de 15 de novembro de 1968 o Jornal Luta de Classe, em sua primeira edição em outubro, tratou do assunto em matéria intitulada "Os revolucionários e as eleições municipais", trazendo a posição do PCBR no estado. O periódico instruía suas bases a observar que "os revolucionários só devem participar de eleições, para ampliar a penetração do programa revolucionário, ampliar a propaganda socialista e denunciar o embuste das eleições burguesas aguçando a consciência anti-burguesa e anti-imperialista"[366]. A utilização de outro partido para participar das eleições eram admitidas pelo PCBR, "uma vez que fique clara a sua utilização puramente instrumental, sendo apresentados candidatos de protesto, ligados pela prática à luta revolucionária e colocando corretamente as posições políticas revolucionárias"[367].

Ou o candidato seria alguém com representação para realizar o aprofundamento da luta revolucionária ou não teria sentido apresentar um candidato não comprometido com esta agenda. "Na inexistência de tais candidatos, ou na impossibilidade de lançá-los, entendemos que os revolucionários consequentes devem organizar a campanha pelo voto nulo ou em branco, no Recife e em todos os municípios. Recomendamos, porém, a concentração no Recife"[368]. Dentro desta militância revolucionária os ativistas eram desafiados a romper as dificuldades e conquistar espaços de atuação fosse legal ou ilegal, atentando para as tendências e desvios possíveis nessa práxis. Preocupada com isso, a resolução política de abril de 68 atentava para a luta contra o revisionismo, uma luta para livrar o Partido

---

[364] Resolução Política PCBR abril/68. Fundo: SSP/APEJE/DOPS. Prontuário Funcional nº 6231. Recife-PE, 1968.
[365] Resolução Política PCBR abril/68. Fundo: SSP/APEJE/DOPS. Prontuário Funcional nº 6231. Recife-PE, 1968.
[366] Jornal Luta de Classe. Vol. I. Fundo: SSP/APEJE/DOPS. Prontuário Funcional nº 6167. Recife-PE, 1967.
[367] (Ibid.) Jornal Luta de Classe. Vol. I. Fundo: SSP/APEJE/DOPS. Prontuário Funcional nº 6167.
[368] (Ibid.) Jornal Luta de Classe. Vol. I. Fundo: SSP/APEJE/DOPS. Prontuário Funcional nº 6167.

> das concepções oportunistas, reformistas e revisionistas predominantes em suas fileiras nos últimos anos. Estas concepções materializam-se entre outras, em teses como a do 'caminho pacífico' da revolução, a da 'vitória da revolução através de reformas de estrutura', a da 'possiblidade de conquistar-se um mundo sem armas e sem guerras, mesmo existindo o imperialismo', etc.(...) teses surgidas a partir da realização do XX Congresso do PCUS e que afetaram profundamente o movimento comunista.[369]

E essas eram questões presentes no Partido, a existência de pessoas que, devido sua origem na militância do PCB defendiam muitas de suas bandeiras, ainda que justificadamente ou pragmaticamente e isso tinha que ser combatido, na visão da liderança, pois o caminho da Revolução Brasileira,

> é, portanto, o da luta armada. No curso do processo revolucionário, será preciso coordenar várias formas de lutas de massas; pacíficas e não pacíficas ou legais e ilegais. As formas de ação pacíficas ou legais devem ser utilizadas para desenvolver o movimento popular, mas com o emprego exclusivo de tais meios a revolução não pode ser vitoriosa. A violência reacionária terá que ser enfrentada com a violência revolucionária. Todas as demais formas de luta devem servir ao desenvolvimento da luta armada e não lhe constituir obstáculo[370]

Esse era o objeto central de diferenciação para os militantes do PCBR, o caráter revolucionário do partido e a aceitação de sua prática inserido na militância política, sendo assim, não era realmente nada coerente apoiar bandeiras reformistas. Mesmo seis meses após a publicação dessa Resolução, diante da proximidade das eleições municipais o I volume do Jornal Luta de Classes também advertia:

> Já passou o tempo em que, ainda organizados no velho PCB muitos companheiros, principalmente os do movimento estudantil eram agentes de alianças sem princípio entre as direções estaduais e os representantes da oposição burguesa, eram utilizados como instrumentos eleitorais de candidatos burgueses ou pequeno-burgueses. Hoje, a maioria dos comunistas pernambucanos, que rompeu com os reformistas e se organizou no PCBR, encara as eleições com um espírito novo, inspirado numa nova linha política, que tem como centro a oposição popular – embrião da frente popular revolucionária – a luta armada como caminho principal da revolução, o governo popular revolucionário e o socialismo como coroamento da libertação nacional.[371]

Com a questão da luta armada no cerne da discussão entre comunistas aliancistas, reformistas e comunistas revolucionários, toda uma preparação logística era necessária, igual ou ainda mais relevante que a ideológica. Isso porque além cooptar novos membros que

[369] (Ibid.) Jornal Luta de Classe. Vol. I. Fundo: SSP/APEJE/DOPS. Prontuário Funcional nº 6167.
[370] (Op.cit.) Resolução Política abril/68. Prontuário Funcional nº 6231.
[371] (Op.cit.) Jornal Luta de Classe. Vol. I. Prontuário Funcional nº 6167

fossem condizentes em pegar em armas, eram necessários recursos e, efetivamente, a aquisição de armas, munições, além de condições de armazená-las. Uma missão muito difícil. O militante do PCBR e jornalista já citado, Marcelo Mário Melo comenta

> tinha o grupo de ação armada. E o primeiro assalto a banco que o PCBR fez foi na Paraíba, aí a gente comprou 200 revólveres calibre 38, comprou armas munição. Eu não era do setor militar entendeu? Porque a diferença do PCBR é o seguinte, a gente achava que devia ter tido a luta armada, devia ter uma frente de atuação militar mas devia ser um Partido político de tradição Comunista, que não era posição de Marighela. Marighela chegou disse "não, tá superado esse negócio de partido, o negócio é o grupo guerrilheiro mesmo e pronto, acabou". E os grupos que eram oriundos do setor militar não tinha noçãodo partido, era grupo de ação armada e acabou-se. "Negócio de partido é burocracia" isso e aquilo. Então a fantasia do PCBR foi tentar tanto manter a 'tradição dos Partidos Comunistas' como 'fazer a luta armada'. Isso era o objetivo, terminou incorrendo no militarismo mesmo[372].

Aquele esforço em empreender tamanho projeto político demandava além de ousadia e coragem, recursos pessoais e materiais, imensa capacidade organizativa e de articulação. O militante chama de "fantasia" a tentativa realizada pelo PCBR em lidar com essa aparente contradição de lidar com a burocracia e ideologia partidária com as nuances de um grupo paramilitar armado, diferenciado da proposta do PCB, mas também distinguindo-se do que idealizou e realizou Carlos Marighela, fundador da Aliança Libertadora Nacional – ALN.

Na Resolução Política de Julho/68, um ponto dedica-se unicamente a debater a luta armada, e nela o PCBR orientava seus militantes a

> desenvolver com sentido de urgência o treinamento de quadros para os diversos tipos de luta armada na cidade e no campo.
> Organizar grupos de autodefesa de massas nas empresas, escolas, fazendas e outros locais de trabalho e moradia, preparando-os materialmente para a luta contra a repressão.
> Estudar, sistematizar e difundir a experiência das recentes lutas de rua, elaborando planos e preparando meios materiais para novos embates com a reação.
> Intensificar os preparativos para a guerrilha rural, no terreno da seleção e treinamento de quadros, organização de apoio logístico e obtenção de recursos materiais, dentro do plano estratégico geral e da determinação das áreas preferenciais[373].

Os estudantes, como vimos, faziam parte dos planos do PCBR como força política revolucionária e de arregimentação. Uma das bases, sem dúvidas do movimento de massas, e este por sua vez etapa fundamental na tese do partido. A luta armada teria que ser

[372] Marcelo Mário de Melo. Entrevista concedida ao autor em 25 de abril de 2016.
[373] Resolução Política PCBR julho/68. Fundo: SSP/APEJE/DOPS. Prontuário Funcional nº 6167. Recife-PE, 1968.

acompanhada da luta de massas, e para arregimentar as mesmas seriam necessários movimentos de base sociais como os sindicatos, associações e entidades estudantis. Em documento[374] publicado em Julho de 1968, após tratar de vários pontos como, por exemplo, o movimento camponês, o movimento operário, a situação nacional e os desafios que se apresentavam, a resolução traz um ponto específico com o papel do movimento estudantil, o qual seria de

> prosseguir a luta pela reforma da Universidade e pelas reinvindicações imediatas dos estudantes, vinculada à luta política contra a ditadura e o imperialismo, por um governo popular revolucionário.
> Intensificar a organização e a luta pela base, criando um sólido apoio de massas ao movimento estudantil em cada Faculdade e Colégio.
> Trabalhar pela transformação da UNE e da UBES em organização de massas efetivamente representativas e atuantes em escala nacional.
> Realizar ações conjuntas do movimento estudantil com outros setores populares, impedindo as tentativas da reação no sentido de isolá-lo do povo.
> Denunciar o pretenso diálogo como uma manobra do governo e aceitá-lo quando necessário, apenas para desmascarar as intenções da ditadura[375].

Atente como os objetivos do movimento estudantil não possuíam caráter prioritariamente armado, mas de cooptação, alargamento de suas bases, disseminação ideológica e conquista de espaços de atuação, embora saibamos que muitos dos militantes que vieram a se tornar profissionalizados e/ou guerrilheiros adentraram pelas portas do movimento estudantil. Mas esse era um caminho que advinha com um tempo e maturação da pessoa como militante, e não um objetivo direto do partido, transformar estudantes em combatentes, embora desejassem que fossem seus simpatizantes. Naquele ano de 1968, uma das ações mais marcantes dos ativistas do PCBR no Movimento Estudantil não foi uma ação essencialmente armada, mas por ocasião do aniversário de um ano do assassinato do revolucionário argentino Ernesto Guevara, o Che, e para marcar a data,

> houve um comício-relâmpago na Fábrica da Macaxeira, importante elo da indústria têxtil no estado, às 4h45 da manhã. Os militantes picharam o muro e penduraram um pôster com a imagem de Che em um fio de alta tensão. Distribuíram panfletos, e coube a Marcelo fazer o discurso. Todos estavam armados. Alguns com 38 na cintura, outros com uma espingarda calibre 12 nas mãos. Um grupo ficou em frente ao comissariado de polícia, com espingarda na mão, porque se os policiais saíssem a gente ia atirar. Mas eles não vieram naquela hora, e a gente saiu na santa paz. Ninguém disparou. Era uma ação de propaganda, né?[376].

[374] Resolução Política PCBR julho/68. Fundo: SSP/APEJE/DOPS. Prontuário Funcional nº 6167. Recife-PE.
[375] Resolução Política PCBR julho/68. Fundo: SSP/APEJE/DOPS. Prontuário Funcional nº 6167. Recife-PE.
[376]ROZOWYKWIAT, Joana. Subversivos. 50 anos após o golpe. 2014. p. 36.

Ainda que não fosse uma ação armada, estavam todos armados, na espera de atingir a massa trabalhadora saindo para o trabalho entre cinco e sete horas da manhã. O retrato preso aos fios gerou problemas para ser retirado e passou boa parte do dia exposto a todos. Uma panfletagem também foi realizada na região do comício, que foi estrategicamente escolhida, por ser uma região de moradia e trabalho operário, e de saída para vários lugares, por aquela fábrica do bairro da Macaxeira estar próximo à saída da cidade para a rodovia BR 101, deixando várias opções de rotas de fuga.

4.3 1968: 366 dias. Recrudescimento, criatividade e acirramentos políticos

Já ao primeiro mês daquele ano, os secundaristas de várias partes do país realizariam entre os dias 27 e 29 daquele mês o Congresso Extraordinário[377] da UBES, na cidade de Governador Valadares, interior de Minas Gerais. Foi um Congresso que não contou com ampla participação estudantil, não havendo quórum legal para a renovação de Diretoria, mas apenas para preenchimento de cargos vagos. Naquele encontro estariam presentes apenas representantes de cinco bancadas estaduais, sendo elas Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Bahia e Rio Grande do Sul. O evento contou com a participação de diversas lideranças locais que tornaram o encontro possível, como por exemplo, o Prefeito da cidade, um vereador e alguns representantes do poder municipal. Pernambuco estava presente com três estudantes dum total de pouco mais de 20 militantes, eram eles Venceslau Tavares Costa, José Olímpio de Mendonça e Paulo de Tarso. O encontro tratou temáticas nacionais e da educação além de combinarem estratégias para a realizaçãode um "Seminário Gigante em Minas Gerais, com a participação de cerca de 20 grêmios estudantis de cada estado da Federação. Ele será realizado na cidade de Sabará-MG. [e pretendiam a] realização de um Conselho Extraordinário em fins de março próximo, na cidade de Salvador - BA"[378]. Após o fim daquele conclave extraordinário, uma comissão da UBES composta pelos estudantes Paulo Vieira Pinto (MG), Vandilson Lopes De Lima (PB), Venceslau Tavares Costa (PE) e Paulo De Tarso (PE) "foram ao Rio de Janeiro, a fim de tentar um diálogo com a 'UBES LIVRE'

[377] Relatório CENIMAR, Congresso Extraordinário da UBES em MG. Informe nº 018. Prontuário Funcional nº 28 801. Arquivo DOPS, APEJE, 1968.
[378] CENIMAR, Congresso Extraordinário da UBES em MG. Informe nº 0183. Prontuário Funcional nº 29 096, Arquivo DOPS, APEJE, 1968.

(sob a liderança esquerdista da UNE) e com o Ministro da Educação, a fim de estudarem uma composição de forças políticas estudantis e unificarem os trabalhos da luta pela classe".

Quem também elaborava um programa de ação para aquele ano de 1968 e defendia veementemente a realização do XXX Congresso Nacional da UNE eram os líderes estudantis da chapa Luta, Trabalho e Participação, dirigentes do Diretório Acadêmico do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFP. O documento[379] intitulado de Carta Política traçava um perfil da realidade brasileira muito bem feito inclusive, elencando os aspectos econômicos, sociais e políticos por que passava o país em começos de 1968. Os estudantes conferiam fortes ataques ao imperialismo estadunidense expressado na exploração econômica, na desnacionalização das explorações minerais e, principalmente, na política educacional do Ministério da Educação grandemente influenciada pela USAID. Na visão dos estudantes, com o golpe de 1964 o que se viu foi uma

> progressiva adaptação do Estado brasileiro aos interesses do imperialismo – Lei de remessa de lucros, conceito de fronteira ideológica, desnacionalização das indústrias, etc. – Ora, a Universidade não podia ficar de fora desta "adaptação". A universidade precisaria ser reestruturada para atender as necessidade das indústrias imperialistas e de dominação cultural de nosso povo. Surge o MEC/USAID que visa transformar a Universidade em fundações privadas, formar profissionais que apenas executem a técnica dos grandes monopólios e nunca a técnica para nosso desenvolvimento. Neste sentido é que está sendo feito aqui na reestruturação da UFP, o corte de verbas para a educação, o vestibular arrocho, enfim, a aplicação da política educacional da DITADURA[380].

As críticas aos acordos do MEC com a USAID são parte de um programa levantado desde antes do golpe de 01 de abril, contra a influência norte-americana no planejamento do ensino brasileiro, essa bandeira seria ainda mais energicamente defendida após os acordos assinados em 1966 e 1967. O Diretório de Filosofia e Ciências Humanas explicava os malefícios em se ter uma privatização do ensino superior além da sua precarização em favor do ensino técnico, e defendiam"lutas por mais verbas, mais vagas, pela gratuidade do ensino, pela reformulação de currículos, em síntese, pela transformação da Universidade arcaica em uma que atenda aos interesses do povo, boicotando a implantação da Universidade MEC/USAID proposta pela ditadura." Os líderes apesar de defenderem a "derrubada da ditadura, expulsão do imperialismo e instauração de um governo popular", não expõem nenhuma defesa a levantes armados, e na visão deles a "forma de luta que temos de pôr em

[379] Carta Política – Luta, Trabalho e Participação. Prontuário Funcional nº 29 096. Arquivo DOPS, APEJE, 1968.
[380] (Ibid.) Carta Política – Luta, Trabalho e Participação. Prontuário Funcional nº 29 096. Arquivo DOPS, APEJE, 1968.

prática hoje é boicotar a Universidade MEC/USAID e exigir atendimento de nossos interesses. Isto só é possível através de uma intensa mobilização das bases do ME tanto na Universidade quanto nas ruas". Em outras palavras, o movimento mostrava adotar um posicionamento legalista, de alcançar seus objetivos através dos caminhos democráticos, defendendo os seus interesses em "integração a luta da grande maioria do povo brasileiro", indo às ruas para denunciar a "opressão e a repressão da ditadura sobre o povo brasileiro, a infiltração do imperialismo no Brasil, dar apoio à luta dos operários, camponeses, intelectuais, enfim, da grande maioria do povo pela derrubada da ditadura, expulsão do imperialismo e instauração de um governo popular" e que fosse dirigido por trabalhadores.

No entanto, esse posicionamento em favor de um movimento estudantil em união com outros setores da sociedade fazia parte de um discurso ainda maior das lideranças pernambucanas do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. A posição legalista dos militantes nos faz imaginar que sua linha política fosse ligada ao PCB, que na capital pernambucana começa a perder força a partir de 1967, mas nacionalmente já enfrentava duras disputas de território com a AP. E naquele ano, diante da escalada repressiva do regime ditatorial a partir de 1967 com o decreto 228, até aquele momento em meados de 1968 pensava-se nas estratégias para realização do XXX Congresso Nacional UNE e foi sugerido por algumas lideranças a realização daquele congresso a partir de pequenas sessões regionais, feitas separadamente, para posteriormente acontecer no Rio de Janeiro a concatenação dos dados para elaboração da Carta Política da UNE, documento anual que apontava as diretrizes do movimento estudantil nacional e reunia especificidades e demandas de todo o país que lhes seriam trazidas a partir das bancadas estaduais. Porém algumas lideranças ainda defendiam a não realização do Congresso.

A direção do DA de Filosofia e Ciências Humanas da UFP assegurava "Somos pela realização de Conselho Nacional Unificado e de um XXX Congresso Nacional preparado nas bases"[381], os líderes explicavam que a realização do Congresso precisava acontecer e discordavam "da posição que propõe um Congresso Nacional preparado a partir do 'Congressos Regionais' e 'Comissões Técnicas', que na prática negam o Congresso da UNE como luta política do ME contra a ditadura do imperialismo". Provavelmente, a posição veementemente contrária a um possível fracionamento das decisões do Congresso possa ser em virtude da AP já possuir considerável vantagem nas entidades estaduais, restando ao PCB

[381] (Ibid.) Carta Política – Luta, Trabalho e Participação. Arquivo DOPS, APEJE, 1968

e suas bases, buscar através da estratégia de "Frente Única"[382] para somar o máximo de votos dos delegados presentes à Assembleia Geral, e isso só seria possível com a realização do XXX Congresso Nacional da UNE. Por isso a liderança defendia que "qualquer tentativa divisionista dentro do ME como a realização de dois congressos ou a criação de duas UNEs deve ser energicamente combatida como também as atividades de conciliação de cúpula escondendo das bases do ME as divergências de posições políticas", e como elencamos, talvez estivesse nessas "divergências de posições políticas" exatamente a oportunidade do PCB angariar votos, e realização de dois Congressos separados ou de pequenas seções estaduais ou regionais impede "que a maioria dos estudantes possa discutir e decidir quais as posições concretas que devem dirigir o ME".

Investigando o prontuário funcional de Inquéritos Estudantis no acervo do Arquivo DOPS, uma relação de estudantes presos[383] nos despertou curiosidade. Isto se deveu ao fato da lita conter nove nomes, todas mulheres[384] e estudantes universitárias. Sabemos que os anos 1960 representou um marco na participação feminina na esfera política e econômica. No movimento estudantil pernambucano, muitas tiveram papel relevante em todo esse movimento de conscientização e participação política, em voga desde 1956, mas vai ser após o golpe que muitas delas mostrarão seu valor permanecendo firmes na luta contra o regime, e marcando presença nas mais criativas e também ousadas investidas do movimento ao regime opressor.Pesquisando indícios nos jornais do que poderia ter acontecido para prisão daquelas estudantes, verificou-se uma pequena nota na capa do Diário de Pernambuco de 27 de março com título de "alunos da UFP ameaçam greve terça-feira"[385], a matéria completa na página três do Primeiro Caderno mostrava no título motivo do indício dos protestos, a "Recusa do reitor em dialogar motiva protesto dos estudantes"[386]. Os principais pleitos dos alunos da Universidade Federal eram a abertura dos "restaurantes de Arquitetura, Química e Belas Artes; funcionamento do restaurante da Fafipe, até às 20 horas, a fim de atender aos que tem

[382] Como vimos no XXIX Congresso UNE a linha do PCB adotara uma estratégia baseada na Frente Universitária Progressista, com um programa que procurava aglutinar militantes que origens políticas diversas como membros advindos da AP, da POLOP ou do PORT.
[383] Relação de estudantes presos no dia 27 de março de 1968. Prontuário funcional nº 29 096. Arquivo DOPS. APEJE, 1968.
[384] Eram elas Vania Maria Falcão Leão, Filosofia; Carmem de Castro Chaves, Medicina; Maria do Socorro Lima, Filosofia; Maria José Amorim Lemos, História; Guilhermina de Souza Bezerra, Serviço Social; Maria José Dias, Filosofia; Madalena Cavalcanti, Administração; Doris Moraes Cardoso, Filosofia; Cleia Maria Fonseca, Medicina;
[385] DP 27 de março de 1968. p.1. alunos da UFP ameaçam greve terça-feira. Acervo online. Acessado em agosto, 2016.
[386] DP 27 de março de 1968. p.3. Recusa do reitor em dialogar motiva protestos dos estudantes. Acervo online. Acessado em agosto, 2016.

aula até às 19 horas; instituição de café pela manhã; funcionamento de um restaurante central aos sábados, domingos e feriados"bem como a manutenção do preço de NCr$ 0,20 por cada refeição. Aquelas alunas estavam então em apoio a causa de seus colegas e acabaram o dia presas, junto a outros camaradas.

Os estudantes elaboraram um relatório com suas demandas para ser entregue ao reitor, mas ao chegar na reitoria, um de seus assessores informou ao presidente do DCE, Abdias Vilar de Carvalho que "o reitor o receberia depois que fosse formada uma comissão composta de três representantes de cada unidade da UFP". O presidente retornou aos seus colegas e formou a comissão, mas ao retornar para encontrar o reitor ele fica sabendo que a comissão não terá direito ao diálogo, mas apenas o presidente. O clima então se exaltou e

> os estudantes desistiram dos entendimentos que pretendiam manter. Nesse intervalo os universitários que permaneciam à entrada do prédio, esperando o resultado da audiência, ficaram irritados com os acontecimentos e sob protestos subiram as escadarias da reitoria e fizeram um comício relâmpago na sala de espera. Alguns assessores do reitor tentaram em vão acalmar os ânimos, mas os líderes estudantis não se contiveram e externaram seu protesto, utilizando uma poltrona da sala de espera como tribuna[387].

Os estudantes pernambucanos pleiteavam melhores condições para realizarem suas refeições. Essa invasão da Reitoria se deu exatamente um dia antes da morte do estudante Edson Luís no Rio de Janeiro, que ao lado de seus colegas também protestava por melhores condições do restaurante Calabouço e comoveu todo o país. Os estudantes resolveram deixar a Reitoria e seguir às suas escolas para comunicar o ocorrido aos seus colegas e convidá-los para a assembleia geral que aconteceria à noite, na Escola de Arquitetura e deixaram o prédio às 13h30. No decorrer do restante do dia e da Assembleia, foram registrados tumultos e prisões relatadas na edição do Diário de Pernambuco do seguinte, em 28 de março, na qual a capa noticiava "Prisão de 100 estudantes causa greve na UFP" [388] e explicava que "a greve foi iniciada ontem mesmo (dia 27), por decisão de uma assembleia geral extraordinária convocada pelo DCE, e deverá terminar amanhã à noite" (dia 29). O início daquele imbróglio na UFP se deu na verdade em solidariedade aos alunos da UFRP, que já estavam em greve há muito mais tempo. Naquela mesma noite da Assembleia dos estudantes da UFP, o

[387] DP 27 de março de 1968. p.3. Recusa do reitor em dialogar motiva protestos dos estudantes. Acervo online. Acessado em agosto, 2016.
[388] DP 27 de março de 1968. p.3. Recusa do reitor em dialogar motiva protestos dos estudantes. Acervo online. Acessado em agosto, 2016.

> Conselho Universitário da Rural, reunido ontem, à noite, baixou a seguinte resolução: "O Presidente do Conselho Universitário da Universidade Federal Rural de Pernambuco, Prof. Arthur Lopes Pereira, no uso das suas atribuições legais e tendo em vista o que decidiu o referido Colegiado em sessão realizada nesta data, ao apreciar as implicações do movimento grevista deflagrado a 5 do mês em curso face ao Decreto-Lei nº 228 de fevereiro de 1967, e os acontecimentos verificados hoje no recinto desta Casa,
> RESOLVE: Suspender por 60 (sessenta) dias o Diretório Central dos Estudantes desta UFRPE[389]

Enquanto clima de acaloramento só elevava, com a prisão de mais de cem estudantes e deflagração de greve na Universidade Federal, os alunos da Rural já estavam há mais de 20 dias com atividades suspensas.Devido às responsabilidades imputadas às Instituição de ensino após publicação do Decreto-Lei nº 228, as quais já debatemos anteriormente, o Conselho Universitário não poderia deixar passar aquela greve podendo ser punidos pelo crime de omissão, e, assim resolveu suspender suas atividades pelos próximos 60 dias. Uma dura punição.

Em abril, mês comumente movimentado, pelo aniversário da perpetuação do violento regime no poder, o Grêmio Estudantil do Colégio Estadual de Pernambuco (GECEP) publicava folheto em protesto à violência com discurso forte e usando a sensibilização como método de persuasão, diante da extrema violência com que tem lidado em seu cotidiano, afirmando,

> CUIDADO COLEGAS, OS ASSASSINOS ESTÃO SOLTOS.
> Hoje – abril de 1968 – estão soltos os assassinos de Edson Luiz Lima de Souto.
> Hoje – 1968 – estão soltos os assassinos dos estudantes pernambucanos que foram fuzilados em praça pública: Jonas José (morto em abril de 1964 – Aluno do Colégio Estadual de Pernambuco) Ivan (morto em abril daquele mesmo ano – Aluno da Escola Engenharia da UFP) e Demócrito de Souza Filho (morto em 1945 – Aluno da Faculdade de Direito da UFP).
> Os estudantes "embrulham" seus mortos e levam-os em passeata para a Assembleia Legislativa
> Hoje – 1968 – e, mais uma vez se cometeram os assassinatos "legais"
> Hoje – 1968 – e, os fuzis ainda prevalecem sobre a razão.
> Hoje – primeira semana de abril – como é horrível viver o mês da mentira que a cada momento torna-se o mês da morte. ATENÇÃO, MUITA ATENÇÃO: A FORÇA ESTÁ VENCENDO O DIREITO E A MENTIRA PREVALECENDO NO LUGAR DA VERDADE.
> Hoje – 1968 – e, o G.E.C.E.P. está de luto. Luto pela morte violenta de um estudante nas mãos dos carrascos do povo. Não é o fato de um estudante ter morrido que nos faz sentir e sim, a maneira selvagem como ele morreu.
> Hoje – 1968 – e, o assassinato de um, não fará a maioria desistir. Nós renovamos, neste momento, a nossa promessa pela luta em defesa dos direitos estudantis. Não temos fuzis, é certo, mas temos o cérebro, temos consciência.[390]

[389] (Ibid.) DP 27 de março de 1968. p.3. Acervo online. Acessado em agosto, 2016.

Em meados daquele ano, um relatório militar retratava os "Ensinamentos que tiraram dos choques de maio/68",[391] na França. Que lições o governo golpista poderia tirar das manifestações em massa ocorridas na França e em diversos outros países do globo? A primeira instrução do relatório era no sentido de que era "indispensável um comando único para uma operação de repressão. Tal como deve ser claramente designado pela autoridade adequada" e que fosse empregado "desde logo, efetivos grandes e de elementos treinados e com conhecimento das missões". As lideranças golpistas então alinhavam diversas instruções para os procedimentos a serem adotados como precaução às atividades estudantis,

> nos casos de barricadas levantadas pelos estudantes (são uma tradição na FRANÇA e em Maio/1968 foram feitas principalmente com automóveis com as rodas retiradas, paralelepípedo arrancados dos calçamentos e móveis pesados):
>
> a) Verificar se podem ser utilizadas para isolar as áreas, em tal caso, trancá-las ("virar a ponta do prego").
>
> b) Caso contrário, romper as barricadas, empregando veículos blindados (o efeito psicológico é tremendo).
>
> No tocante aos veículos automóveis, utilizados pela Polícia, as maiores baixas em maio/68, foram devidas a pneus furados (pela disseminação de tachas, pregos, tridentes metálicos, etc, na pavimentação) e a quebra, a pedradas, dos parabrisas:
>
> a) Todos os veículos automóveis destinados à Action – de Frappe estão equipados com pneus maciços;
>
> b) Foi idealizada e construída uma grade forte, de arame grosso de 2x2cm (...) defendendo contra as pedradas[392].

É relevante observar nas medidas citadas a preocupação não apenas logística do agente do governo, bem como seus efeitos psicológicos. As ações deveriam ser realizadas em precaução aos prejuízos sofridos na Europa pelo comando policial. O documento trazia ainda o resultado de um teste utilizado na França, no qual o "gás lacrimogênio não mostrou grande eficácia nas grandes áreas, para dispersar a turba. Assim sendo, pensam que só é aconselhável usá-lo como meio de apoio (atirado com morteiros, por cima ou além de um grupo), ou para desarticular elementos em ambientes fechados"[393]. Iniciava-se, quase cinquenta anos atrás, o uso do gás lacrimogênio para dispersar multidões, um dispositivo ainda hoje não utilizado com a devida sabedoria, naquele ano mostrava-se ainda ineficiente. Talvez a mais importante lição do documento estivesse presente em suas primeiras linhas e em destaque: "É necessário

---

[390] Folheto do Grêmio Estudantil do Colégio Estadual de Pernambuco. Fundo: SSP/APEJE/DOPS. Prontuário Funcional nº 29 096, Recife-PE, 1968.

[391] Ensinamentos que tiraram dos choques de maio/68. Prontuário Funcional nº 28.801. Arquivo DOPS. APEJE, 1968.

[392] (Ibid.) Ensinamentos que tiraram dos choques de maio/68. Prontuário Funcional nº 28.801.

[393] (Ibid.) Ensinamentos que tiraram dos choques de maio/68. Prontuário Funcional nº 28.801.

não subestimar a capacidade dos estudantes para a improvisação". Este é um ponto que já foi enaltecido em nosso trabalho, a incrível capacidade que o movimento estudantil tem de se reinventar, de agir sob pressão e uma enorme capacidade improvisação.

Em julho, Informação[394]da Delegacia Auxiliarintitulada "Relação de nomes de estudantes presos dia 23 julho 1968 em comício relâmpago" revelava o nome e os dados de cinco manifestantes presentes em comício realizado nas ruas do centro da cidade contra os aumentos nas passagens de ônibus.Os jornais da data seguinte apontam o insucesso dos comícios graças à violência da polícia. Os estudantes planejavam protestar em frente à Prefeitura Municipal, e entregariam ao prefeito da cidade um memorial reivindicando a revogação do aumento, mas o encontro não chegou a acontecer graças ao forte aparato policial postado por todo o centro da cidade. Da manifestação "participaram operários, trabalhadores e estudantes. Alguns universitários chegaram a realizar comícios relâmpagos nas filas de ônibus, resultando na prisão do acadêmico Silvio Batuschani da Faculdade de Filosofia além de três moças com identidades não reveladas". No entanto em nosso Informe constam os nomes de Samuel Moreira Magalhães, industriário, 43 anos, Rosane Alves Rodrigues, estudante, 21 anos, Madalena da Graça Maia e Rosa Maria Maia, irmãs, estudantes, 14 e 17 anos, além do já citado no jornal, Silvio Batuschani.

No início do mês de agosto, o encaminhamento nº 088[395] datado do dia 06 daquele mês, trazia como seu assunto "Atividades Psicológicas" e revelava um exemplar da "Operação Esvaziamento", que tinha por finalidade "fornecer algumas diretrizes para que as agências do SNI possam estimular e coordenar ações de outros órgãos (oficiais ou particulares) no sentido de neutralizar as agitações previstas para agosto", uma vez que os órgãos de inteligência sabiam que aquele seria um mês de realização de eleições em diversos Diretórios da capital. Aquela operação tinha como principal objetivo alinhar e fortalecer o discurso pró-governo pela reforma universitária. O documento detalhava que

> com base no vídeo-tape de uma entrevista com o Prof Sucupira (Conselheiro do Grupo de Trabalho do MEC para a implantação da reforma na Universidade), estimular e coordenar ações de outros órgãos, tendo em vista o seguinte:
>
> a. O referido tape caracteriza o fato do governo estar, efetivamente empenhado na reforma da Universidade brasileira.
> b. As ações subsequentes (durante o mês de agosto) deverão convergir para a seguinte linha de persuasão: 'embora o governo se empenhe na reforma da

[394]Relação de nomes de estudantes presos dia 23 julho 1968 em comício relâmpago. Prontuário Funcional nº 29 096. Arquivo DOPS. APEJE, 1968.
[395] Encaminhamento nº 088. Operação Esvaziamento. Prontuário Funcional nº 1679. Arquivo DOPS. APEJE, 1968.

> Universidade, minorias estudantis, manejadas por outros interesses, procuram promover o caos.
>
> A apresentação do tape deverá ser acertada com as emissoras locais (...) [e] transmiti-lo em horário de audiência. O tape se encontra em poder da Agência Nacional local à disposição do SNI[396].

Esta é uma clara demonstração do quão autoritário se expressava o regime naquele momento. Suas estratégias psicossociais utilizando a Agência Nacional para efetuar sua comunicação assemelha-se às táticas fascistas de propaganda e consenso. E a operação não ficava por aí, ela previa que "as ações subsequentes [poderiam] ser as mais variadas possíveis, desde o lançamento de panfletos, até a convocação de entrevistas, noticiário de jornais e rádio, sempre utilizando a possiblidade de reunir esforços e recursos em todas as áreas"[397]. Um panfleto da operação anexado à Informação 1797-D, constante do mesmo Prontuário[398], traz uma exortação aos trabalhadores em desvalorizar a luta armada. O Panfleto dizia "Trabalhador, luta armada? Você está sendo forçado para uma luta entre irmãos por homens sem família e sem pátria. Querem destruir o seu lar! Sua mulher e seus filhos, seus pais e seus irmãos serão as vítimas". A estratégia era dissociar a causa estudantil do restante da população e despertar nas pessoas o receio das consequências de uma luta generalizada, além de justificar os insucessos da gestão às movimentações sociais e não o contrário, quando exorta dizendo "nordestinos, Não há continuidade que resista ao ódio e intriga entre seus filhos. Não há processo que resista à destruição e à inércia.Não há desenvolvimento que resista a descontinuidade e à balbúrdia. Não há trabalho que resiste ao solapamento e a má fé". Entre as frases o panfleto traz os dizeres "Agitação é tudo isso" em caixa alta e repetidamente afirmando que "agitação é tudo isso. Amigo você tem um papel importante no momento brasileiro. Sua tranquilidade e a dos seus dependem de você. Queremos reformas! Fora com a agitação"[399].

[396] (Ibid.) Encaminhamento nº 088. Operação Esvaziamento. Prontuário Funcional nº 1679. Arquivo DOPS
[397] (Ibid.) Encaminhamento nº 088. Operação Esvaziamento. Prontuário Funcional nº 1679. Arquivo DOPS
[398] Informação 1797-D. Panfleto da Operação Esvaziamento. Prontuário Funcional nº 1679. Arquivo DOPS. APEJE, 1968.
[399] (Ibid.) Informação 1797-D. Panfleto da Operação Esvaziamento. Prontuário Funcional nº 1679.

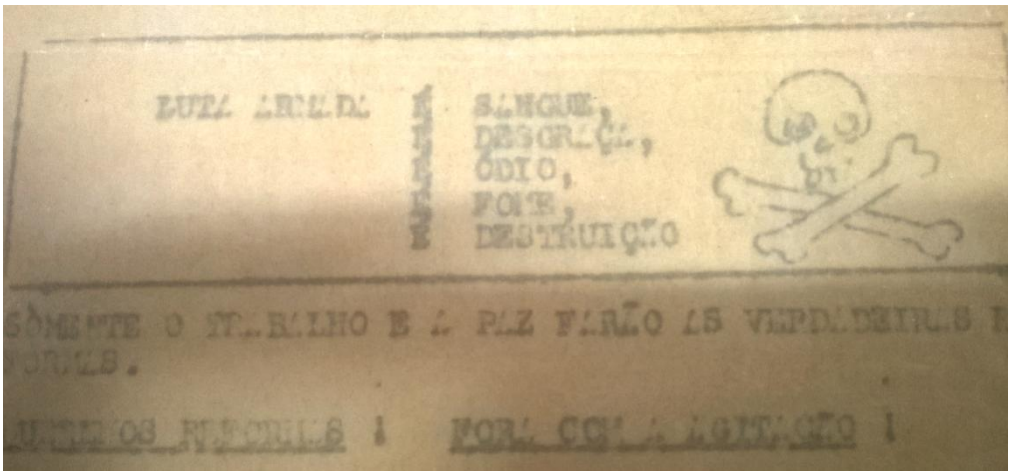


Figura 4 – Cabeçalho do panfleto da Operação Esvaziamento empreendida pelo regime na busca de bases sociais entre as classes operárias e populares. Notem o caráter de terror atribuído à luta armada como sinônimo direto da morte, representada pela caveira ao lado. Classificada em seu próprio encaminhamento nº 88 de agosto, 1968 como "Atividades Psicológicas", o panfleto procura incutir um papel negativo à luta armada junto às classes operárias. Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional nº 1679. 1968.

A edição do Diário da Noite de 17 de agosto de 1968 noticiava as eleições havidas para escolha da presidência de diversos Diretórios Acadêmicos da capital pernambucana. Segundo a matéria foram eleitos presidentes para 21 órgãos de representação estudantil nas Faculdades da Universidade Federal, Católica e da Fundação de Ensino Superior. As chapas vitoriosas na política universitária, em sua maioria se propunham a lutar contra a deficiência do ensino, por novos currículos e pela autenticidade das entidades que representam. Na Faculdade de Ciências Econômicas o pleito foi dos mais movimentados. A chapa lançada pelo Diretório, que há quatro anos mantinha seus candidatos, foi derrotada. Nas demais escolas as eleições transcorreram normalmente apresentando um mínimo de abstenções. Em medicina, "os ânimos estiveram agitados durante a apuração da urna do terceiro ano médico, e o presidente da mesa professor Ageu Magalhães Filho teve que intervir diversas vezes para acalmar os ânimos dos estudantes".[400] A confusão começou no 3º ano médico quando dois alunos votaram e não assinaram a lista de presença, dando margem a que a chapa derrotada alegasse a existência de irregularidades, cabendo agora ao Conselho da Faculdade decidir as medidas a serem tomadas.

No curso de engenharia a matéria destacava a larga vantagem com que o estudante "Galego" Rosa Borges (393 votos) venceu seu oponente mais próximo (com 160). No curso de Farmácia a chapa Movimento Vanguarda, encabeçada por Manoel Fernando de Brito, "oposição ao diretório e considerada de esquerda, já estava assegurada. Ninguém quis apostar

[400] Diário da Noite 17 de agosto de 1968. Prontuário Funcional nº 29 096. Arquivo DOPS. APEJE, 1968.

contra ela. Manoel teve 90 votos contra 28 e o seu vice 64 contra 49. A chapa foi eleita integralmente e os derrotados abraçaram os vitoriosos". A chapa defendia "eleições livres para o Diretório Central dos Estudantes, reestruturação da União dos Estudantes de Pernambuco, melhoria do currículo, participação de um representante discente em cada departamento da Faculdade", dentre outros. Em Química, a vitoriosa foi a chapa Luta, integração e dinamismo vencendo com 106 votos contra 82 encabeçada por Marcos Tavares, que defendia "um movimento estudantil como forte, se organizado pela base, ou seja, grupo de trabalho em cada sala de aula levantando problemas e discutindo soluções, um DA sensível às aspirações de todos os estudantes. Curiosamente, a eleição para o Diretório Acadêmico da Escola de Administração que contava com chapa única teve sua apuração prolongada até altas horas da madrugada, a "chapa Integração e Trabalho, encabeçada pelo aluno Gil Borges dos Santos como presidente e Cristovam Souza Leão como vice. A chapa lutava pela criação de um centro de integração escola-empresa e a realização de uma campanha de equiparação do técnico em administração às demais profissões.

Já o Curso de Ciências Econômicas, contou com três chapas concorrentes ao seu DA: Movimento Estudantil de Integração; Movimento de Renovação e Realização; e, Movimento de Ação Realizadora, saindo vitoriosa a última. Foi esta chapa encabeçada por Ademir Alves de Melo e Cláudio Maia Gomes para presidente e vice, respectivamente. A apuração findou às altas horas da madrugada. Na Faculdade de Direito do Recife, consagrou-se vitoriosa a chapa situacionista desde o ano de 1965, Aliança Renovadora Independente (ARI). Foram eleitos para presidente e vice-presidente os alunos do 3º e 2º ano, José Thomaz Nonô Neto e Cláudio Cezar de Andrade, respectivamente. A chapa eleita saiu vencedora em todas as turmas do curso computando 362 votos contra 303 votos da chapa opositora. "O clima observado no recinto da apuração, foi de agitação e disputa por parte dos eleitores, ouvindo-se à longa distância vaias e palmas"[401]. A Informação 107[402] da Delegacia de Segurança Social também traz os nomes dos estudantes eleitos para cargos de Presidente e Vice dos Diretórios Acadêmicos das Escolas Superiores do Recife. Além dos cursos já citados, o informe relata a vitória da chapa Movimento e Ação para o Diretório Central da Universidade Católica, da vitória de Romildo do Rego Barros e Cezar Augusto Sales para Presidente e Vice do curso de Filosofia da UFP e de Vera Maria Rosa Borges e Ana Lúcia Lagman para os mesmos cargos, respectivamente, na Faculdade de Filosofia do Recife, além da vitória da chapa Movimento de

[401] Diário da Noite 17 de agosto de 1968. Prontuário Funcional nº 29 096. Arquivo DOPS. APEJE, 1968.
[402] Informação nº 107. Relação dos novos dirigentes eleitos ontem para 21 órgãos de representação estudantil. Prontuário Funcional nº 0431. Arquivo DOPS, APEJE, 1968.

Unidade Independente no Instituto de Matemática, com José Sérgio Sette para o cargo de presidente e Hélcio de Matos, o vice.

A Informação nº 27/68[403] produzida pelo Centro de Operações da Polícia Militar em 04 de setembro relatava que durante "a atuação de 06 guarnições da Rádio Patrulha, no centro da cidade, por volta da 12.00 horas de 3 de setembro, foram dissolvidas manifestações de cerca de 50 estudantes que, perseguidos pela ação policial, abandonaram na rua Duque de Caxias, [diversas] faixas e cartazes". O informe destaca então os dizeres dos cartazes que seriam utilizados pelos militantes, criticando o governo militar.

> - Repudiamos a repressão nas universidades
> - O que faz a repressão policial ("manchas de sangue")
> - Lutamos por hospitais, escolas, verbas, rejeitamos a repressão.
> - O hospital Pedro II não tem gaze, esparadrapo, alimentos. Mais verbas
> - Mais verbas para a educação, menos canhão.
> - Todos pela luta: hospital. O povo precisa ser atendido. Pedro II vai fechar
> - Pedro II hospital do governo, mas o povo paga. No hospital do governo o povo paga.
> - No hospital o povo morre doente. Na rua, estudante morre à bala.
> - Hospital para o povo, verbas para as universidades.
> - No Pedro II faltam remédios, comida, cobertores.
> - O povo paga, no hospital do governo. Faltam verbas
> - Minas, Rio e Brasília – polícia massacra o povo.

Essa manifestação denunciava as precárias condições do Hospital, que servia de escola para os estudantes de Medicina da UFP. Segundo um Informe[404] da Secretaria de Segurança, no Hospital Pedro II, um "acadêmico daquele Hospital, [dava] explicações para os outros colegas e amigos como fazem o negócio". Este ativista dava instruções aos seus colegas de como articular e planejar as manifestações para o 7 de setembro, ou simplesmente, como "fazer o negócio". Naquele início do mês de setembro as diligências policiais estavam acostumadas a lidar com bastantes inquietações, devido ao feriado de Independência do Brasil, dia ligado a onda de protestos desde o malfadado golpe de 01 de abril. No dia seguinte à dispersão da passeata acima citada, o Centro de Operações e Controle da Polícia Militar de Pernambuco emitia um Informe[405] relatando que um grupo de estudantes, por volta das 11 horas do dia 04, havia provocado cenas de violência e "agitações no interior do Colégio Estadual do Recife, insuflando as alunas para que saíssem às ruas, em passeata, agredindo-as, em seguida, tendo em vista a recusa da maioria.Com a aproximação de guarnições da Polícia Militar, os agitadores abandonaram o recinto escolar". A polícia então saiu em perseguição

[403] Informação 27/68. Manifestações estudantis. Prontuário Funcional nº 1332. Arquivo DOPS. APEJE, 1968.
[404] Informação nº30/68. Ponto 3. Prontuário Funcional nº 1332. Arquivo DOPS. APEJE, 1968.
[405] Informação 28/68. Prontuário Funcional nº 1332. Arquivo DOPS. APEJE, 1968.

aos estudantes que saíram num Jeep, a perseguição findou com a prisão de Luiz Carlos Markman, comerciário, de 21 anos de idade, e Jairo Menezes Bezerra, de 20 anos de idade, aluno do Colégio Estadual do Recife, que foram entregues ao DOPS.

Preocupados com a opinião pública, a nota faz questão de esclarecer que "a atuação policial, em via pública, foi uma consequência de solicitações de inúmeros pais de várias alunas e de professores do CER, preocupados com a agitação dos que punham em perigo a segurança das jovens alunas". Naquele mesmo dia 04, um grupo de 100 estudantes esteve reunido no pátio interno da Reitoria, na rua do Hospício, "sob intensa vigilância de um dispositivo policial. Com a dispersão normal do grupo, que não tentou manifestação de rua, a tropa foi recolhida aos quartéis. O Reitor Murilo Guimarães, declarou que mais de 50% dos manifestantes não pertencia a classe estudantil"[406]. Uma estratégia reducionista comum às autoridades militares, com intuito de comprimir o movimento estudantil com a ideia de que aquelas movimentações eram realizadas apenas por militantes profissionais, alheios ao movimento, atenuando sua capacidade política mobilizadora.

No mesmo dia, por volta das 18h, duas guarnições da rádio patrulha prenderam três estudantes de medicina, quando pregavam cartazes e tentavam cobrar pedágios, provavelmente em preparação às manifestações de 07 de setembro. O agente informava que um membro da direção do Colégio Estadual de Pernambuco, solicitou a presença da polícia nas proximidades do Colégio "tendo em vista uma série de distúrbios provocados por um grupo reduzido de estudantes estranhos ao Educandário que estava impedindo as aulas e a saída dos alunos, dizendo que somente permitiriam à volta a normalidade após a chegada da Polícia"[407]. O Informe de nº 30[408] daquela Delegacia traria ainda mais articulações, agora ocorridas em 05 de setembro. Realizou-se na praça 13 de maio uma reunião "com alunas do CER e estudantes de Odontologia, a fim de falar e resolver os problemas dos colegas que estão ou vão ser presos. Disse um dos rapazes que sairiam no dia 7 de setembro, de qualquer maneira. Disse mais: 'vamos fazer guerra de soldados para estudantes!'". Mais uma vez, as manifestações da práxis estudantil recifense colocavam em cena a participação e protagonismo feminino.

Aquele grupo de jovens participando das articulações para o dia 7 de setembro era cena comum na política local. O relatório trazia algumas informações de uma delas,

[406] (Ibid.) Informação 28/68. Prontuário Funcional nº 1332. Arquivo DOPS.
[407] (Ibid.) Informação 28/68. Prontuário Funcional nº 1332. Arquivo DOPS.
[408] Informe 30/68. Agitação no Meio Estudantil. Prontuário Funcional nº 1332. Arquivo DOPS. APEJE, 1968.

Giordania, aluna do 3º ano científico do Colégio Estadual do Recife, distribuía papéis "com duas colegas e amigas, as quais se reúnem na casa de Jordania[409] que mora em Olinda; Uma grande colega sua é a Jane. Os estudantes que estavam na praça, possuíam papéis datilografados, falando sobre o governo e os cachorros do governo que são os policiais". Aquelas estudantes realizaram uma reunião da noite de 5 de setembro na Praça 13 de Maio, a fim de discutir detalhes das manifestações, como o percurso da passeata. "Os cartazes estão todos preparados. E também disseram que iriam pintar o muro do C.E.R. Segundo apurado, uma secretária de uma faculdade e outra moça estudante que é bancária é quem faz com o papel da própria faculdade os panfletos que são distribuídos pelas ruas", mais uma vez, a participação ativa das mulheres. Um boletim,[410] datado daquele dia, trás uma relação de estudantes presos constando o nome de Giordana Tenório Fontes e também da sua amiga Jane Augusta da Silva e mais três outras estudantes, Márcia Maria Marques, Noeliza da Conceição Nazareth e Elizabeth Barreto Silva.

Um Informe[411] da Secretaria de Segurança trazia informações obtidas no meio estudantil, de que no bairro de Rio Doce, na cidade de Olinda, estudantes reuniam-se numa residência ainda em local desconhecido. A informação relatava que essas reuniões aconteciam também no Teatro Popular do Nordeste, até altas horas da noite, entre estudantes "ligados às esquerdas, e a extinta UNE. Em frente ao Teatro nos dias de espetáculos ficam diversos estudantes angariando donativos em dinheiro, para financiar a ida de líderes ao Congresso da UNE, que será realizado, em lugar incerto e não sabido até o momento"[412]. Na semana anterior, os estudantes haviam realizado pedágios para angariar fundos no tradicional Teatro de Santa Isabel, ainda que "tenha sido-lhes informado, que o regulamento do Teatro proibia tais coletas pelo porteiro. Os aludidos estudantes de ambos os sexos, utilizaram após isso, a Kombi de placa 26683-PE, que era dirigida por um rapaz 'barbudo'"[413]. O relatório afirmava que segundo informações "obtidas no seio da classe estudantil, o Congresso Nacional da extinta UNE, será realizado em Belo-Horizonte, em fins deste mês, (...) [e], a viagem será efetuada por via rodoviária (ônibus), possivelmente com os nomes trocados, e será entre os dias 15 e 20, deste mês". Os estudantes recifenses, empenhados em conseguir os recursos

[409] O Informe nº30/68 consta denúncia contra Jordania, aluna do Colégio Estadual do Recife. Já a Info 133 da Delegacia Auxiliar traz uma relação de cinco estudantes presas, a qual seu nome está escrito com outra grafia: Giordana.
[410] Boletim. Relação de estudantes presos em 5 de setembro de 1968. Prontuário Funcional nº 1332. Arquivo DOPS. APEJE, 1968.
[411] Atividades Estudantis. Informe 28/68. Prontuário Funcional nº 29 096. Arquivo DOPS. APEJE, 1968.
[412] (Ibid.) Atividades Estudantis. Informe 28/68. Prontuário Funcional nº 29 096.
[413] (Ibid.) Atividades Estudantis. Informe 28/68. Prontuário Funcional nº 29 096.

necessários para ida ao XXX Congresso UNE haviam realizado outra tentativa de pedágio, na noite do dia 02 de setembro, em frente a Universidade Católica,"interrompendo o trânsito, arrecadando fundos para o financiamento do Congresso da UNE. No mesmo local minutos depois, passava uma Unidade Móvel da Polícia Civil, a qual foi vaiada pelos estudantes esquerdistas, nada podendo fazer"[414]. Os militantes conseguiriam levantar fundos e chegar a até o Congresso UNE, despistando as investidas policiais, os bloqueios nas estradas e o forte aparato burocrático de informação do governo, que com todo seu arcabouço não conseguiram descobrir a cidade correta da realização do evento até o momento de sua realização.

Em 10 de setembro de 1968 a Secretaria de Segurança Pública recebe dos órgãos de informação de Fortaleza um informe relatando que "uma grande delegação constitutiva de cerca de 180 estudantes, em 3 ônibus fretados, saíram daquela cidade somente ontem" [dia 09] com direção à cidade de Belo Horizonte para realização "do Congresso da ex-UNE, marcado para realizar-se entre os dias 10 a 15 de setembro". Os agentes do governo desconfiaram então que "Face a distância do local e a data da realização do conclave, os órgãos de informação de Fortaleza, alertam que o mesmo poderá ser realizado no Nordeste, na área compreendida entre Fortaleza e Salvador". Provavelmente os estudantes já possuíam uma estratégia coletiva para o caso de serem pegos numa blitz policial dizerem as mesmas palavras chave para não compromete a realização do Congresso na cidade verdadeira. Como sabemos, o congresso aquele ano realizar-se-ia em Ibiúna e não em Belo Horizonte. O dispositivo policial cearense em atitude desesperada resolver então prender 180 estudantes de uma só vez, quanta truculência. Não estamos falando de 180 estudantes em passeata gritando palavras de ordem, eles apenas viajavam em ônibus fretados e foram todos detidos.

Essa escalada da violência policial a partir de fins de 1966, como já explicitamos, levou o movimento estudantil a elencar em suas formas de atuação uma preocupação também com esquemas de segurança cada vez mais sofisticados. Àquela altura, os membro da UEP editavam um documento que foi intitulado "Normas de segurança para a realização do trabalho de propagandas e finanças nas ruas para o 30º Congresso da UNE"[415]. Diante da "ofensiva nacional da repressão contra o ME vem se intensificando dada a proximidade dos Congressos das UEEs e da UNE. Nós, estudantes, entretanto, não podemos deixar de desenvolver as tarefas necessárias para a realização dos encontros de nossas entidades", sendo

[414] (Ibid.) Atividades Estudantis. Informe 28/68. Prontuário Funcional nº 29 096.
[415]Normas de segurança para a realização do trabalho de propagandas e finanças nas ruas para o 30º Congresso da UNE. Prontuário Funcional nº 29 096. Arquivo DOPS. APEJE, 1968.

por isso editado e publicado aquele material com normas de segurança para as ações de propaganda, pichações e pedágios. Dentre as instruções para a realização de ações estavam programadas pichações nas ruas próximas à escola, pichações em bairros importantes, comícios relâmpagos e panfletagens.

Um ponto do documento trata apenas das "Normas para pichações noturnas", ele determinava que elas deveriam ocorrer entre as 01h e 03 horas da madrugada e poderiam ser feitas a pé (caso fosse comum moradores andarem no respectivo bairro naquele horário) ou de carro (caso não fosse).Os grupos deverão ser constituídos por exatamente quatro pessoas, se estiver a pé "deverão ser compostos de um casal que picha e dois olheiros. O casal joga fora o spray com a chegada da repressão e simula um namoro. Os olheiros não estão fazendo nada de mal, e por isso nada pode lhes acontecer, se conservarem a calma". Os militantes aconselhavam que os jovens portassem seus documentos de identidade (especialmente carteira de trabalho) para evitar a prisão por vadiagem, além de ter uma boa desculpa já premeditada para estar na rua àquela hora. De preferência uma não muito rebuscada. Em caso de imprevistos, "conservar a calma, se a repressão chegar. Se o esquema de olheiros funcionar, a repressão será ludibriada". Por isso era de fundamental importância fazer bons levantamentos da região, além de "importantíssimo uma boa discussão política antes e depois da ação, pois dela, em grande parte, depende a segurança e a firmeza do grupo".

A pesquisadora Fabíola Lucena, que pesquisou a comunicação clandestina em resistência ao regime militar, e através da pesquisa e das entrevistas observou diversos tipos diferentes de comunicação, como as pichações, os comícios relâmpagos, a panfletagem feita do alto de edifícios, a explosão de panfletos com fogos juninos para que se espalhassem, ou a distribuição de pilhas de panfletos molhados secando ao sol, para que a medida que fosse secando se espalhassem. Os militantes também transmitiam através de rádios e jornais recados para seus colegas foragidos, avisando que a polícia estava em seu encalço ou que corria perigo, usando mensagens cifradas. A pesquisadora denomina de primeira fase o período que vai entre 1964 a 1968,

> onde ainda havia alguma liberdade de expressão através de passeatas e comícios, que funcionavam como "canais" para expor as inconformidades diante do regime imposto. Foi nessa fase que houve boa mobilização da sociedade, vários setores, sendo o Movimento Estudantil (M.E.) um dos mais, se não "o mais" resistente ao regime da época. O movimento cresceu tanto após 1964, ganhando bastante respaldo e simpatia da população foi capaz de aglutinar outros grupos de resistência, nas suas atividades de combate e até muitos setores da população.

Mas o documento que analisamos dava orientações sobre as medidas de segurança a serem tomadas para pichações e ainda, as normas necessárias para realização de Comícios e panfletagens durante o dia. Era indispensável dispor de um mínimo de 30 pessoas, e

> a formação de um grupo especial de defesa da ação que deve levar no mínimo porretes, correntes ou socos ingleses camuflados. O corpo de segurança não pode brincar em serviço. Alguns segundos de hesitação podem comprometer a ação. Em comícios relâmpagos é necessária uma segurança especial para o orador que não pode ser preso em hipótese alguma. Quando o orador começa a falar os outros devem procurar ficar bem próximo dos demais.[416]

.

O aquecimento entre as forças políticas alcançara níveis extremamente consideráveis. A tradição jacobina da práxis política pernambucana se fazia cada vez mais presente e as forças policiais, incapazes de lidar com as demandas estudantis respondiam com o bradar da truculência e da repressão.

Um Informe datado de 03 de outubro denuncia que no dia anterior, foram realizadas no Recife, em diversas Faculdades locais, eleições para a escolha dos alunos que representarão Pernambuco no XXX Congresso Nacional da UNE. Os escolhidos, a começar pelo curso de Medicina foram "Umberto Câmara, Marcos Burle de Aguiar e Carmem Chagas; em Arquitetura a aluna Vera Martins e da Faculdade de Educação, (...) foi a aluna Lusinete Lima. O Instituto de Teologia, vinculado a UCP, mandará o seu aluno Valfrido de Assis Silva". A informação apesar de verdadeira é incompleta, pois na lista de estudantes presos teremos ainda a presença de outros líderes da bancada de Pernambuco naquele conclave.

O Jornal do Commercio de domingo 13 de outubro traz estampada na capa o título "1.240 estudantes presos no Congresso da ex-UNE". A polícia paulistana "cercou e prendeu, sem muita resistência, na manhã de ontem, numa chácara próxima à cidade paulista de Ibiúna, todos os 1240 participantes do XXX Congresso da ex-UNE. Entre os presos figuram os líderes Vladimir Palmeira, Luis Travassos assim como vários jornalistas".O Informe nº 39/68[417], datado do dia 15 de outubro de 1968, relata ter constatado que os estudantes estavam programando para aquele dia uma série de manifestações de rua. O investigador denunciava que, "segundo consta, vão usar contra a polícia, pedras, bolas de gude e até mesmo arma de fogo. Consta ainda, que os estudantes da Universidade Católica, estão de posse de um mapa da cidade do Recife, para planejamento de operações estudantis". Aquele comunicado foi

[416] (Ibid.) Normas de segurança para a realização do trabalho de propagandas e finanças nas ruas para o 30º Congresso da UNE. Prontuário Funcional nº 29 096.
[417] Informe nº39/68. Prontuário Funcional nº 29 096. Agitação estudantil. Arquivo DOPS, APEJE, 1968.

apurado no dia da manifestação e então rapidamente compartilhado pelo poderoso sistema informacional da burocracia estatal repressora. A informação nº40/68[418] no entanto, dava conta do ocorrido, e afirmava que naquele dia, por cerca das 18 horas, na região central da cidade iniciavam uma passeata, em protesto à prisão de todos os delegados que participavam do XXX Congresso da UNE em Ibiúna, estado de São Paulo, a "passeata da qual participavam cerca de 600 pessoas, foi dispersada por elementos desta Corporação. Os estudantes realizavam uma série de desordens, paravam o tráfego e soltavam fogos de artifícios, deixando a população em pânico, quando foram dispersados"[419] culminando com a prisão de oito manifestantes. Segundo o investigador, a manifestação seguiu com críticas às autoridades constituídas e "ao regime da nação, com aproximação da Polícia para a dispersão da passeata, receberam os nossos policiais com pedradas, fogos de artifício em direção aos policiais, tendo saído feridos, um Cabo e um Policial da CPO, estando o policial baixado ao H.P.M.", e para além do conteúdo crítico da manifestação, ressaltemos também a solidariedade dos colegas com o ocorrido, em mobilizar em plena repressão uma passeata com mais de 600 pessoas.

A informação nº16[420] da Delegacia de Segurança Social editaria no dia seguinte uma lista contendo os nomes de todos os "estudantes pernambucanos envolvidos no Congresso da UNE em São Paulo".O informe continha nomes já conhecidos e citados em nosso trabalho como, por exemplo, o deArnout de Holanda Cavalcanti, do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH), Cândido Pinto, que venceria as eleições para UEP no final daquele ano, Carmem de Castro Chaves, Humberto Câmara Neto, Marcos Burle de Aguiar, Maria Luzinete Lima e Vera Martins ambas da Faculdade de Educação, Romildo Rego Barros em Filosofia, entre outros. A lista consta um total de trinta e nove alunos pernambucanos naquele Congresso, um número bastante expressivo para a repressão sofrida nos idos de outubro daquele ano.

Os jovens detidos seriam mandados de volta para seus respectivos estados, e no caso da delegação de Pernambuco, o motorista responsável por trazê-los seria interrogado[421] imediatamente após deixar os estudantes também nas proximidades do quartel. O motorista afirmara "que partiu do Estado de SP quinta feira, dia de 17 do corrente, as 19horas,

[418] Informe nº40/68. Manifestações estudantis. Fundo: SSP/APEJE/DOPS. Prontuário Funcional nº 4209. Recife-PE, 1968.
[419] (Ibid.) Informe nº40/68. Prontuário Funcional nº 4209. Manifestações estudantis.
[420] Informação nº 16: Estudantes pernambucanos envolvidos no Congresso da UNE em São Paulo. Fundo: SSP/APEJE/DOPS. Prontuário Funcional nº 0431. Arquivo DOPS. APEJE, 1968.
[421] Depoimento: Estudantes procedentes do estado de São Paulo. Fundo: SSP/APEJE/DOPS. Prontuário Funcional nº29 096. Recife-PE, 1968.

conduzindo 26 estudantes no ônibus 101 da Auto Viação Progresso, chegando em Recife hoje, (19 de outubro), as 19h25". O motorista "acrescentou ainda, que ao deixar o Estado de São Paulo, foi acompanhado pela polícia até transpor a fronteira paulista e que a viagem ocorreu sem qualquer incidente, tendo os estudantes se portado de maneira exemplar, sem fazerem ao menos a mínima algazarra."

Relatório[422] produzido em outubro daquele ano trazia um balanço resumido de ações estudantis em outros estados no nordeste, demonstrando que a insatisfação e as contradições do novo sistema social, político e econômico estavam chegando num nível demasiado amplo. Na Bahia, apesar das ressalvas do secretário de segurança o governador permitiu uma manifestação de protesto aos estudantes presos em Ibiúna, o saldo foi de muitas manifestações "pichamentos, distribuição de panfletos, ataques ao Governo e quebra de vidraças do Palácio do Governo. Houve tiroteio entre a polícia e estudantes, saindo feridos um soldado da PM e um estudante. Hoje os estudantes estão em Assembleia, há indício de outra passeata amanhã"[423] . Em Fortaleza os estudantes tentaram realizar uma passeata no centro da cidade, "sendo impedidos pela polícia. Foram apreendidas em poder dos manifestantes várias bombas molotov. Foram presos Hélio Monteiro Nóbrega, 2º ano de Engenharia e Maria Nadja, 4º ano de Filosofia, que conduziam bombas molotov, numa sacola"[424]. Na Paraíba, os estudantes continuavam "realizando manifestações de protesto às prisões havidas em São Paulo; o Governador João Agripino declarou que usará todo o seu prestígio junto as Autoridades Federais, na defesa dos estudantes para os mesmos presos em São Paulo". Em Alagoas e Sergipe, um caso curioso, a "polícia descobre no município de Porto Real do Colégio, Alagoas, homens dizendo-se Major e Tenente e uma mulher conduzindo uma caminhonete com grande quantidade de armamentos e munições"[425]. Essa cidade fica numa região fronteiriça com o estado de Sergipe, mais tarde "foi descoberto no município de Japoatã, Sergipe, um homem se dizendo Major acompanhado de uma mulher, mantendo ligação com grupo preso em Alagoas"[426]. Uma possível tentativa de resgate? O documento não aborda. Mas estava claro que aquele carro não estava ocupado por militares. Aquelas pessoas e suas armas e munições talvez integrasse algumaorganização contestatória.

[422] Ações estudantis nas capitais do nordeste. Fundo: SSP/APEJE/DOPS. Prontuário Funcional nº 1332. Recife-PE, 1968.
[423] Ações estudantis nas capitais do nordeste. Fundo: SSP/APEJE/DOPS. Prontuário Funcional nº 1332.
[424] Ações estudantis nas capitais do nordeste. Fundo: SSP/APEJE/DOPS. Prontuário Funcional nº 1332.
[425] Ações estudantis nas capitais do nordeste. Fundo: SSP/APEJE/DOPS. Prontuário Funcional nº 1332.
[426] Ações estudantis nas capitais do nordeste. Fundo: SSP/APEJE/DOPS. Prontuário Funcional nº 1332.

No dia 23 daquele mês, a Delegacia Auxiliar recebe um breve relatório com título "Inquietação Estudantil"[427], constando informações de que "as atividades estudantis como instrumento de processo revolucionário desencadeado pelos militantes, prosseguem em todo o território nacional visando a conquista da opinião pública" e isso representava motivo de grandes preocupações ao governo. O investigador reconhecia que o movimento até aquele momento não conseguiu atingir a maioria dos estudantes e que "embora não se dediquem inteiramente à baderna e agitação, mostram-se apáticos sem reações ao processo desagregador desencadeado. Alguns que se deixaram sensibilizar por nossas atuais dificuldades, são inocentes úteis sem consciência do papel que desempenham[428]". Novamente na estratégia de afastar os estudantes de sua luta, o investigador afirmava que alguns se deixaram levar pelo momento desafiador por qual passava o governo, inocentes do papel que desempenham sendo "úteis" para os interesses estrangeiros de agitar o Brasil e criar condições de desordem e desgoverno. Para o investigador, essa minoria restante são os que prosseguem "explorando o sensacionalismo, consegue manter o estado de inquietação que estamos vivendo pelo anúncio de determinadas ações a serem realizadas que, na maioria das vezes, não chegam a ocorrer".

Mas os estudantes articulavam uma movimentação para aquele dia 23 de outubro, e, segundo o documento, "o preparo de material para essa passeata está intenso, consistindo de material ofensivo como bombas molotov, paus, pedras, etc e que estariam sendo armazenados; os pedágios organizados visam, no momento, à aquisição do material acima"[429]. É óbvio que os estudantes poderiam estar preparando-se para o combate armado, bem como isto pode não passar de uma acusação do investigador para justificar o uso da violência contra à manifestação pacífica. No entanto, após expor a preparação dos estudantes, o agente atribui duas estratégias interessantes do movimento estudantil com o protesto,uma,era usar o confronto com a polícia para acostumar o povo a combater, e demonstrar que a polícia não era invulnerável e que se podia lutar de igual para igual contra ela.A outra, eraa pretensão de "sensibilizar a opinião pública com espancamentos provocados de estudantes por parte da polícia". Não creio que fosse objetivo dos estudantes apanhar para sensibilizar a opinião dos veículos de informação e da população em geral. Os agentes é que deveriam mensurar as consequências de suas ações como agentes do Estado diante da opinião pública, e refletir sobre as violências utilizadas para reprimir as manifestações estudantis, legais e democráticas. Para o sucesso da manifestação naquele dia, os estudantes foram acusados até de elaborar uma

[427] Inquietação Estudantil. Fundo: SSP/APEJE/DOPS. Prontuário Funcional nº 1332.
[428] Inquietação Estudantil. Fundo: SSP/APEJE/DOPS. Prontuário Funcional nº 1332.
[429] Inquietação Estudantil. Fundo: SSP/APEJE/DOPS. Prontuário Funcional nº 1332.

publicação de uma suposta permissão do governador para a passeata, porque no ano de 1968 houve caminhadas reprimidas, mas também algumas consentidas, quando a ditadura procurava, devido a pressões da opinião pública, fazer alguns acenos "democráticos".

Em 1968, o movimento estudantil "atingia seu ponto máximo de agitação dos problemas sociais, com a denúncia das deficiências do ensino e da falta de liberdade [...] Em quase todos os diretórios realizaram-se eleições [...] vencendo os grupos de esquerda maciçamente". Foram justamente essas vitórias que motivaram os estudantes ao próximo passo, que era fazer voltar a funcionar a União dos Estudantes de Pernambuco – UEP. Foi justamente sob essa nova atmosfera de otimismo que

> reavivou-se a UEP, concorrendo como candidatos à presidência: Cândido Pinto de Melo, Humberto Câmara e Valmir Costa, representando as correntes políticas agrupadas na Escola de Engenharia, na Faculdade de Medicina e na Universidade Rural, respectivamente. Venceu Cândido por uma pequena margem de trezentos votos, num eleitorado de sete mil, Humberto ficou em segundo lugar. Na realidade, além de excelente aluno de engenharia, Cândido era um líder nato.[430]

Informe[431] da Delegacia Auxiliar trazia o título "Eleições para o UEP (órgão extinto pelo governo)", relatando que no dia 30 de outubro (quarta-feira), três chapas de "esquerda" concorriam para a presidência da Entidade e cujas plataformas eleitorais "combatem a ditadura". Naquela data também ocorreriam eleições para o DCE da UFP e da FESP, atual UPE.Vencedor daquelas eleições,num pleito muito disputado entre o PCBR e a AP, Cândido, àquela altura, já havia desenvolvido

> uma proeminência no ME e projet[ou]-se como principal líder estudantil da Escola de Engenharia de Pernambuco do período, chegando a outubro de 1968 a eleger-se presidente da União dos Estudantes de Pernambuco (UEP) - desarticulada desde o golpe - numa eleição acirrada contra a Ação Popular, representada por Marcos Burle de Aguiar. E os meses seguintes marcaram o descenso do movimento de massas, apesar de ainda haver, indiscutivelmente, uma efervescência política muito grande e um combate diário ao Regime. Denunciava-se aos estudantes primeiramente e, quando possível, à sociedade em geral, nas atividades promovidas, as arbitrariedades da ditadura e conclamando-a lutar em prol de uma universidade e sociedade melhores e mais democráticas. Pois o movimento estudantil carrega a marca da junção das suas pautas internas, mais corporativas por assim dizer, com as questões sociais mais gerais.[432]

---

[430] CAVALCANTI, Paulo. O caso eu conto como o caso foi. 2º volume. 1980. p. 263.
[431] Informe: Eleição para a UEP. Fundo: SSP/APEJE/DOPS. Prontuário Funcional nº 29.096. Recife-PE, 1968.
[432] FERREIRA, Maicon. Nos interstícios do golpe: resistência da juventude em PE à Ditadura Civil-Militar. UFPE. 2014.

Cândido Pinto de Melo era um líder com bastante influência na Escola de Engenharia, que como já vimos, era um centro relevante de conscientização e debate político. As eleições para a UEP daquele ano trariam uma condição distinta de ser observada, pois pelo menos

> em Pernambuco, quase todos os diretórios acadêmicos estavam nas mãos das esquerdas, em seus variados matizes. Mesmo antes de 1964, jamais o movimento estudantil alcançara um nível de lutas tão alto, a ponto de as eleições para a conquista de cargos nos órgãos discentes das Universidades se realizarem em disputas internas entre grupos marxistas, uns mais à esquerda do que outros.
> O pleito para a escolha da chapa da União dos Estudantes de Pernambuco, em princípios de 1968, por exemplo, efetivou-se diante da opção PCBR e AP, ou seja, [...] ambos de linha radical.[433]

Matéria do Diário de Pernambuco publicada em 07 de novembro trazia informações da posse de Cândido Pinto como presidente da União dos Estudantes de Pernambuco e de Carlos Henrique na presidência do Diretório Central dos Estudantes da UFP. Naquele momento, a grande bandeira levantada pelos estudantes era em favor do voto nulo nas próximas eleições municipais que ocorreriam em todo o país em 15 de novembro. Cândido Pinto, após investir-se no cargo, declarou aos estudantes "que participaram da assembleia de posse realizada às 20 horas, na FAFIPE, que a palavra de ordem da 'campanha pelo voto nulo' não seria lançada, ontem, porque pretende, juntamente com as demais lideranças estudantis, estender a campanha a outros setores da população"[434]. Apresenta-se mais uma vez a tendência já recorrente de estender-se entre as lutas de outros grupos comum à dinâmica do movimento estudantil. A matéria relata que também "foi divulgada entre os universitários, por ocasião da posse dos presidentes da UEP e DCE, violento panfleto. No documento, a liderança universitária condena as eleições do próximo dia 15".A luta em favor do voto nulo aconteceu por todo o país para as eleições municipais que aconteceriam naquele mês, e, em Pernambuco, os estudantes a defenderam fortemente, pois representava um sinal de protesto pela democracia limitada e liberdade vigiada impostas pelo regime.

A posse de Cândido foi um evento especial para o movimento estudantil, por se tratar, primeiro, de ter sido o primeiro pleito direto para presidência da UEP após o golpe de 01 de abril, e segundo, para o PCBR, que naquela eleição alcança a hegemonia e conquista a presidência da entidade retirando do PCB a primazia sobre uma das suas bases mais fieis. O esquentamento político iniciado em 1961 com o governo Arraes na prefeitura, o MCP, as reformas de base, alcançara em fins de 1968 o ápice de atritos das relações sociais, políticas e

[433] CAVALCANTI, Paulo. O caso eu conto como o caso foi. 2º volume. 1980. p. 76.
[434] DP. 07 de novembro de 1968.

econômicas. A temperatura desse esquentamento coercitivo levou ano após ano a novas dissidências na esquerda, bem como a representação delas no Movimento Estudantil. A vitória do PCBR na UEP demonstrava algumas tendências interessantes, primeira no que diz respeito à radicalização social e política que o Brasil vinha passando como um todo, devido ao recrudescimento do regime desde fins de 1966, levando os movimentos sociais a crerem na violência política como único recurso para se articular o fim do regime ditatorial, segunda como uma característica positiva dessas dissidências, evidenciando a busca dos movimentos sociais por um modelo que atendesse às suas necessidades reivindicadas.

A vitória do PCBR demonstrava também como parte considerável das bases do PCB no movimento estudantil recifense optou pelo caminho radical, fazendo com que os comunistas revolucionários na nova legenda tomassem do PCB a União dos Estudantes de Pernambuco, uma das últimas no país que permaneciam sob a égide dos comunistas. Na UNE, a Ação Popular já era o grupo majoritário. Essa radicalização não pode ser explicada genericamente pela tese do revide, onde o regime endureceu devido aos atos "terroristas" de manifestantes, nem de que os movimentos esquentaram em revide ao recrudescimento da ditadura. A pesquisadora Marcília Gama determina que as práticas repressorasda ditadura vão se moldando a suas necessidades com o passar dos anos, sendo a repressão

> o recurso usado no intuito de controlar a oposição advinda dos grupos de esquerda e daqueles segmentos contrários à subordinação do Brasil ao capital estrangeiro, fato denunciado pela oposição como uma política criminosa de entreguismo. Essa política passa, sobretudo, pela entrada maciça do capital americano, injetado no país na indústria de base, de bens de consumo e tecnologia, através de vários acordos estabelecidos com os EUA a partir da implantação do regime civil-militar.[435]

A violência do Estado tinha como objetivo seus interesses econômicos e de seu bloco aliado: as alites empresariais brasileira e o capital monopolista financeiro estadunidense. Já por parte dos manifestantes, essa valorização

> da violência como forma de atuação política tem seu berço na experiência das lutas anticoloniais, sobretudo Argélia e Vietnã. O contexto de violência dessas guerras engendrou um conceito de "violência justa", "violência de resposta", "violência do oprimido contra o opressor". Uma violência que não seria apenas um recurso extremado de defesa, mas um ato valorizado em si próprio, um gesto construtor de identidade, um ato libertador.[436]

[435] SILVA, Marcília Gama. Informação Repressão e Memória. UFPE. 2014, p. 56.
[436] ARAÚJO, Maria Paula. In: FICO, Carlos [et.al]. Ditadura e Democracia na América Latina. 2008, p. 252

Esse caminho da violência justa tornou-se resposta para muitos militantes estudantis, sobretudo os provenientes de cisões com o PCB, descontentes com seu posicionamento legalista diante de um regime violento e opressor. Argélia e Vietnã davam exemplos de luta contra o colonizador. Cuba e China mostravam caminhos "que pareciam apontar o primado da ação, da vontade e das armas para o caminho da transformação social – em detrimento do moroso e viciado jogo de negociações parlamentares, no qual pareciam submergir até mesmo os partidos comunistas e socialistas"[437]. O discurso radical estava presente em praticamente todas as publicações das esquerdas brasileiras, à exceção do PCB que recebia da "esquerda dissidente, crítica ferrenha [por ser] visto como imobilista, pacifista e reformista", no entanto, Gorender nos aponta que essa

> radicalização retórica era maior do que a efetiva. Algumas correntes pareciam disputar em leilão o avanço das propostas. Dirigentes perdiam a capacidade de avaliar, com aproximação correta, o estado de consciência das massas, sua disposição de seguir certas palavras de ordem, as circunstâncias conjunturais, etc. O distanciamento entre a realidade retórica chega a extremos naquelas correntes cujo desajuste tático as mantém marginalizadas do movimento de massas. Tal como foi o caso característicos da POLOP e do PC do B.[438]

Vimos algo parecido quando o militante e dirigente Marcelo Mário de Melo nos aponta como uma "fantasia do PCBR [em] tentar tanto manter a tradição dos Partidos Comunistas como fazer a luta armada". Ainda assim, o partido toma as rédeas da política estudantil em Pernambuco com Cândido Pinto assumindo a presidência da entidade. Logo em seguida a posse da nova presidência da UEP, um Informe[439] da Delegacia Auxiliar relatava a chegada de 72 Universitários provenientes da Faculdade de Direito da Bahia, sendo alguns deles, participantes do Congresso UNE de Ibiúna estavam hospedados em diferentes lugares da cidade. Segundo a Informação, a presença dos estudantes tinham como justificativa uma promessa do "Governador Nilo Coelho, através de seu assessor, que lhes prometera, terminariam o ano letivo universitário em Faculdade do Recife (o da Bahia se encontra fechado)". Mas a preocupação maior dos órgãos de informação era a desconfiança que o motivo real da visita fosse de "os estudantes [estarem] no propósito de encerrarem o XXX Congresso da UNE, interrompido em São Paulo pela Polícia e que, já estaria praticamente acertado seria na cidade de Caruaru-PE, no dia 5 passado"[440]. Já vimos em muitos outros

[437] ARAÚJO, Maria Paula. In: FICO, Carlos [et.al]. Ditadura e Democracia na América Latina. 2008, p. 255
[438] GORENDER, Jacob. Combate nas Trevas. 1987, p. 49.
[439] Informação nº256 – B-E/2. Fundo: SSP/APEJE/DOPS. Prontuário Funcional nº 29 096. Recife-PE, 1968.
[440] (Ibid.) Informação nº256 – B-E/2. Prontuário Funcional nº 29 096.

momentos a importância que tinha Pernambuco no cenário político nacional, como uma das expressões de muitos movimentos políticos.

Observamos em diversos momentos Congressos e importantes encontros serem sediados no estado, então seria provável articular-se um evento desta magnitude em Caruaru, mas nesse caso não sabemos se essa informação era real ou simples despiste para a polícia ou ainda um exagero dos órgãos de informação, algo também comum. Anexado à informação há uma lista,datada de 14 de novembro, constando o nome de 32 hospedarias da cidade, uma verdadeira caça aos estudantes baianos, no entanto mal sucedida, pois no final da lista o agente conclui "todos os responsáveis destas hospedarias, informaram que esses elementos não se hospedaram nas mesmas. [E que] O responsável da Hospedaria Planalto informou que no dia da chegada dos estudantes na rodoviária, foram dispersados por um grupo de policiais"[441].

Em 11 de novembro, o Informe nº 49/68[442] da Secretaria de Segurança Pública divulgava que "o Grupo Escolar José Mariano no Pina, tem sido visitado por elementos que se dizem pertencer a diretoria dos grêmios estudantis dos Colégios Marista e Salesiano, procurando entrar em contato com a diretoria do grêmio daquele Grupo", dois colégios de origem católica, provavelmente os estudantes seriam membros da AP, comprovando àquela altura o crescimento da organização nas articulações em Pernambuco. Os militantes visitaram aquela escola mais de uma vez, com "finalidade de arregimentar os grêmios estudantis dos diversos colégios para encetar um movimento de PROTESTO contra o aumento das passagens de ônibus e anuidades escolares"[443]. Por estarem a poucos dias das eleições municipais o intuito da manifestação poderia também incluir a política municipal, aja vista termos tão ampla parcela da massa estudantil politizada e participativa. Naquela ocasião, na "primeiravisita, os elementos foram admoestados pelo Diretor do referido Grupo, tendo sido suspensas as aulas na sexta-feira a fim de evitar a visita dos já citados elementos, os quais prometeram voltar hoje (segunda-feira) àquele Grupo, a fim de manter diálogo". A insistência do grupo demonstrava o alto interesse de articular essa manifestação, mesmo já tendo passado o período de eleições para UEP e já ter havido a posse de Cândido, a razão daquelas visitas eram realmente para cooptar mais entidades a participarem das manifestações contra o regime e sua política, principalmente a educacional como a reforma proposta para o ensino.

[441] (Ibid.) Informação nº256 – B-E/2. Prontuário Funcional nº 29 096.
[442] Informação 49/68 Visita de grupo de agitadores ao grupo escolar José Mariano. Prontuário Funcional nº 1332. Arquivo DOPS. APEJE, 1968.
[443] (Ibid.) Informação 49/68. Prontuário Funcional nº 1332. Arquivo DOPS. APEJE, 1968

O Diário de Pernambuco de 21 de novembro relatava reunião ocorrida em São Paulo do Conselho da União Nacional dos Estudantes com

> a participação de representantes das lideranças estudantis de todos os Estados da Federação, decidiu realizar, no próximo mês, a terceira fase do frustrado congresso de Ibiúna. Conforme a resolução aprovada pelo Conselho essa fase final do congresso nacional será realizada por região, Estado ou município, dependendo das condições de segurança. Um dos objetivos do conclave é eleger a nova diretoria da UNE. São candidatos os estudantes Jean Marc, apoiado por Paulo Travassos e José Dirceu, apoiado por Vladimir Palmeira. Hoje os dirigentes do DCE da UFP realizarão reuniões em local não revelado, e na próxima segunda a UEP estará reunida com o mesmo objetivo.O resultado do congresso será enviado à diretoria atual da UNE, no sul, que se encarregará de computar os votos e proclamar a chapa eleita.[444]

Como ressaltamos anteriormente, antes do XXX Congresso da UNE a UEP se posicionava essencialmente contra a votação regional ou por seção, porém em virtude da repressão havida em Ibiúna, as circunstâncias talvez tornarão essa a única forma de se compor a nova Diretoria da entidade. No entanto, a nova gestão da UEP "defendeu posição de que os congresso estaduais elegeriam uma diretoria provisória até abril de 1969, quando seria realizado um congresso nacional e eleita a diretoria definitiva. Essa posição foi derrotada, no Conselho, por 15 votos a 8"[445]. As bancadas que defenderam a tese derrotada argumentaram que "não se pode eleger uma diretoria nacional de uma entidade baseada na realidade de cada Estado. Seria necessário uma discussão política e um balanço global do movimento estudantil em todo país, para se votar na chapa que representasse a linha política que mais acertou". A UEP permanecia com a posição contrária à ideia de realizar uma eleição por região, e seus argumentos eram muito plausíveis. Mas o Conselho definiu democraticamente por votação que essa seria a forma de escolha da nova diretoria. As lideranças pernambucanas estavam

> se movimentando no sentido de realizar o congresso aqui, neste Estado, na primeira quinzena de dezembro vindouro. Também pretendem utilizar uma Faculdade do Recife, para que o certame seja aberto a todos os estudantes. Entretanto, argumentam que só poderão participar da votação com direito a propostas e votos os 38 estudantes que foram representar Pernambuco, no congresso de Ibiúna. Caso alguma Faculdade não tenha representante entre os 38, poderá eleger um membro que participará da votação, durante a terceira fase do congresso.[446]

Então pode-se pensar que havia uma articulação para realização do XXX Congresso UNE em Pernambuco, mas apenas para apuração dos votos da delegação pernambucana e seu

[444] DP 21 de novembro de 1968. Prontuário Funcional nº 1332. Arquivo DOPS. APEJE, 1968.
[445] (Ibid.) DP 21 de novembro de 1968. Prontuário Funcional nº 1332.
[446] DP 21 de novembro de 1968. Prontuário Funcional nº 1332.

envio para a direção nacional. Talvez a informação da realização do encontro em Caruaru tivesse alguma veracidade, mas apenas para os militantes pernambucanos e não para todos os ativistas brasileiros.

Acontecia em novembro daquele ano, em meio a todas as inquietações sociais e políticas o Festival da Música Universitária. A Informação nº 50/68[447] de 21 de novembro relatava que estava sendo realizado na Faculdade de Filosofia (FAFIRE), "o Festival de Música Universitária. Os universitários deste Estado são os maiores frequentadores os quais cooperam com o Festival, apresentando e cantando modas por eles compostas, cujas letras são de ataque as Forças Armadas e as Autoridades constituídas do país". Em meio a posse da nova diretiva da UEP e de diversos Diretórios, da campanha do voto nulo nas eleições de novembro e aos rumores de continuação do Congresso UNE de forma presencial, regional ou local, os jovens organizaram e reuniram-se para protestar num Festival musical. O teatro, a música e a literatura foram sempre espaços de muita atuação política, de afirmação e conscientização, desde antes do golpe de 01 abril, sendo o MCP, um exemplo de que era uma prática muito forte.

Ao final daquele ano, o governo daria seu último passo para tornar-se um regime de ditadura totalmente cerrado e obscuro. De cerceamento integral de direitos democráticos e políticos à população. De caça, assassinatos e violências das mais diversas formas imagináveis. De perseguições, exonerações e arbitrariedades. O Ato Institucional nº 5, que deu ao Presidente da República poder para decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadão pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais. Aquele decreto seria o mais duro golpe desferido contra o povo brasileiro. A odiosa lei é tão esdrúxula que traz logo em seu cabeçalho uma série de justificações, antes do seu artigo primeiro.

> CONSIDERANDO que o Governo da República, responsável (...) pela ordem e segurança internas, não só não pode permitir que pessoas ou grupos anti-revolucionários contra ela trabalhem, tramem ou ajam, sob pena de estar faltando a compromissos que assumiu com o povo brasileiro, bem como porque o Poder Revolucionário, ao editar o Ato Institucional nº 2, afirmou, categoricamente, que "não se disse que a Revolução foi, mas que é e continuará" e, portanto, o *processo revolucionário em desenvolvimento não pode ser detido*; (...)
>
> CONSIDERANDO, *no entanto, que atos nitidamente subversivos, oriundos dos mais distintos setores políticos e culturais, comprovam que os instrumentos jurídicos, que a Revolução vitoriosa outorgou à Nação para sua defesa,*

[447] Informação 50/68. Festival de Música Universitária. Prontuário funcional nº 1332. Arquivo DOPS. APEJE, 1968.

> *desenvolvimento e bem-estar de seu povo, estão servindo de meios para combatê-la e destruí-la;*
>
> CONSIDERANDO que, assim, se torna imperiosa a adoção de medidas que impeçam sejam frustrados os ideais superiores da Revolução, preservando a ordem, a segurança, a tranqüilidade, o desenvolvimento econômico e cultural e a harmonia política e social do País comprometidos por processos subversivos e de guerra revolucionária;
>
> CONSIDERANDO que todos esses fatos perturbadores da ordem são contrários aos ideais e à consolidação do Movimento de março de 1964, obrigando os que por ele se responsabilizaram e juraram defendê-lo, a adotarem as providências necessárias, que evitem sua destruição,

Só a partir de todos esses pretextos rasos é que vinha então o artigo 1º da lei. Em seu primeiro parágrafo, quando afirma que o "processo revolucionário em desenvolvimento não pode ser detido" não deixando de representar um golpe dentro de um golpe, era exatamente como estudavam e discutiam os estudantes a obra de Debray, justamente nos Congressos UNE de 1967 e 1968, como vimos. Mas particularmente, é muito instigante observar a segunda justificativa listada na citação acima, pois ela poderia servir exatamente para explicar o porquê dos atos contra o governo estarem se perpetuando e se propagando por todo o Brasil, pois afirma que os "atos subversivos" são "oriundos dos mais distintos setores políticos e culturais", o que significa que os atos contra o governo, e o modelo de país por ele proposto, não vinha sendo aceito pela população em geral, dos "mais distintos setores". Aliás, a própria lei diz isso em outras palavras, afirmando que a existência desses atos "comprovamque os instrumentos jurídicos, que a Revolução vitoriosa outorgou à Nação (...)estão servindo de meios para combatê-la e destruí-la;" Ora, isso era algo óbvio, até para o próprio cabeçalho do Ato Institucional nº 5, os instrumentos jurídicos que o regime empresarial-militar empurrou goela abaixo da nação, não eram aceitos por ela, e eram esses instrumentos a razão maior das manifestações e inquietações políticas havidas no país. A partir daí, para os militares "se torna imperiosa a adoção de medidas que impeçam sejam frustrados os ideais superiores da Revolução", ao invés da adoção de reformas nos instrumentos jurídicos "outorgados à população", o regime prefere usar a violência, ainda mais. A partir dali

> aguçava-se o cerco da reação do governo às atividades estudantis. Todos os meios eram postos em ação pelos militares, desde a infiltração, nos cursos, de alunos-espiões dos órgãos de segurança – muitos admitidos à universidade sem preencher os requisitos regulamentares, burlando-se as leis do ensino sob mil disfarces – até o enquadramento de grupos de acadêmicos na Lei de Segurança Nacional. Quando não, a inexorabilidade na aplicação do Decreto 477, obrigando professores e funcionários das escolas a "fiscalizar" as atividades políticas dos discípulos, anotando os movimentos suspeitos para futuras denunciações às autoridades militares. Esse papel subalterno, a que foram levados mestres e servidores públicos das universidades, aviltou muita gente, descerrando-lhes a máscara de dedos-duros, reduzindo-os à categoria de reles alcaguetes da polícia secreta.Oficializava-se, por lei, a delação, os conselhos de professores ou congregações funcionando como

> verdadeiras delegacias de polícia, submetendo alunos e catedráticos a processos sumários de investigação, a beca de mestre reduzida a uniforme de soldado da radiopatrulha.[448]

A partir do ano seguinte o descenso do movimento estudantil tornou-se inevitável. Boa parte dos militantes foram presos, torturados ou mesmo mortos. Outros passaram para a viver na clandestinidade ou tiveram que deixar o país. O AI-5 veio frear um período de guerra de posições adotado desde o golpe empresarial-militar de 01 de abril de 1964. Nesse período o movimento estudantil procurou com muita coragem e criatividade desenvolver métodos de resistir ao regime opressor com uma atuação destacada dos comunistas. Ainda que o PCB tenha enfraquecido suas bases devido a tomada de posição reformista, entre as quatro organizações que mais receberam comunistas estão o PCBR, o PCdoB, a AP, e o PCR, desses, três são comunistas até no nome e a Ação Popular a esta altura já havia se decidido pelo marxismo-leninismo, o que facilitou a cooptação de jovens do PCB, com a diferença do viés da luta armada, defendida por muitos membros dessas organizações como única maneira de enfrentar a repressão. O AI-5 e o recrudescimento do Estado militarizado para uma violência além de brutal, cada vez mais sistemática, representam sem dúvida a derrota do sistema em lidar com os problemas da sociedade, que se exprimiam pelos movimentos sociais. A partir de 1969 um sem número de casos de violência aumentaria até o arrasamento quase por completo do movimento estudantil, entre os anos de 1972 a 1976, quando a partir de então iniciará um movimento de forças que culminará com o retorno dos movimentos sociais às ruas nas lutas pela anistia, os direitos humanos internacional, a redemocratização e a reabertura política.

Logo após o AI-5, em dezembro de 1968, com a continuidade da resistência estudantil em protestos e trotes contra o regime e a violência militar, temeroso em ver despedaçado seu status quo, o governo pratica um ato odioso de repressão, em 28 de abril de 1969. Numa parada de ônibus, nas proximidades do Museu do Estado, no bairro da Torre no Recife, por volta das vinte e duas horas, esperava seu transporte o Presidente da UEP, Cândido Pinto. Provavelmente vindo "de algum encontro com outros colegas, nas reuniões clandestinas a que eram obrigados todos quantos se empenhassem em combater o regime militarista, posto que

[448] CAVALCANTI, Paulo. O caso eu conto como o caso foi. 2º volume. 1980. p. 263.

legalmente, às escancaras, nada se podia fazer, sem os riscos de represálias policiais"[449]. À espera do coletivo naquela calçada, subitamente

> uma camioneta de cor verde escura parou diante de Cândido, dela descendo, rápido, um indivíduo corpulento, com uma máscara de meia de mulher envolvendo-lhe o rosto. Ágil, com um revólverna mão, parecendo acostumado a manejá-lo, dirigiu ao estudante breves palavras, algo semelhante a "não reaja, senão eu atiro", ao mesmo tempo em que tentava empurrar Cândido para dentro da viatura, onde se achavam outras pessoas. Pouco adiante, dois indivíduos, em atitudes suspeitas, davam cobertura ao agressor.
> Ao verificar que o estudante reagia valentemente ao sequestro, o assaltante fez posição de tiro e deflagrou sua arma, o primeiro disparo raspando o rosto da vítima, o segundo atingindo-o no ombro esquerdo, a bala perfurando o pulmão e alojando-se na espinha dorsal.[...][450] Caído ao chão, o presidente da União dos Estudantes de Pernambuco foi imediatamente socorrido por populares, que desciam de um ônibus elétrico e aos quais, tentou falar, acusando de logo, a polícia. [451]

Nem mesmo a censura do regime empresarial-militar já em 1969, pós- AI-5 foi capaz de fazer calar a opinião pública e os jornais em relação ao ocorrido. Apesar de os jornais do dia seguinte minimizarem ao máximo a ação violenta da polícia, "publicando um pequeno noticiário, quase escondido, [...] prova de que havia 'ordens superiores' no sentido de não se dar destaque ao atentado, tal como um luzir de relâmpago, a agressão a Cândido alastrou-se pelo Recife afora"[452] e no dia seguinte o revide do movimento quase imediato: greve geral estudantil de 24 horas. Todas as escolas superiores das três universidades pararam suas atividades.

Notas oficiais da UEP, dos diretórios acadêmicos "mimeografadas, distribuídas fartamente nas salas de aula e no campus; a cidade inteira tomando conhecimento da ação dos estudantes contra o atentado de seu líder. Tornava-se incontrolável o repúdio da mocidade aos métodos fascistas do governo". Este ato de violência covarde inaugurava um novo momento de brutalidade do Estado que perduraria até meados dos anos 1970, numa tentativa opressora de sufocar os movimentos sociais que buscavam maior participação política, direitos e liberdades democráticas. A partir dali, ficou evidente aos estudantes as opções disponíveis a sua atuação política: silenciar, exilar-se ou pegar em armas.

Durante o período 1964-68, os estudantes procuraram meios legais para atuar "nas brechas" deixadas pelo regime autoritário. Com a permanência dos militares no poder, as

[449] CAVALCANTI, Paulo. O caso eu conto como o caso foi. 2º volume. 1980. p. 268.
[450] "outro tiro alcançou o barbeiro José Honorato da Silva, provocando-lhe ferimento na coxa. Honorato encontrava-se no local por acaso, à espera de transporte". (CAVALCANTI, 1980, p. 268.).
[451] CAVALCANTI, Paulo. O caso eu conto como o caso foi. 2º volume. 1980. p. 268-269.
[452] (Ibid.) CAVALCANTI, Paulo. O caso eu conto como o caso foi. 2º volume. 1980. p. 269.

denúncias de violências, as torturas e os primeiros desaparecimentos, setores do Congresso e da opinião pública passaram a dar voz às demandas estudantis, como vimos. Após um período de incipiente efervescência política através de meios democráticos, usados pelos estudantes pós-golpe, a ditadura viu que não seriapossível arregimentar bases sociais nem assegurar os compromissos com o capital multinacional e, em nome "da ordem", lança mão de uma lei odiosa e antidemocrática, anticultural, antipolítica para alcançar seus objetivos e daqueles que a apoiavam. O que se seguiu ao AI-nº 5 foi um fúnebre show de horror proporcionado e patrocinado pelo Estado empresarial-militar brasileiro instalado ilegalmente com o golpe promovido pelo bloco multinacional e associados em 01 de abril. A partir dali, os movimentos sociais seriam sufocados por uma repressão esmagadora de um Estado policial fortemente equipado e preparado pelo governo estadunidense, liderado por instituições militares com tradição secular de violências físicas. Para se ter noção, em inícios dos anos 1970, auge da repressão na ditadura empresarial-militar, tinha agora como seu comandante o coronel do Exército Gabriel Antônio Duarte Ribeiro, que afirmara ter a polícia se aliado "aos órgãos de segurança no combate à subversão, distorcendo suas tradições [...]. O coronel dissera ao assumir o comando, que um dos principais objetivos da PM seria atuar no setor de informações, o que vale dizer, no setor de espionagem política, fazendo coro ao DOPS"[453].

Todo o cenário que vimos de conscientização e participação política vivenciado em Pernambuco nos anos anteriores ao golpe, e as táticas e estratégias de resistência criadas pelo movimento estudantil no que se seguiu a 1964, seriam substituídas por uma caça e prisão às principais lideranças estudantis – como Marcelo Mário de Melo preso em março de 1971–, fugaou exílio de muitos outros, criação de Leis arbitrárias de perseguição política, como o Decreto 477, que autuou dezenas de jovens pernambucanos, como o militante entrevistado em nosso trabalho, Marcelo de Santa Cruz, que foi proibido de concluir seu curso em Direito na UFPE, além de uma fortíssima repressiva policial a qualquer movimentação considerada como "subversiva", um termo, como já vimos, amplo o suficiente para atingir quem quer que fosse.O Movimento Estudantil só voltaria a atuar com certo vigorao final da década de 1970, com o ápice de sua retomada nas campanhas que envolveram o fim do regime e a redemocratização do país, assumindo àquela altura, mais uma vez, um papel relevante de mobilização e conscientização das massas na política brasileira.

[453] CAVALCANTI, Paulo. O caso eu conto como o caso foi. 2º volume. 1980. p. 273

5 Considerações finais

Este trabalho procurou estabelecer as bases da atuação comunista no movimento estudantil pernambucano entre os anos que vão da consolidação da Frente do Recife, em 1956, até a promulgação do Ato Institucional nº 05 em fins de 1968. Observou-se a importância da escola pública como espaço político e de sociabilidades, para entender a vocação avançada do Recife em adotar políticos de viés progressista e popular. A atmosfera de conscientização e participação política existente na cidade contribuíram para solidificação de um movimento nacional-popular no qual milhares de jovens tornam-se seres ético-políticos, cientes de seu papel para transformação social brasileira, num processo de catarse que culminou com a vitória de Miguel Arraes ao governo do Estado em 1962.

As bases desse processo histórico não podiam ser dimensionadas sem que observássemos o percurso das ideias socialistas em Pernambuco, desde os jornais publicados pela incipiente elite intelectual da "escola do Recife",[454] no século XIX, passando pela chegada do marxismo e do anarquismo em finais do século e início do século XX, já em tempos republicanos, até as agitações provocadas pelo Partido Comunista nos anos 1920[455]. Estado com pujança econômica desde os primeiros momentos da ocupação portuguesa em território americano, vimos que, desde 1848, temas como latifúndio e desigualdades sociais são abordados em jornais da capital, por lideranças ainda desconhecedores da essência da problemática, crentes num socialismo romântico e sem participação popular. Ainda assim, a existência desses assuntos nas pautas de debate político vão se desenvolvendo ao longo de cem anos e se aperfeiçoando com o passar das décadas até chegarmos aos anos 1950, onde o acirramento político de Guerra Fria, o tempero nacionalista, a crise econômico-social e o esgotamento das relações de trabalho no campo serão cruciais para a disseminação e o alastramento dos ideais comunistas e socialistas na política pernambucana, na qual diversas correntes de esquerda ganharão espaço e adeptos no estado.

A partir daí, é que se fará determinante a análise dos comunistas para melhor compreensão do movimento estudantil de Pernambuco, devido ao número de seus

[454] Expressão utilizada por Ângela Alonso na obra Ideias em movimento – a geração de 1870 na crise do Brasil-Império. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 2002.
[455] Alguns exemplos de mobilizações articuladas pelo Partido Comunista anteriores a 1930 nos são trazidas pelo ex-dirigente Paulo Cavalcanti como a conspiração para um movimento armado que contou com a participação de militares, intelectuais, médicos, jornalistas e lideranças sindicais e ficou conhecido como "os 12 da Rua Velha", em 1925 (CAVALCANTI, 1980, p. 42-43).

participantes advindos do Partido ou, em movimento contrário, à quantidade de estudantes que acabavam indo cerrar fileiras no mesmo. Mas tamanha era a dinâmica daquele momento político, que o comunismo proporcionava também imenso espaço para atuação daqueles que eram contrários à corrente, seduzidos pelo discurso anticomunista predominante na época, alguns jovens também congregavam-sena existência de uma Frente Estudantil Anti-Comunista, datada em fins dos anos 1950.Uma clara mostra da busca pela politização e participação desses estudantes na política local. A partir de 1955, o Congresso de Salvação do Nordeste, as Semanas dos Estudantes Nacionalistas e a campanha vitoriosa de Pelópidas Silveira à prefeitura da cidade do Recife no ano seguinte inauguram um novo momento na política local. Ao início da década de 1960, o processo alcançava níveis de participação dessa juventude sem precedentes na história, o ambiente de debates e conscientização, o Movimento de Cultura Popular, os experimentos da SEC na UFP, o governo Arraes na prefeitura e sua posterior vitória ao governo estadual chegando até o momento do golpe empresarial-militar elevariam essa participação a condições elevadíssimas.

O golpe empresarial militar viria solapar quase por completo todo esse avanço político intelectual vivido na sociedade pernambucana naqueles anos, bem como movimentos culturais de música, teatro e cinema da época. Cidadãos críticos de sua própria realidade seriam criminalizados como subversivos à ordem instituída e a segurança nacional. Professores, atores, médicos, militares, poetas, músicos, artesãos, compositores e tantas outras talentosas pessoas tiveram cerceados seu direito à liberdade ou mesmo a vida. Quantos excelentes futuros profissionais viriam a se tornar estatísticas de mortos e desaparecidos políticos. Ainda assim, foi com bastante criatividade e capacidade de resistência que mesmo depois do golpe, das intervenções em diretórios e entidades estudantis e da lei Suplicy de 1965 os estudantes encontrariam variadas maneiras de atuar contra as violências do regime, sua política econômica subserviente aos interesses imperialistas estadunidenses esua política educacional em consonância com os acordos entre o MEC e a USAID, bem como denunciar a repressão praticada aos direitos e liberdades democráticas.

O recrudescimento do regime empresarial-militar aos movimentos sociais e de massa na política pernambucana inicia-se a partir do dia 01 de abril de 1964 com o assassinato dos estudantes Jonas José Rodrigues de Barros e Ivan da Rocha Aguiar, que protestavam em passeata contra a prisão do governador Miguel Arraes de Alencar. A partir de então, observamos a desenvoltura do movimento estudantil em conseguir espaços legais de atuação política, debatendo e levantando pautas que revelavam desde problemáticas da escola, da

universidade, da política de educação, bem como a solidariedadeaos problemas nacionais e as causas de outras classes como de operários ou trabalhadores do campo. Como vimos, a dinâmica e a relevância dessa atuação tornará, com o passar dos anos, o movimento estudantil a principal voz de mobilização contra o regime autoritário e, por isso, a mais vigiada pelo seu forte aparato repressor. Vimos que um maior controle informacional e perseguição ao movimento estudantil inicia-se já a partir de 1966, numa clara demonstração de insustentabilidade entre o modelo político nacional e a vida na sociedade brasileira.

Os estudantes como um dos principais canais de denúncia ao regime opressor já começam ali a sofrer com a desmedida ação repressiva dos órgãos de vigilância. Esse caminho autoritário vai se solidificando a cada ano e o discurso anticomunista do caos vai ser utilizado para propósitos continuístas do regime empresarial-militar em ver concretizado seu plano de endividamento do Estado brasileiro, abertura ao capital financeiro internacional, arroxo salarial, parca distribuição de renda e consequente favorecimento das classes mais abastadas incentivadoras e patrocinadoras do golpe. Esse percurso tomado pelos militares desembocará na expressão máxima do obscurecimento do regime, o Ato Institucional nº 05. A partir dali, as liberdades sociais que já eram poucas e, ainda assim, excessivamente vigiadas, passaram a praticamente inexistir. As ações coercitivas do Estado brasileiro elevariam as temperaturas nas relações políticas e sociais a um ponto jamais visto antes na história brasileira, avançando para o enfrentamento armado.

A tradição jacobina da política pernambucana levaria milhares de jovens às ruas todos os anos, de 1964 até 1969, para protestarem contra o regime empresarial-militar brasileiro e seu modelo de governo. Tamanha era a presença de estudantes nesse processo, que o regime sanciona, em fevereiro de 1969, o decreto-lei 477 que entre a estudantada fica conhecido como "o AI-5 das Universidades"[456], uma extensão repressora do regime para dentro das instituições de ensino superior promovendo uma caça às bruxas aos estudantes politizados e críticos ao regime autoritário, e não apenas a eles como estendido a professores e funcionários. Em Recife, o decreto atingiu muitos estudantes que, envolvidos na política estudantil pernambucana, teriam sua matrícula cassada.Centenas doutros por todo o país têm cessado seu direito de concluir seus estudos, ficando impedidos de matricular-se.O decreto 477 seria, a partir de então, a ferramenta utilizada para expulsar todo e qualquer estudante que se desvirtuasse do aluno autômato, apolítico, acrítico e não participante desejado pelo regime. O jacobinismo pernambucano não deixou que esses militantes se intimidassem e mesmo com

[456] Termo utilizado por Marcelo de Santa Cruz em entrevista concedida ao autor em 04 de agosto de 2014.

o AI-5 e o decreto 477 em vigor e pleno funcionamento, a título de exemplo, diretores da Escola de Engenharia denunciavam estudantes do seu Diretório que protestaram diante das medidas tomadas, pichando as paredes da escola e afixando em suas dependências, cartazes com palavras de ordem e protesto "contra as providências adotadas por autoridades, inclusive as universitárias. Considerando que, tudo indica com o propósito de fazer reviver no âmbito escolar o clima de indisciplina e desordem anterior ao AI- nº 5"[457] e resolve, baseado no art.12º do Decreto-Lei 228 destituí-los de seus cargos e suspender, até posterior deliberação, as atividades do Diretório Acadêmico da Escola. Em ofício dirigido ao Reitor da Universidade Federal de Pernambuco, o diretor da Escola de Engenharia, o professor Arnóbio Marques nos confere maiores detalhes do ocorrido:

> Ontem, verificou-se a existência de várias frases escritas nas paredes dos diversos pavimentos do prédio destinado às atividades didáticas desta Escola, e, ainda de cartazes fixados com fita adesiva, concitando (tanto as freses escritas nas paredes como nos cartazes) os estudantes a *unirem-se para combater atos administrativos de autoridades constituídas*.
> Como em casos semelhantes e em ocasiões anteriores, os membros do Diretório Acadêmico, quando interpelados alegam desconhecerem os responsáveis por tais atos, resolvi ir fazer pessoalmente uma verificação nas dependências ocupadas pelo Diretório
> Acompanhado do Prof. Rômulo Maciel Diretor do Instituto de Física desta Universidade e do Secretário desta Escola, Oficial de Administração, Ernani Alves Pereira, dirigi-me ao 6º pavimento onde se acham localizadas pequenas salas cedidas aos Diretório Acadêmico e cuja aberturas para ser procedida uma verificação, havia minutos antes, solicitado ao Presidente do Diretório Roberto Rosa Borges de Holanda.
> Com surpresa foram encontrados numa das salas referidas, os estudantes Roberto Borges de Holanda, Alberto Vinícius Melo Nascimento, Vice-Presidente do DA e Antônio de Souza Filho, providenciando a retirada de cartazes semelhantes aos afixados na Escola.
> Resolvi, então, como medida preliminar destituir a Comissão Executiva do DA desta Escola, suspender as suas atividades e designar uma Comissão de Professores para receber o acervo e proceder a tomada de contas do referido Diretório.
> Ao presente junto 13 (treze) exemplares de cartazes e etiquetas do Jornal da UEP, pelos quais pode ser constatado o caráter subversivo da propaganda[458] [grifo nosso].

Os estudantes continuavam a demonstrar coragem e rebeldia e permaneciam protestando contra as autoridades mesmo com o recrudescimento do regime desde fins de 1966. Os membros do Diretório que, como vimos, haviam sido eleitos no final do ano anterior teriam agora suspensas suas atividades devido a seus atos de insatisfação com as autoridades constituídas e o aumento da repressão por parte destas. A pichação de paredes com palavras de protesto e a afixação de cartazes por toda a escola foi a maneira utilizada por aqueles

[457] Portaria nº 17 /69. Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional nº 0431. Recife-PE, 1969.
[458] Ofício nº 56/69. Fundo SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional nº 0431. Recife-PE, 1969.

alunos de realizarem sua mobilização sem que mostrassem seus rostos e tivessem sua identidade revelada e autuada no decreto-477.

A escalada obscura persistiria ampliando-se por todos os anos seguintes até a promulgação do AI-5 em dezembro de 1968, continuaria com aprovação do Decreto-Lei 477 em fevereiro de 1969, e viria em 18 de abril a dissolver o Diretório Acadêmico da Escola de Engenharia e suspender suas atividades. O ápice dessa exacerbação do regime-empresarial militar no Recife ocorre ainda naquele mês, com o atentado a Cândido Pinto, relatado e discutido ao final do último capítulo deste trabalho. Este ato violento revelava que a ditadura havia perdido por completo seu compromisso com a sensatez e o discernimento. Embora alguns já tivessem a certeza disso antes, para muitos foi a partir dali, que o regime registraria categoricamente seu caráter algoz e tirano, legitimando o argumento que fizeram com que tantos recorressem a ação armada, de impossibilidade de ação política através da legalidade no curto espaço social vigiado pela ditadura. Os estudantes não teriam espaço para apresentar à sociedade seu projeto de nação, pois o movimento estudantil não se limitava à crítica ao regime instituído, ou a genérica defesa de sua derrubada, mas apresentava um modelo de país com bases democráticas, liberdades individuais, maior participação popular e preferência nacionalista ante a submissão ao imperialismo.

Portanto, o aperto conferido aos movimentos sociais, o anticomunismo e a violência de Estado instituídas no Brasil promoveram a quase inexistência do movimento estudantil nos anos que se seguiram àquele atentado. Por toda a primeira metade da década de 1970, os militares conseguiram de diferentes formas reter a sociedade sob seus desígnios e manter-se no poder. A vigilância e o fechamento do Congresso Nacional, as cassações, as prisões, os exílios, as torturas, as invasões, as intervenções,as denúncias, e a espionagem contribuíram para isso e se fariam presentes na vida cotidiana dos brasileiros com muito maior intensidade a partir dali. A luta armada e vocábulos como guerrilha, aparelho, foquismo e estouros, viraram temática cotidiana da opinião pública e dos informativos das entidades revolucionárias. A sociedade brasileira foi alertada dos perigos do "terrorismo" e da luta armada pela opinião pública conservadora e reacionária, bem como por "atividades ideológicas"[459] promovidas pelo regime empresarial-militar como forma de alcançar certo consenso e bases sociais estratégicas para a sua manutenção. Muitos dos líderes estudantis

[459] Como o documento explorado em nosso 3º Capítulo constante no Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional nº 1679 – Operação esvaziamento, debatendo estragégias e contendo folhetos com conteúdo antirrevolucionário.

que passaram pelo caminho apresentado em nosso trabalho, de catarse, conscientização e participação política no pré-64 e de resistência e atuaçãono pós-64, desses, alguns prosseguindo pelo caminho legalista-reformista pregado pelo PCB, uma outra parte, no entanto, adotando a trilha revolucionária da solução armada para a Revolução Brasileira, o fim do regime autoritário e implantação de uma democracia popular.

Mas o movimento estudantil pernambucano voltaria a alcançar representatividade e luzir momentos de participação e relevância em fins da década de 1970, e na luta que se seguiu pela anistia, pela volta dos exilados políticos até a reabertura política do país.Àquela altura, novos intelectuais[460] fariam parte das prateleiras das bibliotecas dos militantes. O contexto mundial de Guerra Fria e de política internacional apresentaria especificidades completamente distintas no início dos anos 1980, daquelas vividas quando da renúncia de Jânio Quadros. A opinião pública e diversos setores das camadas médias da sociedade brasileira já criticavam a longa permanência dos militares no poder. Naquele momento, os estudantes mais uma vez apresentariam uma proposta política clara e um projeto baseado na defesa quase incondicional de volta da democracia e seriam outra vez uma importante voz das demandas da sociedade civil e constituir um relevante papel na vanguarda dos movimentos sociais da história brasileira.

[460] Dentre os quais podemos citar a preponderância dos escritos de Gramsci na Academia brasileira a partir de 1976, muitos deles trazidos a luz e discutidos pelo pensador brasileiro Carlos Nelson Coutinho.

Referências

ARAÚJO, Maria Paula. Esquerdas, juventude e radicalidade na América Latina nos anos 1960 e 1970. In: FICO, Carlos. [et al.] **Ditadura e democracia na América Latina:** balanço histórico e perspectivas. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

_____ ,**Memórias Estudantis:** 1937-2007 da fundação da UNE aos nossos dias. Rio de Janeiro: Ediouro, 2007.

ARICÓ, José. O Marxismo latino-americano nos anos da terceira internacional. In: HOBSBAWN, Eric (org.).**História do Marxismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

CAVALCANTI, Paulo. **O caso eu conto como o caso foi:** da Coluna Prestes à queda de Arraes – memórias. Recife: Guararapes, 1980.

_____. **O caso eu conto como o caso foi:** memórias políticas - 2º volume. Recife: Guararapes, 1980.

_____. **O caso eu conto como o caso foi:** nos tempos de Prestes: memórias políticas / Paulo Cavalcanti. 3º volume. Recife: Guararapes, 1982.

CHACON, Vamireh. **História das Ideias Socialistas no Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

_____ . As categorias de Gramsci e a Realidade Brasileira. In: **Gramsci e a América Latina**. Org. Carlos Nelson Coutinho & Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

DANTAS, Rodrigo. **Formação e dissolução da Frente Popular em Pernambuco**: ação e protagonismo do Partido Comunista Brasileiro (1955-1962). Recife: UFPE, 2015.

FÁVERO, Maria de Lourdes. Os estudantes, o problema universitário e a política dos anos 1960. In: MACHADO, Otávio Luiz& ZAIDAN, Michel. **Movimento estudantil brasileiro e a educação superior**. Recife: Editora Universitária, 2007.

FERREIRA, Maicon Maurício Vasconcelos. **Nos interstícios do golpe: resistência da juventude em Pernambuco à Ditadura Civil-Militar**. Recife: UFPE, 2014.

FILHO, João Roberto Martins. O movimento estudantil dos anos 1960. In: **Revolução e Democracia**. Orgs.FERREIRA, Jorge &REIS, Daniel Aarão. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas:** A esquerda brasileira das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Editora Ática, 1987.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

GROPPO, Luís Antônio. **As novas esquerdas e o movimento estudantil no Brasil**: 1961-1967. Disponível em:

http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario7/TRABALHOS/L/Luis%20antonio%20groppo.pdfacessado em setembro 2015.

HOBSBAWN, Eric. **A Era dos Extremos**: o breve século XX (1914-1991). São Paulo: Cia das Letras, 1995.

IANNI, Otávio. **Classe e Nação**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1986.

JACCOUD, Luciana Barros. **Movimentos Sociais e crise política em Pernambuco (1955 - 1968)**. Recife: Massangana, 1990.

LEVY, Daniel. Higher Education and the State in Latin America.The University of Chicago Press.1990. In: SAMPAIO, Helena. **Evolução do ensino superior brasileiro.** Núcleo de pesquisa de Ensino Superior. São Paulo: USP, 1991.

LÖWY, Michael. As esquerdas na ditadura militar: o cristianismo da libertação. In: **Revolução e Democracia**.Orgs.FERREIRA, Jorge & REIS, Daniel Aarão. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. (org.) **O marxismo na América Latina**: uma antologia de 1909 aos dias atuais. 3ª edição ampliada. São Paulo: Perseu Abramo, 2012.

LUCENA, Fabíola. **A comunicação clandestina usada na resistência ao regime militar brasileiro**. Recife: UFPE, 2011.

MACHADO, Otávio Luiz& ZAIDAN, Michel. **Movimento estudantil brasileiro e a educação superior**. Recife: Editora Universitária, 2007.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo:Expressão Popular, 2009.

MELO,Demian Bezerra de. **A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2014.

MENDES JR, Antonio. **Movimento estudantil no Brasil**. 2ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

PAGE, Joseph. **A Revolução que nunca houve**: O nordeste do Brasil 1955-1964. Rio de Janeiro:Editora Record, 1972.

PANDOLFI, Dulce Chaves. **Pernambuco de Agamenon Magalhães consolidação e crise de uma elite política**. Recife: Editora Massangana, 1984.

PERNAMBUCO, Assembleia Legislativa. **David Capistrano**: entre teias e tocaias. (Perfil parlamentar século XX; v.6). Recife: A Assembleia, 2012.

PORTANTIERO, Juan Carlos.O marxismo latino-americano. In:.HOBSBAWN, Eric. **História do Marxismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____ . O nacional-popular: Gramsci em chave latino-americana. In: **Gramsci e a América Latina**. Org. COUTINHO, Carlos Nelson &NOGUEIRA, Marco Aurélio. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

PRADO JR, Caio. **A Revolução Brasileira**. 7ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 2000.

_____. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Cia das Letras, 2011.

REIS, Daniel Aarão. O sol sem peneira. Revista da Biblioteca Nacional, 2012. Disponível em: http://revistadehistoria.com.br/secao/capa/o-sol-sem-peneira acessado em outubro 2015.

_____ & FERREIRA, Jorge. **Revolução e Democracia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira,2007.

ROZOWYKWIAT, Joana. **Subversivos**. 50 anos após o golpe. Recife:Cepe, 2014.

SAMPAIO, Helena. **Evolução do ensino superior no Brasil**. São Paulo: USP, 1991.

SANTOS, Evson Malaquias de Moraes. **A primeira greve estudantil da UFPE**: 09 a 19 de setembro de 1947 da tutela patriarcal a construção ambígua de sua autonomia. Recife: Editora Universitária, 2010.

SANTOS, Taciana Mendonça. **Alianças políticas em Pernambuco: a(s) frente(s) do Recife (1955-1964)**. Recife: UFPE, 2009.

SILVA, Marcília Gama da.**Informação, repressão e memória**. A construção do Estado de exceção no Brasil na perspectiva do DOPS-PE (1964-1985). Recife: UFPE, 2014.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Getúlio a Castello (1930-1964)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

TEIXEIRA, Anísio. O ensino Superior no Brasil ─ Análise e interpretação de sua evolução até 1969. Rio de Janeiro: FGV. 1969. In: SAMPAIO, Helena. **Evolução do ensino superior brasileiro**. Núcleo de pesquisa de Ensino Superior. Sâo Paulo: USP, 1991.

THOMPSOM, E. P. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. (Orgs.)NEGRO, Antonio Luigi &SILVA, Sergio. São Paulo: Editora Unicamp, 2001.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

Apêndice A- Lista de prontuários analisados no fundo: SSP/DOPS/APEJE

A voz do colégio estadual	31.549
A voz estudantil	31.539
Associação Recifense de estudantes Secundaristas	26.893
CENIMAR – Centro de Informações da Marinha – PCB	29.680
Congresso da UNE	1332
Congresso da UNE (1967)	30.198
Congresso da UNE Ibiúna (1968)	28.815
Congresso de mães (1955)	4542
Encontro dos estudantes	28.851
Estudantes universitários	28.739
Federação das famílias	5218
Festa da mocidade	5635
Frente Anticomunista dos estudantes secundários	7746
Frente Estudantil do Recife	29.046
Grêmio do Colégio Estadual de Pernambuco	1568
Infiltração soviética no Movimento Estudantil	26.939
Inquéritos Estudantis	0431
Inquéritos Estudantis	28.801
Inquéritos estudantis	29.096
Inquéritos Fesp / Ufpe / Ufrpe / Pcbr / 1966/73	0430/0270
Movimento Estudantil	7458
Movimento nacionalista estudantil	7677
Ofício Uep, carteira de oficial falsa, 1966,	5736/0470
Operação esvaziamento (1968)	1679
Partido Comunista Brasileiro Revolucionário	6231
Partido Comunista Brasileiro	6167

Apêndice B- Breve biografia dos entrevistados

Nosso trabalho por possuir seu foco na atuação dos militantes comunistas no movimento estudantil pernambucano analisou componentes comuns nas falas de diversos atores que testemunharam importantes momentos do processo histórico em cena, presentes em diversos depoimentos. No trabalho de pesquisa foram utilizados relatos concedidos a outros pesquisadores, além da coleta de entrevista com dois relevantes militantes do movimento estudantil pernambucano, Marcelo Mário de Melo e Marcelo de Santa Cruz. Ambos possuem extensa luta política ao longo de suas respectivas jornadas e esta pequena biografia é apenas uma introdução sintetizada de suas atuações a título de ilustração para facilitar a elucidação dos processos descritos neste trabalho. Outras obras[461] da historiografia pernambucana trazem maiores detalhes acerca de suas respectivas vidas. A escolha dos dois, deu-se ao fato de Marcelo Mário de Melo iniciar sua militância como secundarista ainda no pré-64 até ser preso em 1971, além de obter extensa experiência partidária e de luta armada, enquanto Marcelo de Santa Cruz,advindo da Ação Popular, obteve maior atuação no movimento universitário, chegando a ser cassado como estudante da UFP em 1969, e, após concluir sua formação obter atuação direta próximo a famílias que tiveram seus entes queridos suprimidos de seu convívio. Há que se fazer uma ressalva ainda a uma terceira entrevista, realizada com a militante Teresa Neves, que iniciou sua militância como secundarista entre os anos 1967 e 1969, na qual nos relatou sua atuação como Secretária de Comunicação Clandestina do grêmio de sua escola e algumas táticas para propagação de panfletos, como jogá-los de prédios estratégicos em grandes avenidas da cidade ou a dispensa de uma pilha de panfletos molhados nas calçadas das praças, para que a medida que secassem fossem espalhados pelo vento. Seu depoimento era de extrema relevância para captarmos alguns aspectos da militância feminina em meio a tudo que ocorria no cenário político mundial e brasileiro, no entanto, devido a problemas técnicos no áudio, a transcrição de suas palavras tornou-se tarefa de extrema dificuldade. Por isso gostaria de emitir minha gratidão aos três militantes pela disponibilidade, simpatia e cumplicidade demonstradas nos encontros. Muito obrigado!

[461] Ver: ROZOWYKWIAT, Joana G. Subversivos: 50 anos após o golpe. Recife: Cepe, 2014.; e JÚNIOR, João Luiz da Silva (org.). Retratos (Legislatura 2009-2012) Casa de Vereadores de Olinda Casa Bernardo Vieira de Melo. Recife: Nossa livraria, 2012.

MARCELO DE SANTA CRUZ OLIVEIRA

Marcelo cresceu numa casa com mais 10 irmãos. Ativista estudantil desde os tempos de secundarista ingressou na Faculdade de Direito da UFP, no Recife, em 1966. Simpatizante da Ação Popular, logo, chegou a fazer parte do Diretório Acadêmico do curso, considerando como experiência mais marcante o atentado a vida do estudante Cândido Pinto, então presidente da União dos Estudantes de Pernambuco, em 1969. Àquele momento, Marcelo relata vividamente o telefonema que recebeu com a notícia, e a repercussão havida na cidade. O militante estava junto ao grupo de estudantes que foram ao Pronto Socorro da cidade visitar o estudante ferido, bem como ao encontro com o arcebispo de Recife e Olinda, Dom Hélder Câmara, que pediu providências e moderação aos militares, além da greve geral decretada na Faculdade de Direito e as manifestações em oposição ao assassinato do Padre Henrique, ocorrida 45 dias após o atentado à Cândido, e que levou os estudantes a novas manifestações de rua. Seu ativismo recebeu atenção dos militares, levando o estudante a ser enquadrado no decreto-Lei 477 que cassou seus direitos estudantis e o proibiu de finalizar o curso de Direito em nome da Segurança Nacional. Mais tarde em 1974, seu irmão, Fernando Santa Cruz, importante dirigente da Ação Popular, quando residia no Rio de Janeiro entrou para o rol dos militantes desaparecidos iniciando uma árdua peregrinação de sua mãe, D. Elzita Santa Cruz, na luta para descobrir o paradeiro do seu rebento nos órgãos de repressão política do Estado. Após conseguir concluir seu curso superior em Lisboa, graças a uma liminar judicial, Marcelo Santa Cruz inicia um esforço em trabalhar com casos de pessoas presas e desaparecidas políticas. Dezenas e dezenas de mães, esposas, filhos e/ou parentes em condições similares à de sua própria mãe, D. Zita. Na atualidade, Marcelo continua ativista político na cidade de Olinda, onde exerceu quatro mandatos como vereador pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Além disso, Marcelo enaltecia na entrevista o papel de fundamental importância da Comissão Nacional da Verdade e da Comissão Estadual Dom Hélder Câmara, criada para apurar os casos de abusos praticados pelo Estado militarizado instituído em 1964. Na ocasião mostrou-me documentos entregues a ele pela comissão onde agentes de investigação do Estado o perseguiam ainda adolescente, aluno secundário do Colégio de São Bento. Ressaltavam que devido a relevância da Comissão, uma nova edição do livro Onde está meu filho (2012) estava sendo publicada para trazer a luz o esforço empreendido por sua mãe na busca do paradeiro do filho contendo transcrições de diversos documentos enviados a diversos representantes civis e militares de órgãos executivos, judiciários na esperança de obter ao menos respostas, um caso que é análogo a centenas de outros em todo o país.

MARCELO MÁRIO DE MELO

Nascido em Caruaru, agreste de Pernambuco, seu pai José Ferreira de Melo foi revolucionário de 1930 apoiador de Luiz Carlos Prestes e simpatizante do PCB. Mudou-se para o Recife aos nove anos de idade, onde seu irmão mais velho José Fortuna de Melo envolveu-se com o movimento estudantil nos anos 1950. Sua família montou um pensionato que recebia muitos estudantes do interior e ficava a três casas da sede da UEP. Foi ao entrar no Colégio Ginásio Pernambucano que, aos 17 anos, Marcelo ingressou num curso de iniciação aos jovens comunistas ministrado em sete aulas com o relevante dirigente David Capistrano. A partir de então o estudante participou avidamente das campanhas eleitorais do Recife e da efervescência política havida no Recife no pré-64. A partir do golpe Marcelo teve relevante papel em organizar e articular os jornais e a imprensa partidária e estudantil em Pernambuco e região. O militante, assim como muitos outros da política pernambucana, ingressa na sigla do PCBR, ala dissidente radical do PCB. Com as movimentações havidas e articuladas no grande Recife, Marcelo teve sua prisão preventiva decretada e viria a ser encarcerado em 9 de abril de 1971. A partir de então, um novo tipo de militância se inicia, a resistência à tortura para não delatar os colegas, os movimentos de protestos contra as condições desumanas nas prisões, as greves de fome, as formas criadas para se comunicarem entre si e com o mundo exterior, os tormentos psicológicos e o apoio mútuo entre os militantes além da relação de afeto e companheirismo desenvolvido com as famílias dos companheiros presos e a luta pela Anistia. Após mais de oito anos em reclusão, a mercê da repressão e violência do Estado, Marcelo Mário de Melo foi solto e retornou a vida pública e legal. Voltou finalmente a poder usar de seu talento com as palavras para propagar reflexões e ideias. Publicou diversas obras sozinho ou em colaboração com colegas e atuou como colunista dos principais periódicos do estado. Como ele próprio se define hoje, o militante político, jornalista, escritor e poeta se define como "plebeu, republicano, democrata-popular, cidadão de esquerda, socialista, pluralista e seguidor do Detran, sempre à esquerda, não ultrapasse pela direita". Exerceu cargos públicos em diferentes instituições, sempre no setor de comunicações, além de acompanhar os trabalhos da Comissão Nacional e Estadual da Verdade em atuação no momento da entrevista realizada em 2015. Em nosso encontro o dirigente relatou alguns exemplos de audiências em que esteve presente e a importância dos trabalhos da mesma para a sociedade.